

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Zoraia Nunes Dutra Ferreira

**A COMUNICAÇÃO POPULAR COMUNITÁRIA NAS ONDAS DO “OCEANO  
DIGITAL”: ANÁLISE DO SITE DO BAIRO ELLERY**

Fortaleza - CE

JUNHO -2012

Zoraia Nunes Dutra Ferreira

**A Comunicação Popular Comunitária nas Ondas do “Oceano Digital”: análise do site do bairro Ellery**

Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM-UFC) como requisito necessário para a obtenção do grau de mestre em comunicação.

**Linha de pesquisa:** Mídia e Práticas Sócio-Culturais

**Orientadora:** Professora Doutora Catarina Tereza Farias de Oliveira

Fortaleza  
JUNHO– 2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências Humanas

- 
- F444c      Ferreira, Zoraia Nunes Dutra.  
              A comunicação popular comunitária nas ondas do “oceano digital” : análise do site do bairro Ellery / Zoraia Nunes Dutra Ferreira. – 2012.  
              307 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2012.  
              Área de Concentração: Comunicação e linguagens.  
              Orientação: Profa. Dra. Catarina Tereza Farias de Oliveira.
- 1.Comunicação de massa no desenvolvimento da comunidade – Ellery(Fortaleza,CE). 2.Bairro Ellery (Site da Web). 3.Sites da Web – Aspectos sociais – Ellery(Fortaleza,CE). 4.Internet. 5.Movimentos sociais – Ellery(Fortaleza,CE). 6.Participação social – Ellery(Fortaleza,CE). 7.Inclusão digital – Ellery(Fortaleza,CE). I. Título.

**A Comunicação Popular Comunitária nas Ondas do “Oceano Digital”: análise do site do bairro Ellery**

Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM-UFC) como requisito necessário para a obtenção do grau de mestre em comunicação.

**Linha de pesquisa:** Mídia e Práticas Sócio-Culturais

**Orientadora:** Professora Doutora Catarina Tereza Farias de Oliveira

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Catarina Tereza Farias de Oliveira  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Olga Rodrigues Von Simson  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

---

Profa. Dra. Márcia Vidal Nunes  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

*Aos meus, incondicionalmente, pai e mãe.*

## AGRADECIMENTOS

Tal é a efervescência de momentos vividos, que dois anos parecem bem mais que 24 meses. Assim, muitos e muitos são os agradecimentos. O coração é habitado por mais gente do que as que aqui surgem em palavras. Estão guardadas.

Aos meus pais, que me permitem tantas viagens. Que acreditam nas minhas viagens. Que comigo viajam, muitas vezes sem saber muito bem o destino, mas acreditando sempre em minhas escolhas. A eles um agradecimento maior do que é possível qualquer palavra expressar.

Agradeço à minha orientadora, professora Catarina Tereza Farias de Oliveira, que com grande dedicação, desde a graduação, me incentiva a trilhar os caminhos da pesquisa e compartilha seus aprendizados. Meu agradecimento também às professoras Olga Von Simson e Márcia Vidal Nunes pela imensa contribuição no processo de qualificação e pela disponibilidade e gentileza com que se dispuseram a participar da banca de avaliação final.

Sou definitivamente grata a todos/as os/as professores/as do Programa. Muitos foram os aprendizados em sala de aula e em conversas informais. Minha admiração por cada um e cada uma é imensa.

Nessa caminhada tive o prazer de encontrar o professor Tadeu Feitosa. Acompanhei sua disciplina na graduação e foi, realmente, uma iniciação à docência. Na verdade, mais do que isso. Tive a possibilidade de acompanhar aulas de amor ao ensino e de profundo respeito aos alunos. Muito obrigada Tadeu.

Agradeço a Regina Oliveira pela ajuda em tantos momentos, pelas cobranças burocráticas e pelo rigor que, na minha forma de ver, demonstra seu imenso compromisso com o Programa e com todos/as que dele fazem parte.

Aos muito queridos e queridas, Aguinaldo Aguiar, Vilaci Torres, Wesceley Sacramento, Beethoven Rodrigues, Antônio Soares, Sílvia Rejane, Fernando Barbosa, Clarice Araújo, Tarcísia Nunes, Carlos Barreto, Francileuda Soares, Carioca, Ioneide Melo, Carminha e Marcos Gomes, minha imensa gratidão. Da frieza de “sujeitos pesquisados”, cada um/a passou a ser um amigo/a. Sem a paciência, a disponibilidade, a gentileza e o respeito desses/as lutadores/as, essa pesquisa não teria sido possível.

Sou grata aos colunistas do site do bairro Ellery, Eduardo Girão, Luiz Henrique, Alexandre Aragão, Tobias Sampaio e Rafael Santos pela gentileza de encontrarem uma brecha, na correria do dia a dia, para que eu pudesse realizar as entrevistas.

Quero agradecer muito à D. Marilene e ao S. Nobre que por várias vezes colocaram a casa à disposição durante as minhas andanças pelo bairro Ellery. Mais do que apoio material, me deram carinho e companhia em momentos bem difíceis de minha vida familiar. Aprendi que a pesquisa traz muito mais do que dados; apresenta a oportunidade de estabelecer laços, que duram (assim desejo) para além do tempo da vida acadêmica.

Agradeço também a Nayanne Lima, que tanto me ajudou durante o tempo em que estive cotidianamente na Associação Comunitária dos bairros Ellery e Monte Castelo (ACEM). Minha gratidão se estende, na verdade, a todos/as com quem convivi durante o trabalho de campo. Jamais esquecerei a alegria com que sempre fui recebida.

O tempo de mestrado me permitiu ganhar o presente da amizade de Tércia Alcântara e Júlio Lira. Agradeço pelas tantas discussões teóricas que me enriqueceram enormemente e pelos momentos de descontração, tão importantes em um processo, que também é permeado por estresse e dúvidas.

Aos meus amigos mais antigos, agradeço a infindável paciência com minhas ausências, minhas recusas de convites, meus “bolos”, meu humor nem sempre dos melhores.

Ao maior dos amigos e melhor dos suportes, agradeço a energia que vem da certeza de sua companhia. Às vezes mais forte outras vezes enfraquecida pelos momentos de desconexão com o sutil, mas sempre lá. Agradeço a Deus pela percepção do aprendizado, muito mais do que acadêmico, trazido por esse processo.

## RESUMO

A presente investigação científica tem o intuito de discutir a comunicação popular comunitária no âmbito dos movimentos sociais populares, construída tendo como suporte a Internet. O objeto de estudo escolhido foi o site do bairro Ellery ([www.bairroellery.com.br](http://www.bairroellery.com.br)). A escolha se justifica devido às relações de proximidade que havia forjado anteriormente, através de outras pesquisas realizadas, ao fato do site do bairro Ellery ser um dos mais antigos sites de bairro de Fortaleza e, ainda, pelo histórico que o bairro tem em torno da produção da comunicação popular comunitária em um contexto de lutas sociais. O objetivo central é compreender as características que essa comunicação passa a ter quando construída em uma plataforma digital. Empreendi um estudo de caso do site do bairro Ellery procurando, entretanto, analisar não apenas o virtual - o site - mas também o concreto, ou seja, o lugar onde este surgiu. Interessa-me lançar um olhar para o cotidiano de produção dessa mídia, no sentido de melhor compreender as conquistas e desafios dos atores sociais que a produzem. O olhar para o concreto foi construído a partir do uso do método etnográfico e para análise do site, fiz uso de uma vertente deste método, a etnografia virtual. Lançei mão, ainda, do uso de entrevistas, optando pela entrevista antropológica.

**Palavras-chave:** Comunicação Popular Comunitária; Internet; Movimentos Sociais Populares, Participação, Exclusão Digital



## ABSTRACT

This research aims to discuss communication popular community within popular social movements, built and supported by the Internet. The object of study was the chosen site of the neighborhood Ellery ([www.bairroellery.com.br](http://www.bairroellery.com.br)). The choice is justified because of the close relationships they had forged earlier by other surveys, the fact that the site of the district Ellery be one of the oldest sites in the neighborhood of Fortaleza, and also by the historic neighborhood has around Community production of popular communication in a context of social struggles. The main objective is to understand the characteristics that communication is replaced when built on a digital platform. Undertook a case study of the site's neighborhood looking Ellery, however, consider not only the virtual - the site - but also the concrete, ie, the place where it arose. It interests me a glimpse into the daily production of this media in order to better understand the achievements and challenges of social actors who produce it. The look for the concrete was constructed from the use of the ethnographic method and site analysis, I use a part of this method, the virtual ethnography. Threw hand, still, the use of interviews, opting for anthropological interview.

**Keywords:** Popular Communication Community; Internet; Popular Social Movements; Participation; Digital Divide.

## **LISTA DE SIGLAS**

ACEM – Associação Comunitária dos bairros Ellery e Monte Castelo

ARCOS – Associação das Rádios Comunitárias de Fortaleza

BNH – Banco Nacional de Habitação

CCPS – Centros de Cultura Popular

CEB'S – Comunidades Eclesiais de Base

CEPOCA – Centro de Formação em Comunicação Alternativa

CGI – Comitê Gestor da Internet no Brasil

CMS - Content Management Systems

CSA – Centro Socorro Abreu de Desenvolvimento Popular e Apoio à Mulher

EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional

LECC – Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro

MEB – Movimento de Educação de Base

MECESA – Metalgráfica Cearense S/A

MRPLSH – Movimento pela Revitalização do Pólo de Lazer da Sargento Hermínio

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

NUPOCA – Núcleo de Comunicação alternativa

PARC - Programa de Assessoria Técnica e Sócio-cultural às Rádios Comunitárias do Ceará

PT – Partido dos Trabalhadores

RBCSC – Rede Brasileira de Comunicadores Solidários à Criança

SER – Secretaria Executiva Regional

UBM – União Brasileira de Mulheres

UFC- Universidade Federal do Ceará

UECE – Universidade Estadual do Ceará

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Pré-carnaval 2010 no Ellery.....	133
Figura 2: Mapa de localização do bairro Ellery na região Oeste de Fortaleza.....	156
Figura 3: Mapa de localização do bairro Ellery na cidade de Fortaleza.....	157
Figura 4: Cheia do açude João Lopes .....	159
Figura 5: Açude João Lopes atualmente.....	159
Figura 6: Casas construídas em mutirão.....	162
Figura 7: Roupas na rua.....	166
Figura 8: Cenas do rural no urbano.....	166
Figura 9: Pequenos comércios “parte baixa” do bairro Ellery.....	167
Figura 10: Casa “parte alta”.....	168
Figura 11: Comércios “parte alta”.....	168
Figura 12: Demolição das antigas casas da área do açude João Lopes.....	170
Figura 13: Brinquedos quebrados na praça do Ellery.....	171
Figura 14: Praça Manoel Dias Macedo no bairro Ellery.....	171
Figura 15: Quadra da praça Manoel Dias Macedo.....	172
Figura 16: Feira do Pólo aos Domingos.....	173
Figura 17: Futebol no Polo.....	174
Figura 18: Retirada água do chafariz.....	174
Figura 19: Transmissão ao vivo de jogos de futebol.....	191
Figura 20: Premiação torneio de futebol com cobertura da Rádio Mandacarú.....	191
Figura 21: Aguinaldo Aguiar e Pedro Gomes testando recepção da Mandacarú.....	194
Figura 22: Mapa de localização dos sites de bairro de Fortaleza.....	198
Figura 23: Primeiro layout do site.....	209
Figura 24: Layout atual do site.....	209
Figura 25: Logomarca do site.....	227
Figura 26: Beethoven Rodrigues escrevendo matéria para o site do bairro Ellery.....	245
Figura 27: Banner repórter popular.....	255

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1. MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNICAÇÃO: ENTRE CONQUISTAS E DESAFIOS</b> .....	21
1.1 Uma “Outra Comunicação” entra em Cena .....	22
1.2 Entre Conceitos e Definições .....	28
1.3 Aspectos e Características da Comunicação Popular Comunitária.....	36
1.4 O Comunicador Enraizado.....	43
1.5 Os Perigos da Essencialização.....	49
1.6 Nas Ondas do Rádio.....	51
1.7 A “Galáxia de Gutemberg” Também é Popular.....	59
1.8 Na Tela da TV; No Mundo das Imagens .....	65
1.9 A Comunicação Popular Comunitária na Era da Infocomunicação.....	72
<b>2. PARTICIPAÇÃO, APROPRIAÇÃO E EXCLUSÃO DIGITAL: IMBRICADAS RELAÇÕES</b> .....	83
2.1 A Desafiante Necessidade Humana de Participação.....	84
2.2 Quebrando a Estranheza: apropriando-se.....	95
2.3 Aldeia Global ou Torre de Babel?.....	103
<b>3. PELAS TRILHAS DA PESQUISA: O PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	114
3.1 Uma Questão de Método.....	115
3.2 Estratégias do Percorso de Campo .....	120
3.3(Re)conhecendo o Ellery: nuances do fazer etnográfico.....	128
3.4Retrato Escrito .....	135
<b>4. ELLERY: COTIDIANO, HISTÓRIAS, MEMÓRIAS, LUTAS E COMUNICAÇÃO</b> .....	150
4.1 Fortaleza: entre o “lixo” e o “luxo da aldeia” .....	151
4.2 Ellery: histórias, memórias e lutas .....	155
4.3 OEllery Hoje.....	163
4.3.1 O Desafio da Participação Popular.....	178
4.4 Experiências de Comunicação Popular Comunitária no Ellery.....	186

<b>5. O ELLERY “MERGULHA” NO “OCEANO DIGITAL”</b> .....	199
5.1 As Primeiras “Braçadas” no “Oceano Digital” .....	201
5.2 Observando a <i>Home Page</i> .....	212
5.3 O Dito, o Não Dito e Como é Dito .....	219
5.4 Têm Lugar no Ciberespaço (?) .....	227
5.5 Comunicação Popular Comunitária e Mídia de Massa: tênuas fronteiras .....	233
5.6 Participações, Apropriações e Exclusões: o cenário da construção do site do bairro Ellery .....	238
5.6.1 Os Colunistas .....	257
5.7 O Ellery Conhece sua Mídia? .....	266
<b>CONCLUSÃO</b> .....	274
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	284
<b>ANEXOS</b> .....	297

## INTRODUÇÃO

No ano de 2006, quando estava no segundo semestre do curso de graduação em Comunicação Social, tive a oportunidade de participar de um grupo de pesquisa, coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dra. Catarina Tereza Farias de Oliveira – hoje minha orientadora nesse trabalho - que tinha como objetivo principal verificar os usos que os movimentos sociais populares estavam fazendo da Internet. Nascia ali meu interesse pela comunicação popularcomunitária e meu contentamento em perceber que a comunicação podia seguir por caminhos que não os norteados essencialmente pela lógica mercantil e pelos interesses hegemônicos.

Foi através da participação nessa pesquisa que “descobri” o bairro Ellery - localizado na região Oeste da cidade de Fortaleza –visto que o site do bairro ([www.bairroellery.com.br](http://www.bairroellery.com.br)) era um dos quatro sites pesquisados<sup>1</sup>. Embora more bem próximo, a aproximadamente 3km, não conhecia o bairro. No máximo passava, esporadicamente, pela Avenida Sargento Hermínio - uma das principais da Região Oeste e que dá acesso ao Ellery – rumo a algum outro lugar da cidade.

Aos poucos fui percebendo que o bairro é um lócus de pesquisa privilegiado, principalmente por ter uma longa história em torno de lutas e mobilizações sociais por direitos de cidadania e por essaslutasestarem entrelaçadascom diversas experiências na esfera da comunicação popular comunitária. Desde a década de 1980, o Ellery vivenciou experiências de jornal comunitário, radiadora, rádio comunitária FM e mais recentemente, um *website*.

A investigação científica que o grupo empreendeu estendeu-se até o ano de 2008. Nesse período conheci o site do bairro e lá fui algumas vezes para entrevistas e/ou simplesmente para observar o local, andando por suas ruas. Logo depois veio o trabalho de monografia e continuei tendo o bairro como lócus de pesquisa. Meu intuito agora era o de investigar as estratégias de comunicação desenvolvidas por um movimento ambiental que lá surgiu: o Movimento pela Revitalização do Pólo de

---

<sup>1</sup> Os outros sites pesquisados foram os seguintes: do Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim (<http://www.msmbj.org.br/>), do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza ([www.cdvh.org.br](http://www.cdvh.org.br)) e do Viva Favela ([www.vivafavela.com.br](http://www.vivafavela.com.br)).

Lazer da Sargento Hermínio (MRPLSH). O site era uma das mídias utilizadas pelo Movimento e funcionava como uma espécie de vitrine das ações e mobilizações realizadas. Além disso, alguns militantes do Movimento, também faziam parte da equipe de produção do site.

Na reta final da escritura da monografia começou a me incomodar o fato do trabalho voltar-se apenas para a abordagem e análise das mídias, quer fossem mídias convencionais ou “mídias radicais” (DOWNING, 2002), utilizadas pelo MRPLSH; abordagem essa, diga-se de passagem, bastante comum nos trabalhos da área de comunicação. Mas, por que o contexto social, no qual essas experiências comunicacionais aconteciam, não merecia discussão e análise? Passei a me questionar sobre isso e a sentir a necessidade de realizar uma pesquisa mais abrangente.

A seqüência das andanças no Ellery me levou a ansiar por conhecer o espaço social desse bairro, local onde, historicamente, tantas experiências de comunicação e mobilização ocorriam e por saber mais sobre as pessoas que destas participavam. Como se relacionavam com o Ellery? Que singularidades apresentava aquele bairro? Como era o cotidiano? Que histórias permeavam as memórias dos/as moradores/as? Que relações se estabeleciam entre o lugar e a mídia site? As pesquisas anteriores foram, sem dúvida, de grande importância, mas o conhecimento do lugar parecia-me superficial. Para usar as palavras de Malinowski(1984), havia o esqueleto, mas faltava, entretanto, carne e sangue.

Tais reflexões nortearam meu projeto de mestrado, que apresentava como principal objetivo, em um primeiro momento, compreender como o site representava o lugar e seus/as moradores/as e como o próprio bairro se representava através do site. O campo, porém, mostrou-me algumas dificuldades como, por exemplo, a delimitação de espaços do bairro que dessem conta dessas representações e mesmo, o que considerar como representação. Empreender essa tarefa levaria bastante tempo, pois como disse, as singularidades do Ellery e seus aspectos cotidianos eram pouco conhecidos por mim. Sabia que queria continuar no mesmo lócus de pesquisa e que o site do bairro Ellery continuaria a ser meu objeto de investigação, entretanto, alterações precisavam ser realizadas.

Foi então que resolvi tomar algumas dificuldades, que já percebia na produção do site, como pontos de partida para a problematização. Durante o período

de 2006 a 2009 atentei para o fato de que o site vivenciava momentos de fluxo e refluxo, no que diz respeito à participação, ou seja, a um processo de produção mais coletivo. Constatei uma paulatina diminuição da participação de militantes do movimento social do bairro e de moradores de uma forma geral, o que colocava em cheque a própria caracterização do site como uma mídia popular comunitária. Enquanto isso aumentava a colaboração de pessoas que, ou não eram moradores ou se eram, não tinham relação de proximidade com o lugar e com suas histórias e lutas. A maioria era de acadêmicos cujos textos versavam sobre assuntos diversos, como questões de gênero e desenvolvimento sustentável.

Tal constatação me levou a refletir sobre os por quês; sobre as causas desse fenômeno e a me questionar sobre a realidade da construção da comunicação popular comunitária na Rede pelos movimentos sociais populares. Os caminhos me pareciam tortuosos e desafiadores; percepção que, todavia, não se coadunava com as leituras às quais me dedicava. Estas enfatizavam, principalmente, o fato de que os movimentos haviam se apropriado da Rede e de suas benesses e destas faziam uso para suas ações. Ao olhar para o empírico - no caso a experiência de comunicação na Rede do bairro Ellery - o navegar dos movimentos no ciberespaço não me parecia algo simples ou um fato consumado; pelo menos não em se tratando de movimentos com pouca estrutura organizacional, formados por militantes voluntários e, em sua grande maioria, pouco conhecedores dos labirintos virtuais.

As discussões teóricas sobre o tema têm, em muito, contribuído para a análise e reflexão dos usos da Rede pelos movimentos sociais populares, no entanto, considero que estas se dedicam a questões mais gerais. Configuram-se como um olhar para os aspectos macro do fenômeno. Percebo haver uma lacuna teórica com relação ao micro, ou seja, ao cotidiano de construção de experiências de comunicação popular comunitária em Rede, que não tem tanta visibilidade, por serem gestadas no âmbito de movimentos sociais sem grande estrutura, como os movimentos de bairro. São experiências assim que me são mais próximas e é para elas que me volto por considerar de extrema importância o compromisso do/a pesquisador/a com o que o/a rodeia; com o que acontece em seu "quintal" e não apenas com o que se apresenta em um contexto social mais amplo. Ressalto,



contudo, que voltar-se para o micro não quer dizer, obviamente, deixar de estabelecer relações com o macro.

Diante disso, comecei, então, a desenvolver questionamentos a respeito das características que essa comunicação apresenta quando utiliza a Internet como suporte, levando-se em conta que há desafios de serem transpostos, no concreto, e questões que são intrínsecas à arquitetura das tecnologias digitais. Esse questionamento se tornou objetivo central da investigação científica que apresento. Meu olhar se volta para o micro, o site do bairro Ellery sem, no entanto, deixar de lado questões macro e centrais na estrutura da sociedade. Afinal, a experiência de comunicação popular comunitária na Rede, do Ellery, se insere em um contexto maior de presença dos movimentos sociais no ciberespaço.

É também intuito desta investigação científica, verificar, através da análise do site do bairro Ellery, o processo de diálogo que ocorre entre aspectos e características próprios da comunicação popular comunitária e padrões que norteiam a comunicação produzida pela mídia comercial; analisar o processo de produção dessa mídia a partir do que é dito e não dito e das relações que se estabelecem entre as inovações que o universo digital proporciona e a identidade da mídia comunitária; compreender o processo de atuação do comunicador popular e, por fim, analisar as formas de participação na construção da comunicação popular na Rede

Para dar conta dos objetivos traçados estruturei a dissertação em cinco capítulos. Nestes procurei articular o teórico e o empírico e trazer sempre à tona o objeto de estudo. No primeiro capítulo apresento discussão a respeito da histórica relação entre movimentos sociais e comunicação e as características de um fazer comunicativo que emerge junto com esses movimentos: a comunicação popular comunitária. Meu olhar se volta para os diversos suportes utilizados na construção desta “outra comunicação” - Rádio, Jornal, TV e Internet - procurando explicitar as conquistas e desafios vivenciados durante esse dinâmico percurso. Compreender o processo histórico é de suma importância para a percepção dos contornos e as características que a comunicação gestada no âmbito dos movimentos sociais populares apresenta na Rede. Afinal, o que muda e o que permanece nos caminhos do fazer comunicativo popular?

Conforme explicitarei, o fluxo e o refluxo do processo de participação na construção do site do bairro Ellery foi o primeiro elemento que me chamou atenção e me levou a refletir sobre a realidade cotidiana da comunicação popular comunitária na Rede. Assim, o conceito de participação apresenta-se como central para o presente trabalho e a ele dedico a discussão teórica do segundo capítulo. Porém, o debate sobre participação, principalmente quando ela se refere à comunicação, não pode se dar de forma apartada da discussão do conceito de apropriação, visto que a apropriação da técnica específica do meio ou suporte utilizado é condição *sine qua non* para que se possa produzir comunicação. Quando o suporte escolhido é a Internet, torna-se imperativo lidar com os desafios inerentes a um cenário de exclusão digital ou de inclusão precária, ainda não superado e presente, sobretudo, no universo das classes populares. Diante disso, discuto também no segundo capítulo os conceitos de apropriação e as nuances da exclusão digital.

Em termos de pesquisa científica, entendo que, tão importante quanto os questionamentos e reflexões teóricas que se voltam para “o que fazer” é o tatear, o pensar e repensar na tentativa de definir o “como fazer”, ou seja, os métodos e técnicas mais eficazes para chegar aos objetivos traçados e que servem como bússola para o percurso do trabalho de campo. Diante disso, é ao percurso metodológico da pesquisa de campo que dedico o terceiro capítulo. Procurei descrever as condições sob as quais realizei as observações e coletei as informações para evitar que se fique com a impressão de que “tudo foi extraído do nada” (MALINOWSKI, 1984, p. 18) e por crer que “as atividades do pesquisador exercem um papel crucial na obtenção dos dados” (CICOUREL, 1980, p. 87). Justamente por isso, devem ser explicitadas.

Optei pelo uso de uma multimetodologia ou “plurimetodologia”, como denomina Lacerda (2009), que inclui a etnografia digamos “tradicional” e a etnografia virtual. Através da etnografia “tradicional” empreendi a análise do lugar; do bairro Ellery, espaço social onde surge meu objeto de estudo. Como disse anteriormente, sentia a necessidade de realizar uma análise mais ampla que envolvesse um olhar de perto para aspectos do contexto no qual o veículo popular está inserido.

A compreensão desse cenário e dos nós significantes do cotidiano da construção do site do bairro Ellery pedia uma inserção mais densa em campo, que garantisse o tempo necessário para o convívio e para a percepção das

subjetividades dos sujeitos pesquisados. Remetendo-me a Canclini (2003), era preciso chegar a pé, como é prática dos antropólogos<sup>2</sup> e, não, passar de avião, como o autor considera que fazem os comunicólogos.

Na etnografia encontrei não só a possibilidade de dar conta da complexidade da construção cotidiana de uma mídia popular, mas alguns pressupostos que se alinham à minha maneira de pensar a forma de fazer pesquisa (ou, melhor seria dizer, de viver a pesquisa). Vejo a pesquisa científica como um “trabalho de formiga” (BEAUD; WEBER, 2007, p. 190) que vai sendo construído paulatinamente, a partir de um tempo de dedicação maior e de uma sequência de interações pessoais que buscam não o acúmulo de detalhes, mas a atenção aos significados de cada um deles.

Faço a opção pelo método etnográfico ciente de que este não tem, ainda, tradição de uso em pesquisas na área de Comunicação; o que se configura em um desafio. Entendo, todavia, que a multidisciplinaridade enriquece os trabalhos de pesquisa que, no caso da comunicação, podem se tornar mais abrangentes, indo além da análise da mídia em si e melhor contribuindo para a compreensão da comunicação popular comunitária.

Já a etnografia virtual permitiu a análise do site do bairro Ellery. O método guiou o percurso pelos caminhos do ciberespaço. Apesar dos trabalhos ainda serem escassos e das críticas à utilização do método, principalmente no que diz respeito à mudança da noção de campo, que passa a não significar mais um lugar geográfico, há autores que percebem ganhos no uso desta metodologia. Para Christine Hine (2000), por exemplo, a etnografia virtual torna-se de extrema importância para “observar com detalle las formas em que se experimenta el uso de una tecnologia”<sup>3</sup> (HINE, 2000, p. 13) sem perder de vista o compromisso do método de “desarrollar una comprensión profunda de lo social a través de la participación y la observación”.<sup>4</sup> (Id., p. 55).

---

<sup>2</sup> Embora a Antropologia não seja a minha área de formação, o trabalho de campo mais orgânico, que é característica dessa disciplina, é o que me interessa e acredito, mesmo sendo pouco comum, poder realizá-lo em uma pesquisa na área de Comunicação.

<sup>3</sup>Tradução da autora: “observar com detalhes as formas em que se experimenta o uso de uma tecnologia”.

<sup>4</sup>Tradução da autora: “desenvolver uma compreensão profunda do social através da participação e da observação”.

Considero importante colocar que as duas formas do método etnográfico não são trabalhadas separadamente. Procuro estabelecer no decorrer do trabalho uma relação entre o concreto (o bairro Ellery) e o virtual (o site). Para isso, me aproprio das discussões de Dênis de Moraes (2001). O autor considera que o ciberespaço não é uma esfera dissociada dos embates sociais concretos. Há, na realidade, uma relação de confluência, de acréscimo e de sinergia.

Vale ressaltar que, ao fazer uso do termo “virtual”, não o oponho a “real”. Entendo “virtual” em seu sentido filosófico, a partir de Lévy (1999), que o coloca em oposição a atual. Virtual seria, então, o que existe em potência, mas não em ato. Sendo assim, virtualidade e atualidade são dois modos diferentes de realidade. Os espaços, que aqui defino como virtual e concreto – o site do bairro Ellery e o próprio bairro - não estão desconectados. Serão pensados como partes de um todo, entendendo que “no lugar de divisões e estacas demarcatórias, estabelecem-se os nexos, as bricolagens e as hibridações”. (MORAES, 2001, p. 74). Afinal, como explica Castells (2009), tudo que fazemos é ao mesmo tempo, virtual e físico, real, concreto.

A realização de entrevistas também fez parte do trabalho de campo. Optei pela entrevista antropológica ou etnográfica, que, por levar em conta os contextos, me permitiu, com maior eficiência, adentrar o universo de sentidos que compõem a perspectiva do ator, sem, no entanto, impor os pressupostos do investigador. Meus principais entrevistados são os diretores/as da ACEM que fizeram parte do mandato de 2009 a 2011. A escolha se deu pelo fato de serem esses os atores sociais mais próximos da experiência comunicacional analisada e, ainda, por que tanto o site, quanto as mídias anteriores que o Ellery vivenciou surgiram de discussões e iniciativas da Associação. Apresento os entrevistados principais também no capítulo metodológico para que o leitor possa estabelecer, com estes, maior proximidade.

Realizei, ainda, entrevistas com os atores sociais que escrevem para o site, mas que não fazem parte do contexto cotidiano nem do bairro e nem da ACEM. São os chamados colunistas. Como disse anteriormente, percebi através de pesquisas anteriores que aumentava a participação no site de pessoas que tinham pouca ou nenhuma relação com o bairro. Assim, considero importante ouvir esses sujeitos para compreender o que os leva à participar e os significados dessa participação.

Considero importante salientar que algumas discussões e percepções que aqui apresento foram fruto de conversas informais possibilitadas pela convivência mais próxima com o lócus de pesquisa, com os sujeitos pesquisados e com moradores/as do bairro. Sem o microfone ligado, o diálogo muitas vezes fluía com mais facilidade.

Apresentadas as escolhas metodológicas, parto para o campo ou quem sabe poderia dizer, para os campos. O primeiro a ser percorrido é o campo “concreto”: o bairro Ellery. Dedico o quarto capítulo à análise da história, memória, cotidiano, construções e reconstruções desse espaço social. O bairro é muito mais que pano de fundo para a pesquisa. Tem, na realidade, importância central, pois de acordo com Malerba (2008, p. 165), “a análise de cada iniciativa de mídia comunitária deverá ser realizada a partir da realidade social, política e econômica do lugar em que o veículo nasce”.

Entendo que é profícuo que me volte para um processo de localização, no entanto, este localizar é mais que territorializar. Quer dizer “ambientar o empreendimento de mídia comunitária no espaço/tempo presente, considerando com cuidado sua realidade social” (ibid). Além do mais é no concreto que se forjam as relações, se estabelecem os vínculos e fervilha a vida que irá permear os conteúdos produzidos pelos comunicadores populares.

No quinto e último capítulo percorro o segundo campo: o campo virtual. Dedico-me à análise do bairro Ellery que envolve o processo de criação, produção, participação dos diretores/as da Associação Comunitária dos bairros Ellery e Monte Castelo (ACEM), diálogos com a mídia comercial, relações entre a característica de localismo da comunicação popular comunitária e a desterritorialização do ciberespaço e recepção. Através dessa análise será possível perceber como os dois campos – o concreto e o virtual – estão imbricados e como as duas formas de trabalhar a etnografia vão juntas contribuindo para a compreensão dos contornos que a comunicação popular apresenta na Rede.

Assim se estrutura o trabalho que ora apresento e que tem o intuito de contribuir para as discussões em torno da comunicação popular comunitária construída no âmbito dos movimentos sociais populares e que só foi possível pela insistência desses movimentos, como o do bairro Ellery, em continuar, apesar das intempéries, a lutar pelo direito de falar, de comunicar, de produzir conteúdos.



# CAPÍTULO I

## Movimentos Sociais e Comunicação: entre conquistas e desafios

*Yo vengo de una lucha  
que es sorda y constante,  
yo vengo de un silencio  
que romperá la gente  
que ahora quiere ser libre  
y que ama la vida,  
que exige las cosas  
que le han negado.*

*(Raimon)*

A letra da música Infomaré, que faz parte do álbum Quanta lançado em 1998 por Gilberto Gil, diz que a hora é de cada um criar seu *website*, fazer sua *home page* e velejar no “informar” aproveitando a vazante da “infomaré”. A composição me remete a Lévy (1999), que afirma terem as telecomunicações gerado um “segundo dilúvio”. Este, ao contrário do primeiro, não terá fim, pois “não há nenhum fundo sólido sob o oceano das informações” (LÉVY, 1999, p. 15). Resta-nos, então, aprender a navegar.

Os movimentos sociais populares têm se dedicado a esse navegar, nem sempre preciso, pelo “oceano digital” e é a compreensão da comunicação construída por esses atores sociais no ambiente virtual, o objetivo central desse trabalho. Para isso, lançarei primeiramente um olhar sobre a histórica relação entre os movimentos e a comunicação, que inclui uma abordagem relativa aos usos, apropriações, conquistas, aprendizados, desafios e experiências. Optei por um percurso que dê conta das formas de pensar e fazer comunicação através do uso de diferentes suportes: Rádio, Jornal, TV, para, só depois, chegar à Internet.

Compreender as características do fazer comunicativo através dessas mídias é de extrema importância, pois só a partir disso é que será possível perceber o que muda (ou não) no processo de construção da comunicação popular comunitária quando esta passa a ser realizada tendo como suporte a Internet; obviamente levando-se em conta, também, as características que são próprias das

mídias digitais, pois “[...] as novas tecnologias de comunicação significam fundamentalmente novas regras ou procedimentos para conhecer como comunicar” (FINLAY, 1986, p. 36).

Com isso não estou propondo a utilização o método de análise comparativa, mas simo estabelecimento de um processo reflexivo que leve em conta a comparação. Como explica Cavalcante (2008, p. 266), “[...] antes de ser um método de investigação, a comparação consiste em ser um componente indissociável da cognição e do conhecimento, seja isso racionalmente concebido ou acto espontâneo da experiência social, cultural e científica”. Citando Nóvoa (1998) a autora enfatiza ainda que, a especificidade não pode ser estabelecida sem a comparação e é em busca das especificidades do objeto de estudo escolhido, que trilharei o percurso histórico das relações entre comunicação e movimentos sociais populares.

### **1.1 Uma “Outra Comunicação” Entra em Cena**

Os mecanismos de comunicação gestados no interior dos movimentos sociais populares no Brasil tiveram seu surgimento atrelado à emergência desses movimentos na segunda metade da década de 1970 e constituíram-se com mais desenvoltura na fase de declínio do regime militar autoritário, no contexto de uma sociedade civil descontente com as condições sociais, políticas e econômicas então vigentes no país. Festa (1986, p. 10) inclusive entende a comunicação popular como um “fenômeno que se manifesta sincronicamente com o movimento das forças sociais e com sua capacidade de articular propostas políticas”.

No início da década de 1970, “muito se dizia e pouco se comunicava por todo o país” (FESTA, 1986, p. 16), visto que os meios de comunicação estavam sob severa censura. As experiências de comunicação popular surgem, então, como “‘instrumentos alternativos’ (...) não sujeitos ao controle governamental ou empresarial direto” e que se voltavam para retratar “momentos de um processo democrático inerente aos tipos, às formas e aos conteúdos dos veículos, diferentes daqueles da estrutura então dominante da chamada ‘grande imprensa’” (PERUZZO, 1998, p. 115).

Embora nascidas no interior das organizações sindicais, essas experiências acabam, de acordo com Oliveira (1994), multiplicando-se, também, no dia-a-dia do



movimento de bairro. “Há uma descoberta por parte desses grupos, das possibilidades de fazer comunicação, de aprender a se comunicar, de manipular equipamentos e de participação, não sendo essa uma tarefa apenas das lideranças comunitárias” (OLIVEIRA, 1994, p. 36-37). Essa realidade foi vivenciada no bairro Ellery através da criação de diversas experiências comunicativas das quais falarei no quarto capítulo deste trabalho.

Vale salientar que com a repressão imposta durante os “anos de chumbo” da ditadura militar no Brasil, que silenciou e desarticulou organizações sindicais e movimentos estudantis, os movimentos de bairro, juntamente com as associações de favelas e as mobilizações específicas em prol de moradia e equipamentos urbanos, passaram a ocupar lugar de destaque no cenário social. Com isso, novos personagens entraram em cena (SADER, 1988), como donas de casa e moradores de favelas e periferias. Parafraseando o poeta Ferreira Gullar, é plausível dizer que a história humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas associações de moradores, nos bairros populares e nas favelas.

Os movimentos de bairro trouxeram o cotidiano para a discussão. Passou a haver um exercício político relativo às vivências e às necessidades cotidianas. A política ganhava novos espaços de atuação, além dos já convencionalmente instituídos, e passava a fazer parte da vida de pessoas “comuns”. Peruzzo (2004) considera que às lutas por moradia, saneamento básico, transportes, educação, saúde, entre outras que visam a garantia de uma vida digna, os movimentos sociais populares agregaram a “busca do acesso aos meios de comunicação como direito de exercer liberdade de expressão tanto em nível individual como coletivo” (PERUZZO, 2004, p. 7).

Esse processo é denominado por Matos (2006, p.17) de “autonomização”, ou seja, a comunicação realizada pelos movimentos sociais é, paulatinamente, convertida “em um valor em si, e não apenas em um instrumento de divulgação dos movimentos e de suas demandas”. Após o período de redemocratização do país, com as crescentes conquistas de direitos de cidadania (evidentemente como fruto direto da ação dos movimentos) e em um contexto de relações cada vez mais imbricadas entre Estado e movimentos sociais, será que essa visão perdura?

As mídias produzidas pelos movimentos eram, principalmente, pequenos jornais, boletins, alto-falantes, peças de teatro, folhetos, vídeos, audiovisuais, faixas, cartazes, pôsteres, cartilhas, rádios livres e comunitárias. Estas faziam parte da dinâmica desses movimentos e surgiam de acordo com suas necessidades. Uma delas era a de mobilização. Downing (2002, p. 67) entende que “a comunicação efetiva no interior dos movimentos sociais e praticada por eles é (...) uma necessidade vital para que a automobilização possa ocorrer e prosperar”. Além da automobilização, era (e é) necessário aos movimentos contagiar outros com suas mensagens, quer sejam os atores sociais que vivem nos lugares onde esses movimentos atuam mais diretamente ou a sociedade de uma forma geral.

Sendo assim, a comunicação passa a ser uma das mediadoras desse processo mobilizador tão necessário às lutas sociais, contribuindo de forma fundamental, de acordo com Mafera (2006, p. 16), no sentido de “despertar interesse para suas causas e ganhar legitimidade pública”. Hoje legitimidade se confunde com visibilidade. Os movimentos também entraram nessa corrida que é característica da “sociedade do espetáculo” (DEBORD, 1997) ou do “hiperespetáculo” (SILVA, 2007), afinal, ser visto passou a ser condição de existência. Como observa Guareschi (1986, p. 99) “uma coisa passa a existir no momento em que é comunicada, é notícia. Se não é comunicada, divulgada, para a maioria das pessoas ‘deixa de existir’”.

Mas como é possível pensar esse fenômeno comunicacional surgido no âmbito dos movimentos sociais? Peruzzo (1998) identifica duas linhas: uma surgiu no início da década de 1980 e entende essa comunicação como libertadora, revolucionária, portadora de conteúdos críticos e reivindicativos capazes de conduzir à transformação social. A outra surgiu no início da década de 1990 sob influência das mudanças na sociedade civil e nos próprios movimentos sociais. Apresenta uma postura mais dialética e mais flexível e acredita que a comunicação construída pelos movimentos, apesar de não conseguir levar a transformações imediatas da sociedade devido às suas limitações e contradições, pode contribuir para a democratização dos meios comunicacionais e produzir modificações em nível cultural. Pode-se dizer que a essa segunda perspectiva se alinham as mídias populares que são fruto do surgimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC's), como sites, hotspots, blogs, páginas no facebook etc.

Acredito haver, na discussão teórica de Peruzzo (1998), um fato que merece questionamento. Será que mesmo se a comunicação popular comunitária não tivesse limitações ela teria essa capacidade transformadora da sociedade e ainda mais a capacidade de empreender transformações imediatas? Não seria imputar muita responsabilidade à comunicação sem levar em conta os diversos outros fatores que coexistem e interferem na realidade social? Parece-me que essa “outra comunicação” vive entre dois extremos: ou é tratada com tamanho romantismo e idealismo que passa a ser vista como salvadora ou com exacerbada cobrança, quando se percebe que, na prática, nem sempre se faz presente o que foi teorizado. Dessa forma, o olhar para as singularidades e para os processos, em si, continua a perder espaço na pesquisa.

Creio que a primeira linha de pensamento guarda relação com uma tendência à essencialização no que se refere à caracterização da comunicação popular como, **necessariamente**, conscientizadora e libertadora. Pensar a coexistência entre a luta e o lúdico e dar prevalência a um pensamento dialético é de grande importância para o não engessamento da comunicação popular. Para que não se crie, como alerta Mata (1988), um objeto ideal e a ele fiquemos comparando experiências de comunicação, batizando como populares aquelas que se adequam a uma série de pré-requisitos ou excluindo as que não se enquadram. Há perigos nesse “dever ser” e a essa discussão nos dedicaremos no item quatro deste capítulo.

Seguindo a discussão a respeito das formas de pensar a comunicação gestada no âmbito dos movimentos sociais populares, Peruzzo (1998) crê que há uma coexistência entre as duas linhas apresentadas e que a comunicação popular, por ser uma realização da sociedade civil e constituída historicamente, sofre as mudanças e metamorfoses impostas pelo contexto “admitindo o pluralismo e ocupando novos espaços ou incorporando canais de rádio e televisão e outras tecnologias de comunicação, como as redes virtuais (Internet, etc)” (PERUZZO, 1998, p.119-120). Questionamo-nos se a coexistência entre esses dois pensamentos a respeito da comunicação popular se explicita no processo de construção do site do bairro Ellery e em seu conteúdo.

Discutindo exatamente a relação entre as experiências de comunicação dos movimentos e o contexto histórico de cada época, Festa (1986) identifica três grandes processos que têm correspondência direta com três fases distintas da vida

política, econômica e social do Brasil. A primeira fase, de 1968 a 1978 se dá entre o AI-5 e a abertura política e “caracteriza-se por uma comunicação de resistência, denúncia e acumulação de forças, por parte das oposições”. A segunda, que ocorre entre 1978 e 1982, corresponde ao período de abrandamento das restrições políticas e de realização de eleições nacionais. Caracteriza-se em termos de comunicação pela existência de uma comunicação popular, multiplicadora de meios de comunicação nas bases. O terceiro período foi de 1982 a 1983 e “caracteriza-se por uma atomização do processo de comunicação popular e alternativa na mesma medida que reflete a incapacidade das forças de oposição para articularem uma alternativa política à crise atual vivida pela sociedade brasileira” (FESTA, 1986, p. 10). Para a autora, a experiência brasileira mostra, de forma clara, a relação entre o aparecimento, desenvolvimento e refluxo das experiências de comunicação popular e comunitária e a capacidade dos movimentos sociais de articularem o seu projeto alternativo de sociedade. As duas coisas ocorrem na mesma medida.

A constatação de Festa (1986) remete-me à discussão de Gomes (1990) sobre o que faz com que uma comunicação possa ser considerada popular. Mais importante do que os instrumentos utilizados ou os conteúdos construídos é, de acordo com o autor, a inserção dessa comunicação em um contexto alternativo de forma a potencializá-lo. Esse contexto alternativo

caracteriza-se por sua tendência a romper a ordem do capital, a integrar aquilo que o capital fragmenta. Este é o desafio que se apresenta à comunicação popular: conceber-se realmente como elemento de um processo mais amplo e criar, inventar formas de inserir-se nele sem pretensões de gerá-lo (GOMES, 1990, p. 42).

A quantas anda a construção desse contexto alternativo, desse projeto alternativo de sociedade, por parte do movimento social do bairro Ellery? Existe essa reflexão por parte dos militantes ou as questões emergenciais mais ligadas ao cotidiano acabam ofuscando e até impossibilitando um olhar mais amplo? Por concordar com os autores logo acima citados, entendo que compreender essas questões ajudará a perceber os rumos da comunicação popular comunitária que lá é gestada, seus desafios e conquistas.

Voltando, ainda, para a discussão em torno do surgimento desta “outra comunicação”, ancorada nas lutas sociais, acredito ser importante explicitar, mesmo que de forma breve, os elementos que fizeram parte de sua base, ou seja, os subsídios, o solo fértil para seu florescimento. Festa (1986) considera como processos antecessores à comunicação popular no interior dos grupos de base, as experiências de cultura popular vividas no Brasil entre os anos de 1960 e 1964 e cita como exemplos os Centros de Cultura Popular (CCPs) e o Movimento de Cultura Popular.

De grande importância foi, também, o Movimento de Educação de Base (MEB), cuja atuação era norteada pelo método Paulo Freire. Para Gomes (1990), Freire, embora tenha se dedicado a pensar a educação, foi o precursor da chamada comunicação horizontal, que tem como um dos pontos principais a participação popular.

A ditadura militar reprimiu fortemente esses grupos que, no entanto, ressurgiram com outras características, após a década de 1970. Voltaram-se para a conscientização política da classe trabalhadora e muitos militantes passaram a trabalhar junto com a Igreja Católica compondo as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que, como define Frei Betto (1986, p. 99-100), são “pequenos grupos integrados por leigos cristãos”, pertencentes, na grande maioria, às classes populares, que se reúnem motivadas pela fé em torno de “problemas de sobrevivência e de subsistência imediatas”.

Além das CEBs, a Igreja criou pastorais especificamente para o trabalho junto aos excluídos como a Pastoral Operária e a Pastoral da Terra. Juntas, CEBs e Pastorais produziam grande quantidade de instrumentais com conteúdo contestador e conscientizador como cartilhas, cartazes, *folders*, vídeos, filmes, programas de rádio, cadernos de estudo, material para reflexão, para favelados, operários, comissões de direitos humanos, entre outros. (FESTA, 1986).

Mas não apenas os instrumentais, ou seja, os meios eram vistos como formas de comunicação. As reuniões das CEBs, segundo Frei Betto (1986), eram uma das principais formas de comunicação entre seus membros e um espaço de expressão da palavra do oprimido. “A reunião semanal, quinzenal ou mensal é o ‘jornal’ da comunidade – aí se dá a troca de informações e a atualização a respeito de

trabalhos e lutas populares nas quais membros das CEBs se encontram engajados” (Frei Betto, 1986, p. 110).

A partir dessa colocação pode-se ter uma idéia de como a oralidade representou um papel predominante nas lutas dos setores populares. Canclini (2006, p. 38) inclusive define os movimentos sociais como “(...) uma cultura popular que constitui uma esfera pública plebéia, informal, organizada por meio de comunicação oral e visual mais do que escrita.” Discutirei no decorrer desse trabalho, como a prevalência da oralidade pode, ou não, favorecer a construção da comunicação popular comunitária, dependendo do suporte utilizado.

Após discutir o processo histórico e as questões que se relacionam com o surgimento da comunicação no âmbito dos movimentos sociais populares, tratarei das muitas definições e conceituações que, ao longo do tempo, essa comunicação tem recebido.

## **1.2 Entre Conceitos e Definições**

Comunicação popular, popular alternativa, comunitária, radical, horizontal, são algumas das formas de nomear a comunicação que não se forja através dos grandes meios. Não pretendo, aqui, me deter às minúcias presentes nas definições de cada um desses termos, até por que, na maioria das vezes, o termo muda, mas a essência da discussão e/ou as caracterizações permanecem as mesmas.

Outro motivo para seguir esse caminho é acreditar que “o importante não é simplesmente tipologizar essa comunicação, mas procurar entendê-la no conjunto de suas relações, desvendando qual seu significado e suas estratégias, na dinâmica das lutas urbanas e dos agentes diretamente envolvidos nessas práticas” (OLIVEIRA, 1994, p. 7). Trabalhar a partir de uma visão que não se prenda a um “dever ser” contribui para não engessar essa comunicação, para não cair em uma essencialização perigosa e para valorizar as singularidades das experiências percebendo-as a partir de um olhar “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2003), que é meu propósito, pois foi, exatamente, das singularidades que sentifalta na discussão sobre os movimentos sociais na Rede.

Peruzzo (2008) dedica-se a uma didática análise dessas denominações que recebe a comunicação que se contrapõe à lógica e aos anseios de setores

hegemônicos da sociedade e que questiona o *status quo*. No entanto, a própria autora entende que “conceitualmente, comunicação popular, alternativa, comunitária e/ou radical se confundem” e essa confusão se dá porque, apesar das diferenças de denominações, na prática os objetivos, processos e estratégias são semelhantes, já que, “nas práticas sociais, os processos comunicacionais são holísticos”. (PERUZZO, 2008, p. 11).

Entretanto, visto que “la comunicación exige adjetivos” e que “una comunicación desadjetivada oculta su naturaleza política”<sup>5</sup> (TAGLE, 2002, p. 338), optei, então, pelo uso do termo comunicação popular comunitária. Sei que tanto “popular”, quanto “comunitária” são termos densamente carregados de sentido, por isso, me dedicarei a explicitar como os tomei para o presente trabalho, para logo depois dar sequência à discussão dos aspectos e características dessa comunicação.

O termo “popular” possui significações diversas e o consensual é que tem a ver com “povo”. “Povo”, por sua vez, é outro termo que também possui uma diversidade de significados. Pode ser entendido como aqueles/as que não têm recursos, que são economicamente menos favorecidos; as chamadas classes subalternas. Também pode ser usado para se referir a uma “massa” atomizada e ignorante, estabelecendo, assim, uma dicotomia elite-massa. Como afirma Martín-Barbero (1998, p. 70), “a denominação do popular fica assim atribuída à cultura de massa (...) como algo ligado à modernidade, à mestiçagem e à complexidade do urbano”. Uma terceira linha de pensamento relaciona “povo” à nação. Há ainda a noção que toma por “povo” as classes subalternas, mas não como submissas e sim como opositoras e geradoras de resistência ao sistema dominante, levando-se em conta, como afirma Castells (2009), que onde há poder, há contrapoder e onde há dominação há resistência.

Chauí (1986), partindo da distinção elaborada por Martín-Barbero (1985) entre “povo na política” e “povo na cultura”, se dedica a uma análise histórica da noção de povo. De acordo com a autora, era comum no século XVII a diferenciação entre o Povo e o “povinho” ou “populacho”. Por Povo entendia-se a “unidade jurídica dos cidadãos definidos pela lei” (CHAUÍ, 1986, p. 17). Eram os fazendeiros, artesãos,

---

<sup>5</sup>Tradução da autora: “a comunicação exige adjetivos”. “Uma comunicação desadjetivada oculta sua natureza política”.

comerciantes, financistas, ou seja, os “comuns” que se distinguiram da nobreza. Já o “povinho” era a “massa perigosa”, o ignorante, o superticioso, o irracional. “Há, pois, o Povo como generalização política e o povo como particularidade social; os ‘pobres’” (CHAUÍ, 1986, p. 17). Ao Povo, portador de razão, cabia a tarefa política, o auxílio filantrópico ao “povinho” e a responsabilidade de educá-lo, através da disciplina do trabalho industrial, da educação para conter as paixões obscuras, irracionais e superticiosas e, sobretudo, a inveja, expressa no desejo de igualitarismo.

No outro pólo está o “povo na cultura”. Sob esse prisma, o popular é visto, principalmente pelos Românticos, que almejam a quebra do racionalismo, como sinônimo de pureza, tradição, coletividade, emoção, enraizamento, organicidade e naturalidade. Assim se delineiam os traços principais do que se passou a chamar “cultura popular”. É possível estabelecer, aqui, também uma relação com a comunicação popular, muitas vezes analisada a partir desses parâmetros, o que pode levar a uma essencialização.

As significações de “popular” seguem esses vieses discursivos. Para o presente trabalho, interessa o popular como um espaço de resistência, de (re)criação, de produção, mas que não está livre do processo de reprodução de padrões e estereótipos; de luta, mas também de antagonismos, conflitos e negociações. Essa forma de pensar e definir o popular ganha força, principalmente, na América Latina, região que herda o espírito de resistência dos povos nativos colonizados.

A comunicação, especificamente a denominada de popular por ser gestada nesse âmbito de resistência, subversão e luta contra o *status quo* tem papel importante nesse processo. Para Oliveira (1994, p. 38), o que a faz popular “é tudo aquilo que pode ser reconstruído na contextualização da sua história, ligada à organização e mobilização das lutas e vidas das classes populares, o modo e a capacidade que as pessoas têm de usar e produzir mensagens para as comunidades”.

Entretanto, muito arraigada está uma visão estereotipada e muitas vezes preconceituosa que percebe a comunicação popular sempre como uma produção artesanal e mal feita diante dos padrões estéticos estabelecidos, que se fundam na produção da grande mídia. Uma “comunicação baseada na precariedade”



(OLIVEIRA, 2007, p. 82) é o que parece que é defendido, quando se fala em uma mídia popular. Por outro lado, quando há uma preocupação maior com as questões tecnológicas e os veículos populares conseguem atingir um bom padrão de qualidade, muitas vezes se diz que estão reproduzindo a mídia comercial.

A comunicação popular fica, assim, entre o dilema: ou é artesanal (tido como sinônimo de mal feito) já que os “pobrezinhos” não têm conhecimento e condições para fazer melhor ou, se tem qualidade é porque reproduz a mídia comercial deixando, dessa forma, de ser popular. Paiva (2003, p. 143) entende que “por ser comunitário o veículo não deve ser descuidado e pouco profissional. O rigor técnico orienta-se no sentido de uma utilização a mais correta possível da linguagem dos veículos, tornando-os atraentes para que possam atingir seus objetivos”. Já Amaral Filho (2008) traz um questionamento interessante. O autor pergunta-se se por trás da afirmação de que a comunicação popular comunitária está reproduzindo a mídia comercial, não estaria, de forma consciente ou não, o desejo de que ela continue à margem.

Os veículos populares como vimos anteriormente, surgem em contraposição a um cenário de repressão política, de desrespeito aos direitos do cidadão e de monopólio das grandes redes de informação sobre os fatos. Paiva (2003, p. 138) coloca que

o fluxo informacional é considerado elemento decisório para o exercício real da cidadania, além de imprescindível instrumento democrático. Graças à circulação de dados é possível compreender a realidade e, conseqüentemente, dispor de recursos que permitam interferir no curso da história, alterando o cotidiano.

É essa forma de pensar o popular que permeará meu olhar para as experiências comunicativas historicamente gestadas no bairro Ellery e mais especificamente para a produção do site.

Abordeias várias significações do termo “popular”, porém o termo “comunitário”, por sua vez, não fica atrás no que se refere a nuances de sentido. A simples referência a este termo remete, quase que imediatamente, à idéia de comunidade; conceito que tem retomado um lugar de importância nas discussões teóricas atuais. O sociólogo Ferdinand Tönnies foi o precursor dessa discussão ao lançar, em 1957, a obra *Gemeinschaft und Gesellschaft* (Community and Society),

na qual estabelecia uma dicotomia entre comunidade e sociedade. A grande diferença apontada por Tönnies (1957, p.65) era a de que “[...] in the Gemeinschaft they remain essentially united in spite of all separating factors, whereas in the Gesellschaft they are essentially separated in spite of all uniting factors”.<sup>6</sup>Comunidade, na visão do autor, era sempre algo bom. “[...] the expression bad Gemeinschaft **violates** the meaning of the word”<sup>7</sup>. (TÖNNIES, 1957, p. 34 - grifo nosso).

Na comunidade de Tönnies (1957) o consenso é natural como o ar que respiramos e há um sentimento de união recíproca. Com o surgimento da sociedade (entenda-se aqui a sociedade industrial) surgem também os conflitos e o consenso passa a ser contratual e provisório. De acordo com Bauman (2003, p. 9), essa é a “comunidade imaginada e imaginária”. Uma visão tradicionalista de um “paraíso perdido ou paraíso esperado, mas não paraíso experimentado” que parece perdurar, não só nos debates teóricos, mas também na vivência cotidiana.

Em vários momentos da pesquisa de campo, quando conversava informalmente com moradores/as, estes/as referiam-se ao bairro como uma comunidade e quando isso ocorria eram exaltadas qualidades como a solidariedade existente entre as pessoas, o fato de todos se conhecerem e as lutas vivenciadas coletivamente. Esses fatores pareciam proporcionar um sentimento de segurança. A palavra comunidade sugeria “tudo aquilo de que sentimos falta e de que precisamos para viver seguros e confiantes” (BAUMAN, 2003, p. 9). O que era ruim vinha sempre de fora, como os traficantes, por exemplo. Se não fossem “os de fora”, diziam, jovens do bairro não se envolveriam com drogas. O “fora” é representado pelos bairros vizinhos: Monte Castelo, Álvaro Weyne e Presidente Kennedy. Perguntei se não havia, então, traficantes no bairro. Explicaram-me que sim, mas que o são, devido “às más influências” e que o problema com os traficantes de outros bairros é que eles não conhecem os moradores/as, dessa forma, todos/as se tornam alvos.

O discurso do grande “outro” que ameaça a paz e a harmonia da comunidade é bem mais forte e freqüente entre os que moram no Conjunto Vila Ellery, mas

---

<sup>6</sup>Tradução da autora: “na comunidade, eles permanecem essencialmente unidos apesar de todos os fatores que poderiam levar à separação, enquanto que na sociedade eles permanecem essencialmente separados apesar de todos os fatores que poderiam uni-los”.

<sup>7</sup>Tradução da autora: “a expressão comunidade ruim viola o sentido da palavra”.

conhecido como Cidade Alta, primeiro conjunto habitacional do bairro, construído em mutirão na década de 1980. O nome foi dado por se tratar de uma área, geograficamente, mais alta. Na última grande cheia do açude João Lopes<sup>8</sup>, no ano de 1995, as pessoas conseguiram se abrigar nessa área e daí então, todos a conhecem por Cidade Alta.

O local pareceu-me uma comunidade dentro do bairro. De acordo com os próprios moradores, é uma área estigmatizada pelo restante do Ellery devido aos casos de brigas de gangues e violência gerada, principalmente, pelo tráfico e consumo de drogas. Isso faz com que os/as moradores/as, quando solicitados a falar sobre o lugar, se apressem em dizer que tudo lá é calmo, que todos/as se ajudam, que a comunidade é muito unida e que os problemas que ocorrem é por causa, novamente, dos “de fora”. A idéia parece ser a de que

em tempos implacáveis, tempos de competição e de desprezo pelos mais fracos, quando as pessoas em volta escondem o jogo e poucos se interessam em ajudar-nos, quando em resposta a nossos pedidos de ajuda ouvimos advertências para que fiquemos por nossa própria conta, quando só os bancos nos sorriem e mesmo assim, apenas nos comerciais e não nos escritórios – a palavra ‘comunidade’ soa como música aos nossos ouvidos (BAUMAN, 2003, p. 8-9).

Mas como pensar em comunidade na sociedade contemporânea? Como fugir da “comunidade disponível na prateleira” (AMARAL FILHO, 2008), presa na história e simbolicamente imóvel? Acredito que é preciso, principalmente, haver um desprendimento da dicotomia entre sociedade e comunidade e de uma visão idealizada de um lugar sem conflitos, tão própria de umanoção tradicionalista.

Bauman (2003) fala das “comunidades-cabide”, das “comunidades de interesses” e das “comunidades estéticas”. Estas, de acordo com o autor, são formadas em torno de eventos que acontecem corriqueiramente; de problemas vividos por muitos na sociedade e como uma forma das pessoas “pendurarem seus medos e ansiedades individualmente experimentados e fazerem, em conjunto, o ritual de exorcismo” (BAUMAN, 2003, p. 21). São fruto de uma sociedade cosmopolita e de uma elite global que vive em um “mundo acolchoado, maleável e

---

<sup>8</sup> Açude localizado no bairro Ellery e que se transformou, ao longo do tempo, em um canal poluído. Falaremos com mais detalhes sobre o açude, que tem importância histórica para o bairro, no quarto capítulo desse trabalho.

informe” (BAUMAN, 2003, p. 59). Essas comunidades são efêmeras, descartáveis e sem consequências. Buscam confirmar a autonomia individual, ao invés dos compromissos éticos e a longo prazo.

São essas as possibilidades (ou seriam impossibilidades?) de pensar comunidade na sociedade contemporânea? Olhando para o contexto social no qual vivemos e para as relações de superfície que a cada dia ganham mais força, não é difícil concordar com Bauman (2003), no entanto, não é essa visão de comunidade que adotarei para este trabalho. Entendo que

“[...] muito mais do que transpor um conceito, falar de comunidade significa **necessariamente** aportar numa postura política. Eleger a possibilidade comunitária quer dizer opor-se, ou pelo menos não aceitar incondicionalmente o ideal societário, no qual a globalização traz como lógica os princípios de hegemonia e exclusão” (PAIVA, 2003, p. 123 – grifo nosso)

Paiva (2003) analisa argumentos que estabelecem a viabilidade da proposta comunitária e os fundamentos que seriam responsáveis pela permanência da concepção da vida comunitária na história da humanidade. Um deles é a idéia de comunidade como estratégia para a reformulação da estrutura social. A autora coloca que, “[...] quanto mais o elemento social e público afasta-se do homem, mais distante também estão os propósitos comunitários” (PAIVA, 2003, p.111).

É a essa percepção de comunidade, que a relaciona com mudanças sociais e com uma postura política que se contrapõem ao *status quo*, à qual mealinho. Acredito que comunidade pode ser lida como metáfora de resistência para grupos tradicionalmente subalternizados. Como uma oposição, na prática, “ao individualismo crescente e inerente a uma sociedade fundada em relações de produção capitalistas” (SANTIAGO, 2008, p. 101).

Acredito ter a comunicação - e aí ela se faz comunitária - um papel primordial no processo de (re)aproximar o elemento social dos atores sociais que dele são parte, mas que por tantas vezes delese encontram apartados. Mais do que uma forma de prestação de serviços, essa comunicação é uma proposta social de mobilização vinculada ao exercício da cidadania. Cristiano Henrique Ribeiro dos Santos (2008, p. 41), pesquisador do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LECC), considera,

inclusive, que “a comunicação comunitária pode ser também o próprio processo de construção de comunidade. Nesse espaço, a comunicação ingressaria para assegurar e ampliar o vínculo”.

Uma das táticas<sup>9</sup> utilizadas para forjar essa (re) aproximação é a construção de conteúdos que se coadunem com o sentido de pertencimento e comprometimento com um território. Como coloca Cabezas (1982, p. 67) citado por Paiva (2003, p. 139), “considera-se que o veículo comunitário surge como uma resposta prática às necessidades que tem a região de conhecer seus próprios problemas”. Entretanto, isso não “coíbe o desfrute de todo o aparato tecnológico da era atual que favorece ao desenraizamento, mesmo por que, não há como negar-se às evidências e ao que é real” (PAIVA, 2003, p.123). É a partir desse viés, e tendo esses elementos como foco, que analisarei o site do bairro Ellery e discutirei, posteriormente, os conceitos de lugar e desterritorialização.

Aqui, mais uma vez, cabem os cuidados para a não essencialização. Malerba (2008, p. 158) lembra que

a presença do termo ‘comunitário’ na ‘mídia comunitária’ acaba evocando todas as promessas que comumente são conferidas à possibilidade da comunidade: orquestração harmônica de interesses entre seus indivíduos; utilização integralmente ética das ferramentas sociais; reservatório substancial de valores.

Tal visão induz à busca da autenticidade e com isso perde-se a chance de levar em conta a força das contradições e de perceber as diferenças que se estabelecem entre a percepção do que seria ideal e o funcionamento real possível dos veículos comunitários.

Sigo o trem da história da comunicação gestada no âmbito dos movimentos sociais populares discutindo, agora, as características que a norteiam e definem os seus contornos.

---

<sup>9</sup> Entendemos “tática” a partir de Michel de Certeau (1994) como práticas próprias de grupos e/ou indivíduos que não detém o poder, mas que resistem e subvertem valores e padrões impostos a partir de micro ações que não tem uma base fixa, um “quartel-general”. “A tática só tem por lugar o do outro” (DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano: artes do fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994).

### 1.3 Aspectos e Características da Comunicação Popular Comunitária

Um dos fatores que faz com que a comunicação gestada no âmbito dos setores populares<sup>10</sup> seja considerada uma “outra comunicação” é o fato desta ser pautada por valores mais humanos e não pela lógica do capital, como é o caso da mídia de massa que “plasma, em discurso, o projeto burguês” (BERGER, 1996, p. 4). Propõe-se a representar “as vozes dissonantes e sem vez na estrutura de poder político e econômico”, pautando-se em novas leituras da realidade e manifestando-se “a favor da transformação das estruturas que desrespeitam o interesse social” (PERUZZO, 2008, p.14). É uma comunicação que procura focar o ser e suas relações e não o mercado, afinal, “nunca é demais dizer que na ponta das redes e dos satélites há homens e sociedades, culturas e civilizações” (WOLTON, 2006, p. 12).

A comunicação popular comunitária se contrapõe à realidade hegemônica dos meios de comunicação de massa, todavia, Gomes (1990, p. 43-44) citando Prado (1981, p. 66) entende que essa não é a questão central ou a luta principal. O autor explica que a comunicação popular comunitária é a favor de algo e não contra algo. “O problema deve ser colocado de maneira distinta: onde há comunicação popular? Noutra situação, a comunicação burguesa, massiva, comercial teria os mesmos resultados? Trata-se, portanto, de um problema de racionalidade, não de efeitos”.

O caráter alternativo dessa “outra comunicação”, que surge entre as minorias excluídas por um sistema que, ao privilegiar o capital, exacerba as desigualdades sociais, não está, na visão de Mata (1988), no fato desta se opor à mídia massiva, mas sim no fato de proporcionar que novos atores comunicativos se tornem visíveis para si mesmos e para a sociedade, mesmo que de maneira precária e contraditória, como são os movimentos sociais que os geram, mas, principalmente, de forma singular e significativa como são suas vidas e sua cultura. Como coloca Tagle (2002, p. 356), a comunicação popular comunitária permite a construção de um “escenário mediático que imprima visibilidad publica a los más diversos actores de la sociedad

---

<sup>10</sup>Compreendo setores populares, a partir de Gomes (1989, p. 244), como “o conjunto de classes e camadas sociais que procuram, num determinado momento histórico, mudar progressivamente a sociedade e criar as condições propícias para levar até o fim essa mudança”.

civil no contemplados como actores comunicativos ni políticos por la comunicación hegemônica” (TAGLE, 2002, p. 356)<sup>11</sup>.

De um modo geral, os bairros populares, como é o caso do bairro Ellery, e as periferias das grandes cidades são representadas, pela mídia massiva, como territórios de violência e barbárie. As comunidades periféricas aparecem, prioritariamente, nas editorias voltadas para a cobertura da violência. “A complexidade das relações e da vida das comunidades é reduzida, e torna-se praticamente impossível imaginá-las em outra editoria”. (NÓRA; PAIVA, 2008, p. 20).

Apesar das brechas existentes, tanto no processo de produção, quanto no de recepção da mídia de massa, “o pior entrave ideológico que ela impõe à sociedade civil é o de definir e estabelecer a temática e as áreas do discurso social” (FESTA, 1986, p. 11). Dessa forma, o morador de periferia continua a ser o grande “outro”, aquele que causa estranhamento, medo e repulsa e por isso deve ser afastado e/ou denegrado. Identificar esse “outro” e afastá-lo é essencial para que os que habitam o “centro” sintam-se seguros.

Não pretendo desenvolver uma narrativa romântica sobre as periferias, que como todo e qualquer espaço social é permeado por conflitos e antagonismos, Não há como negar a existência da criminalidade (embora a violência urbana, como se sabe, não se restrinja a esses locais). Esse cenário é uma realidade, mas, há outros. O que discuto é a tirania do tema quase único - o da violência - que deixa de lado a pluralidade da vida social e cultural presente nesses locais, contribuindo para uma incomunicação social<sup>12</sup>, em vez de favorecer uma prática comunicativa cidadã que medeie os diálogos com a realidade vivida.

Aqui a incomunicação não se estabelece pelo excesso de informações, como discutem alguns autores (BAITELLO JÚNIOR, 2005, 2010; MENEZES, 2005; GALEANO, 2006; SFEZ, 2000, entre outros), mas “como fenômeno resultante das relações assimétricas entre componentes de uma mesma sociedade, posicionados diferentemente, de modo a haver grupos aos quais se permite falar e outros que são obrigados a falar apenas o que lhes é permitido” (FAUSTO NETO, 1976, p. 86).

---

<sup>11</sup> Tradução da autora: “cenário midiático que imprima visibilidade pública aos mais diversos atores da sociedade civil não contemplados como atores comunicativos nem políticos pela comunicação hegemônica”.

<sup>12</sup> Mais sobre Incomunicação Social em: MELO, José Marques de (org). **Comunicação/Incomunicação no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1976.

A representação diferente que as mídias comunitárias permitem está intimamente ligada à luta por reconhecimento, já que a comunicação pode ser percebida “como o cenário cotidiano do reconhecimento social, da constituição e expressão dos imaginários a partir dos quais as pessoas representam aquilo que temem ou que tem direito de esperar, seus modos e suas esperanças” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 63).

Coloquei que a comunicação popular comunitária surge entre as minorias excluídas e o termo “minorias” remete-nos, quase que imediatamente, a idéia de inferioridade quantitativa. Sodré (2005, p. 11), todavia, desenvolve outra perspectiva e para isso recorre   Kant. Na obra do filósofo alemão, “maioridade   *M ndigkeit*”, que implica, literalmente, a possibilidade de falar. Já menoridade   *Unm ndigkeit* que, ao contrário, liga-se à impossibilidade da fala. “Menor é aquele que não tem acesso à fala plena”. Sendo assim, ainda de acordo com Sodré (2005), anota o contemporânea de minorias

refere-se à possibilidade de terem voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias do poder, aqueles setores sociais ou fra es de classe comprometidos com as diversas modalidades de luta assumidas pela questão social. Por isso, são considerados minorias os negros, os homossexuais, as mulheres, os povos indígenas, os ambientalistas, os antineoliberalistas etc. (SODRÉ, 2005, p. 11-12).

Em estudo sobre rádios comunitárias, Oliveira (1994), afirma que as experiências de comunica o popular são “uma forma de reivindicar o direito à palavra e   expressão das conquistas sociais” (OLIVEIRA, 1994, p. 31). No relato das experiências comunicativas do bairro Ellery, realizado no quarto capítulo, será possível perceber os percalços e também as vitórias de um percurso de lutas pelo direito à fala.

O domínio dos meios de comunica o, por um pequeno número de empresários, que rapidamente transformaram suas empresas em grandes conglomerados transnacionais, é um dos maiores desafios para o acesso à palavra. Esse monopólio impede o debate das idéias e “torna invisível – quando não ‘demoniza’ – atores e movimentos sociais” (ARBEX JÚNIOR, 2009, p. 385) que são obrigados a conviver com “o silêncio incômodo da palavra negada” (GERALDES, 2006, p. 5).



O mais aviltante é que a política de concessões “tem se caracterizado como relações de clientelismo, nas quais os meios de comunicação se transformam em instrumentos de barganha política” (OLIVEIRA, 1994, p. 42). Para Suzina (2004, p. 234) “o desafio continua sendo romper limites estabelecidos. Já não se trata de um regime militar, mas de uma ditadura simbólica em que o direito à comunicação não é dado às minorias”. Diria que além da ditadura simbólica há uma ditadura de mercado, que contribui fortemente para o não exercício dos direitos de cidadania por parte das classes populares.

É mais comum o direito à comunicação ser interpretado como o direito à informação ou à liberdade de expressão, porém, mais do que isso, é preciso garantir o direito do cidadão e das organizações e movimentos terem acesso aos meios de comunicação como produtores de conteúdos. “[...] é urgente e importante fazer das pessoas sujeitos de comunicação”. (GUARESCHI, 1986, p. 117).

Em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, pode parecer menos importante discutir e/ou lutar pelo direito à comunicação, tendo em vista que o direito à vida é violado todos os dias. Spenillo (2004, p. 251), no entanto, entende que,

mais do que deficiências, até mesmo estruturais, em áreas como educação, saúde, moradia, trabalho e lazer, com as quais as camadas populares são obrigadas a conviver cotidianamente, a exclusão na produção social de informação e, logo, de comunicação destituiu esses grupos do direito de decisão, participação e exercício da cidadania.

Diante dessa realidade, a comunicação popular comunitária desempenha um papel importante, pois amplia o número de canais de informação, inclui novos emissores e constrói um processo educativo, tanto no que diz respeito às mensagens emitidas, quanto ao envolvimento direto das pessoas no fazer comunicacional e nos próprios movimentos (PERUZZO, 1998). Ao “crear espacios y formas de agregación de variados intereses en los cuales el colectivo, y no solo algunos dirigentes o élites, puedan asumir papeles protagónicos (MATA, 1988, p.7)<sup>13</sup>, a comunicação gestada no âmbito das classes populares contribui para a

---

<sup>13</sup>Tradução da autora: “criar espaços e formas de agregação de variados interesses nos quais o coletivo, e não apenas alguns dirigentes e elite, podem assumir o papel de protagonistas. Esforços para melhorar as condições de vida e melhorar sua qualidade, assumindo a direção dessas modificações”.

democratização, não diretamente da comunicação, mas para democratizar “el conjunto de relaciones sociales y, em particular, a uma búsqueda de nuevos modos de entender la construcción del poder y la transformación social” (MATA, 1988, p.7)<sup>14</sup>.

O coletivo apresenta-se como foco das experiências de comunicação popular. Tal fato remete-nos a uma palavra chave nesse processo e, conseqüentemente, nas análises da maioria dos autores: participação. É a participação popular, segundo Peruzzo (1998, p. 296) que “pode facilitar o devir de uma nova práxis da comunicação”. Mas, apesar de essencial, garantir a participação no fazer comunicativo é um desafio constante. Há entraves históricos que emperram, adiam, tornam morosa essa prática; e não só no âmbito da comunicação.

Peruzzo (1998) considera que esses entraves têm raízes na própria história e cultura dos povos da América Latina. Não há uma tradição com relação à participação. Alia-se a isso a reprodução de valores autoritários e a frágil conscientização política. O autoritarismo não permitiu, desde o período colonial, a prática da co-responsabilidade na solução dos problemas e, assim, ficamos “impregnados de alienação e acomodação” (PERUZZO, 1998, p. 75). Essa acomodação se verifica, ainda segundo a autora, quando, por exemplo, a população de um bairro espera do dirigente da associação de moradores eficiência na solução dos problemas (afinal ele foi eleito para isso) ou elege o Presidente da República esperando que este seja o “salvador da pátria”.

Pude perceber, na prática, a colocação de Peruzzo (1998). Durante o trabalho de campo, não foram poucas as vezes em que, andando pelo bairro Elleryna companhia de alguém da diretoria da ACEM, éramos parados por moradores/as que questionavam e/ou cobravam o/a diretor/a com relação a algum projeto ou melhoria para o bairro. Na grande maioria das vezes, entretanto, essa mesma pessoa estava ausente do processo de discussão do assunto. Como afirma Demo (1986, p. 25), “é mais prático receber as coisas dos outros, mesmo por que é um projeto milenar viver à custa dos outros. Em grande parte a história da humanidade é profundamente isto”.

---

<sup>14</sup> Tradução da autora: “o conjunto de relações sociais e, em particular, a busca de novos modos de entender a construção do poder e a transformação social”.

Wilson Gomes (2008) avalia que há uma fragilidade na participação política dos cidadãos, uma certa apatia e desinteresse pela discussão de assuntos de cunho coletivo. Tal fato é agravado por uma sensação de que não existe uma conexão de causa e efeito entre “a ação do cidadão e o modo como as coisas referentes ao Estado se decidem. O lobby e a consultoria política têm muito mais força, junto ao Estado, do que a sociedade civil”, o que leva a uma “marginalização do papel dos cidadãos” (GOMES, 2008, p. 297).

A questão da participação na comunicação popular não está desvinculada desse contexto mais amplo. Na realidade, “[...] a comunicação participativa não existe em estado puro, independente ou separada dos processos substantivos de educação popular, lutas sindicais, politização e ação política” (BORDENAVE, 1986, p. 85). O contexto geral apresenta seus desafios, mas há outros que explicitarei, ainda neste primeiro capítulo, no decorrer da análise da construção desta “outra comunicação” através de diferentes suportes.

Outra forte característica da comunicação popular comunitária é sua imbricada relação com o lugar onde surge e se desenvolve. Tal fato norteia a produção de conteúdos e também pode possibilitar o (re)conhecimento do bairro ou da comunidade por parte dos/as moradores/as. Exemplo disso pode ser visto no Site do bairro Ellery. Há um *link* chamado “Bairro”, no qual os produtores concentraram informações sobre a história do Ellery, das instituições atuantes no bairro, um mapa com a localização das ruas e ainda os artigos e pesquisas desenvolvidos tendo o bairro como objeto de estudo. Há, ainda, um *link* dedicado a fotos dos eventos, pontuais ou periódicos, ocorridos no bairro. Sem contar que a produção de notícias do site se concentra em questões locais ou da Região Oeste. No capítulo dedicado à análise do site, me deterei com mais profundidade à discussão do conteúdo desta mídia.

Outro ganho trazido pela comunicação popular comunitária é o de permitir que as demandas dos setores populares possam circular na sociedade através de suas próprias comunicações, o que se intensifica com o uso das mídias digitais e principalmente da Internet. O ciberespaço, termo criado por William Gibson no romance de ficção “Neuromancer” e definido por Lévy (1999, p. 92) como sendo um “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das

memórias dos computadores”, tem sido apresentado como um espaço democrático onde todos podem navegar.

Não há dúvidas que as mídias digitais apresentam inovadoras possibilidades e ganhos para a comunicação como um todo e, mais especificamente, para a comunicação popular, porém há também desafios e vicissitudes que fazem com que o navegar no “oceano digital” nem sempre seja preciso. É à compreensão dessas nuances e singularidades do estar na Rede, tendo como foco os movimentos sociais populares sem grande estrutura organizacional, financeira e de atuação de profissionais da área de comunicação, que me dedicarei. Que fronteiras precisam ser transpostas? Acesso? Domínio e apropriação das técnicas? Produção textual?

Independentemente do suporte, é preciso que permaneçamos atentos ao fato de que “a comunicação não faz nada sozinha. Trata-se de um processo de mobilização e de vínculo local sintonizados” (PERUZZO, 2008, p.5). Essa atenção é essencial para que não se caia em uma visão tecnicista centrada nos meios, mesmo empreendendo esforços para a construção de uma “outra comunicação”, voltada para valores mais humanos e não para a simples lógica do lucro.

Entendo que também as pesquisas em comunicação muitas vezes contribuem para a difusão dessa visão tecnicista, ao centrar as análises tão somente nas mídias, quer comunitárias ou não, deixando o contexto, que as envolve e enraíza, passar ao largo. Para me afastar dessa possibilidade optei por analisar não apenas o *site* do bairro Ellery, o virtual, mas também o concreto, ou seja, o local onde essa mídia se insere, seu cotidiano e também o cotidiano dos atores sociais que, de alguma forma, dela participam. Na investigação científica que empreendo, o contexto é bem mais do que pano de fundo. É, na verdade, elemento essencial e indissociável cuja análise se faz obrigatória para que se possa compreender e chegar a respostas para os questionamentos.

Tratei, até aqui, das características que dão forma e ajudam a definir os contornos da comunicação popular comunitária, porém, entendo que pensar uma “outra comunicação” é também (talvez principalmente) olhar para os atores sociais que, de fato, lhe dão vida. Estes diferem dos profissionais da mídia massiva? Em que aspectos? As essas questões nos dedicaremos no item que se segue.

## 1.40 Comunicador Enraizado

Com o surgimento da comunicação popular comunitária, passa a existir a figura do comunicador popular. Na grande maioria das vezes trata-se de alguém que vive no mesmo lugar onde o veículo comunitário atua e lá tem fincadas suas raízes. É, assim, um comunicador enraizado. Ressalto que o termo “enraizado” não é aqui empregado no sentido de engessamento e/ou de imobilidade, mas sim de pertencimento a um contexto social que obviamente sofre transformações, do mesmo modo que os atores sociais que nele estão inseridos. Acredito que as raízes podem conviver com a lógica contemporânea dos fluxos.

O comunicador popular possui uma profunda relação com o lugar de surgimento do veículo comunitário e com a proposta desse meio. Isso permite que as discussões sejam permeadas por um conhecimento mais orgânico. Essa relação se faz importante principalmente por que “a comunicação não pode ser tratada separadamente da experiência vivida por ser ela um interagir com o mundo, por ser um fazer-se” (SANTOS, C. H. R dos, 2007, p. 12). Meu intuito é verificar, através do trabalho de campo, como essa ligação do comunicador com o lugar se evidencia no processo de produção de conteúdos para o site do Ellery.

Analisando essa relação do comunicador popular com o lugar, Oliveira (1994, p. 102) chega mesmo a considerar que “para efetivar qualquer proposta de comunicação popular, é indispensável levar em conta a intermediação dos comunicadores, atores sociais que se encontram em redes de convivência direta com a comunidade”.

Para esses atores sociais, na grande maioria das vezes, a comunicação não é uma instância separada do processo de articulação dos/as moradores/as das comunidades, periferias e/ou bairros populares em prol de melhorias de vida. Além de fazer parte da rotina de produção da comunicação, esse comunicador também é um articulador e mobilizador social.

Comumente, não possuem formação acadêmica na área de comunicação e adquirem conhecimento técnico e teórico a respeito dos meios através de cursos e oficinas oferecidos por universidades e/ou organizações da sociedade civil. Entre os anos de 1987 e 2001, Fortaleza viveu uma experiência ímpar com relação a esse processo de formação de comunicadores populares com a criação do Núcleo de

Comunicação Alternativa (Nupoca), depois rebatizado para Centro de Formação em Comunicação Alternativa (CEPOCA). O projeto, coordenado pela Profa. Dra. Márcia Vidal Nunes, voltava-se para a capacitação de pessoas que iriam atuar como comunicadores nas rádios comunitárias, que à época, proliferavam na cidade. A Prefeitura de Fortaleza responsabilizou-se pela infraestrutura técnica e a Universidade Federal do Ceará (UFC) encarregou-se da capacitação (MATOS, 2006).

O bairro Ellery passou a fazer parte do Cepoca no ano de 1995, quando este já havia se unido à Associação das Rádios Comunitárias de Fortaleza (ARCOS), passando a se chamar Arcos-Cepoca. Essa participação estimulou os moradores a montarem a rádio comunitária Mandacaru FM (OLIVEIRA, 2007, p. 115). Abordaremos essa e outras experiências comunicativas gestadas no Ellery no quarto capítulo.

O apoio à comunicação comunitária também está presente na atual gestão municipal de Fortaleza, embora com maior ênfase no caráter financeiro. No ano de 2005, primeiro ano do primeiro mandato da prefeita eleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Luizianne Lins, foi criado o Núcleo de Comunicação Popular e Alternativa que tem o objetivo de fortalecer iniciativas populares em comunicação comunitária. Atualmente são 23 experiências apoiadas<sup>15</sup>, entre sites, rádios e jornais (Site da Prefeitura de Fortaleza, 2011).

De 2008 a 2009, o sítio do bairro Ellery recebeu o apoio municipal. O valor repassado era em torno de R\$ 1.200,00 mensais, mas após 2009 os produtores optaram por não mais renovar o convênio com a Prefeitura. Em conversas informais, Aguinaldo Aguiar, comunicador popular, militante do movimento social do Ellery, um dos diretores da Associação Comunitária e principal articulador do site, disse-me que ao receber o fomento da Prefeitura, “os sites ficam chapa-branca”, ou seja, perdem a liberdade de abordar temáticas que não estejam alinhadas aos interesses políticos da gestão municipal.

Pergunto a Aguinaldo se não seria possível conciliar as duas coisas, ou seja, manter a independência na abordagem dos assuntos e continuar a receber a verba da Prefeitura, visto que esse valor seria importante para, por exemplo, comprar

---

<sup>15</sup> Pesquisa realizada em Maio de 2011.

equipamentos que fossem úteis para o funcionamento do veículo, como filmadora e câmera fotográfica. O comunicador popular entende que conciliar as duas coisas é muito difícil e que “é possível fazer coisas interessantes sem dinheiro”. Tanto nessa como em outras conversas (presenciais e virtuais), Aguiñaldo deixa claro que, além das questões políticas, considera o dinheiro um complicador, quando não se tem uma estrutura e nem prática de gestão de recursos, o que é o caso da ACEM e da grande maioria das associações de bairros. “Há alguns anos que penso em participar de movimentos que não tenham nenhuma estrutura física e financeira”, diz ele em conversa através do Gtalk<sup>16</sup>.

Voltando à experiência desenvolvida pelo CEPOCA, Oliveira (1994) ressalta que a comunicação era pensada como parte de um contexto que se forma a partir das singularidades de cada lugar. A formação política voltada para questões sociais específicas da comunicação social, da cultura e da produção de mídias apresentava-se, assim, como um dos diferenciais dos atores sociais que se tornavam comunicadores populares, permitindo, em parte, um olhar crítico para realidade a ser representada pelos veículos de comunicação comunitária. O propósito era o de “não transformar o trabalho do comunicador em tarefa meramente técnica” (OLIVEIRA, 2007, p. 86).

A ausência de uma formação política ampla que fomente uma abordagem crítica pode fazer com que o comunicador se coloque apenas como um intermediário, que

em vez de trabalhar para abolir as barreiras que reforçam a exclusão, defende o seu ofício: uma comunicação na qual os emissores-criadores continuam sendo uma pequena elite e as maiorias continuam sendo meros receptores e espectadores resignados (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 69)

Para Martín-Barbero (2009, p. 69), o ideal é que ao invés do papel de intermediário, o comunicador assuma o papel de mediador: aquele que trabalha para “fazer possível uma comunicação que diminua o espaço das exclusões”. Dessa forma, pensar uma “outra comunicação” é, também, pensar sobre a necessidade de um outro tipo de comunicador.

---

<sup>16</sup> Aplicativo de bate-papo virtual desenvolvido pela empresa norte-americana Google.

Mas será que essas diferenças entre as formas de atuação dos comunicadores (da mídia de massa e das mídias comunitárias) podem ser sempre tão bem delimitadas e/ou dicotomizadas na prática da comunicação popular comunitária? Não estariam também, as ações dos comunicadores populares permeadas por ambigüidades, preconceitos e desejo de visibilidade? Kaplún (1985) chama atenção para a reprodução da forma de comunicar dos profissionais da mídia por parte dos comunicadores populares.

Quizá más de una vez el lector habrá podido observar que, en actos culturales y artísticos populares, el compañero al que le toca oficiar de presentador o animador -así sea un militante de base con alto grado de compromiso— tiende a imitar en su actuación los recursos manipuladores del animador profesional de los shows de la televisión. "Pantalla". Fuerza a la gente a aplaudir una y otra vez a los artistas populares que presenta, reclama a gritos que se los aplauda con más vigor, grita consignas y exige compulsivamente que el público las coree. (KAPLÚN, 1985,p.20)<sup>17</sup>.

Nos diversos eventos culturais e mobilizações políticas que acompanhei no bairro Ellery durante trabalho de campo, não foi difícil ver o que foi descrito por Kaplún (1985). No dia 24 de Outubro de 2010, por exemplo, a ACEM realizou, no Pólo de Lazer da Sargento Hermínio, uma mobilização popular em prol da candidatura de Dilma Rousseff à Presidência da República. Com microfone em punho, Aguinaldo Aguiar explicava o evento e tentava chamar a atenção dos freqüentadores da feira, que todos os Domingos acontece no Pólo. Alguns olhavam rapidamente e seguiam sua rotina comprando algum produto ou tomando cerveja com panelada, mão de vaca, sarrabulho ou outra iguaria típica da gastronomia regional. Outros paravam para ouvir, pediam adesivos da candidata e se animaram principalmente quando Aguinaldo anunciou o sorteio de uma bicicleta.

O comunicador populara cada instante registrava animadamente a presença de alguém, quer fossem pessoas consideradas importantes, como vereadores, membros de partidos políticos, diretores de escolas públicas do bairro e de outros

---

<sup>17</sup>Tradução da autora: “Talvez mais de uma vez o leitor pode observar que, em atos culturais e artísticos populares, o companheiro que assume o papel de apresentador ou animador – mesmo sendo um militante de base com alto grau de compromisso – tende a imitar, em sua atuação, os recursos manipuladores do animador profissional dos programas de televisão. ‘Tela’. Força as pessoas a aplaudir várias vezes o artista popular que se apresenta, reivindica, aos gritos, que se aplauda com mais vigor, grita slogans e exige compulsivamente que o público os repita.



órgãos ou moradores/as. Registrar a presença daqueles/as que são considerados/as “autoridades”, dentro de um determinado padrão estabelecido socialmente, é uma forma de dizer quão importante e legítimo é o evento, no entanto, houve também a valorização dos sujeitos “comuns”. Essa é uma diferença em relação à lógica da mídia comercial, na qual os “comuns”, na grande maioria das vezes, não merecem referência positiva.

Após a mobilização no Pólo de Lazer os populares e organizadores do evento saíram em um passeio ciclístico pelas ruas do bairro, acompanhados por uma Kombi com equipamento de som. Como não tenho bicicleta, segui na Kombi juntamente com outras pessoas. No interior do veículo, Ioneide Melo, presidenta da ACEM, driblou a timidez (ajudada pela não visibilidade) e falou palavras de ordem, chamando os moradores para se juntar ao grupo. A grande maioria apenas olhava da janela ou da calçada com expressão de desinteresse. Três ou quatro pessoas se juntaram ao grupo e outros poucos acenavam das janelas aprovando ou reprovando - no caso dos adeptos da candidatura de José Serra, então concorrente de Dilma Rousseff à Presidência - o evento.

O tão esperado sorteio da bicicleta ocorreu no retorno ao Pólo, após as pedaladas pelas ruas do bairro. Aguinaldo, com um saco plástico nas mãos, no qual estavam as fichas de inscrição, começou o sorteio. No início foram sorteados os prêmios de menor valor. Os papéis eram retirados, mas o nome do ganhador não era lido imediatamente. Todo um clima de suspense, propositalmente, era gerado. Aproveitava-se para dar avisos de outros eventos que aconteceriam no bairro ou registrar mais presenças. Enquanto isso a ansiedade aumentava. Tinha a sensação de assistir a um programa de auditório como os muitos que ocupam o Domingo da Televisão brasileira. Cada momento de suspense criado pelo comunicador popular era - talvez com algum exagero - como uma chamada de intervalo comercial. E assim seguiu o demorado sorteio até o anúncio do ganhador do grande prêmio: a bicicleta. Primeiro foram ditos os últimos números do ano de nascimento do ganhador, depois o bairro em que mora e só depois, quando o burburinho já aumentava, o nome do felizardo.

A forma de conduzir o evento, adotada por Aguinaldo Aguiar, denota uma certa reprodução dos padrões midiáticos comerciais, prova de que não se pode

adotar uma visão dicotômica entre a atuação dos comunicadores populares e a dos profissionais da mídia corporativa.

Esses comunicadores enraizados, também estão a todo o momento, durante o processo de construção do fazer comunicativo, acessando “matrizes-culturais” (MARTÍN-BARBERO, 1997), ou seja, marcas incrustadas na experiência social dos sujeitos e ativadas no processo de interação social, midiaticizada ou não. De acordo com Martín-Barbero (1997), as “matrizes-culturais” não são estanques, mas híbridas e complexas. Estão constantemente mesclando-se a novas experiências vivenciadas pelos sujeitos. Ao mesmo tempo em que se constituem a partir de mediações sociais, são, elas mesmas, formas de mediação.

O campo midiático -“dispositivo essencial da discursividade nas sociedades contemporâneas” (MAZZARINO, 2008, p. 5) - dá surgimento ao que se pode chamar de matriz comunicacional-midiática, que perpassa os comunicadores populares, assim como todo o conjunto da sociedade que, com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, passou a se ver e a se perceber a partir destes. Como coloca Burke (2003), os “esquemas culturais” e os estereótipos são de grande importância “na estruturação da percepção e na interpretação do mundo” (BURKE, 2003, p. 26).

Dessa forma, as reproduções e ambiguidades são passíveis de acontecer, afinal esses atores sociais não estão isolados. Estão enraizados, no sentido de serem conhecedores dos espaços sociais em que vivem e convivem e que setornam matéria prima para a comunicação que produzem. De forma muito sutil, os padrões de produção dos meios de massa vão permeando o imaginário.

[...] nossos esquemas mentais já são, desde muito cedo, moldados pelas rádios massivas que escutamos diariamente, pelos programas de televisão que nos fazem rir e chorar, pelos noticiários matinais que nos conduzem à avenida des congestionada, a caminho do trabalho. E mesmo quando sentimos necessidade de (re) elaborar um novo discurso, incorporamos muito do que já apreendemos dessas mídias que, cotidianamente, consumimos (BRAGA, 2010, p. 140).

Assim, na hora de produzir comunicação, a imitação é iminente. Porém, para Burke (2003, p 32), “[...] cada imitação é também uma adaptação”.

Fazer de forma diferente requer esforço, atenção, discussão e tempo. Talvez, o mais interessante, seja a vivência de um processo continuado de formação, unindo teoria e prática, que possibilite uma reflexão crítica sobre a produção de conteúdos para os veículos populares, diferenciando-os dos conteúdos das produções massivas, sem deixar, entretanto, de ser interessantes.

As fronteiras entre a mídia de massa e as mídias comunitárias estão cada vez mais tênues e essa realidade pode ser percebida também com relação à forma como os comunicadores populares passaram a ser vistos. Estes

estão muito conscientes do interesse crescente que desfrutam nos meios da imprensa. Em especial aqueles que se dedicam integralmente a um sistema de comunicação popular, já estão acostumados a dar entrevistas e falam de seus afazeres com neutralidade e orgulho (LUYTEN, 1988, p. 40-41).

Já durante pesquisa anterior realizada no bairro, parte de meu trabalho de monografia, verifiquei que os comunicadores populares e militantes dos movimentos sociais populares fazem, agora, parte do *mailing* dos jornalistas dos veículos locais e muitas vezes acabam por fazer o papel de assessores de imprensa ou, até mesmo de produtores, para esses veículos. Assim, o fazer comunicativo no âmbito da comunicação popular comunitária não pode ser pensado de forma purista e/ou essencializada.

### **1.5 Os Perigos da Essencialização**

Como disse anteriormente, quando me dediquei a explicitar as características da comunicação popular, corri o risco de cair em “uma espécie de essencialização falsa, senão perigosa” (MALERBA, 2008, p. 153). Muitas vezes, olhando de perto algumas experiências de comunicação popular e os padrões através dos quais são avaliadas, estes últimos me parecem mais próximos de um ideal do que de um real possível. Concordo com Malerba (2008, p. 153) quando este afirma que “a comunicação comunitária é uma área em formação”, e que a “motivação eminentemente política da mídia comunitária provoca (e exige) uma flexibilidade e uma diversidade nas formas de agir, que dificultam qualquer tentativa de normatização”.

É misterioso ficar preso à preocupação com a busca de autenticidade e não olhar para a comunicação comunitária com os óculos da idealização, sob pena, como lembra Oliveira (1994), de perdermos a concretude do objeto na tentativa de enquadrá-lo em categorias e teorizações, assim como as contribuições que este pode dar para o universo comunicativo.

Não estive livre da armadilha da essencialização e do binarismo que opõe o autêntico ao falso. Minhas primeiras incursões a campo ainda estavam impregnadas por esse “dever ser”. Tentava enquadrar meu objeto de estudo e a atuação daqueles que estavam em seu contexto de produção, nas “caixinhas” teóricas. Algumas vezes era possível, mas outras tantas, não. Aos poucos fui percebendo que, como afirmou Ramonet (1999), “o maniqueísmo desproblematiza” e o que desejo com essa investigação científica é exatamente o contrário. Então, troquei a negação pelo estranhamento, entendendo-o não apenas como “a via pela qual se dá o confronto entre diferentes teorias, mas também como meio de auto-reflexão” (PEIRANO, 1995, p. 16). Não se trata, entretanto, de deixar a teoria e cair no empirismo puro, mas de forjar teorias no encontro, como sugere Peirano (1995), e pensá-las não apenas como “uma espécie de grade, a partir da qual olhamos e ‘enquadramos’ a interpretação da realidade” (MINAYO, 2007, p. 18).

O olhar idealizado faz com que percamos de vista a dimensão multifacetada e plural das práticas e impede que percebamos a riqueza dos processos que também se encontra nas contradições, antagonismos e dissonâncias. Não podemos esquecer que a comunicação comunitária está em movimento e segue o movimento da história. Dedicar-se a novas discussões e conteúdos de acordo com o contexto que a rodeia, pois “[...] nenhuma experiência de comunicação acontece isolada das experiências vividas” (OLIVEIRA, 1994, p. 133). Está, ainda, entremeada pela vida daqueles que a produzem, que também sofre alterações, pois, como diz Regina Bega dos Santos (2008, p. 21) são “sujeitos historicamente em construção”. Muda ainda quando mudam os suportes de produção, como é o caso do uso das mídias digitais.

Outra forma de idealizar a comunicação comunitária é relacioná-la apenas com um projeto de mudanças sociais e com um viés conscientizador. O que se dá, principalmente, pelo fato da emergência dessa comunicação, no Brasil, estar profundamente relacionada à emergência dos movimentos sociais populares na

cena pública e esses movimentos, “provavelmente em razão da mensagem transmitida de superação das relações de exploração e de domínio do homem pelo homem, passaram a ser vistos como portadores da utopia da transformação social” (SANTOS, C. H. R dos, 2008, p. 39-40).

Oliveira (1994) se contrapõe à idéia de que a comunicação realizada no âmbito dos movimentos sociais populares tenha que ser obrigatoriamente libertadora, emancipadora e/ou conscientizadora. Para a autora, “diante da trajetória concreta da comunicação popular, tornou-se claro que a proposta de comunicação não privilegia a conscientização em si mesma: integra comunicação, conscientização e vida cotidiana” (OLIVEIRA, 1994, p. 128).

Falei em não engessar as experiências de comunicação comunitária através de uma análise idealizada, no entanto quero deixar claro que “flexibilidade não deve significar afrouxamento. (...) a representação, a essencialização, a idealização da mídia comunitária deve servir somente para nos guiar através de suas bordas, o próprio pensamento crítico” (MALERBA, 2008, p. 165). E é exatamente a criticidade um dos elementos que entendo não poder se ausentar do conteúdo das mídias comunitárias, assim como a opção política pela dimensão do ser e não pelo mercado, a valorização do lugar, a contribuição nas lutas sociais e na luta por reconhecimento e a construção coletiva. Analisar a presença ou não desses elementos nosite do bairro Ellery é tarefa à qual me dedicarei. Procurarei manter sempre a atenção aos “por quês” e aos “comos”; não me contentando com as simples constatações.

Prossigo, então, com a discussão da relação entre movimentos sociais populares e comunicação, olhando agora para os diversos suportes nos quais essa comunicação é gestada: Rádio (auto-falantes, radiadoras e rádios comunitárias), Jornal, TV, Vídeo e, por fim, Internet. Com isso, acredito poder situar melhor as características da comunicação popular comunitária.

## **1.6 Nas ondas do Rádio**

Acordar com o som chiado da radiadora, precursora das estações de rádio, já foi cena típica, que cotidianamente se repetiu, nas pequenas cidades espalhadas pelo Brasil. De avisos de morte a informes sobre festas, tudo que envolvia a vida da

cidade, de acordo com Matos (2006), passava pelas “radiadoras”. A autora observa, ainda, que elas ofereciam uma série de serviços de utilidade pública aos ouvintes, irradiando as informações por meio de um sistema de alto-falantes, geralmente instalados no centro das cidades. Dessa forma, cobriam uma lacuna de informações que, de outra forma, só seria preenchida pelos contatos face a face. “Em várias cidades do país essa tecnologia de comunicação, que remonta à vida e à memória dos habitantes das pequenas cidades, é reinventada nas periferias das metrópoles. Seus ouvintes são os mesmos: migrantes que trocaram as cidades pequenas pelas grandes” (MATOS, 2006, p. 57).

Não obstante seja mais comumente empregado para fins comerciais e religiosos, o sistema de alto-falantes tem sido “amplamente utilizado em diversos países, em projetos de cultura, saúde, comunicação, educação e organização comunitária e desenvolvimento local” (URIBE, 1999, p. 3).

Conhecido também pelos nomes de radiadora ou “rádios do povo”, proliferou, ressalta Peruzzo (1998), não só no Brasil, mas em várias partes do continente latino americano, principalmente na década de 1980, sendo usado por associações e movimentos que, devido à questão da dificuldade de concessão de canais e também por dificuldades econômicas, não podiam operar emissoras convencionais. Tornou-se um “canal de informação e mobilização para obras de benefício comum”, o que “indica o surgimento de uma comunicação criativa e comprometida” (URIBE, 1999, p. 4), que tinha como objetivos a luta pela democratização dos meios de comunicação e a recuperação da voz do povo através da divulgação de sua vida, problemas e esperanças; apoio à organização e às lutas do bairro e formação e capacitação de novas lideranças (PERUZZO, 1998). Sabedora desses motivos que incitaram as experiências pioneiras de comunicação popular, pergunto-me a respeito dos objetivos atuais. O que permanece? O que mudou?

Devido à característica de simplicidade do equipamento, o sistema de alto-falantes constitui-se em um meio de comunicação de fácil manejo para pessoas não especializadas. Cogo (1998) considera que o tipo de tecnologia empregada no rádio, e não apenas nos sistemas de alto-falantes, fez com que esse se tornasse um veículo por excelência para o trabalho com grupos proletarizados.

Isso se relaciona à fácil operação e a um processo de construção relativamente simples se comparado a outras tecnologias de comunicação como a televisão ou o cinema. Além de ser barato, a não exigência de letramento para a decodificação de suas mensagens o torna um veículo popular (COGO, 1998, p. 55).

Como diz Frei Betto (1986, p.103), o rádio é uma verdadeira “janela auditiva de contato das classes populares com o mundo”.

Peruzzo (1998) lembra outra característica da comunicação através do suporte radiofônico: a possibilidade de improvisação, bastante difícil a partir do uso de outras mídias. Tal fato permite uma maior participação das pessoas da comunidade, que não necessariamente dominam a técnica de funcionamento do veículo, mesmo que em um primeiro momento precisem vencer o medo do microfone e da exposição.

As mídias populares conseguem gerar, dessa forma, uma transformação nas relações sociais cotidianas. ‘Aprender a falar’ e ouvirem-se; (re)conhecerem-se como atores sociais inseridos em um universo maior do que a sua vida individual, formado por uma coletividade e através de uma convivialidade, tem grande relevância.

Apesar de certa simplicidade que caracteriza o uso do sistema de alto-falantes, é preciso ter em mente que isso se torna mais evidente quando é feita uma comparação com outras mídias, mas não quer dizer que as dificuldades não existissem. Como afirma Oliveira (1994, p. 47)

as precárias condições que levam os setores organizados dos movimentos sociais a utilizarem o sistema de alto-falantes como meios de comunicação é uma demonstração, em si, das limitações que as classes subalternas enfrentam para vincularem-se ao universo da informação e da comunicação.

Ao relatar a experiência da Rádio Popular de São Pedro, sistema de alto-falantes instalado na década de 1980, no bairro São Pedro I, em Vitória, Espírito Santo, Peruzzo (1998) destaca algumas dificuldades: os equipamentos eram insuficientes, não havia material de apoio, discos e fitas para gravações. Precisava-se conviver com a carência de treinamento e a inexistência de um estúdio próprio. A carência também era de recursos financeiros, “uma limitação problemática para a

comunicação popular numa ambiência de pobreza generalizada” (PERUZZO, 1998, p.183).

Além dos bens tangíveis, a carência era (será que mudou?), também, de serviços como, por exemplo, educação. Com uma educação deficitária o processo de discussão crítica, de produção da comunicação e de apropriação das tecnologias ficava seriamente comprometido. Lentamente essa realidade tem sofrido alterações, porém ainda existem, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), mais de um milhão de cearenses, a partir dos 15 anos de idade, que não sabem ler e nem escrever um simples bilhete(Site Jornal Diário do Nordeste, 2011).

De acordo com Luyten (1988, p. 7), “as cifras mais otimistas colocam o analfabetismo em cerca de 20%, mas ninguém se preocupa em verificar o teor de educação nos 80% restantes”. A afirmação do autor traz a tona outro problema: o do analfabetismo funcional.

Diante desse cenário, presente, especialmente, entre os setores populares, Uribe (1999) considera que o sistema de alto-falantes é a mídia mais adequada por presta-se melhor às formas orais de transmissão da cultura popular. De acordo com a autora,

a necessidade de superar as limitações de leitura e escrituraleva a provar outras formas de comunicação oral que facilitem a expressão e participação de todos. Devido às suas características, estes meios, recolhem a linguagem e vida quotidiana do lugar onde esteja instalado, e permite que as pessoas simples expressem-se em sua própria voz e linguagem popular (URIBE, 1999, p. 4).

Mais uma vez a oralidade é explicitada e considerada uma facilitadora do processo de construção da comunicação, de participação e de apropriação da técnica. Esse contexto já teria sido superado ou ainda se apresenta como um desafio para a produção da comunicação e mais especificamente para a comunicação que usa a Internet como suporte? Gomes (1990, p. 183) já se questionava sobre isso no início da década de 1990. “Será que a cultura escrita já penetrou a consciência de nosso povo, ainda marcado pela cultura oral?”

Uchoa (1993) traz à tona outra dificuldade que também tem relação com a situação de vulnerabilidade econômica dos comunicadores populares: o fato destes



terem pouco tempo para se dedicar à comunicação, já que precisam procurar emprego para sobreviver. Essa dificuldade, com relação ao tempo disponível para ações de militância e mobilização social, vem se agravando. Mairton Bernardo Pinto, presidente da Associação de Moradores do Jardim Iracema<sup>18</sup>, considera ser esse um dos maiores desafios dos movimentos sociais populares, tanto com relação à produção de comunicação, quanto a outras dinâmicas. Em conversa informal durante um dos eventos promovidos pela ACEM, Mairton disse que a grande questão é que os movimentos não mantêm financeiramente, seus militantes como fazem a Igreja e os partidos políticos.

Os desafios e dificuldades que permeiam a comunicação popular comunitária não impedem, entretanto, a vivência de importantes experiências. Uma das mais conhecidas, que fez uso de sistema de alto-falantes, foi criada, de acordo com Peruzzo (1998), em 1971 no bairro Villa de El Salvador, na cidade de Lima, no Peru. Seu surgimento se deu durante o processo de organização da comunidade em um assentamento promovido pelo Governo, o que muito se assemelha, conforme veremos no quarto capítulo, ao que ocorreu no bairro Ellery, no início da década de 1990.

A experiência peruana inspirou o surgimento, em 1983, da Rádio do Povo de Vila Nossa Senhora Aparecida, localizada na zona leste da cidade de São Paulo. Com o apoio da Igreja Católica da região, foram obtidas duas cornetas, um gravador, um amplificador, um microfone e algumas fitas.

Através de um mutirão a aparelhagem foi instalada, uma parte na cozinha da Igreja a maneira de estúdio, e a outra na torre da Igrejinha de Nossa Senhora Aparecida, pronta para que os moradores e a equipe responsável pelo programa de rádio, dessem início à primeira transmissão (URIBE, 1999, p. 6).

Através desse relato é possível perceber como a comunicação popular através do rádio possibilita a participação das pessoas da comunidade mesmo antes da transmissão ter início. O próprio processo de instalação já suscita o trabalho coletivo

---

<sup>18</sup> Bairro popular localizado na Região Oeste de Fortaleza.

e assim, participar não se restringe a falar ao microfone ou a produção dos programas.

Um dos aspectos importantes do cotidiano de funcionamento da Rádio do Povo de Vila Nossa Senhora Aparecida, explicitado por Uribe (1999), é a relação que a experiência estabelece com outras dimensões da realidade na qual estava inserida. Como prática cultural e comunicativa, a Rádio articulou-se “com as necessidades de bem-estar, participação, recreação, organização e mobilização da comunidade”, o que leva a autora a concluir que “a rádio não era um fim em si mesma, constituía-se num mecanismo de fortalecimento da sociedade civil” (URIBE, 1999, p. 8).

A comunicação não teria, assim, um caráter tão somente funcional, mas, sim, normativo, de acordo com a definição de Dominique Wolton (2006). O autor explica que a comunicação funcional “ilustra o fato de que, nas sociedades modernas, muitas informações são simplesmente necessárias para o funcionamento das relações humanas e sociais. São informações práticas, úteis para a vida cotidiana e para a sociedade” (WOLTON, 2006, p.15). A outra dimensão da comunicação, da qual o fala o autor, é a normativa, que remete à idéia de compartilhar, dialogar, compreender. O que irá dar prevalência a uma ou outra dimensão é a forma como a comunicação é pensada e os objetivos que movem a sua construção.

Seguindo a trajetória da comunicação gestada no âmbito dos movimentos sociais populares, depois de passar pelos sistemas de alto-falantes, chegamos às rádios propriamente ditas. No Brasil, as “rádios livres”, também conhecidas como “clandestinas”, “alternativas” ou “piratas”, começaram a aparecer na década de 1970. São, em seu conjunto, “um protesto contra a forma de acesso aos instrumentos massivos e uma tentativa de conquistar a liberdade de expressão a qualquer preço” (PERUZZO, 1998, p. 245).

Muitas vezes as denominações rádios livres, comunitárias ou piratas, são utilizadas como sinônimos. Peruzzo (1998) afirma, no entanto, que a institucionalização do termo “rádio comunitária” só se deu no ano de 1995, quando da realização do I Encontro Nacional de Rádios Livres e Comunitárias. Um ano depois, segundo Oliveira (2007), é criada a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (ABRAÇO). Essa instituição passou a definir rádios comunitárias como “aquelas que operam sem fins lucrativos, tem gestão pública e tem uma

programação plural” (OLIVEIRA, 2007, p. 67). Todavia, a autora defende que a definição das rádios comunitárias seja dada “por sua proposta e funcionamento e não somente pelas descrições das características ou competência técnica dessas práticas” (OLIVEIRA, 2007, p. 80). Visão com a qual concorda Uribe (1999) quando afirma que o valor do meio comunitário não está em si mesmo e sim na maneira como é utilizado e nos princípios que norteiam esse uso.

Ao contrário das rádios comerciais, que no Brasil estiveram historicamente ligadas com a formação do Estado-Nação e do sentimento de nacionalidade, as rádios comunitárias oferecem “outra experiência do espaço a seus ouvintes. Não a da nacionalidade, mas a da localidade, amplificada e mediada pelo rádio” (MATOS, 2006, p. 20).

Essa relação com o lugar muitas vezes começa pelo nome das próprias emissoras comunitárias. Além da Rádio Popular de São Pedro, citada por Peruzzo (1998), Oliveira (1994) em estudo sobre as rádios comunitárias em Fortaleza, cita vários outros exemplos como: a Rádio Buraco do Céu da comunidade Buraco do Céu no bairro Pirambu, a Rádio João Paulo II, no conjunto João Paulo II em Messejana, a rádio Genibaú, no Parque Genibaú, a Rádio Voz do Reino, na comunidade do Reino Encantado no Álvaro Weyne. Com os sites de bairros, que surgiram em Fortaleza a partir do ano de 2006, essa relação volta a ocorrer. Atualmente são onze sites e todos são nomeados pelo nome do bairro: site do bairro Ellery, site do Antônio Bezerra, site de Messejana, site do bairro Genibaú, site do Henrique Jorge, site do Monte Castelo, site do Conjunto Ceará, site do Álvaro Weyne, site do Centro, site do Vila Velha e site do Serviluz<sup>19</sup>.

De acordo com as análises das autoras já citadas (MATOS, 2006; URIBE, 1999; PERUZZO, 1998), a programação dos sistemas de auto-falantes e rádios comunitárias partia das necessidades das comunidades nas quais estavam inseridos. Voltava-se para contribuir com a organização e mobilização dessas; promover a cultura e o cotidiano local; projetar reivindicações; intervir frente ao Estado e também trazer entretenimento. Este último não era, na maioria das vezes, tão considerado. Peruzzo (1998) reclama que na Rádio São Pedro havia a ausência

---

<sup>19</sup> Sites existentes até Agosto de 2011.

de humor e criatividade popular. Não havia poesia, drama e nem estória. A autora acredita que

a tendência de repudiar a mídia massiva talvez tenha até influenciado a elaboração de uma comunicação popular não tão atraente, que atribui um espaço e um valor muito reduzido ao entretenimento, ao lazer, às amenidades, ao humor e ao lúdico – às coisas do mundo do sonho, da fantasia, do divertimento e do afetivo, enfim, que integram o dia-a-dia e os anseios humanos e das massas (PERUZZO, 1998, p. 132).

Uchoa (1993) também constata esse fato na pesquisa que fez sobre a Rádio Dom Oscar Romero, em Fortaleza. A autora conta que após perceberem a indiferença da comunidade com relação à Rádio, os produtores resolveram mudar a programação e incluir, por exemplo, o humor. Passaram a questionar, inclusive, se o papel da Rádio era de conscientização política ou de animar a comunidade.

Um exemplo que se diferencia dessa lógica é a da Rádio Casa Grande FM, ainda em atividade no município de Nova Olinda<sup>20</sup>, sul do Ceará. De acordo com Oliveira (2007), a programação da Rádio tem uma proposta de explorar através da música as problemáticas sociais. Em nenhum momento entra nas questões políticas locais e “exclui (...) de sua programação, os programas jornalísticos noticiosos por que estes sugerem uma abordagem dos acontecimentos políticos do município” (OLIVEIRA, 2007, p. 181).

O dilema parece sempre girar em torno da necessidade de uma comunicação crítica e que ao mesmo tempo possa atender ao gosto popular. “[...] há uma tendência de desejar que as classes populares ‘conscientes’ estejam sempre ligadas nos problemas da vida. Por isso, nega-se-lhes a oportunidade do sonho, do lúdico, da festa” (GOMES, 1990, p. 187). Como se dá, no site do bairro Ellery, essa relação entre a crítica e o entretenimento?

Oliveira (2007, p. 263) coloca que a partir das rádios livres e comunitárias surgidas na Europa, temas relativos à cultura passaram a ser inseridos na programação. Assim, “as rádios deixavam de ser porta-vozes dos partidos de esquerda ou de expressar o pensamento de oposição em períodos ditatoriais para se tornar parte do lazer e das expressões culturais dos setores populares”. Essas

---

<sup>20</sup> Atualmente a Casa Grande é uma rádio educativa.

mudanças ocorrem, também, devido a transformações nos próprios movimentos sociais populares. A luta de classe e a causa trabalhista deixaram de ser centrais para os movimentos. Temáticas mais voltadas para o cotidiano, para questão ambiental, por cultura e lazer passaram a fazer parte da pauta de reivindicações. Com isso, as experiências comunicativas também se tornaram permeadas por essas “novas” temáticas.

O bairro Ellery vivenciou, durante a década de 1990 e início dos anos 2000, expressiva experiência de comunicação com radiadora e rádio comunitária. A Rádio Mandacarú FM foi uma das mais importantes de Fortaleza. As muitas dificuldades, mas também as conquistas são parte do rico mosaico comunicacional que foi se formando no bairro, ao longo do tempo. No quarto capítulo, discutirei com mais propriedade essa caminhada.

Mas nem só de ondas sonoras vive a comunicação popular. As letras estampadas nos jornais populares e comunitários também fizeram parte dessa história.

### **1.7A “Galáxia de Gutemberg” também é Popular**

De acordo com Gomes (1990, p. 56), o que é determinante no jornalismo popular é a divisão da sociedade em classes sociais e a utilização de uma mídia para a defesa das classes trabalhadoras. Como aconteceu com as experiências de Rádio, diversas são as denominações dadas aos jornais surgidos nas lutas dos movimentos sociais populares. Jornal popular, comunitário, de bairro, alternativo, são algumas delas. Embora, na maioria das vezes, esses termos sejam usados como sinônimos, já que na prática as experiências e os próprios processos comunicacionais são complexos e difíceis de definir, Peruzzo (1998) considera importante diferenciar o fenômeno nomeado por “imprensa alternativa” das demais acepções. A autora entende que esta tem recebido uma conotação específica

entendendo-se por ela não o jornalismo popular, de circulação restrita, mas os periódicos que se tornaram uma opção de leitura crítica, em relação à grande imprensa, editorialmente enquadrada nas regras da censura imposta pelo regime militar, mas confortavelmente assentada na condição de monopólio informativo (PERUZZO, 1998, p. 120).

Para Festa (1986, p. 16), o termo imprensa alternativa

identifica um tipo de jornal tablóide ou revista, de oposição, dos anos setenta, cuja venda era feita em bancas ou de mão em mão. Eram publicações de caráter cultural, político e expressavam interesses da média burguesia. Eram espaços nos quais grupos de oposição ou frentes políticas emitiam uma corajosa condenação ao regime político.

Além da necessária diferenciação entre jornalismo popular e imprensa alternativa é preciso não confundir o jornalismo popular com um jornalismo cujas temáticas são voltadas “essencialmente para o noticiário sensacionalista de crimes, esportes ou sexo” (GOMES, 1990, p. 57).

Os assuntos abordados por esses meios, que após os anos de repressão passaram a ser publicados também por trabalhadores reunidos em seus bairros a exemplo das rádios livres e comunitárias, recaem, prioritariamente, sobre notícias voltadas para questões locais. Bicudo e Sequeira (2007, p. 10) são enfáticos ao dizer que

no jornalismo comunitário, o local é quem dá as cartas - ou melhor, as pautas. Ele assume com ênfase e sem constrangimentos o fato de procurar dar conta de uma área restrita e, nesse sentido, e em comparação com os chamados veículos da grande imprensa, não se importa em ser pequeno, de conversar com grupos limitados, em termos quantitativos. Essa, aliás, é vista como uma de suas grandes virtudes qualitativas, pois o fato de aproximar-se de seu público permite que dialogue com ele mais com profundidade e intensidade.

Os problemas diários da comunidade passam a ser a própria justificativa para a existência desses jornais, já que como discutimos anteriormente, as periferias e bairros populares, na maior parte das vezes, só se tornam notícia na grande mídia quando ocorre alguma catástrofe ou quando essa mídia deseja evidenciar as dificuldades da vida nesses lugares.

A importância do local é, mais uma vez, frisada como de grande relevância para a comunicação popular, no entanto, Bicudo e Sequeira (2007), reclamam de um localismo que se fecha e não se relaciona e/ou se articula com um contexto mais amplo que envolva o regional e o global.

Para compreender detalhes da produção e conteúdo de um jornal popular, recorri à análise do jornal Grita Povo, da Diocese de São Miguel (SP), realizada por Gomes (1990). O jornal teve duas fases: uma de 1982 a 1983 e outra de 1985 ao início da década de 1990. A primeira fase foi marcada pela participação de intelectuais, entre eles Regina Festa. Esse foi um dos fatores que desencadeou, em 1983, um período de discussão no qual se questionou o que vinha a ser um jornal popular. Para alguns membros da equipe, embora o Grita Povo fosse comprometido com o movimento popular, ele não era popular pelo fato de ser produzido por intelectuais que não tinham uma ligação mais orgânica com a comunidade.

Quando volta a funcionar, em 1985, o jornal já não conta mais com a participação de grande parte dos intelectuais e passa a apresentar características bem mais populares. Torna-se quinzenal e não mais mensal, o tamanho muda de tablóide para ofício, a impressão que era feita em *off-set* passa a ser feita na própria gráfica do CEMI<sup>21</sup> e, o principal: passa a ter uma maior aproximação com a comunidade em seu processo de produção.

A situação descrita pelo autor parece-me emblemática. A presença de intelectuais na equipe do jornal o afastava da comunidade- na visão de membros da própria equipe - apesar de garantir uma melhor qualidade de produção. Tal fato remete-me a umadas questões que move esse trabalho: o incômodo com o fato dos teóricos, que analisam os movimentos sociais na Rede, darem foco a movimentos que apresentam uma boa estrutura, tanto em termos de tecnologia, quanto de pessoal especializado, ou seja, jornalistas com formação acadêmica, como é o caso do MST e dos Zapatistas. Não discuto a importância do trabalho desses profissionais, na grande maioria engajados com as lutas sociais, porém, diante do que foi colocado por Gomes (1990), pergunto-me até que ponto a comunicação popular ganha com isso. Seria a presença de pessoas detentoras do saber acadêmico um elemento inibidor da participação popular ou um facilitador para a continuidade e crescimento das experiências? O que pensam sobre isso os atores sociais que protagonizam ou protagonizaram experiências comunicativas no Ellery e que não tem formação acadêmica na área de comunicação?

---

<sup>21</sup> Centro de Comunicação e Educação Popular de São Miguel, organização ligada às CEB's e aos movimentos sociais populares e responsável pela produção do Jornal Grita Povo, de acordo com Gomes (1990).

Apesar de, em seu segundo momento, o 'Grita Povo' ter forjado uma maior proximidade com as comunidades, isso não quer dizer que fosse feito por elas.

Embora, na teoria, o jornal esteja aberto à participação popular, a experiência demonstra que, na prática, isto se realiza precariamente, tanto por motivos ideológicos – postura política que pretende interpretar e ler a realidade para o povo – quanto por motivos operacionais. Não há recursos para treinar 'repórteres populares' que saiam a campo, nem para agilizar a conscientização das comunidades sobre a participação ativa na feitura do jornal (GOMES, 1990, p. 161).

A participação do povo no jornalismo popular se estabelece, de acordo com Frei Betto (1981), muito mais através da sugestão de temáticas. Os agentes de pastoral (no caso do jornalismo católico) fazem, então, uma primeira redação e a submetem à crítica da comunidade. Uma espécie de validação. Isso se dá por que o manejo da escrita, propriamente dito, é precário. Fato que se torna um complicador para a participação. Como discuti anteriormente, a oralidade ainda é muito forte nos setores populares e há uma grande fragilidade na prática da leitura e produção textual.

Os emissores dos jornais, na grande maioria das vezes, passam a ser pessoas que tem identificação e envolvimento com as aspirações populares, mas não são pessoas das comunidades. Diante dessa realidade, Gomes (1990, p. 124) define três tipos de emissores na comunicação popular: o primeiro é o autenticamente popular; representado por pessoas do próprio lugar onde a experiência se realiza. O segundo é constituído por pessoas que, na sua maioria, “não pertencem propriamente ao povo (...), mas encontram-se profundamente identificados com os interesses e aspirações populares” e o terceiro, é aquele integrado por pessoas que não pertencem ao povo “nem por sua extração de classe, nem por sua convivência cotidiana com este”. Na experiência analisada pelo autor, a maioria dos emissores se enquadra no segundo tipo, apenas alguns do primeiro e raramente há algum do terceiro tipo.

Com relação ao conteúdo do 'Grita Povo', estese apresenta “imerso no cotidiano de lutas das classes populares”. Há, entretanto, um equilíbrio entre matérias locais, da região e mais gerais, ou seja, da cidade e do país, que não deixam de estabelecer uma relação coma situação local. Mesmo “as pessoas que



escrevem sobre assuntos mais técnicos, os abordam do ponto de vista dos interesses das classes populares” (GOMES, 1990, p. 137), tendo em vista, como ressalta Paiva (2003, p. 139), que “só é notícia o que interessa diretamente à comunidade em questão”.

Porém, quem decide o que interessa à comunidade? A própria comunidade ou militantes dos movimentos sociais organizados que muitas vezes fazem parte da equipe de produção das mídias populares comunitárias? Mais comumente recai-se na segunda opção e os discursos giram, quase sempre, em torno da necessidade de transformação social a partir do desenvolvimento de uma consciência crítica. Norteados por essas questões, são escolhidas as temáticas a serem abordadas. Esse quadro muitas vezes afasta o veículo comunitário do gosto popular, considerado pelos “conscientizados”, como sendo alienado e alienante.

Com relação ao vocabulário, o jornal Grita Povonão continha palavras rebuscadas para que pudesse, assim, ser acessível às pessoas com escasso treinamento de leitura. As frases utilizadas no jornal eram as mesmas que comumente se ouvia nas reuniões da comunidade. A diagramação optava por espaçamentos maiores e em todas as matérias havia ilustrações e caricaturas. O entretenimento, todavia, parava por aí. Como em outras mídias populares, não era tão valorizado. Não havia espaço para as manifestações massivas como o futebol e a telenovela (GOMES, 1990, p. 171).

Algo do que Gomes (1990) se ressentia e que considera comprometer o projeto popular do jornal, é o pouquíssimo uso de entrevistas. Estas são importantes por que colocam

[...] o protagonista da ação em contato direto com o leitor, com o público. Num jornal popular que pretende possibilitar que as classes populares tenham e exerçam a sua voz na sociedade, a presença da entrevista torna-se imprescindível. Se o **gênero entrevista** não se faz presente por condições estruturais, pelo menos como instrumento de trabalho isso deveria acontecer para a **construção** da **notícia** ou da **reportagem** (GOMES, 1990, p. 184, grifos do autor).

Paiva (2003) concorda com a importância das entrevistas nos veículos populares. Para a autora, estas “reforçam o sentimento de pertencimento ao veículo,

além de fomentar a ampliação da participação da comunidade” (PAIVA, 2003, p. 140).

A escassa presença de entrevistas nos jornais populares é muito mais uma contingência operacional do que uma escolha. Dificilmente é possível manter um repórter para realizar as entrevistas. Na verdade, sair a campo para produzir matérias é uma das grandes dificuldades dos jornais populares, pois, além de não haver recursos, os produtores não dispõem de tempo.

Outro grande desafio para os jornais produzidos no âmbito das classes populares é a distribuição. Em entrevista a Gomes (1990, p. 168), um dos redatores do ‘Grita Povo’ disse que a distribuição só é eficiente quando as pessoas responsáveis “vestem a camisa”, caso contrário, o jornal fica “mofando nas prateleiras das comunidades”. Quando isso ocorre, causa desinteresse e cancelamento de assinaturas.

Observei essa realidade quando trabalhei na produção do jornal popular do Banco Palmas, ONG que atua no conjunto Palmeiras, um dos mais populosos bairros de Fortaleza. O jornal era mensal e quando um número saía da gráfica, grande parte do número anterior ainda não havia sido distribuído. A Organização não queria contratar ninguém para realizar este trabalho e entendia que ele deveria ser feito pelos próprios funcionários, após o término do expediente ou nos finais de semana. Assobrados de trabalho e/ou sentindo-se explorados, os funcionários, muitas vezes, se recusavam e os atrasos eram constantes.

A produção de um jornal popular também fez parte da trajetória comunicacional do bairro Ellery. Na década de 1980 surgiu o “Garra Comunitária”, que, durante três anos, procurou dar visibilidade às questões locais e mostrar o bairro a ele mesmo. A experiência do Ellery no meio impresso, assim como nas ondas sonoras, terá espaço de discussão no quarto capítulo.

Do som dos alto-falantes e rádios comunitárias adentramos na “Galáxia de Gutenberg” que, como vimos, pode ser popular. Agora, sigamos rumo ao mundo das imagens, que também se tornou palco para a comunicação popular comunitária.

## 1.8 Na Tela da TV; No Mundo das Imagens

Com a redemocratização do país e a corrida desenvolvimentista alimentada pelas alianças com o capital internacional, o Brasil começou a entrar na era da eletrônica, “abrindo, conseqüentemente, a possibilidade de uso alternativo dessas tecnologias por setores dos movimentos sociais” (FESTA, 1986, p.29). O vídeo foi uma das tecnologias à qual os movimentos passaram a ter acesso. De acordo com Gorczewsky (2007), foi na década de 1980 que tiveram início, no Brasil, as experiências com vídeo popular, por iniciativa de coletivos ligados a sindicatos, federações, associações de bairro, comunidades eclesiais de base (CEB's) e movimentos estudantis.

O objetivo dos movimentos e organizações era, principalmente, segundo Santoro (1986), documentar. Através do vídeo, supria-se um vazio que se estabeleceu em relação ao aspecto som e imagem, visto que o cinema é um suporte muito caro. O autor explica a lógica de produção nos primeiros momentos de uso dessa técnica.

São pessoas, grupos e instituições que possuem o equipamento e dirigem-se a grupos populares envolvidos em lutas reivindicatórias e de organização, colocando-se à disposição para colaborar e poder, assim, atuar politicamente usando seus conhecimentos e privilegiando o vídeo como meio de expressão. São raros os grupos populares que não sentem a necessidade do vídeo como um dos instrumentos de sua luta, graças às suas vantagens e especificidades no que tange a imediatividade, baixo custo de produção, agilidade, facilidade operacional etc. (SANTORO, 1986, p. 167).

Uma das primeiras experiências de uso do vídeo pelos movimentos, de que se tem registro, ocorreu no I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (I CONCLAT) no ano de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo. Na ocasião, vários grupos, com suas câmeras na mão, se dedicaram a colher depoimentos dos participantes e a contar a história de alguns dos cinco mil delegados vindos de diversos Estados.

Para realizar esse trabalho, os grupos participaram de um curso oferecido pelo Instituto Metodista de São Bernardo do Campo. Vale salientar que todos tinham os seus próprios equipamentos para realização da cobertura e para reprodução dos

vídeos produzidos (SANTORO, 1986). Esse fato deixa claro a, já histórica, dificuldade que os movimentos têm no que diz respeito a criar (e manter) uma estrutura que contemple minimamente os equipamentos necessários para produção da comunicação popular, não importando o suporte no qual ela se desenvolva.

Mesmo com todos os percalços, o produto final, um vídeo de 36 minutos, originário de 16 horas de gravação, foi realizado. Santoro (1986, p. 170) entende que o “que deve ser recuperado nessa experiência, é menos o resultado final e sim, o processo de trabalho”. Além da valorização da construção coletiva, sem dúvida importantíssima para a comunicação popular, a colocação do autor se justifica devido aos muitos problemas técnicos que o vídeo apresenta. A inexperiência dos participantes e a deficiência dos próprios equipamentos, explica a pouca qualidade.

Não ignoro que essa situação seja quase que uma constante quando se trata da comunicação popular. Como afirma Oliveira (1994, p. 26), “no conjunto dos movimentos sociais, as questões de ordem técnica aparecem como uma conseqüência do aprender a fazer comunicação”, no entanto, pergunto-me se colocar sempre o processo como o mais importante não é correr o risco de naturalizar a idéia de que a comunicação comunitária é necessariamente artesanal, no sentido de sem qualidade técnica, e que a única coisa que importa é ser realizada de forma coletiva pelas “pessoas do povo”. Ao naturalizar deixamos de discutir, por exemplo, o papel das universidades e do poder público no sentido de subsidiar - financeiramente e em termos de capacitação e reflexão crítica - a construção dessa comunicação, tendo como foco o fato deste ser um direito de cidadania.

Ainda de acordo com a discussão teórica de Santoro (1986, p. 169), as diretrizes definidas pelos produtores para a cobertura do I CONCLAT eram: “dar voz às lideranças ausentes dos meios de comunicação de massa; valorizar os delegados de base; a organização do evento; explicitar as dificuldades encontradas e o apoio recebido e, ainda, valorizar a presença das mulheres”. Esses enfoques se coadunam com os princípios e objetivos das experiências em Rádio e Jornal, discutidas anteriormente, e também dialogam diretamente com as características da comunicação popular comunitária; também já discutidas nesse trabalho.

O vídeo pode ser considerado a porta de entrada dos movimentos sociais na TV. Sem a possibilidade (pelos menos ainda) de ter seus programas chegando às casas das pessoas, os movimentos, pródigos de improvisações e criatividade, foram construindo suas formas de se ver e fazer ver suas realidades na “telinha”. Assim surgiram as TV’s de Rua ou TV’s Móveis que são

[...] realizações em vídeo produzidas com a participação da população e transmitidas em espaços públicos abertos (praças e ruas) ou fechados (postos de saúde, creches, escolas, centros comunitários, associações de bairros, sindicatos, ginásios esportivos, hospitais etc) destinados à recepção coletiva (PERUZZO, 2007, p. 19-20).

Peruzzo (2007) ressalta que essas experiências têm relação direta com os movimentos sociais populares e apresentam, por finalidade, a mobilização social em torno de lutas por melhor qualidade de vida, a facilitação do processo de tomada de consciência e, ainda, a desmistificação da televisão e de suas técnicas de produção.

O trabalho com vídeo popular pode se transformarem uma espécie de TV Comunitária a partir do momento em que deixa as salas dos sindicatos, associações de bairro e organizações e se adota a rua como palco de exibição. Um exemplo disso é a TV UMLAW (União dos Moradores de Luta do Álvaro Weyne), criada no ano de 2008, pela Associação de Moradores do bairro Álvaro Weyne<sup>22</sup>. Além da exibição dos vídeos em praça pública a TV UMLAW usa, também, as mídias digitais. Todos os vídeos produzidos são disponibilizados no You Tube<sup>23</sup>. É possível considerar esse, um fato que denota uma forma de apropriação da Internet pelos movimentos sociais populares.

Outra experiência comunicativa que merece destaque em Fortaleza é a TV Janela; projeto de audiovisual desenvolvido desde o ano de 2003 pela ONG Instituto de Desenvolvimento Social (IDS) no bairro Planalto Ayrton Senna, periferia sul de Fortaleza. A TV Janela capacita cerca de vinte adolescentes por semestre. Estes produzem vídeos populares sobre a comunidade, que são exibidos mensalmente em um telão montado nas ruas do bairro; o que se assemelha às experiências da TV de Rua.

---

<sup>22</sup> O Álvaro Weyne é um dos bairros da Região Oeste de Fortaleza e estabelece fronteira com o bairro Ellery.

<sup>23</sup> Site fundado em Fevereiro de 2005, que permite a seus usuários carregar e compartilhar vídeos em formato digital.

Historicamente, como vimos, as experiências de vídeo popular estiveram diretamente ligadas a reivindicações e lutas sociais que se contrapunham ao sistema hegemônico vigente. Esse quadro, típico das décadas de 1980 e 1990 sofreu alterações. De acordo com Braga (2010), as experiências têm apresentado um caráter bastante diversificado, “se antes o objetivo era reivindicatório, hoje é mais educativo, cultural e artístico” (BRAGA, 2010, p. 123).

Esta mudança tem relação com o fato de que a luta de classe e a causa trabalhista deixaram de ser centrais para os movimentos. Estes absorveram outras temáticas mais ligadas ao cotidiano. A TV Janela é um exemplo de que há outros usos para o vídeo popular que não o reivindicatório, entretanto, é preciso que os produtores das mídias populares fiquem sempre atentos para que o caráter não-reivindicatório não se transforme em acrítico.

O objetivo da TV Janela é, de acordo com Braga (2010), retratar os aspectos positivos de uma comunidade periférica, que como a maioria das que existem nas grandes metrópoles do país, sofre com o estigma da miséria e da violência. A idéia é, através dos vídeos, melhorar a auto-estima dos/as moradores/as, já que essas produções “mostram moradores unidos, lutadores e, por isso, vitoriosos e felizes” (BRAGA, 2010, p. 25).

Assim como o “Site da Comunidade”, produzido pelos alunos/as da Escola Honório Bezerra no bairro Ellery, a TV Janela, de forma mais consistente e continuada, possibilita que os adolescentes envolvidos, além de se inserirem no mercado de audiovisual da cidade, passem a

compreender o bairro por outra perspectiva, bem mais positiva. Se antes parte dos adolescentes não tinham contato efetivo com o espaço em que moravam, (...) hoje eles circulam pelo território do Pantanal com mais desenvoltura e acessam as memórias dos moradores mais antigos através de entrevistas (BRAGA, 2010, p. 57)

Mais uma vez é possível constatar uma das características da comunicação popular que é a de conseguir fomentar transformações sociais voltadas para a sociabilidade cotidiana de atores sociais excluídos, o que vai além de lutas políticas mais explícitas por bens comuns e melhorias estruturais.

Há ainda, com a produção dos vídeos, a possibilidade de registro de histórias que permeiam a memória daqueles, cuja vida pessoal, se confunde com a vida do lugar e que, com o passar do tempo, terminam por se perder. Essa prática reveste-se de grande relevância especialmente em uma sociedade que considera uma perda de tempo ouvir os mais idosos e que acredita ter mais valor, o que mais novo é. “Os vídeos da TV Janela transpõem para o documental aquilo que era ‘apenas’ fala de velhos. Numa sociedade marcada pelos aparatos técnicos, a oralidade e, conseqüentemente, o conteúdo das falas, ganham ênfase e são celebrados ao serem mediados pelas técnicas audiovisuais” (BRAGA, 2010, p. 57).

Seguindo a análise das formas de uso da mídia televisiva pelos movimentos sociais populares chegamos à chamada Televisão de Baixa Potência (VHF). Estas podem ser comparadas com as rádios “piratas”, por terem surgido na mesma época e por terem funcionado de forma clandestina. Tinham como objetivos “exercitar a liberdade de expressão e contestar o sistema de concessão de canais de televisão no país, bem como sua programação essencialmente marcada por interesses mercadológicos” (PERUZZO, 2007, p. 16).

As experiências de TV’s Comunitárias também se desenvolveram – não sem muitas lutas e mobilizações - através do sistema de transmissão a cabo, aproveitando-se da legislação que obriga as operadoras, que são beneficiárias de concessão de canais, a disponibilizar seis canais de forma gratuita para associações comunitárias e outras organizações de interesse público. A divisão se dá da seguinte maneira: 3 canais legislativos, 1 canal universitário, 1 educativo cultural e 1 comunitário (PERUZZO, 2007).

De uma forma geral, de acordo com a análise de diversas experiências em diferentes estados do Brasil, realizada por Peruzzo (2007), a programação das TV’s, tanto de rua, como a cabo, são voltadas para a democratização da cultura e para a ampliação da educação e da cidadania possibilitando a expressão daqueles que historicamente foram privados do direito de participar como emissores ativos de conteúdos através dos meios de comunicação de massa.

Uma das grandes discussões que envolvem a programação dos canais comunitários gira em torno da necessidade de decidir se estes são canais provedores ou produtores. O canal provedor preocupa-se apenas com a organização e com a produção de vinhetas institucionais. Todo o espaço da grade

de programação é ocupado pelas entidades associadas. Já o canal produtor, como o próprio nome indica, é aquele que produz e veicula seus próprios programas, além de ceder espaços e administrá-los. Podemos fazer essa discussão com relação ao site do bairro Ellery, no sentido de procurar compreender se este é produtor de conteúdos ou mais um mural eletrônico onde o conteúdo de outros sites é estampado.

As dificuldades, tão presentes nas experiências de comunicação popular em Rádio e Jornal, não são menores na TV. Peruzzo (2007) avalia que a falta de recursos continua sendo um dos principais desafios. Junta-se a isso, entre outras coisas, os conflitos internos entre os produtores dos veículos (o que também ocorria em outros suportes) e a inexistência de um centro integrado de produção que pudesse ser utilizado pelas organizações e movimentos, fato que obrigava cada participante a ter o seu próprio equipamento.

Valdenor Moura, mesmo antes do surgimento da TV Janela, já vivenciava as dificuldades que se apresentam àqueles, que, pertencendo às classes populares, ousam se apropriar das técnicas de audiovisual. No final da década de 1980, o atual diretor da TV Janela se dedicava a registrar a ocupação de terras e a luta dos moradores/as do então bairro Pantanal<sup>24</sup> por seus direitos. Para isso, pedia emprestada a câmera de vídeo de um colega e depois exibia para a comunidade o que havia sido produzido, utilizando um pequeno aparelho de televisão. Para conseguir energia era preciso fazer um “gato”<sup>25</sup> utilizando fios de palha de carnaúba. (BRAGA, 2010).

A participação, de uma forma mais direta, apresenta-se, mais uma vez, como um desafio, embora as experiências de comunicação popular, tendo como suporte a televisão e o vídeo, tenham exercido um papel importante no sentido de aproximar o áudio visual das classes populares. De acordo com Peruzzo (2007), a parte técnica, que envolve a elaboração de roteiros, gravação e edição é, na maioria das vezes, realizada por uma equipe veiculada a uma entidade. A população local participa demandando temáticas ou ajudando a defini-las, dando depoimentos ou entrevistas e discutindo os assuntos que são exibidos.

---

<sup>24</sup> Pantanal é o nome antigo do bairro que hoje se chama Planalto Ayrton Senna. A mudança se deu no ano de 2001, após plebiscito popular.

<sup>25</sup> Forma popular de denominar uma ligação clandestina de energia elétrica.



Um exemplo disso ocorre na TV UMLAW. Ivanildo Batista, presidente da Associação de Moradores do Álvaro Weyne e diretor da TV explicou em conversa informal, que são realizadas reuniões periódicas nos quarteirões do bairro. Durante as reuniões os moradores/as socializam suas demandas e sugerem temáticas que gostariam que fossem abordadas. Assim, a pauta da TV vai sendo construída coletivamente e a comunidade se sente parte do processo.

No Ellery, a produção de comunicação tendo o vídeo ou o audiovisual como suporte não foi experimentada, embora haja uma atenção ao uso da imagem, tanto no site, quanto em mobilizações de rua. É comum, durante eventos políticos ou mais festivos na praça principal, a montagem de um telão no qual são apresentados slides com fotos - recentes ou históricas - do bairro e dos/as moradores/as. Fazendo uso do *software* Power Point, é sempre Aginaldo Aguiar quem prepara os slides. As pessoas gostam de ser ver e ver os amigos/as, além de ficarem mais atentas à discussão quando há o uso do recurso audiovisual.

Os muitos desafios dificultam e retardam o processo de apropriação, comprometendo a continuidade, uma maior participação e qualidade das mídias populares. Enquanto no Rádio a oralidade é um facilitador, por estar tão inserida no cotidiano dos movimentos sociais e das classes populares de uma forma geral, a política de concessão se apresenta como um desafio homérico. Já com relação ao Jornal Popular, é a produção textual o grande “monstro”, que parece criar ainda mais força em uma realidade, senão de analfabetismo completo, mas certamente de analfabetismo funcional. O audiovisual, com seus equipamentos sofisticados - logo caros e seus complexos softwares - se apresenta como uma tecnologia de difícil acesso para as classes populares. Não bastasse isso, há, como no Rádio, o desafio das TVs Comunitárias conseguirem licença de funcionamento, partindo-se, assim, para a alternativa das TVs de Rua.

As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e entre elas, principalmente a Internet, surgem com promessas de dar fim a muitos dos históricos desafios do fazer comunicativo gestado no âmbito dos setores populares. Seguindo o percurso que comecei a trilhar com as experiências de alto-falantes, chego ao ciberespaço continuando a ter, como foco, as ações comunicativas dos movimentos sociais populares. Que desafios foram transpostos? Quais continuam? Que novas vicissitudes se apresentam?

## 1.9 A Comunicação Popular Comunitária na Era da Infocomunicação

E eis que fizemos a transição de “átomos para bits” (NEGROPONTE, 1995). Sofremos, como previu Bairon (1995), a “digitalização do mundo”. De acordo com o autor, “o mesmo mundo que até o século XIX foi, prioritariamente, narrado ou escrito e que, no século XX foi (...) visualizado analogicamente, no século XXI passará a ser digitalizado” (BAIRON, 1995, p. 18). Passamos a habitar a “sociedade em rede” (CASTELLS, 1999), “cuja estrutura social foi construída em torno de redes de informação, a partir da tecnologia de informação microeletrônica estruturada na Internet” (CASTELLS, 2009, p. 287).

O impacto das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) na vida social é inegável. Negroponte (1995, p. 12) diz, inclusive, que “a informática não tem mais nada a ver com computadores. Tem a ver com a vida das pessoas”. E, realmente, o que se pode observar, principalmente após a popularização da Internet, é uma “integração crescente entre mentes e máquinas” que “tem alterado a forma como nascemos, vivemos, aprendemos, trabalhamos, produzimos, consumimos, sonhamos, lutamos, morremos” (CASTELLS, 1999, p. 68).

Os movimentos sociais populares procuram não ficar fora da Era da Infocomunicação. Dedicam-se a aprender a navegar no “oceano digital” e a usar a Internet como suporte para experiências de comunicação popular comunitária. É interesse principal desta pesquisa, compreender as singularidades do cotidiano desse navegar dos movimentos populares na Rede. Será este, preciso? Que desafios e conquistas são vivenciados? Darei início, neste item, a tais reflexões, que, posteriormente, durante a análise do site do bairro Ellery, serão revisitadas e/ou aprofundadas.

As promessas trazidas pelas TICs e principalmente pela Internet, “espinha dorsal da comunicação global mediada por computador” (CASTELLS, 1999, p. 421), são muitas. Pierre Lévy, um dos autores entusiasta da tecnologia – autores esses denominados por Pierre Musso (2006) de “pesquisadores-divulgadores” – acredita que a Internet trouxe o fim da comunicação de “um para muitos”, como ocorre com os meios de comunicação de massa, e deu surgimento à comunicação “de todos-para-todos” (LÉVY, 1999a, p. 113). A aldeia finalmente se tornou global, pois passou a haver uma “interconexão geral das informações, das máquinas e dos homens”

(ibid). Lemos (2007, p. 2), comunga com essa idéia e acredita que “as novas tecnologias de comunicação e informação serão vetores de agregação social, de vínculo comunicacional e de recombinações de informações, as mais diversas, sobre formatos variados, podendo ser textos, imagens fixas e animadas e sons”.

É importante, entretanto, que “a inflação da esperança não cresça à custa da prudência e da capacidade crítica” (CORREIA, 2007, p.67), e é justamente à crítica ao otimismo exacerbado com relação aos poderes da técnica, que se dedicam alguns autores. Um deles é Dominique Wolton (2007, p. 11), que considera não haver “nada mais perigoso do que ver na presença das novas tecnologias, cada vez mais performáticas, a condição para a aproximação entre os homens”. Sfez (2000, p. 19) segue essa mesma linha de pensamento quando afirma que criamos um “Frankenstein tecnológico que nos ameaça” e que ao invés de termos atingido a comunicação plena, o excesso de comunicação nos fez adentrar, na verdade, na era da incomunicação, pois

num universo em que tudo se comunica, sem que se saiba a origem da emissão, sem que se possa determinar quem fala, o mundo técnico ou nós mesmos, nesse universo sem hierarquias, salvo emaranhadas, em que a base é o cume, a comunicação morre por excesso de comunicação e se acaba numa interminável agonia de espirais. (SFEZ, 2000, p. 33).

Um poderoso movimento tecnicista -acredita Wolton (2007) -suplantou a dimensão humana e social e, com isso, a comunicação corre o risco de reduzir-se a um acontecimento técnico. “As técnicas tornam-se o sentido, a ponto de se chamar a sociedade do futuro de ‘sociedade de informação ou de comunicação’, pelo nome da técnica dominante” (WOLTON, 2007, p. 33).

Concordo com Wolton (2007) com relação à crucial importância do foco no caráter humano da comunicação, principalmente quando o que está em discussão - como no trabalho que ora apresento -são os processos de construção da comunicação popular comunitária. Entretanto, acredito que o risco da comunicação se tornar um acontecimento meramente técnico está presente em processos comunicacionais desenvolvidos em qualquer suporte, e não apenas na Internet. Sem dúvida as tecnologias digitais fomentam mais fortemente a ode à técnica, já que, tais

tecnologias, permeiam e mediam praticamente todos os aspectos da vida cotidiana, mas o que alimenta a visão tecnicista é, na minha percepção, o esvaziamento do debate de idéias; do debate político mais amplo. Sem isso, a produção de conteúdos das mídias populares fica comprometida e os processos perdem muito do valor educacional. Fazer comunicação passa a resumir-se, então, à apropriação da técnica necessária para operacionalizar determinado suporte.

Não pretendo adotar uma visão maniqueísta no que diz respeito à tecnologia e nem ficar presa aos extremos de aceitação ou negação. Em pleno século XXI, tal postura seria injustificável. Que as TICs trazem possibilidades, mas também vicissitudes; isso é fato. Proponho-me, então, a olhá-la a partir de suas contradições e heterogeneidades, de seus usos e apropriações por parte de atores sociais que fazem parte das classes populares e que, nem sempre experimentam de forma ativa, na prática cotidiana, a “sociedade em rede”, mas que, ainda assim, estão, de alguma forma, participando da construção de experiências de comunicação popular que tem a Internet como suporte.

Considero que podemos, até, estarmos todos sob o mesmo “dilúvio” da infocomunicação, mas a noção da sociedade da informação não é unívoca. Há uma multiplicidade de modos de apropriação social dos artefatos da comunicação e de não apropriação destes, também. É exatamente a compreensão das singularidades do estar na Rede que move essa pesquisa e que irá possibilitar o entendimento das características da comunicação popular comunitária na Internet.

Um momento que pode datar, em parte, o início do uso da Internet pelos movimentos sociais, de acordo com Moraes (2002), se deu no ano de 1999, quando a organização francesa *Association pour la Taxation des Transactions pour l'Aide aux Citoyens* (ATTAC) promoveu, em Paris, um encontro internacional para debater alternativas de atuação para movimentos sociais em escala mundial. De lá para cá, proliferaram sites de movimentos e ONGs, fóruns de discussão, manifestos *on line*, campanhas virtuais, *blogs*, centrais de denúncias de violação de direitos humanos, entre outras formas de atuação e comunicação.

A partir do ano de 2006, Fortaleza também começou a vivenciar esse *boom* no uso das mídias digitais. Existem na cidade 11 sites de bairros<sup>26</sup>: Conjunto Ceará,

---

<sup>26</sup> Verificação realizada até o mês de Agosto de 2011

Álvaro Weyne, Vila Velha, Messejana, Monte Castelo, Genibaú, Henrique Jorge, Centro, Serviluz, Antônio Bezerra e bairro Ellery<sup>27</sup>. O site do Ellery, objeto de estudo desse trabalho, é um dos mais antigos. A concentração dessas mídias se dá em bairros populares e periferias, seguindo a lógica de outras experiências de comunicação, também gestadas no âmbito dos setores populares.

Os movimentos sociais passaram a perceber o ciberespaço como um espaço de mobilização, reivindicação e produção de conteúdos. A Internet, a partir de características que são próprias de sua arquitetura, trouxe novas possibilidades para a comunicação popular comunitária; possibilidades essas impensáveis em outros suportes. O barateamento de custos, o alcance e rapidez de difusão de conteúdos, a interatividade, a permanência e, principalmente, a não submissão “às hierarquias de juízos e aos filtros ideológicos da mídia convencional” (MORAES, 2009, p. 11), são algumas delas.

Mais do que permitir que a informação possa ser difundida pelos próprios atores sociais que a produzem, sem precisar passar pelos crivos da mídia de massa, o que passou a ocorrer com o surgimento das mídias digitais foi uma alteração da lógica da produção de conteúdos e de tratamento da informação. Cabral (2004, p. 270) entende que houve “uma verdadeira transformação quanto à democratização da posse, do controle, do acesso e da produção da comunicação”. A grande diferença, apontada pelo autor, é com relação à postura adotada pela sociedade civil. Se diante dos meios de comunicação de massa lutava-se pela aprovação de leis democráticas, visando a sustentação legal de acesso das Rádios e TVs comunitárias, pois sem isso as experiências de comunicação popular comunitária não poderiam continuar existir, na Internet, com a ausência, pelo menos por enquanto, de centros diretivos ou comandos decisórios, surge uma ampla gama de recursos para a manifestação das mais diversas pessoas, grupos e comunidades.

O *Big Brother*, metáfora que a mídia de massa encarna devido ao seu poder de privilegiar as informações que julga relevantes - quase sempre dentro de uma racionalidade que se coaduna com o sistema hegemônico do capital - entra em cheque. Wilson Gomes (2008, p. 312) avalia que

---

<sup>27</sup> Em anexo o mapa dos sites de bairro de Fortaleza.

[...] características próprias da Internet a convertem num ambiente de comunicação ideal para vozes que não costumam ser ouvidas no madrigal considerado socialmente relevante. Algumas dessas vozes estão fora do concerto por que pertencem a grupos, classes, povos etc. que são socialmente postos à margem dos fluxos predominantes da comunicação.

No mundo digital, ao que parece, as minorias conquistam o tão sonhado direito à fala. “Nas artérias labirínticas da Internet, os usuários têm a chance de assumir-se como atores comunicantes”(MORAES, 2001, p. 68) e cada um pode se tornar, então, um “cidadão jornalista” (PERUZZO, 2004, p.8). Lemos (2007, p. 2) considera que a “liberação do pólo de emissão” traz a possibilidade de “qualquer indivíduo poder produzir e publicar informação em tempo real, sob diversos formatos e modulações; adicionar e colaborar em rede com outros”.

Com todas essas potencialidades revolucionárias pode-se até chegar à conclusão de que a Internet é umapanágio de todas as virtudes. Mas como lembra Sorj (2003, p. 36), “[...] o mundo não é uma Califórnia” e “cada terra tem seus próprios nutrientes, carências e cultivares”. Embora em termos estruturais as TICs facilitem e alarguem os caminhos para a auto-expressão e para o estabelecimento da comunicação sem coerções,não se pode ignorarproblemas diretamente ligadas ao contexto social, ou seja, ao concreto.Não há como conceber “o ciberespaço como uma esfera autônoma, divorciada das realidades socioculturais” (MORAES, 2001, p. 73).

Tecnicamente os conteúdos podem ser produzidos por qualquer um, no entanto,quando o foco se volta para os setores populares, obstáculos se apresentam e o termo “qualquer um” passa a suscitar discussões.Para que os movimentos sociais se façam presentes no ciberespaço e assim se dediquem à construção da comunicação popular comunitária, é necessário que haja a apropriação da linguagem informacional, da cultura digital.Praticamente um novo processo de alfabetização. Todavia, na maior parte das vezes“não há uma preparação anterior que introduza o participante nesse processo de comunicação em rede, via Internet” (LACERDA, 2002, p. 96).Eis um primeiro desafio.

Junta-se a isso o fato de que os atores sociais envolvidos na produção da comunicação popular comunitária vivenciam, comumente, umarealidade de exclusão digital, que sesoma às formas já existentes de desigualdade e exclusão social e

deixa explícita a disparidade entre as promessas da Era da Informação e a realidade para muitos, ainda sombria. Concordo com Lévy (1999, p. 237) que “cada novo sistema de comunicação fabrica seus excluídos”, porém acredito que ao invés de uma simples constatação, esse fato suscita uma gama de discussões. Empreenderei esse debate no capítulo que se segue.

O cenário de exclusão digital leva Ortiz (2011) a afirmar que, na verdade, a tão alardeada revolução tecnológica não existe. De acordo com o autor, “o problema desse mundo tecnológico é que a cada três meses nós temos uma revolução, mas ao final de um ano as coisas estão as mesmas. Como é que houve uma revolução, se não mudou nada?” (ORTIZ, 2011, p. 13). A questão é que as transformações se explicam por várias dimensões, não apenas pela dimensão telecomunicativa, como parecem crer os entusiastas da técnica. Mudanças sociais concretas não se estabelecem apartadas de um imbricado processo social que envolve diversas instâncias e não estão ligadas a técnicas específicas.

Mesmo com todas as dificuldades, a grande maioria parte de uma estrutura social pautada pelas desigualdades, os movimentos sociais populares, como é o caso do bairro Ellery, estão navegando no ciberespaço e com isso propondo novos usos para a Internet, além de pesquisa, entretenimento e *e-commerce*. Como coloca Moraes (2001, p. 128), as TICs podem ser utilizadas como “uma arena complementar de mobilização e politização, somando-se a assembléias, passeatas, atos públicos e panfletos”.

Oliveira (2008), entretanto, alerta para um fator de grande relevância: importante parcela dos trabalhos teóricos considera que a utilização que os movimentos fazem da Rede representa um processo de inclusão digital, porém, a autora entende que é preciso problematizar o fato de que

no delinear dessas trajetórias revelam-se processos de exclusão digital em que os sites ou portais idealizados pelos movimentos sociais não são necessariamente programados ou criados por atores sociais desses movimentos, mas recebem o apoio técnico de intelectuais ou instituições governamentais ou não governamentais que de lugares e formas diversas prestam auxílio a essas práticas comunicativas populares. (OLIVEIRA, 2008, p. 2).

A realidade de “apartheid digital” (SANTOS, M.S.T, 2009) leva à necessidade de mediadores no processo de construção da comunicação popular comunitária; não

importando o suporte. Procurarei perceber como isso se dá com relação à produção do site do bairro Ellery.

Além das nuances referentes às potencialidades das TICs e às exigências técnicas e cognitivas necessárias para seu uso, até agora discutidas, há, ainda, outras características, próprias do meio, que também poderão impactar diretamente no processo de produção da comunicação popular comunitária em Rede. Algumas dessas características podem inclusive se contrapor a aspectos da comunicação popular; aspectos esses discutidos no item 1.3 deste capítulo.

Uma das questões que merece reflexão é o fato da internet exigir textos concisos. O próprio mundo digital propõe textos “brandos, ubíquos e palimpsestos” (CHARTIER, 2002, p. 26). A produção de textos reduzidos é favorecida, de acordo com Buzatto (2001), pela possibilidade do uso de *links*, que funcionam como janelas que dão acesso a textos fora do texto acessado originalmente, mas que com ele estabelecem relação. O autor está se referindo ao hipertexto, que Martín-Barbero e Rey (1999) definem como sendo “uma montagem de conexões em rede que, ao permitir/exigir uma multiplicidade de trajetos, transforma a leitura em escrita”. A partir desse elemento característico da Internet, a leitura deixa de ser linear e o próprio internauta vai construindo seus conteúdos a partir de suas escolhas de navegação, visto que “o texto eletrônico (...) é um texto móvel, maleável, aberto” (CHARTIER, 2002, p. 25).

A troca rápida desses textos também é uma exigência do suporte. Se o internauta entra em um determinado site uma vez e ao entrar novamente, na semana seguinte, por exemplo, encontra as mesmas postagens, sem nada de novo, certamente irá se desinteressar e não voltará a acessá-lo. O vício em atualidades que, de acordo com Bourdieu (1997), é característica da indústria da informação, exacerba-se com as mídias digitais. “Tudo é instantâneo e acelerado. Tudo parece acessível e disponível. Vivemos sob um vendaval infoeletrônico” (MORAES, 2001, p.7).

Quando o “tempo extensivo da história” é transformado “no intensivo do instantâneo” e, com isso, a contemporaneidade “confunde os tempos e os achata na simultaneidade do atual”(MARTÍN-BARBERO, 1999, p. 35), contextualizar, historicizar, discutir, torna-se difícil. Vai se formando “um mosaico informativo ao cabo do qual não se retém qualquer dado” (PAIVA, 2003, p.129). Por outro lado, é



justamente a contextualização da informação uma das características da comunicação popular comunitária. Como mantê-la diante da corrida pelo presente que não permite o devido tempo para a produção de um discurso complexo?

Apresenta-se aqui uma contradição entre o tempo midiático e o tempo político. De acordo com Ramonet (1999, p.71-72), “assim como o tempo político – como quiseram os fundadores da democracia – deve ser lento para permitir que as paixões se apaziguem e que a razão se imponha, assim o tempo midiático atinge o limite extremo da velocidade: a instantaneidade”. A análise do site do bairro Ellery nos permitirá perceber, na prática, como essa situação se desenrola.

Há ainda outra característica da NET, agora relativa à leitura, que pode vir a dificultar a apropriação de discussões mais densas, como a relacionada a problemas sociais, frequentemente abordada pelas mídias populares. Chartier (2002, p. 23), explica que “a leitura diante da tela é geralmente descontínua, e busca, a partir de palavras-chave ou rubricas temáticas, o fragmento textual do qual quer apoderar-se (...) sem que necessariamente sejam percebidas a identidade e a coerência da totalidade textual que contém esse elemento”. Sendo assim, a leitura no suporte digital torna-se segmentada, fragmentada e até mesmo desorientada no caso de textos cuja apropriação supõe uma leitura contínua. Embora entenda que essa discussão possa ser mais cara a um estudo de recepção, trago-a aqui porque acredito que os movimentos precisam estar atentos a essa característica, visto que a produção de textos para o suporte digital em muito difere daquela pensada para o jornal popular, por exemplo.

Outra especificidade do ciberespaço ou, de acordo com Rubim (2000), a novidade essencial trazida pela Rede, é a “supressão do espaço e do tempo” ou a desterritorialização. Afirma o autor que,

a rede, em sua singularidade contemporânea, deseja abolir os obstáculos, desterritorializando e desmaterializando. Sua fluidez, volatilidade e dinâmica não se ancoram em territórios. Sua quase imaterialidade e invisibilidade buscam garantir velocidade e instantaneidade (RUBIM, 2000, p. 4).

Lemos (2007, p. 4) entende que esse processo de desterritorialização começou bem antes das mídias digitais surgirem. Considera que os meios massivos

já criavam processos desterritorializantes com as informações mundiais, “ao vivo”. No entanto, pondera que

a televisão só podia ser vista localmente, o mesmo acontecendo com o rádio e os jornais, que remetem sempre aos nossos espaços locais, ao nosso território, à nossa cidade. Com a cultura digital das mídias pós-massivas e principalmente as tecnologias móveis, vemos agravarem-se os processos de desterritorialização.

Para Castells (1999, p. 467), tanto o espaço quanto o tempo estão sendo transformados sobre a égide das TICs. Não se pode mais falar em “espaço de lugares”, mas sim em “espaço de fluxos”. O autor explica que “[...] a ênfase na interatividade entre os lugares rompe os padrões espaciais de comportamento em uma rede fluida de intercâmbio que forma a base para o surgimento de um novo tipo de espaço: o espaço de fluxos” (CASTELLS, 1999, p. 487). Assim, a Internet pode ser pensada como “[...] um espaço mundo feito de *redes e fluxos* e não de elementos materiais” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 58, grifos do autor).

Se na comunicação mediada por computador a desterritorialização é fato, o lugar, que Milton Santos (2005, p. 251) define como sendo “o espaço do acontecer solidário”, é de suma importância para o fazer comunicativo popular. Como visto durante o percurso histórico pelas experiências de comunicação popular em diferentes suportes, percorrido nos itens anteriores, é exatamente, o (re)conhecimento do local, de suas especificidades e dos que lá vivem, uma das principais características do conteúdo dessa “outra comunicação”. Serão essas duas características realmente incompatíveis? Pretendo, através da análise do site do bairro Ellery, responder a esse questionamento.

Vale ressaltar que, baseada nas reflexões teóricas de Martín-Barbero (2009), trabalho como o sentido de local como sendo o âmbito onde se resiste e cuja autovalorização está ligada ao direito à memória própria e à “capacidade de construir relatos e imagens de identidade” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 59), e não com o sentido puramente territorial que o termo também carrega.

Peruzzo (1998) lembra outro dado referente ao local que não diz respeito aos conteúdos. De acordo com a autora, os veículos de comunicação comunitária estão “próximos ao local de moradia, de trabalho e de recreação, tendo, por isso uma grande potencialidade no que se refere a facilitar a participação” (PERUZZO, 1998,

p. 288). Além de nortear a produção de conteúdos dos veículos populares, o local onde o veículo está inserido, faz parte do cotidiano da comunidade. Não é apenas lugar de emissão, mas de existência e coexistência. Pode ser pensado, novamente de acordo com Milton Santos (2005, p. 253) como sendo

o papável, que recebe os impactos do mundo. O lugar é controlado remotamente pelo mundo. No lugar, portanto, reside a única possibilidade de resistência aos processos perversos do mundo, dada a possibilidade real e efetiva da comunicação, logo da troca de informação, logo da construção política.

A reflexão de Peruzzo (1998) nos remete, outra vez, ao constante desafio da comunicação popular comunitária, que é a participação. Questiono-me, então, se fato do site do bairro Ellery não necessitar obrigatoriamente de uma localização física traz impactos para o processo participativo? Essa característica das mídias digitais fragiliza ou potencializa a participação na construção da comunicação popular?

Seguindo na discussão referente à desterritorialização, se é esse o grande diferencial do ciberespaço, logo, significa dizer que não há fronteiras para a informação. Diferentemente do que ocorria em outros suportes, os conteúdos veiculados pelas mídias populares passam a ter um alcance para além do lugar ou Região onde o veículo popular está situado. Os movimentos sociais populares podem usufruir dessa característica também para garantir visibilidade - hoje sinônimo de existência - para suas ações e lutas, para disseminar informações e análises que contribuam para o fortalecimento da cidadania e para o questionamento de hegemonias constituídas.

Esse sem dúvida é um ganho visto que, “na era da globalização, não basta realizar atividades concretas de cidadania: é preciso estar presente no imaginário social”(LACERDA, 2002, p. 91). Sendo, como se sabe, esse imaginário social fortemente mediado pela mídia, “tudo que fica fora do alcance da mídia assume a condição de marginalidade política” (CASTELLS, 1999, p. 368).

Todavia, como disse anteriormente, meu olhar para a tecnologia não se pautam em pelotecnolatria e nem pela tecnofobia. Ao contrário, me interessa a heterogeneidade do ambiente cibernético que, reforço, não pode ser visto como uma instância separada do concreto, e a relação disso com a construção da comunicação

popular comunitária. A eliminação das fronteiras da informação é inerente à arquitetura da Internet, mas essa característica, por si só, não garante a tão buscada visibilidade. Estar na Rede, principalmente no caso das mídias populares, não significa ser visto.

O cenário que vivenciamos atualmente é de um número mínimo de grandes sites aos quais é destinada a maioria esmagadora dos acessos. Na América Latina operam 12 grandes portais de conteúdo com destaque para Terra, AOL, O Site e Universo Online (MORAES, 2001, p. 33). É preciso considerar, ainda, que esses portais fazem parte de conglomerados transnacionais de comunicação que vão formando uma teia de retroalimentação em termos de divulgação e marketing. Diante desse quadro, os pequenos sites, como o do bairro Ellery, têm grande dificuldade em garantir visibilidade no “oceano digital”.

Essas complexas questões tecem o imbricado cenário do mundo digital e tomam corpo quando o olhar se volta para a produção de informação e não apenas para o simples navegar pela abundância de conteúdos oferecida ou pela interatividade permitida nas redes sociais. É nesse desafiante oceano que os movimentos navegam. Tenho como intuito, durante o trabalho de campo, compreender como essas questões são vivenciadas na prática. Como os atores sociais, que de alguma forma, participam da construção do site do bairro Ellery lidam com o contexto de exclusão digital; ainda uma realidade nos setores populares? Como se dá (ou não) o processo de apropriação? Que relações se estabelecem entre apropriação e participação? Com um olhar para o concreto e para o virtual, aspiro chegar à compressão dessas questões.

As discussões até aqui realizadas deixam claro que os conceitos de participação e apropriação, assim como os de exclusão e inclusão digital, são centrais no presente trabalho. Sendo assim, acredito ser importante explicitar o arcabouço teórico no qual me ancoro. As questões teóricas que serão apresentadas no capítulo que se segue, são, na verdade, pontes para estabelecer um diálogo com a realidade empírica analisada durante o trabalho de campo. A teoria voltada para a discussão de participação e apropriação me ajudará a olhar para o contexto social do bairro Ellery e para os sujeitos pesquisados, para, com isso, compreender aspectos importantes da comunicação popular na Rede.

## **CAPÍTULO II**

### **Participação, Apropriação e Exclusão Digital: imbricadas relações**

*O único sentido da história é a história que nos faz sentido.*

*Manuel Castells*

Os conceitos de participação, apropriação e exclusão digital permeiam de maneira decisiva as discussões que empreendo e se mostram cruciais para o entendimento das características da comunicação popular comunitária na Rede. Sendo assim, dedico esse capítulo a reflexões voltadas para esses conceitos, que estabelecem entre si, um emaranhado de relações.

Na análise dos diversos suportes, através dos quais o fazer comunicativo popular se concretizou, realizada no primeiro capítulo, foi possível perceber que a participação, além de ser apresentada como uma característica da comunicação popular comunitária e uma meta a ser atingida que pode ser vista, também, como um termômetro que indica se a experiência comunicacional se alinha a objetivos mais gerais dessa “outra comunicação”.

Foram exatamente os fluxos e refluxos relativos à participação de moradores/as no site do bairro Ellery, o primeiro fator que me levou a problematizar a forma dos movimentos sociais populares estarem na Rede. Como coloca Gomes (2008, p. 299), “constatado o morbo, buscavam-se-lhe as causas” e assim, segui a empreender esta investigação científica.

Optei por ver as dificuldades de participação, como sugere Demo (1986), como pontos de partida. Assim, o primeiro item deste capítulo é dedicado aos aspectos da complexidade do conceito de uma forma geral e não apenas ao que se refere à participação na comunicação. Esta é uma tentativa de não encerrar a comunicação em uma “caixinha” apartada do contexto social.

Se o olhar para o empírico me levou à discussão sobre participação, foi a teoria que me chamou para o debate sobre apropriação. Há um vasto referencial teórico que se volta para o fenômeno da entrada e atuação dos movimentos sociais populares no ciberespaço, considerando que estes se apropriaram das benesses do mundo digital. Entretanto, considero haver uma lacuna teórica com relação às singularidades do processo de apropriação. Entendo que essa apropriação é heterogênea como heterogêneos são os movimentos. Dessa forma, passei a me interessar por compreender **como** os movimentos sociais populares estão na Rede. Que desafios enfrentam e como esses desafios interferem no processo de apropriação? Na busca do entendimento dessas questões, dedico o segundo item do capítulo ao debate do conceito de apropriação.

Exclusão digital, brecha digital, divisória digital, “*apartheid* digital”, são todos termos utilizados para dizer que o sonho da aldeia global ainda está longe de se concretizar, pois na prática, o acesso não é para todos; o mundo digital tem seus excluídos. Estar na zona de exclusão significa dizer que tanto a apropriação, quanto a participação se encontram em estado de fragilidade. No terceiro e último item me deterei na discussão relativa à exclusão/inclusão digital e suas relações com o contexto de exclusão social, principalmente das classes populares.

Saliento que a análise teórica que me proponho a empreender tem como intuito principal ancorar o trabalho etnográfico e ser norteadora do olhar para a realidade do bairro Ellery e dos atores sociais que fazem parte da construção da atual mídia popular do bairro: o site.

## **2.1A Desafiante Necessidade Humana de Participação**

Participação provém do latim *participare*, que significa fazer parte, tomar parte de alguma ação ou mesmo associar-se pelo pensamento, pelo sentimento. A definição emana facilmente da mente de qualquer pessoa, mesmo sem haver o conhecimento etimológico da palavra. A simplicidade do conceito é, no entanto, apenas aparente. Se olhado mais de perto, será possível perceber o teor de complexidade que encerra.

O próprio significado da palavra já é passível de discussão. Para Bordenave (1983) há uma diferença entre “fazer parte”, “tomar parte” e, ainda, “ter parte”. O autor defende que “fazer parte” pode referir-se a uma situação adquirida involuntariamente como, por exemplo, o fato de fazer parte de uma nação. “Tomar parte” seria a execução de uma ação específica em uma atividade coletiva, como um evento científico. Já “ter parte” implica “em uma função mais permanente, em direito adquirido ou conquistado e em um compromisso mais ou menos firme” (BORDENAVE, 1983, p. 82-83). Uranga (1989, p. 126), por outro lado, é enfático ao afirmar que “participar não se reduz simplesmente a pertencer a um grupo, a uma comunidade ou mesmo a assistir às suas atividades. Participação implica em desenvolver um trabalho de relação entre os membros do grupo da comunidade, com estes e a realidade”.

Enquanto a colocação de Bordenave (1983) permite, a meu ver, a possibilidade de pensar a existência de tipos diferentes de participação, que, embora denotem maior ou menor envolvimento por parte dos sujeitos nas ações coletivas, não deixam de ser formas legítimas de participação, a visão de Uranga (1989) parece remeter a uma lógica de exclusão e a uma dicotomia entre os que participam e os que não participam.

Entendo como perigosa a essencialização e a noção de um padrão único ou de uma lógica matriz de participação, assim optei, na presente investigação científica, por uma análise que foge do essencialismo e da dicotomia. Através da pesquisa etnográfica, procurei perceber as sutilezas e nuances do processo participativo dos sujeitos pesquisados na construção do site do bairro Ellery, a partir de indicadores presentes nos atos cotidianos, pois “é no cotidiano que o homem depara-se com escolhas, onde atua e cria a sua própria história” (LIMA, 1980, p. 18).

Para Bordenave (1983), participar é uma necessidade fundamental do ser humano. O autor entende que

a participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros (BORDENAVE, 1983, p. 16).

Se por um lado, o ato de participar é inerente ao homem social, efetivá-lo, torná-lo algo prático no dia-a-dia da vida em sociedade, está longe de ser simples e/ou natural. Também não é como afirma Demo (1986), dádiva, concessão ou algo pré-existente. Para o autor, participação é conquista. Isso significa que é um processo infundável, pois “não existe participação suficiente, nem acabada” (DEMO, 1986, p. 18).

Por se tratar de um processo, há conseqüentemente, uma demanda de tempo para que seja fomentado e sedimentado. Para Bordenave (1983, p. 19), “[...] todos os processos participativos possuem a característica da profundidade e de certa lentidão”. Peruzzo (1998, p. 298) concorda. Segundo a autora, exatamente por ser “um processo e não um produto” é que “o aprendizado do processo participativo é lento”. Não podemos andar a metro, mas centímetro por centímetro (DEMO, 1986).

O tempo, tão necessário para sedimentar a participação, é o mesmo que se torna cada vez mais escasso, como visto anteriormente, na realidade dos militantes sociais. Estes precisam adequar a dedicação às mobilizações, articulações e lutas, à busca por sustentabilidade econômica e a atenção à família. Procurarei perceber, durante o trabalho de campo, se essa realidade traz repercussões para o processo participativo no Ellery, levando em conta o concreto e o virtual.

Mas esse não é o único desafio imposto à participação. Uranga (1989) coloca que para participar é preciso: conhecimento da realidade, consciência crítica e vontade de mudar, ou seja, a participação mais efetiva está fortemente relacionada com o nível de consciência crítica. Como mudar a realidade sem conhecê-la? Sem refletir sobre ela? Segundo Toro e Werneck (2007, p. 14), as pessoas podem até ser chamadas, mas participar ou não é uma decisão de cada um, e “essa decisão depende essencialmente das pessoas se verem ou não, como responsáveis e como capazes de provocar e construir mudanças”.

O desenvolvimento dessa consciência crítica e política, conforme discutido no item 1.3 do capítulo anterior, enfrenta dificuldades cujas raízes estão na história dos povos da América Latina – permeada por uma lógica autoritária própria do colonialismo -que procura manter a acomodação e a alienação, muito pouco contribuindo para a prática participativa. Essas raízes culturais e históricas geraram por um lado, de acordo com Peruzzo (1998, p. 298), “uma certa apatia e um sentimento de inferioridade diante dos ‘que sabem’ e, por outro, uma tendência a



delegar o poder, uma espécie de consenso e cumplicidade em relação a ideologias conservadoras e práticas autoritárias”. Há, na visão de Demo (1986, p. 18), uma “tendência histórica à dominação”.

Essa apatia subsidia a prática de “não aceitar a responsabilidade pela realidade em que vivemos” e de, ao mesmo tempo, “nos desobrigarmos da tarefa de transformá-la, colocando na mão do outro a possibilidade de agir” (TORO; WERNECK, 2007, p. 18). Ao que parece, “nos acostumamos a deixar que uns poucos se encarreguem das decisões e das atividades, reservando-nos apenas o direito de criticar seu desempenho” (BORDENAVE, 1983, p. 48).

Não se deve esquecer, todavia, que o contexto histórico tem papel decisivo no cenário de participação popular. “A participação sempre tem acompanhado – com altos e baixos – as formas que a vida social foi tomando” (BORDENAVE, 1983, p. 11-12). Esta, não “se dá ao acaso” e “não é alheia ao momento histórico e ao tipo de sociedade” (LIMA, 1980, p. 36). Tais reflexões afastam a noção de engessamento e/ou de essencialização.

As décadas de 1980 e 1990 chegaram a ser consideradas por Bordenave (1983) como “a era da participação”. O panorama era de efervescência das CEB’s, do surgimento de associações de moradores, movimentos de periferia, movimentos sociais que se colocavam contra os regimes que negavam o direito de participar, lutas pela redemocratização do país, entre outras manifestações populares. Uranga (1989) ressalta, inclusive, que foi o processo de redemocratização de vários países latino-americanos que trouxe de volta temas e conceitos que haviam sido sepultados sob a experiência da ditadura; entre eles o de participação.

O cenário de hoje é diferente. Parece que impera o individualismo – “véu que oculta a natureza sócio-coletiva da sociedade” (FINLAY, 1986, p. 43) - e uma inabilidade de pensar e lutar por bens coletivos. Para Santiago (2008, p. 102), “as ações individuais em uma sociedade, na qual as pessoas precisam, cada vez mais, produzir o máximo para alcançar o essencial em suas vidas, se chocam com o discurso comunitário, que propõe ações que visam o bem estar coletivo”. A frase de Beethoven Rodrigues, sobre essa questão, é emblemática: “cada um precisa matar o seu leão por dia”. Ainda assim, Peruzzo (2002, p. 288), acredita que “embora o individualismo seja uma das marcas da sociedade contemporânea, há também uma tendência à agregação e à participação social. Embora os processos de

globalização sejam implacáveis, simultaneamente, geram-se processos de valorização do local e do comunitarismo”.

Ao cenário de hedonismo da sociedade moderna ou da “modernidade líquida”, como diria Bauman (2001), soma-se à crise ou refluxo dos movimentos sociais populares. Estes sentiram o impacto dos reveses da ala progressista da Igreja Católica, representada pelas CEB’s e do próprio processo de redemocratização do país, que levou as lideranças a se interessarem, bem mais, pela possibilidade de concorrer a cargos nas administrações públicas e mesmo a cargos eletivos, do que em dar apoio às mobilizações (GOHN, 1994).

Embora tenhamos avançado no sentido de construir um processo de vivência democrática, a sociedade continua regida mais pelo sistema de interesses, que pelo de solidariedade. Continua organizada através de polarizações hierárquicas, predominando a postura de cima para baixo que leva à proliferação de um sem número de desigualdades que aviltam os direitos de cidadania. Bordenave (1983, p. 40) reflete que

o fato de nossa sociedade estar estratificada em classes sociais superpostas e com interesses às vezes antagônicos nos leva à pergunta se uma estrutura como a nossa favorece a participação, admitindo-se que só se participa realmente quando se está entre iguais.

Tal realidade não se torna facilitadora do que Bordenave (1983) denominou de “macroparticipação”, ou seja, uma participação macrossocial, que compreende

a intervenção das pessoas nos processos dinâmicos que constituem ou modificam a sociedade, quer dizer, na história da sociedade. Sua conceitualização, por conseguinte, deve incidir no que é mais básico na sociedade, que é a produção dos bens materiais e culturais, bem como sua administração e seu usufruto (BORDENAVE, 1983, p. 25).

Essa forma de participação difere da “microparticipação”, que seria orientada somente para reivindicações mais específicas, que tem um fim em si como, por exemplo, a luta por melhores salários, construção de escolas, estradas, postos de saúde, entre outras (BORDENAVE, 1983). A diferenciação estabelecida pelo autor se fez útil para a percepção e análise das formas de participação no Ellery, lembrando

que me propus a perceber o processo participativo no bairro, de forma mais ampla, e não apenas no que se refere à participação nos processos comunicacionais.

Alcançar uma participação mais ampla, que tem como objetivo incidir politicamente sobre o todo social e intervir nas lutas sociais, econômicas e políticas do tempo em que se vive, é um processo de aprendizado que inclui a construção e o fortalecimento do nível de consciência política. A dificuldade reside justamente aí, pois “nem na família, nem na escola, nem na fábrica e nem mesmo no partido político se ensina a participar” (BORDENAVE, 1983, p. 57). Assim, “os militantes vão se formando politicamente dentro dos movimentos, no decorrer da luta” (SANTOS, R. B. dos, 2008, p. 152). É um aprender que se forja no fazer cotidiano, “na chamada *práxis*, que é um processo que mistura a *prática*, a *técnica*, a *invenção* e a *teoria*, colocando-as a serviço da luta pelos objetivos do povo” (BORDENAVE, 1983, p. 73, grifos do autor).

Outra característica da participação que termina por se estabelecer, também, como desafio à sua efetivação é a efemeridade. Participar de eventos pontuais, manifestações e mobilizações é, digamos, mais fácil e/ou mais comum do que a participação em projetos que requeiram uma continuidade de atuação; como é o caso das mídias populares. Um dos motivos para isso é que, “no dia-a-dia, não prevalece o entusiasmo, mas a rotina que mata” (DEMO, 1986, p. 114). Dessa forma, é mister criar estratégias que incitem o desejo de continuar a tomar parte; de continuar a participar, visto que “a participação popular pode facilitar o devir de uma nova *práxis* da comunicação” (PERUZZO, 1998, p. 296).

De acordo com Peruzzo (1998, p. 276), a participação popular, além de implicar em uma decisão política, requer “o emprego de metodologias operacionais que a favoreçam”. Essas estratégias e metodologias têm a função de “abalar, de quando em quando, o movimento para que se coloque sempre, de novo, em movimento” (DEMO, 1986, p. 114). É um constante exercício de desacostumar-se, que está longe de poder ser considerado simples. No entanto, não basta incentivar o envolvimento, é preciso criar canais para tanto e mantê-los desobstruídos (PERUZZO, 1998). E no Ellery? Que estratégias, metodologias e canais são pensados e/ou criados para incitar a participação; a inclusão?

Apesar da importância da participação, quer na construção da comunicação popular comunitária, quer em outras questões da vida social, é importante, como

alerta Bordenave (1983), não pensá-la em termos de resultados utilitários. Para Paulilo (1999) é possível até fazer uma distinção entre aqueles que identificam participação como um meio e aqueles que a identificam como um fim. De acordo com a autora,

quando é interpretada como um meio, geralmente torna-se uma forma de mobilização que visa um determinado objetivo. Quando participação é identificada como um fim, o objetivo não é algo fixo e quantificável, mas um processo cujo resultado é uma crescente e significativa participação no processo de desenvolvimento.[...] Na verdade, não é a avaliação da participação como um meio ou como um fim que importa, mas a identificação do processo através do qual participação como um meio revela a capacidade de se desenvolver em participação como um fim (PAULILO, 1999, p. 12).

É exatamente o olhar para o processo que nos interessa na análise da construção da atual mídia popular do bairro Ellery: o site. Certamente o recorte se faz necessário, sem isso a investigação científica se tornaria inexecutável, todavia, entendo que recortar não pode significar deixar de dar atenção ao contexto histórico e ao contexto presente, tanto com relação ao lugar onde essa mídia é gestada, quanto com relação aos atores sociais que dela participam.

De acordo com Bordenave (1983, p. 18), “o contrário de participação é a marginalidade”, o que significa, na concepção do autor, “ficar fora de alguma coisa, às margens de um processo, sem nele intervir” (BORDENAVE, 1983, p. 18). Lima (1980), contudo, se coloca contra esse enfoque que concebe marginalidade e participação como dois pólos opostos. De acordo com a autora, essa é uma noção que tem raízes em uma perspectiva funcionalista que relaciona marginalidade à passividade, à apatia e conseqüentemente, à falta de participação na rede de decisões da sociedade.

A grande questão talvez seja o fato de que quando o termo “marginalidade” é utilizado, ele tem um endereço certo. Refere-se sempre aos atores sociais que fazem parte das classes populares. O entendimento de marginalidade está diretamente ligado à situação social e, principalmente, às condições de moradia desses sujeitos. Esta relação tem raízes históricas. De acordo com Lima (1980), o termo começou a ser utilizado no contexto da América Latina, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando ocorreu uma aceleração do processo de

urbanização e de migrações internas em diversos países do mundo. As populações migrantes passaram, então, a localizar-se nas periferias das grandes cidades.

Assim, entende a teoria funcionalista, que por ignorância, atraso, falta de organização e/ou apatia, esses sujeitos marginais não participam, ou seja, a falta de participação não é pensada como resultado do próprio sistema, mas sim como responsabilidade dos indivíduos. São estes que precisam se integrar e não a sociedade reformular-se. Para Valla (1998, p. 9),

a proposta da integração dos grupos 'marginalizados' parte do princípio de que a maioria da população, em razão da sua pobreza, encontra-se 'fora' da sociedade. É como se a dificuldade de acesso aos produtos e serviços básicos fosse uma decorrência da ignorância e passividade dessas populações 'marginais', ou para utilizar um termo mais atualizado, os excluídos, isto é, aqueles que estão 'fora', por sua própria culpa, precisando ser animados, incentivados, esclarecidos, para poderem participar dos benefícios do progresso econômico e cultural.

Na realidade, os marginalizados e excluídos sempre estiveram dentro da sociedade, mas são a parte incômoda que, ou é esquecida, ou deve receber a "caridade" dos governos. Bordenave (1983) fala, inclusive, de uma "participação integradora", referindo-se a programas governamentais voltados para os setores populares que são, muito mais, "ações integradoras às condições exigidas pela modernização da sociedade" (BORDENAVE, 1983, p. 19). Esse tipo de participação, longe de ser libertadora, serve muito mais para a manutenção de uma situação hierárquica de controle de muitos por poucos.

Como disse, a complexidade permeia a discussão sobre comunicação e Martin-Barbero (2009), ao defini-la, traz uma outra nuance: a comunicação. Segundo o autor, participação é a "[...] capacidade das comunidades e dos cidadãos de intervenção nas decisões que afetam seu viver, capacidade que se mostra hoje, estreitamente ligada a uma informação veraz e na qual o interesse comum predomina sobre o mercantil" (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 75). A informação tem a capacidade de fomentar a participação, mas não é qualquer informação e sim aquela que tem um comprometimento com o coletivo, com o interesse comum.

Pelo que foi discutido no primeiro capítulo é fácil chegar à conclusão de que essa informação não terá como provedora a mídia de massa. "Os meios de

comunicação em nossa sociedade ‘democrática’ capitalista estão longe de favorecer a participação popular” (BORDENAVE, 1983, p. 69). A informação, que incita a participação transformadora é, muito mais, a produzida pelas mídias populares, cujo conteúdo, entre outras coisas, procura dar visibilidade justamente aos sujeitos marginais que não estão integrados ao padrão de modernização da sociedade e, conseqüentemente, também não estão incluídos nos padrões da mídia comercial.

Construir, de forma participativa, esses conteúdos, que podem vir a contribuir para aguçar a consciência crítica e, com isso, a participação popular é um desafio que a comunicação popular comunitária enfrenta, não importando o suporte que se propõe a utilizar. As dificuldades, muitas vezes, têm como raiz a fragilidade de apropriação da técnica necessária para dar continuidade à experiência comunicativa. Exatamente por isso é que entendo estarem esses dois conceitos – participação e apropriação – diretamente relacionados.

Alardeia-se que as tecnologias da informação e da comunicação (TICs), mais especificamente a Internet, surgem trazendo inovadoras formas de participação. Para Maia (2008, p. 277), a Internet “reduz os custos da participação política e permite envolver diferentes parceiros de interlocução, desde a troca de e-mails (...), *chats* e grupos eletrônicos de discussão, até amplas conferências”. A participação *on line* é ainda mais fortalecida devido a “uma crise das organizações tradicionais estruturadas, consolidadas, tipo partidos, associações de orientação diretamente política” (CASTELLS, 2009, p. 277)

O uso do termo participação, quando faz referência aos meios digitais é, praticamente, tomado como sinônimo de interatividade e esta, por sua vez, nos remete, imediatamente, a uma possibilidade trazida pela Internet. Lévy (1999) lembra, todavia, que já havia uma mídia incontestavelmente interativa: o telefone. De acordo com o autor, o *plus* trazido pela Internet é com relação ao fato de que “implica na mensagem, tanto a imagem da pessoa, como a da situação, que são sempre aquilo que está em jogo na comunicação” (LÉVY, 1999, p. 81).

Uma forma de participação que surge com a “era da infocomunicação” é o que se convencionou chamar de “ativismo digital”, “ciberativismo” ou ainda *Mass SelfCommunication* (intercomunicação individual). Para Castells (2006, p. 4) esse tipo de comunicação produzida no espaço virtual surgiu e se fortaleceu devido à descrença dos cidadãos nas instituições democráticas e considera que o

desenvolvimento “das redes de *Mass Self Communication* oferecem à sociedade maior capacidade de controle e intervenção, além de maior organização política àqueles que não fazem parte do sistema tradicional”. Concordando com essa visão, Lemos (2003, p.2) afirma que um dos principais objetivos do ativismo digital “é combater o desinteresse pela coisa pública e criar canais de participação autênticos” e elege o subcomandante Marcos, do EZLN, como o primeiro herói ciberativista.

O ativismo digital gera os ciber-protestos, as listas eletrônicas de abaixo assinados, as guerrilhas de e-mails a dirigentes, entre outras ações. Um interessante exemplo dessa prática é a atuação da Avaaz. Partindo do próprio significado da palavra, que em diversos países europeus e asiáticos significa “voz”, a Avaaz se auto define como “uma comunidade de mobilização online que leva a voz da sociedade civil para a política global”. Atualmente são 13.983.391 membros, número que cresce a cada minuto, que se dedicam a agir, através de campanhas on line, em causas internacionais urgentes, desde pobreza global até os conflitos no Oriente Médio e mudanças climáticas<sup>28</sup>.

Talvez a facilidade de participar apenas com um *click*, sem sair do conforto de casa para enfrentar os demorados e cansativos debates presenciais promovidos por movimentos sociais, associações de bairros e/ou coletivos, favoreça o crescimento do ativismo digital. Com ele surge a figura do “ativista de sofá”, que não precisa mais ser super engajado. Pode fazer tudo a partir de seu próprio ritmo e de acordo com suas disponibilidades, sem ter que conviver com estranhos ou seguir rituais das instituições e/ou organizações. Gomes (2008, p. 309) reflete que esse tipo de participação política foi feita “sob medida para a sociabilidade numa cultura hedonista, individualista e flexível: um modo mais do que adequado para uma esfera civil organizada, mas como uma nebulosa de interesses difusos e de laços esporádicos e mutáveis”.

Orozco (2006), não vê com entusiasmo essas novas formas de participação social que as tecnologias digitais permitem. Para o autor, estas inibem “outras maneiras de participação e inserção cidadãos” (OROZCO, 2006, P. 92). Finlay (1986) chama atenção, ainda, para outra questão que fragilizaria a qualidade da

---

<sup>28</sup> Informações adquiridas no site (<http://www.avaaz.org/po/>) em 11/03/2012

participação *on line*: “o grau de *feedback* e diálogo está restrito tecnicamente a uma reação limitada utilizando um teclado. Pode-se comandar a informação e as respostas serão dadas em termos de sim ou não, ou em um número de preferências sobre uma escala de uma dez” (FINLAY, 1986, p. 48).

Acredito que essas ações no ciberespaço têm seu grau de importância e podem vir a ampliar a visão de mundo daqueles com quem conseguem se comunicar. Entendo, também, que é relevante ler os processos participativos de acordo com o contexto social, e conseqüentemente tecnológico, no qual se vive, afinal, como dito anteriormente, a participação não pode ser pensada de forma apartada do momento histórico. Agir assim é incorrer em uma tentativa de essencializar e padronizar as formas de comunicação criando uma dicotomia entre o que é legítimo e o que não é. Considero, entretanto, que as ações políticas no virtual precisam estabelecer alguma relação com o concreto, afinal, “recursos tecnológicos não podem frustrar nem realizar promessas de efeitos sociais. Recursos tecnológicos são instrumentos à disposição de agentes sociais, estes sim com capacidade de fazer promessas ou de frustrar esperanças” (GOMES, 2008, p. 324).

Não parece lógico desmerecer as benesses trazidas pela Internet, mas, por outro lado, seria um erro achar que o ambiente virtual se encontra a salvo de problemas e desafios que são parte do vivido concretamente; como a dificuldade de construção de uma consciência crítica. Estruturas comunicacionais eficientes não abole a necessidade de interesse e motivação dos atores sociais de engajar-se em debates. Também não equacionam, pelas facilidades estruturais que oferecem, problemas que estão arraigados na estrutura social. É preciso estar atento, pois, “o esvaziamento de utopias que atravessa o âmbito da política, se vê preenchido, nos últimos anos por um acúmulo de utopias provenientes do campo da tecnologia e da comunicação” (OROZCO, 2006, p. 97).

Se por um lado a Internet contribui para a ação participativa, por outro, as facilidades que sua estrutura descentralizada oferece esbarram, inevitavelmente, no problema do acesso; na brecha digital. “Por enquanto, o que se vê, é que a distribuição desigual de competências técnicas, de recursos financeiros e de habilidades educacionais é transformada numa nova desigualdade de oportunidades políticas” (GOMES, 2008, p. 317). Aqui, a temática da exclusão digital ou da inclusão precária se junta à discussão de participação, que, por sua vez, se



relaciona, de forma imbricada, com o conceito de apropriação. A essas duas discussões me dedicarei nos itens que se seguem.

Diante de tamanha complexidade e de percalços vários, é plausível aventar que a participação se encontre na órbita da utopia. Demo (1986), no entanto considera que este é um erro. Para o autor, participação “é realizável sim, muito embora nunca de modo totalmente satisfatório. Por isso mesmo a definimos como processo imorredouro de conquista” (DEMO, 1986, p. 67).

## **2.2 Quebrando a Estranheza: apropriando-se**

A participação é processo caro à comunicação popular comunitária, mas esta, contudo, dificilmente pode se estabelecer sem que tenha havido algum tipo de apropriação do conhecimento relativo ao uso do suporte ou meio escolhido. Por entender que esses dois conceitos se influenciam mutuamente e de forma direta é que dedico este item à discussão do conceito de apropriação e de suas nuances. Ressalto que o debate teórico tem sempre como objetivo nortear e tornar mais aguçado o olhar para as singularidades e especificidades do objeto de estudo. Sempre voltarei a ele quando dos relatos de campo.

Thompson (1998, p. 45), reflete que “apropriar é incorporar à vida”, ou seja, a apropriação é “um processo de ‘tornar próprio’ algo que é novo, alheio, estranho” (THOMPSON, 1995, p. 409). É dominar o meio e incorporá-lo às práticas culturais cotidianas (DRUETTA, 2009). Martín-Barbero (2004, p.18-19) segue essa mesma linha de raciocínio ao considerar que a apropriação “se define pelo direito e capacidade de fazer nossos os modelos e as teorias, venham de onde vierem, geográfica e ideologicamente”.

A partir dessas reflexões, é possível entender que se a estranheza é quebrada, o caminho para a apropriação é aberto. No entanto, precisaser percorrido e, também aqui, como diria o poeta, há pedras no meio do caminho. Se existem desafios para a participação, estes não deixam de estar presentes quando a questão é a apropriação. Ainda neste item, dedicarei-me a esse debate.

Para Burke (2003), os processos de apropriação são uma constante. Permeiam as artes, a arquitetura, a literatura, a música, as festividades, os esportes e a religião. Vivemos o tempo dos “empréstimos culturais” que geram um constante

movimento de apropriações e reapropriações que, por sua vez, vão formando um rico mosaico cultural.

Muitos são os termos que se propõem a definir o ato de se apropriar de algo. Burke (2003), tendo como foco a cultura, realiza uma minuciosa análise sobre a questão e considera, inclusive, que “[...] temos palavras demais em circulação para descrever os mesmos fenômenos” (BURKE, 2003, P. 39). De acordo com o autor, a discussão, que remete à antiguidade clássica, volta-se primeiramente para a ideia de imitação ou de “imitação criativa”; dando conta do aspecto positivo do termo. Presente principalmente na teoria literária clássica e na da Renascença, referia-se à criação artística, a partir da inspiração em renomadas obras (BURKE, 2003).

Ainda de acordo com o historiador inglês, outro termo para apropriação é “empréstimo cultural”. Este teve, por muito tempo, uma conotação pejorativa. Burke (2003) se remete ao escritor brasileiro Euclides da Cunha que, na obra “Os Sertões”, denunciava que o Brasil era uma “cultura de empréstimo”. Tomar emprestado, ao invés de usar o que lhe é próprio, era considerada atitude vil. Na segunda metade do século XX, contudo, o termo adquiriu sentido positivo. Hoje é mais habitual o uso do termo “troca cultural”, mas vale salientar que, ao dizer “troca”, não implica considerar que “qualquer movimento cultural em uma direção, está associado a um movimento igual, mas oposto, na outra direção” (BURKE, 2003, p. 45).

O sentido de apropriação, hoje pensado de forma positiva, também já teve seus momentos de entendimento pejorativo. “O lado negativo da ideia de apropriação pode ser encontrado em acusações de plágio, que começaram muito antes das leis de direito autoral entrarem em vigor” (BURKE, 2003, p. 43). A partir do teólogo Basílio de Cesareia, Burke (2003) traz, ainda, a ideia de “apropriação seletiva”. Para melhor explicá-la é utilizado o exemplo das abelhas. Em sua rotina, esses insetos não abordam igualmente todas as flores e nem tentam tomar, por inteiro, as que são escolhidas. Pegam o que é estritamente necessário e deixam intocado, o restante. Fazendo uma relação com a apropriação da Internet, o que nortearia o processo de apropriação? Que usos seriam selecionados em detrimento de outros? Castells (2001, p. 138-139) já apresenta uma pista quando afirma que

[...] os usos da Internet são fundamentalmente instrumentais e estão muito estritamente relacionados com o trabalho, à família e à vida cotidiana dos usuários. O correio eletrônico (e-mail) representa mais de 85% do uso da Internet, e a maior parte desse volume de correio eletrônico está relacionado com o trabalho, com tarefas específicas e com relações entre familiares e amigos na vida real.

Juntamente com o conceito de apropriação, Burke (2003) se volta para a discussão do conceito de acomodação. Surgido na Roma antiga referindo-se à necessidade dos oradores adaptarem seus discursos às suas platéias foi, posteriormente, incorporado ao contexto religioso durante a Idade Média, passando a significar a necessidade de tornar a mensagem cristã aceitável aos pagãos de diversas partes do mundo. Acomodar expressava, assim, o contrário de impor; de modificar.

Arriscando-me a estabelecer uma relação entre o conceito de acomodação e a Internet, me questiono se esta tecnologia já se acomodou ao contexto das classes populares, ou seja, se já é comum, se já tem um lugar na rotina dos atores sociais que fazem parte desse contexto, como os/as diretores/as da ACEM. Percebo que a acomodação pode ser vista como um primeiro passo para fomentar o processo de apropriação da Internet, para estabelecer uma “ritualidade comunicativa”, que de acordo com Orozco (2006, p. 87) “é fruto de hábitos e regularidades gerados pelas práticas comunicativas”. O que vai entrando nessa ritualidade é o que vai sendo apropriado. Se, entretanto, esta tecnologia causa estranheza, ainda não se acomodou, ou seja, os atores sociais não estão adaptados a ela, como pensar em apropriação no sentido de tomar algo para si?

Enquanto Burke (2003) parte da cultura para discutir apropriação, a reflexão de Thompson (1995), sobre o conceito, se volta para a apropriação dos produtos da mídia massiva pelos receptores, entendendo, entretanto, que “os meios técnicos de transmissão não determinam os modos típicos de apropriação, pois esses modos dependem também das condições, convenções e competências que caracterizam os contextos de recepção e os receptores” (THOMPSON, 1995, p.405).

O autor se dedica à compreensão das formas de apropriação cotidiana dos receptores midiáticos e das atitudes que surgem a partir desse processo apropriativo. Nesse sentido, a pesquisa que empreendo se alinha à discussão de

Thompson (1995), pois o que busco, é, exatamente, perceber as singularidades no processo de apropriação da Internet por parte dos atores sociais que de alguma forma participam da construção do site do bairro Ellery e se as formas de apropriação interferem na forma de participação.

Voltando a discussão do conceito de apropriação para o âmbito das tecnologias digitais, é possível considerar a própria história da Internet como um processo de apropriações e reapropriações. Modificações nos usos e aplicações e novos desenvolvimentos tecnológicos foram constantes na trajetória dessa mídia. O que surgiu, na década de 1940, como idéia do sistema de defesa Norte Americano para proteger o sistema de comunicação em caso de guerra nuclear<sup>29</sup>, popularizou-se através de um movimento de jovens universitários californianos, na década de 1970, cujo lema era “*Computers for the people*” e tinha como objetivo libertar os computadores da tutela dos “informatas” e colocá-los nas mãos dos indivíduos.

Apesar do papel decisivo do financiamento militar nos primeiros estágios da indústria eletrônica – de 1940 a 1960 – o grande progresso tecnológico que ocorreu nos anos 70, pode ser relacionado à cultura da liberdade, a “cultura dos *campi* norte americanos da década de 1960” (CASTELLS, 1999). Através desse movimento, “o significado social da informática foi completamente transformado” (LÉVY, 1999, p. 125).

A rede também se tornou um paraíso para o consumo. “[...] desde o início dos anos 70, a inovação tecnológica tem sido essencialmente conduzida pelo mercado” (CASTELLS, 1999, p. 107) e atualmente parece que “todos os negócios tradicionais transformaram-se em ‘www ponto com’” (PAIVA, 2004, p. 68). Mas eis que os movimentos sociais populares entram em cena e também se apropriam do ciberespaço. Dessa forma, além de consumo, entretenimento, pesquisas científicas e encontros virtuais, a rede passou a ser espaço de lutas coletivas, de pressão ao poder público para efetivação de direitos de cidadania, legalmente conquistados e de visibilidade para pessoas “comuns”. Tal fato parece comprovar que “[...] o paradigma da tecnologia da informação não evolui para seu fechamento como um sistema, mas rumo à abertura como uma rede de acessos múltiplos” (CASTELLS, 1999, p. 113).

---

<sup>29</sup>O contexto era de disputa entre Estados Unidos e a Ex-União Soviética pela corrida militar-espacial-tecnológica.

Todavia, não são apenas os movimentos sociais populares que propõem outros usos para a rede. Lemos (1996) considera que todas as tecnologias criam novos rebeldes e ressalta o processo de apropriação realizado por grupos, denominados por ele, de "ciber-rebeldes" e que têm como figuras mais importantes os "*phreakers*", os "*hackers*", os "*crackers*", os "*cypherpunks*", os "*ravers*" e os "*zippies*". Esses grupos não buscam mais "A" revolução, mas revoluções pontuais. O autor acredita que a Internet é responsável por novas práticas de socialidade, pois a forma técnica é obrigada a negociar com o social e o que ocorre com isso é uma "espécie de transformação da apropriação técnica do social, típica da modernidade, para uma apropriação social da técnica, mesmo que de forma complexa e imprevisível" (LEMOS, 1999, p. 4).

Para Castells (2003) é uma lição comprovada da história da tecnologia que os usuários são seus principais produtores, adaptando-a a seus novos usos e valores e acabando por transformá-la. É fato que a sociedade em geral transforma qualquer tecnologia. Modifica-a ao experimentá-la, ao apropriar-se dela, porém, no caso da Internet isso é ainda mais evidente. Os usuários a moldam "numa medida ainda maior que qualquer tecnologia, em razão da velocidade de transmissão de seu *feedback* e da flexibilidade da tecnologia" (CASTELLS, 2003, p. 209). Chartier (1994), entretanto alerta para a existência de uma certa imposição no uso da Internet. Para o autor, há "uma dialética entre imposição e apropriação, entre os limites transgredidos e as liberdades refreadas" e isso não acontece da mesma forma "em toda parte, sempre e para todos" (CHARTIER, 1994,p.8).

Na "Era da Infocomunicação", prevalece a idéia de que "qualquer grupo ou indivíduo pode ter, a partir de agora, os meios técnicos para dirigir-se, a baixo custo, a um imenso público internacional. Qualquer um (grupo ou indivíduo) pode colocar em circulação qualquer coisa" (LÉVY, 1999, p. 239 – 240). Esse parece, contudo, ser um ideal ainda distante quando se sabe que a capacidade de produção está condicionada às competências técnicas, cognitivas e culturais. "A aldeia global é uma realidade tecnológica, mas não social, cultural e política" (WOLTON, 2010, p. 22).

No caso dos movimentos sociais populares, na maioria das vezes, as dificuldades já começam por que "não há uma preparação anterior que introduza o participante nesse processo de comunicação em rede via Internet" (LACERDA, 2002, p. 96). Tal fato é decorrente da falta de estrutura da grande maioria dos

movimentos, agravada por uma realidade de exclusão digital - profundamente ligada à exclusão social – vivenciada principalmente em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Nesse contexto se inserem, em grande parte, os atores sociais do bairro Ellery que estão envolvidos na produção do *site*.

Há a necessidade de introdução nos labirintos do ciberespaço, de “[...] alfabetização das novas linguagens e das novas escritas do ecossistema comunicativo e informacional” (MARTÍN-BARBERO; REY, 1999, p. 149) e de tempo para a sedimentação da apropriação dessa tecnologia. Assim como ocorre com relação à participação, a apropriação é, igualmente, um aprendizado, logo, não acontece de um minuto para o outro. É lento, pois “a lentidão é o tempo dos homens; a velocidade, o tempo das tecnologias” (WOLTON, 2010, p.55). Apenas alguns *clicks* são suficientes para navegar no ciberespaço, enviar e-mails, acessar sites e redes sociais. No entanto, não é deste tipo de apropriação da Internet que aqui trato. Interessa-me discutir os caminhos, desafios e conquistas de uma apropriação que consiga dar conta da construção de uma mídia popular e da produção de conteúdos para alimentá-la, como é o caso do site do bairro Ellery.

O processo de apropriação da técnica sempre foi um desafio para a produção da comunicação popular comunitária, contudo, na Internet, esse desafio se torna ainda mais complexo. Druetta (2009) explica que esse meio exige uma “recepção dura”, ou seja, uma recepção que requer a máxima atenção e uma participação ativa do usuário, pois é ele quem irá construir seus conteúdos a partir de diversas fontes informativas. É o próprio usuário que define sua rota de navegação na Rede. Outros suportes, ainda de acordo com a autora, requerem uma “recepção branda”, que não demanda tanta atenção por que o meio funciona mais como pano de fundo.

O aprendizado da tecnologia informacional ocorre, segundo Orozco (2006), por descobrimento; por exploração. Para isso, estudo, interesse e dedicação são necessários e ainda há de se considerar que o descobrimento e a possibilidade de exploração não são, tão somente, frutos das vontades dos indivíduos, mas sim, fortemente perpassados por questões inerentes ao contexto social.

Falando em contexto social, mais uma vez é preciso que nos voltemos para a conjuntura própria dos países da América Latina, pois dessa forma, será possível perceber, mais amplamente, os desafios que despontam com relação à apropriação das TICs. Martín-Barbero (1986, p. 122) entende que há uma imposição acelerada

dessas tecnologias, o que “aprofunda, irremediavelmente talvez, um processo de esquizofrenia entre a máscara de modernização que a pressão dos interesses transnacionais realiza e as possibilidades reais de apropriação e identificação cultural”. Definitivamente, “a rapidez do desenvolvimento tecnológico não acompanha sua assimilação cultural, nem perspectiva, nem tampouco política, mas, sim, mercadológica” (OROZCO, 2006, p.86).

Essa lógica vai gerando, no âmbito da comunicação social, uma série de destempos “que ocorrem atropeladamente ao longo da vida cotidiana. Destempos que supõem ajustes e processos de aprendizagem substantivos por parte dos atores sociais, e que quase sempre acabam inconclusos” (OROZCO, 2006, p.86). Há, de acordo com Martín-Barbero e Rey (1999), a imposição de uma racionalidade técnica que não leva em conta as questões culturais, as singularidades de cada sociedade e trabalha com a ideia de que o tempo é um só. Convive-se, assim, com um violento processo de desmistificação das tradições e dos costumes que causa um terrível “mal-estar cultural” (MARTÍN-BARBERO; REY, 1999). Diante dessa realidade é possível perceber uma lógica de exclusão, historicamente bastante anterior, à exclusão digital.

Seguindo e tendo como aporte a discussão teórica de Martín-Barbero e Rey (1999), é possível afirmar que a relação dos povos da América Latina com a oralidade termina por se tornar um dos fatos evidenciadores desse “mal-estar cultural”. Enquanto a oralidade é a “experiência cultural primária das majorias” latinoamericanas (MARTÍN-BARBERO; REY, 1999, p. 47), a cultura letrada tem a pretensão de ser a única digna e o eixo cultural de nossa sociedade e, comumente, considera-se que o avanço intelectual caminha em paralelo com o progresso na leitura. Dá-se, então, o choque; o mal-estar; o descompasso.

A Escola, que em muito poderia contribuir para, senão equacionar, minimizar esse “mal-estar cultural” vivenciado pelos povos da América Latina, na verdade, reforça-o, quando “encarna e prolonga, como nenhuma outra instituição, o *regime de saber* que a comunicação do texto impresso instituiu” (MARTÍN-BARBERO; REY, 1999, p. 56). Tal atitude sedimenta o juízo de valor entre oralidade e texto escrito levando a uma “subordinação dos saberes orais” aos “novos modos de produção e circulação de saberes e de novas escritas que emergem através das novas

tecnicidades, especialmente do computador e da Internet” (MARTÍN-BARBERO, 2006 p.55).

Como foi possível perceber na abordagem relativa às experiências de comunicação popular comunitária que usam o Rádio como suporte, realizada no primeiro capítulo, a oralidade podia ser considerada como um facilitador da participação popular e da apropriação. Estava completamente acomodada ao cotidiano das classes populares e dos movimentos sociais. Não causava estranheza e requeria conhecimentos técnicos menos densos, comparativamente com outras tecnologias.

Vale salientar que, quando explicito a prevalência da oralidade nos movimentos sociais populares e nas classes populares de uma forma geral e o fato desta oralidade estar muito presente historicamente no contexto geral dos povos da América Latina, não me refiro, obviamente, à oralidade de culturas desprovidas de qualquer conhecimento da escrita, mas ao que Ong (1998) denomina de “oralidade secundária”, própria da “cultura da alta tecnologia”, na qual “uma nova oralidade é alimentada pelo telefone, pelo rádio, pela televisão ou por outros dispositivos eletrônicos, cuja existência e funcionamento dependem da escrita e da impressão” (ONG, 1998, p. 15).

Enquanto o Rádio, profundamente ligado à tradição da oralidade, era tecnologia mais facilmente apropriada pelas classes populares, os jornais populares padeciam da dificuldade de produção textual. Os processos de escrita e leitura não estavam (e ainda não estão) acomodados ao cotidiano, não só das classes populares; mas talvez principalmente destas. O uso do livro sempre dependeu de um complexo código de acesso. Devido a isso, mesmo sendo a imprensa “o espaço da opinião decisiva dos setores dirigentes, ela representa, não obstante, em nossos países, uma mídia econômica e culturalmente inacessível às maiorias” (MARTÍN-BARBERO; REY, 1999, p. 39). Ao que parece, “nossa compreensão das diferenças entre oralidade e cultura escrita não pôde se desenvolver antes da era eletrônica. Os contrastes entre a mídia eletrônica e a impressão aguçaram nossa percepção do contraste anterior entre escrita e oralidade” (ONG, 1998, p. 11).

Se a dificuldade da produção textual e da leitura apresentava-se como um desafio para a produção de jornais populares, acredito que o mesmo pode se dar com relação à produção da comunicação popular comunitária na Internet, visto



queos sites são mídias fortemente baseadas na textualidade. A observação empírica, a convivência com os atores sociais que participam do site do bairro Ellery e as entrevistas realizadas me permitirão compreender se esse desafio perdura.

Outra questão que incide diretamente no processo de apropriação das TICs pelos setores populares da população diz respeito às condições econômicas de acesso e uso. Apesar do barateamento dos custos de aquisição de computadores domésticos e de acesso a provedores, estes ainda são caros para o contexto das classes populares. O status econômico passa a ser, então, um dos norteadores das condições de acesso à Internet, o que leva à constatação de que “as elites aprendem fazendo e com isso modificam as aplicações da tecnologia, enquanto a maior parte das pessoas aprende usando e, assim, permanece dentro dos limites do pacote da tecnologia” (CASTELLS, 1999, p. 73). Devido a isso, “muitas vezes, enquanto discutimos sobre os possíveis usos de uma dada tecnologia, algumas formas de usar já se impuseram” (LÉVY, 1999, p. 26).

A grande questão é que não adianta difundir a internet sem alterar o contexto de sua apropriação. Contexto no qual “os pobres são sempre mais desprovidos de informação, submetidos muitas vezes a uma modernização acelerada e traumática que os exclui do espaço público, como espaço de aparição e como herança institucional” (MARTÍN-BARBERO; REY, 1999, p.88). Parece claro que a apropriação não é uma liberdade da pessoa (CHARTIER, 1998). Ao contrário, é uma prática situada e por isso não é possível refletir sobre ela, sem levar em conta contextos sócio-históricos específicos (THOMPSON, 1995).

O contexto das classes populares é de dupla exclusão, ou seja, tanto digital, quanto social; realidade que irá incidir diretamente nos processos de participação na construção da comunicação popular comunitária e de apropriação da técnica. Sendo assim, dedico o item que se segue ao debate sobre exclusão/inclusão digital no contexto dos setores populares.

### **2.3 Aldeia Global ou Torre de Babel?**

A Internet surge com a promessa de ser a nova *Ágora*. Ao invés da praça principal da polis grega – expressão máxima da esfera pública – temos agora o ciberespaço e, com ele, uma *Ágora on line*. Neste espaço desterritorializado

exercitaria-se plenamente a democracia. Ao contrário da *Ágora* dos gregos, não haveria restrições à participação e à comunicação. Será mesmo? Na verdade, o otimismo encontra barreiras quando se estabelece relações com o concreto, afinal, o mundo virtual não é desconectado do real vivido. O que ocorre é que o anúncio da Internet como meio de liberdade, produtividade e comunicação vem de braços dados com denúncias de desigualdades e do “*apartheid* digital” (SANTOS, M. S. T., 2009). Neste item, me dedicarei à discussão dos desafios que configuram um cenário de exclusão digital e que fazem a pretensa aldeia global mais se assemelhar a uma torre de babel.

Na visão de Ramonet (1999, p. 76), “[...] a suposta liberdade que as novas tecnologias da informação oferecem não diz respeito a todo mundo”, logo, o mundo passa a experimentar mais uma divisão: a que se estabelece entre os “info-ricos” e os “info-pobres” (CASTELLS, 2001). A constatação dessa realidade, entretanto, não se faz suficiente, é imperativo saber “[...] de que substâncias são feitas as desigualdades e fissuras sociais que hoje ligeiramente pretendem nomear-se como brechas digitais” (MATA *et al*, 2009, p. 147), afinal, como lembra Oliveira (1994), não é viável dar ênfase à questão da tecnologia, sem considerar as condições sócio-culturais concretas que possibilitam ou dificultam a concretização da práxis comunicativa.

Não se pode negar que o número de pessoas com acesso a internet tem aumentado. De acordo com Castells (2009) a primeira pesquisa sobre usuários de Internet, realizada no ano de 1995, dizia haver cerca de 350 milhões de usuários em todo o mundo. Já entre os anos de 2005-2007 o número era de no mínimo 2 bilhões; a terça parte da população do planeta. Entretanto, no caso do Brasil, pesquisas do Comitê Gestor de Internet no Brasil (CGI), realizadas no ano de 2009, indicam que apenas 25% da população brasileira possui computadores e desses, 71% usam a Internet, o que evidencia o pouco acesso e configura uma expressiva situação de exclusão digital. Comparativamente, nos Estados Unidos, 66,83% da população tem acesso à Internet.

Os números são importantes, mas sozinhos, na maioria das vezes, não dão conta da complexidade de nuances que envolve a temática da exclusão digital. De acordo com Guedes e Sorj (2005), a exclusão digital não se refere a um fenômeno simples, limitado ao universo dos incluídos e excluídos; polaridade real, mas que por

vezes mascara seus múltiplos aspectos. A razão é simples: a oposição entre acesso e não acesso é uma generalização razoável, quando se trata de serviços públicos ou de bens tradicionais de consumo. “No entanto, para aferir a exclusão digital, contudo, o número de proprietários de computador ou de pessoas com acesso à Internet é uma medida primitiva demais, já que vários outros fatores devem ser considerados” (GUEDES; SORJ, 2005, p. 3).

Pensar a exclusão e a inclusão digital apenas em termos de acesso ou não à Internet seria como fazer uma diferenciação entre alfabetizados de analfabetos, que é “essencial, mas grosseira” (GUEDES; SORJ, 1999, p. 63). Chartier (1994, p. 24), afirma que “[...] o acesso ao impresso não pode ser reduzido à exclusiva posse do livro”. Fazendo uma analogia, também é possível afirmar que, embora a posse do computador possa vir a ser o primeiro passo rumo à inclusão digital e à apropriação da Internet, não é o suficiente para garantir uma inclusão de fato.

O acesso à Internet não acontece dentro de um padrão. Há diferenciações cujas causas explicitarei no decorrer desse item. As singularidades que ocorrem nas formas de participação, também se apresentam aqui e tem relação direta com as singularidades presentes processo de apropriação, que por sua vez, também influenciam na qualidade da participação.

Fazendo uma análise relativa à apropriação da leitura, Chartier (1994), diz que

aqueles que são capazes de ler os textos não o fazem da mesma maneira, e há uma grande diferença entre os letrados talentosos e os leitores menos hábeis, obrigados a oralizar o que lêem para poder compreender, ou que só se sentem à vontade com algumas formas textuais ou tipográficas (CHARTIER, 1994, p.13).

Trazendo a discussão para o âmbito das tecnologias digitais, Maia (2008) apresenta as reflexões de Wilhem (2000), relativa aos vários níveis de acesso e de utilização das tecnologias que configuram um modelo centro-periferia do acesso tecnológico. De acordo com esse modelo, no centro da sociedade da informação estariam aqueles que têm pleno acesso aos seus recursos como instrumentos de informação e comunicação. Na camada seguinte, se localizam os “usuários periféricos”, que embora tenham acesso às tecnologias, utilizam-nas de maneira episódica, sobretudo para propósitos comerciais e de entretenimento. Na

terceiracamada, estão aqueles que têm “acesso periférico”. Estes podem até ter o próprio computador, mas não estão conectados à rede e dependem de acesso público. Por fim, na quarta e última camada, estão os chamados “imunes ao progresso”, que nunca usaram o computador, não dispõem de educação necessária para fazê-lo e encontram-se irremediavelmente excluídos.

Discordo apenas do termo “irremediavelmente” com relação à exclusão digital. Entendo que não é possível afirmar que determinados sujeitos jamais participarão do mundo cibernético, afinal isso seria considerar que as situações são estanques e não são influenciadas pelas mudanças de contexto e mesmo por mudanças pessoais.

Guedes e Sorj (2005), inclusive preferem não falar de exclusão digital, mas sim de “inclusão parcial”. Seria o mesmo que Martins (1997) nomeia de “inclusão precária”. O autor se refere mais especificamente à exclusão social, todavia, me apropriado de suas considerações para pensar o mundo cibernético. Essa visão permite melhor perceber as singularidades e nuances do estar na Rede sem cair na dicotomia que separa, excluídos de incluídos. Continuarei a utilizar o termo “exclusão digital” na sequência do trabalho, para permitir um melhor entendimento do leitor, mas deixo claro o desacordo a uma lógica de essencialização.

Como disse, a exclusão do mundo digital estabelece relação com elementos do contexto social mais amplo. Castells (2003) aponta alguns desses elementos, que funcionam como mecanismos produtores de exclusão. Tomá-los-ei como norte para as reflexões que aqui empreenderei. São eles: a falta de infra-estrutura tecnológica, os obstáculos econômicos ou institucionais ao acesso as Redes e a capacidade educacional e cultural limitada para usar a internet de maneira autônoma.

Começo a abordagem pela questão econômica. Esta, de acordo com relatório de avaliação de 2008 do CGI, ainda se apresenta como a principal barreira para a aquisição de equipamentos e contratação de serviços de provedores de acesso. Só para se ter uma ideia, “[...] em Bangladesh um computador custa o equivalente a oito anos de salário do cidadão comum” (MORAES, 2006, p. 44). No Brasil adquirir equipamentos de informática (computador, impressora, scanner...) é, ainda, um luxo para as classes populares. Em um país onde os direitos de cidadania, em sua maioria, só são garantidos na letra da lei, é preciso dar prioridade às despesas com

moradia, educação, transporte e saúde. A aquisição de um computador com acesso a Internet, embora muitas vezes seja um sonho, vai ficando para o fim da lista.

Como se pode perceber, o fator econômico estabelece, imediatamente, uma relação entre a exclusão digital e exclusão social. Em termos sociais, de acordo com Galeano (2006), os números das Nações Unidas e do Banco Mundial indicam que as desigualdades dobraram em 30 anos. No ano de 1960, a camada mais favorecida da humanidade, que correspondia a 20%, era 30 vezes mais rica que os 20% mais pobres. Já no ano de 1990, os primeiros eram 60 vezes mais ricos que os outros. Essa realidade, analisa o autor, indica que “a pobreza foi desconetada da injustiça, passou a fazer parte da ordem natural das coisas ou um castigo a ineficiência” (GALEANO, 2006, p. 152); visão típica da filosofia neoliberal.

As condições indignas de vida de grandes parcelas das populações de países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, contrastam com o extraordinário desenvolvimento tecnológico e a crescente globalização de mercado fazendo com que a era pós-industrial seja “uma síntese do desenvolvimento e do atraso” (PERUZZO, 1998, p. 276). Definitivamente, como afirma Moraes (2006, p. 44), “a celeridade das inovações não desfaz desníveis sociais e barreiras econômicas”. Na verdade, o que acontece é que o desenvolvimento tecnológico aprofunda ainda mais as desigualdades sociais. Segundo Guedes e Sorj (2005), a introdução de novos produtos, que passam a ser indicativos de uma condição de vida “civilizada” (seja telefone, eletricidade, geladeira, Internet, rádio ou TV), aumenta o patamar abaixo do qual uma pessoa ou família é considerada pobre. “Como o ciclo de acesso a novos produtos começa com os ricos e se estende aos pobres, após um tempo mais ou menos longo (e que nem sempre se completa), há um aumento da desigualdade” (GUEDES; SORJ, p. 2).

A questão econômica também é base da difusão diferenciada da Internet em termos territoriais. Castells (2003, p. 173-174) constata que a lógica de propagação da Internet segue “em conformidade com a distribuição desigual de infraestrutura tecnológica, riqueza e educação no planeta”. Cria-se, assim, uma nova geografia do desenvolvimento que segue moldes antigos. Os mais ricos e com mais acesso à educação continuam a ser os mais privilegiados também no que diz respeito às

tecnologias digitais, sedimentando, ainda mais, as desigualdades estruturais da sociedade do capital.

Com relação à “geografia econômica”, que Castells (2003) explica ser referente à fabricação de equipamentos e ao projeto de tecnologia da Internet, a desigualdade é ainda maior. As empresas que ditam a produção de tecnologia digital concentram-se no Vale do Silício, região que abrange várias cidades do Estado da Califórnia (EUA) e foi assim nomeada por concentrar grande quantidade de empresas que tem como objetivo gerar inovações científicas e tecnológicas. Com relação aos domínios da Internet, os EUA também concentram ampla maioria, com 50% do total de domínios. É seguido pela Alemanha com 8,6%, a Grã-Bretanha com 8,5%, o Canadá com 3,6% a Coreia do Sul com 2,5% e a França com 2,1%. Vale refletir que esse quadro significa, também, a concentração da produção de conteúdos em terra norte americana.

As dificuldades econômicas que assolam os países em desenvolvimento e dificultam o acesso às tecnologias consideradas de ponta, como é o caso das TICs, se refletem, logicamente, nos percentuais de acesso. Os dados revelam desigualdades geográficas, pois enquanto na América do Norte a Internet tem penetração para 74,4% da população, na América Latina e Caribe essa penetração é de 29,9% e na África, apenas, 5,6%. Embora o aumento do acesso no período 2000 – 2008 tenha sido mais expressivo no Oriente Médio (1.296,2%) e na África (1.100%), a situação nesses dois continentes ainda se mostra bastante inferior aos continentes em que se situam os países desenvolvidos (SOUZA, K.P de, 2008, p. 45).

A capacidade educacional e cultural é, também, fator determinante para a inclusão digital. Como dito anteriormente, capacidade cognitiva, informação e conhecimento são elementos essenciais para, de fato, produzir conteúdo na Internet. Essa constatação traz à tona a importância da qualidade da educação, visto que, como afirmam Martín-Barbero e Rey (1999), o mundo do audiovisual e da informática pode ser entendido como uma segunda alfabetização.

Vive-se, principalmente no Nordeste do Brasil, uma realidade não só de analfabetismo, mas de analfabetismo funcional. As escolas públicas se tornam, a cada dia, mais deficitárias. Os professores, ganhando salários ínfimos precisam, muitas vezes, se desdobrar em triplas jornadas de trabalho, não restando tempo

para o estudo e para o aperfeiçoamento. Como lembra Castells (2003, p. 217-218), se referindo à realidade da América Latina, “embora a matrícula em escolas tenha aumentado substancialmente (...), a maior parte da educação, se reduz a guarda de criança, já que muitos professores não têm educação eles próprios. São mal remunerados e sobrecarregados de trabalho.

Diante da necessidade de desenvolvimento de uma capacidade educativa e cultural para utilizar a Internet, a fragilidade na educação formal torna-se mais um desafio no processo de inclusão e de apropriação do ciberespaço. O fato é que

o valor efetivo da informação depende da capacidade dos usuários de interpretá-la. Informação só existe na forma de conhecimento e conhecimento depende de um longo processo de socialização e de práticas que criam a capacidade analítica que transforma *bits* em conhecimento. Portanto, combater a exclusão digital supõe enfrentar a exclusão escolar. (GUEDES; SORJ, 2005, p.16-17).

As escolas, principalmente no âmbito das classes populares, são portas de entrada para o contato - na maioria das vezes o primeiro - das novas gerações com a Internet. Porém, questões estruturais e relativas à formação dos professores dificultam, sensivelmente, esse processo. Na grande maioria das escolas da rede pública de ensino, os computadores estão obsoletos e o acesso a Internet é bastante lento. Isso quando os computadores não ficam trancados na sala de coordenação da escola, por exemplo.

Tive a oportunidade de, por algumas vezes, visitar duas das três escolas públicas do bairro Ellery: a Escola Estadual Martinz de Aguiar e a Escola Estadual Honório Bezerra<sup>30</sup>. Nas duas instituições de ensino, os alunos só vão ao laboratório de informática, se houver uma demanda dos professores das disciplinas curriculares. A Internet, quando está funcionando, é considerada um mero complemento para o conteúdo de sala de aula. Eduardo Girão, professor responsável pelo laboratório de informática da Escola Honório Bezerra, comenta que alguns professores têm muita resistência em deixar os alunos irem ao laboratório. Consideram que o conhecimento, “verdadeiro”, está nos livros e que a Internet teria mais a função de entretenimento. Muitos dos professores, ainda de acordo com

---

<sup>30</sup> A escolha por essas duas escolas se deu por que ambas são de ensino fundamental. A outra escola pública do bairro, Creusa do Carmo Rocha, é profissionalizante.

Eduardo, não tem habilidade no uso da Internet e apresentam dificuldades inclusive para ligar o computador.

Essa realidade, aliada às dificuldades econômicas, torna complicada a apropriação das tecnologias digitais por jovens das classes populares, colocando-os na periferia, também do mundo digital. Martín-Barbero (2009, p. 62) reflete que

o mais grave dos desafios que a comunicação propõe hoje à educação é que, enquanto os filhos das classes mais altas conseguem interagir com o novo ecossistema informacional e comunicativo a partir da própria casa, os filhos das classes populares – cujas escolas não têm, em sua imensa maioria, a mínima interação com o ambiente informático, sendo que para eles a escola é o espaço decisivo de acesso às novas formas de conhecimento – acabam excluídos do novo espaço laboral e profissional que a cultura tecnológica configura.

É necessário que haja, por parte dos governos, investimento em tecnologia e em mudanças de percepção dos usos, visto que as escolas continuam vendo as mídias “unicamente como uma possibilidade de eliminar o tédio do ensino, de amenizar jornadas presas na inércia insuportável” (MARTÍN-BARBERO; REY, 1999, p.60). A adaptação dos professores a esse novo instrumento é um longo processo que não pode ser dissociado da melhoria geral da formação profissional. Sem isso, a Internet, considerada uma tecnologia da liberdade, “pode libertar os poderosos para oprimir os desinformados. Pode levar à exclusão dos desvalorizados pelos conquistadores do valor (CASTELLS, 2003, p. 225).

Essa realidade, por si só excludente e que tem com um dos desdobramentos a exclusão digital, gera o que Castells (2003) denomina de “acesso tardio”. O autor explica que “[...]chegar mais tarde que os demais, gera uma disparidade de usos, pois, como os usuários são quem definem os tipos de aplicação e desenvolvimento da tecnologia, os que chegarem depois terão menos a dizer sobre o conteúdo, a estrutura e a dinâmica da Internet” (CASTELLS, 2003, p. 263). Assim, a lógica de uso de quem chega mais tarde será muito mais de reprodução do que de produção. Muito mais de adequação do que de proposição.

Parece claro que são as classes populares que mais uma vez padecem sob a lógica da exclusão social. Uma teia cada vez mais complexa e imbricada de impossibilidades de acesso aos atrativos da modernidade vai sendo tecida. Porém, se olharmos mais de perto, será possível perceber que entre esses excluídos, há



diferenciações. Essas são, principalmente, de gênero, raça e grupos etários (GUEDES; SORJ, 2005).

De acordo com pesquisa de Guedes e Sorj (2005), tanto entre moradores das favelas do Rio de Janeiro, quanto entre a população em geral, é possível perceber uma tendência decrescente do uso da informática, à medida que a faixa etária aumenta. Já no caso das mulheres, o tipo de trabalho que realizam — em geral empregadas domésticas ou em serviços de limpeza — as torna mais prejudicadas e vítimas de um nível de exclusão digital muito mais elevado que os homens nas camadas pobres da população. Estes, “acabam convivendo em ambientes que incentivam e por vezes permitem o conhecimento dos usos básicos do computador” (GUEDES; SORJ, 2005, P. 12). “Por outro lado, a população negra masculina, cuja média de posse de computador por domicílio é bastante inferior à da população branca da favela, encontra no trabalho um mecanismo de equiparação social” (GUEDES; SORJ, 2005, p.9). Compreender com maior profundidade, principalmente, o cenário de exclusão digital das mulheres é meu interesse posterior.

É interessante perceber que o trabalho, que é para as mulheres fator de exclusão, para os negros já é de inclusão, social e possivelmente, digital. Referindo-se, também, à dinâmica do trabalho, Castells (2003, p. 206) afirma que “[...] o que importa cada vez mais na determinação do acesso à Internet é menos uma questão de idade que a relação dos indivíduos com o trabalho”. Assim, quer como elemento que leva à necessidade (quase obrigatoriedade) de apropriação da Internet, quer como espaço social propiciador do acesso e, dessa forma, sedimentador do processo de apropriação, o trabalho (local e profissão), se torna ponto crucial de avaliação para compreender as singularidades da apropriação das TICs.

Para minimizar a situação de exclusão digital o governo, juntamente com organizações do terceiro setor e empresas de economia privada, tem se dedicado a implantar diversos programas que tem como objetivo garantir a inclusão no mundo digital. Karine Pinheiro de Souza (2008) entende que, uma iniciativa de inclusão digital importante, no âmbito do governo federal, é o programa Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC). Em dezembro de 2005, havia cerca de 3.200 telecentros instalados no Brasil, com uma média de 10 computadores por

telecentros e conexão à Internet. Porém, ainda de acordo com a autora, pesquisa realizada pela Controladoria Geral da União (CGU) revelou que, 30% desses telecentros não estavam provendo acesso à Internet e em outros 14% havia apenas um computador funcionando. Ao que parece a implantação dos telecentros segue a lógica da política eleitoreira, que se preocupa muito mais com a cerimônia de inauguração e com a provável repercussão midiática, do que com a garantia de bom funcionamento desses equipamentos.

O Estado do Ceará incorporou, desde o ano de 1998, as políticas federais de inclusão. No ano de 2010, foi lançado, pelo governo do Estado, o programa “Agentes Digitais”. No mesmo ano, a Prefeitura de Fortaleza lançou o “Programa de Informática de Fortaleza” (PROINFOR). Ainda no âmbito municipal, um dos destaques é a parceria que se estabeleceu entre município, federação, setor privado e o terceiro setor para a criação da “Cooperativa Pirambu Digital”. Esta foi formada no ano de 2006 por jovens do bairro Pirambu, que se formaram em cursos promovidos, em parceria, pelo Instituto Federal do Ceará (IFCE), o Movimento Emaús e a empresa LG Eletronics. O objetivo da cooperativa é constituir, no próprio bairro, um dos mais violentos da cidade, “um empreendimento tecnológico capaz de gerar renda e promover projetos sociais” ([www.pirambudigital.com](http://www.pirambudigital.com)).

Os esforços feitos rumo à inclusão digital têm, na maioria das vezes, foco na formação para o mercado de trabalho e o intuito de suprir as demandas de um crescente pólo de Tecnologia da Informação. Tal lógica, ao que me parece, não atende a um processo de inclusão que deveria pressupor, também, a disponibilização e a produção de conteúdo, acessibilidade e capacitação; elementos de suma importância para a produção de comunicação popular. Como ressalta Lévy (1999, p. 238),

[...] o problema do ‘acesso para todos’ não pode ser reduzido às dimensões tecnológicas e financeiras geralmente apresentadas. Não basta estar na frente da tela, munido de todas as interfaces amigáveis que se possa pensar, para superar uma situação de inferioridade. É preciso antes de mais nada estar em condições de participar ativamente dos processos de inteligência coletiva que representam o principal interesse do ciberespaço.

De fato, pouco se conseguirá com programas de inclusão digital que não incluam entre suas ações providências para se dotar a população das

condições necessárias para fazer um uso efetivo das TIC com o intuito de promover o desenvolvimento.

Soluções para esse cenário sem dúvida devem passar por um imbricado conjunto de ações envolvendo diversas áreas e sempre lembrando que a exclusão digital é dinâmica, já que a todo o momento estão se aperfeiçoando os *hardwares*, *softwares* e meios de acesso. Maia (2008, p. 285, grifo da autora) considera que para remover as barreiras digitais é preciso “políticas agressivas para garantir o *acesso comunitário* às novas tecnologias, por meio da implementação de equipamentos na rede escolar, em bibliotecas e em pontos públicos”. No entanto, alerta para o fato de que “pouco adianta ter computadores e conexões disponíveis, se os recursos educativos e cognitivos, e a capacitação técnica específica, não são providos. Projetos de democratização do acesso às tecnologias e de capacitação para possibilitar a participação, são fundamentais”.

Dos caminhos teóricos sigo, agora, para o percurso de campo, mas antes dedico o capítulo que se segue a apresentar as escolhas e estratégias metodológicas que guiaram esse caminhar.

## CAPÍTULO III

### Pelas Trilhas da Pesquisa: o percurso metodológico

*Caminante, son tus huellas el camino,  
y nada más; caminante, no hay camino,  
se hace camino al andar*

*Antonio Machado*

O constante bater à porta dos autores a fim de construir um sólido embasamento teórico que ancore as discussões, reflexões e questionamentos lançados ao objeto de estudo e também dê conta de nortear as percepções que apontam para um contexto mais geral, para além do objeto, mas a ele relacionado, é apenas uma das etapas que compõe o percurso metodológico da pesquisa. O trabalho de campo, a outra etapa que à revisão teórica se junta, também precisa de referenciais, de uma bússola que ajude o/a pesquisador/a a trilhar o caminho, e mais do que isso, a fazê-lo com a percepção clara dos objetivos da pesquisa e com a objetividade necessária para atingir os propósitos traçados.

As escolhas metodológicas funcionam como essa bússola, entretanto isso não significa que tudo esteja previamente resolvido, pois o método, assim como o objeto de estudo, é uma construção. Como disse o poeta madrileno Antonio Machado, no verso utilizado como epígrafe deste capítulo, não há caminho; este se faz ao caminhar.

No decorrer da pesquisa, o próprio campo mostrou-me impossibilidades; em outros momentos me desafiou e assim, o percurso não se deu sem idas e vindas. Como afirma França (2007, p. 45), “[...] só a prática é fundadora. É ela que protagoniza, instiga, coloca questões”. Às decisões e opções necessárias para a entrada em campo, também se juntaram indecisões e inabilidades próprias de minha pouca experiência como pesquisadora. Entendo, porém, que esse cenário faz parte da contínua tessitura do conhecer e do produzir conhecimento, tendo em vista que “[...] el proceso de investigación científica no es lineal, ni una relación de causa-

efecto, y tampoco es previsible, principalmente si estamos involucrados com personas, sujetos sociales, ambientados em sus prácticas cotidianas”<sup>31</sup> (LACERDA, 2009, p. 111).

Neste capítulo me dedicarei a explicitar, de forma mais detalhada, as escolhas metodológicas que fiz para empreender o trabalho de campo, as estratégias utilizadas para colocar em prática essas escolhas eo percurso trilhado no intuito de chegar a respostas aos questionamentos lançados nessa investigação científica. Trarei, ainda, um *portrait* dos principais entrevistados.

### 3.1 Uma Questão de Método

É fato que “a realidade social é mais rica do que qualquer teoria, qualquer pensamento, qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela” (MINAYO, 2007, p. 14) e é exatamente por isso que é preciso toda a atenção na escolha dos métodos de análise do recorte escolhido.

Como lembra Martín-Barbero (2004, p. 51) “[...] não é pelos objetos e métodos que se opta imediatamente, mas pelo projeto histórico que os mediatiza e dota de sentido”. No caso da comunicação popular comunitária, é preciso atenção para o fato de que esta não é uma ilha isolada, apartada de seu entorno. Ao contrário, está profundamente imbricada com o lugar onde surge. O veículo comunitário “é constituído pelo ambiente onde se situa e ajuda a constituí-lo” (PERUZZO, 1998, p. 126). Sendo assim,

as investigações sobre a comunicação popular implicam a necessidade de a teoria abarcar os processos no contexto mais amplo em que se realizam, ou seja, devem ir além do estudo do meio comunicativo em si mesmo, de um jornal, por exemplo, pois a dinâmica social na qual este se insere é que vai lhe dar significados (PERUZZO, 1998, p. 114).

Ou seja, a comunicação popular não se encerra no fenômeno comunicativo, “mas está ligada às reivindicações, aos problemas, aos gostos e às expressões que

---

<sup>31</sup> Tradução da autora: “o processo de investigação científica não é linear, nem uma relação de causa e efeito e tampouco é previsível, principalmente se estamos envolvidos com pessoas, sujeitos sociais ambientados em suas práticas cotidianas”.

compõem os temas da comunicação popular nos movimentos sociais” (OLIVEIRA, 1994, p. 32).

A observação desse cenário e o desejo de conhecer a comunicação popular comunitária a partir de um contexto mais amplo do que a mídia em si, foi o que norteou a escolha do método etnográfico, entendendo-o como uma

forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente. (MAGNANI, 2009, p. 135).

Através da etnografia foi possível construir um olhar “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2003), que não se forja apenas através das percepções do/a pesquisador/a, mas

a partir dos arranjos dos próprios atores sociais (...). Esta estratégia supõe um investimento em ambos os pólos da relação: de um lado, sobre os atores sociais, o grupo e a prática que estão sendo estudados e, de outro, a paisagem em que essa prática se desenvolve, entendida não como mero cenário, mas parte constitutiva do recorte de análise (MAGNANI, 2002, p.18).

Entendo que o trabalho etnográfico me ajudou, ainda, a “tentar ler (no sentido de construir uma leitura de) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado” (GEERTZ, 1989, p. 20).

Não sem reticências essa escolha foi feita. O desafio da falta de tradição do uso do método nas pesquisas em Comunicação, como explicitado na introdução desse trabalho, é apenas um dos muitos que surgiram à medida que me apropriava do universo de discussões que envolvem a etnografia.

Talvez o primeiro grande impacto tenha se dado com relação ao “estar em campo”. A proximidade com o ambiente de pesquisa e com os sujeitos pesquisados é muito maior que em qualquer outra metodologia de pesquisa científica. Apesar de

teoricamente não compactuar com a noção positivista de distanciamento e neutralidade do pesquisador, o processo de afetação se apresentava como algo novo e por que não, desconcertante. Afinal, “a participação do investigador como etnógrafo envolve-o na vida própria de comunidade com todas suas coisas essenciais e acidentais” (TRIVEÑOS, 1987, p. 121).

Diante desse envolvimento, importante e necessário, surgiu o dilema entre proximidade e distanciamento necessário para a análise. Como lidar com isso? O impacto que experimentei a partir de uma vivência maior no campo me fez perceber o quanto estava impregnada pela dicotomia “observador/campo” da qual fala Melucci (2005). O autor alerta que é preciso, muito mais, pensar a conexão “observador-campo” e entende que

o objetivo da pesquisa social não tem a pretensão de explicar uma realidade em si, independente do observador, mas se transforma em uma forma de tradução do sentido produzido pelo interior de um certo sistema de relações sobre um outro sistema de relações que é aquele da comunidade científica ou do público. O pesquisador é alguém que traduz de uma linguagem para outra (MELUCCI, 2005, p. 34).

Outra questão desafiadora foi o uso da primeira pessoa na construção do texto. Habitada à proteção do “nós”, assim como estava ao papel da pesquisadora que observa sem, no entanto, estabelecer relações de maior proximidade, encontrei dificuldades ao me lançar à exposição trazida pelo uso do “eu”.

Maior duração e intensidade com relação à presença no campo me trouxeram uma profusão de informações; o que tornou complexa a seleção. Constatei, na prática, o que afirma Malinowski (1984). De acordo com o autor, “na etnografia, é frequentemente imensa a distância entre a apresentação final dos resultados da pesquisa e o material bruto das informações coletadas pelo pesquisador” (MALINOWSKI, 1984, p. 19). Em um primeiro momento, tudo parece ter importância e, com isso, corre-se o risco de explicitar questões que não são exatamente ligadas à pesquisa, porém, isso é o que Sandro Soares Souza (2009) chama de “linhas de fuga”. Estas dão conta das vinculações e das transversalidades com o mundo que não está sob os olhares da pesquisa.

É fato que, nem todas as informações obtidas e nem todos os cenários observados durante a pesquisa foram textualizados, mas isso não quer dizer que

não tenham tido importância na construção das reflexões. Perceber esse processo de tessitura que a etnografia possibilita - no qual alguns fios não se tornam visíveis, mas estão, ativamente, fazendo parte da fibra do tecido textual - foi uma das ricas experiências vivenciadas.

Se a etnografia tradicional permitiu uma análise densa do espaço social onde o site do bairro Ellery se insere, a análise do próprio site foi realizada através da etnografia virtual; método que Kozinets (2002, p. 2), entende ser “a new qualitative research methodology that adapts ethnographic research techniques to the study of cultures and communities emerging through computer-mediated communications”.<sup>32</sup> Ressalto, entretanto, que assim como as duas instâncias do real estão imbricadas, também o estão esses dois fazeres etnográficos.

De acordo com Amaral, *et al* (2008), essa vertente metodológica começou a ser explorada, no Brasil, a partir do surgimento de comunidades virtuais, no final dos anos 80. Os trabalhos ainda são escassos e há críticas à utilização do método, principalmente no que diz respeito à mudança da noção de campo, que passa a não significar mais um lugar geográfico. Na etnografia virtual, o etnógrafo atua, como afirma Kozinets (2002), com “the field behind the screen”<sup>33</sup>.

Hine (2000) explica que, no processo etnográfico tradicional, as interações face a face e as viagens para culturas remotas são parte forte e que em “um medio limitado como las CMO<sup>34</sup> podría hacer tambalear algunas asunciones centrales de la etnografía, tales como que el conocimiento se há de evaluar a través de la experiencia y la interacción”<sup>35</sup> (HINE, 2000, p. 19). No entanto, a autora entende que a etnografia tem mudado bastante ao longo do tempo e que a etnografia virtual torna-se de extrema importância para “observar com detalle las formas em que se experimenta el uso de una tecnologia”<sup>36</sup> (Id., p. 13) sem perder de vista o

---

<sup>32</sup> Tradução da autora: “uma nova metodologia de pesquisa qualitativa que se adapta à pesquisa etnográfica para o estudo das culturas e comunidades emergentes através de comunicações mediadas por computador”.

<sup>33</sup> Tradução da autora: “o campo por trás da tela”

<sup>34</sup> Abreviação utilizada pela autora para *Comunicación Mediada por Ordenador*.

<sup>35</sup> Tradução da autora: “um meio limitado como as CMO, poderia minar alguns pressupostos fundamentais para a etnografia, como o que prevê que o conhecimento deve ser avaliado através da experiência da interação”.

<sup>36</sup> Tradução da autora: “observar com detalhes as formas em que se experimenta o uso de uma tecnologia”.



compromisso do método de “desarrollar una comprensión profunda de lo social a través de la participación y la observación”<sup>37</sup>. (Id.,p. 55).

Também favorável ao uso da etnografia virtual, Amaral, *et al* (2008, p. 8) lembra que

da mesma forma que a comunicação mediada por computador (CMC) corre na trilhada das inovações tecnológicas, as metodologias utilizadas para pesquisa nessa área seguem o mesmo caminho e precisam ser constantemente revisadas para que permaneçam pertinentes e atualizadas de acordo com as dinâmicas de sociabilidade da rede.

Com a junção das duas formas de fazer etnografia pode compreender o site do bairro Ellery a partir do dito e, também, do não dito, ou seja, do que não se torna notícia, do que não tem espaço no site e, ainda, perceber o processo de hibridização entre o que é próprio da comunicação popular comunitária e características que fazem parte da lógica da mídia de massa, partindo do princípio de que as fronteiras entre essas duas formas de fazer e pensar comunicação estão cada vez mais tênues.

A adoção de uma multimetodologia me permitiu discutir, ainda, a questão da desterritorialização, forte característica das mídias digitais, em contraponto com a noção de lugar, tão cara à comunicação popular comunitária.

Como técnica que busca a melhor operacionalização dos métodos escolhidos, fiz uso da entrevista, por entender que essa “[...] es una de las técnicas más apropiadas para acceder al universo de significaciones de los actores”<sup>38</sup> (GUBER, 1991, internet) e por acreditar que a fala é um “campo de expressão das relações e das lutas sociais que ao mesmo tempo sofre os efeitos da luta e serve de instrumento e de material para a sua comunicação” (BAKHTIN, 1986, p. 36 *apud* MINAYO, 2000, p. 110).

Dentre os tipos de entrevista, minha escolha recaiu sobre a entrevista antropológica ou etnográfica, principalmente pelo fato de considerar relevantes os contextos. Meu intuito foi o de adentrar no universo de sentidos que compõe a

---

<sup>37</sup>Tradução da autora: “desenvolver uma compreensão profunda do social através da participação e da observação”.

<sup>38</sup>Tradução da autora: “é uma das técnicas mais apropriadas para conhecer o universo de significações dos atores”.

perspectiva do ator, procurando não impor os pressupostos do investigador; atitude passível de ocorrer, pois

al plantear sus preguntas, el investigador establece el marco interpretativo de las respuestas, es decir, el contexto donde lo verbalizado por los informantes tendrá sentido para la investigación y el universo cognitivo del investigador. Este contexto se expresa a través de la selección temática y los términos de las preguntas además de, obviamente, el análisis de datos (GUBER, 1991, internet)<sup>39</sup>.

O trabalho etnográfico dialogou e colaborou com a realização das entrevistas no sentido de favorecer, devido ao contato estreito previamente estabelecido com os sujeitos pesquisados, que o momento da entrevista fosse menos formal, tornando-se possível obter uma fala menos elaborada; mais descontraída. Meu esforço se fez no sentido de pertencer, mesmo que de forma parcial, ao universo dos sujeitos pesquisados para que fosse possível perceber as nuances das respostas e também os silêncios, sem sucumbir à tentação de interpretá-los a partir de minha própria visão de mundo.

A definição dos métodos norteia a entrada em campo, no entanto o caminho que vai sendo construído ao caminhar contribui de forma importante para a definição das estratégias de atuação. Aos poucos, a partir da observação e das relações que se estabeleceram, fui decidindo ao que dar mais atenção. Explicitarei essas estratégias no item que se segue.

### **3.2 Estratégias do Percorso de Campo**

Profundamente influenciada pela leitura de obras da antropologia, que relatam as empreitadas dos pesquisadores rumo a um contato mais próximo com os sujeitos pesquisados e sua rotina de vida, resolvi ir morar no Ellery e, com isso, assumir uma postura no trabalho de campo, ainda não experimentada por mim.

---

<sup>39</sup>Tradução da autora: “ao fazer suas perguntas, o investigador estabelece o marco interpretativo das respostas, ou seja, o contexto de onde o verbalizado pelos informantes terá sentido para a investigação e o universo cognitivo do investigador. Este contexto se expressa através da seleção temática e dos termos das perguntas, além de, obviamente, a análise dos dados”.

O campo me fascina e ao mesmo tempo me amedronta. O início do trabalho é sempre um doloroso processo de saída da zona de conforto para entrar no(s) mundo(s) do outro. Sentia-me um pouco como Junker (1971, p. 8): “[...] demonstro hesitação em ir pessoalmente ao campo e contorno o quarteirão reunindo coragem para bater às portas”. A apreensão aumenta quando a ida a campo não significa, apenas, ir e voltar, mas lá ficar. Não estava sozinha, em uma praia tropical da costa sul da Nova Guiné, como narra Malinowski (1984) a sua própria experiência, mas ainda assim, havia o desconforto da mudança.

Mudar-me para o Ellery foi uma estratégia que me permitiu ter o tempo de dedicação necessário que a etnografia exige, compreendendo que “o tempo passado no local abre possibilidade de verdadeiros ‘encontros’, de verdadeiros ‘intercâmbios diferenciados’, de um envolvimento com o tempo dos pesquisados” (BEAUD; WEBER, 2007, p. 194).

Dormir e acordar no espaço social pesquisado me proporcionou fazer parte do cotidiano do lugar e de seus/as moradores/as, entendendo que este cotidiano “é a vivência de um outro tempo, distinto daquele que prevalece e que é valorizado em nossa sociedade. O cotidiano é repetitivo, o que começa, acaba e recomeça da mesma maneira” (CALDEIRA, 1984, p. 82). E é na riqueza desse tempo de repetições que, de acordo com Bairon (1995, p. 59), “se escondem os mais profundos segredos do ato de conhecer algo”.

A duração longa é a condição última para a realização da pesquisa etnográfica, no entanto, Beaud e Weber (2007) explicam que esse tempo pode significar um mês ou um ano, mas o que não pode é ser de tempos em tempos. Para empreender a presente pesquisa, optei por ir morar no Ellery pelo período de três meses (Setembro, Outubro e Novembro de 2010). Relatarei com mais propriedade essa experiência no capítulo seguinte. Neste item, apresentarei as estratégias utilizadas para a observação em campo, que se iniciaram em Janeiro de 2010, intensificaram-se a partir de Agosto de 2010 e foram até Agosto de 2011. Vale ressaltar que a saída de campo não significou afastar-me totalmente do bairro, mas ir lá de forma mais esporádica.

Meu intuito ao ir morar no bairro e ao me esforçar para manter uma relação direta e estreita com o lugar, com os sujeitos pesquisados e com os/as demais moradores/as era o de estabelecer contato. Mas o que significa isso? Ou melhor, o

que significa isso na pesquisa etnográfica? Malinowski (1984), ao se referir à pesquisa que empreendeu junto aos nativos das Ilhas Trobriand, na Nova Guiné, afirma que, para o etnógrafo, estabelecer contato, “significa que sua vida na aldeia, no começo uma estranha aventura por vezes desagradável, por vezes interessantíssima, logo assume um caráter natural em plena harmonia com o ambiente que o rodeia” (MALINOWSKI, 1984, p. 21). Apesar de questionar a ideia de naturalidade e de plena harmonia nas relações estabelecidas com o ambiente e com os sujeitos pesquisados, percebi a partir de minha própria experiência no bairro Ellery, as diferenças entre estar no lugar e realmente entrar em contato.

Durante algum tempo, apesar de estar no Ellery cotidianamente, de não haver a distância física e temporal, continuava a haver uma distância sutil. Temia ser sempre considerada uma estranha ou “uma estudante que está fazendo um trabalho da faculdade”; como fui apresentada, algumas vezes, em rodas de conversa.

Com o decorrer da pesquisa, percebi que essa distância só seria transposta com o tempo. O tempo para minha própria adaptação e para a adaptação das pessoas do lugar à minha presença. E isso ocorreu. “[...] deixei de representar um elemento perturbador” (MALINOWSKI, 1984, p. 21) e realmente se estabeleceu uma certa reação de naturalidade à minha presença. Considero como pistas disso a forma descontraída com que alguns/mas moradores/as passaram a me receber em suas casas; a descontração também presente nas conversas, que no início eram permeadas por certo distanciamento e formalidade; os convites para festas de aniversário, piqueniques ou para o almoço no Domingo e a reclamação quando estes não eram aceitos; a confiança de alguns em compartilhar questões da vida pessoal; um “ei, mulher! Tudo bom?” Dito às vezes em tom tão alto, devido à distância em que me encontrava da pessoa, que tinha a impressão que toda a rua tinha ouvido. O “estar no campo” tornou-se, assim, mais fluido.

Esse contato – “um dos requisitos preliminares essenciais à realização e ao bom êxito da pesquisa de campo” (MALINOWSKI, 1984, p. 22) – fortaleceu-se durante o processo de observação, para o qual foram definidas algumas estratégias. Como forma de observação do lugar, mais especificamente da “parte baixa”<sup>40</sup> do bairro, ficava durante as primeiras horas da manhã e/ou nos finais de tarde

---

<sup>40</sup> A “parte baixa” é a área mais popular do Ellery. Abordaremos a separação geográfica e social existente no bairro no capítulo seguinte.

sentada em um dos bancos da praça da Igreja Nossa Senhora de Lourdes, a principal do bairro, olhando o movimento. Algumas vezes me “protegia” com um livro. Folheava-o para não chamar mais atenção do que, por si só, a minha presença ali já chamava. O tempo parecia passar devagar, sensação reforçada pelo relógio da Igreja que, não se sabe quando, parou marcando 5:00h (se da manhã ou da tarde, também não se sabe).

No intuito de observar especificamente a rotina da Associação Comunitária - entidade historicamente ligada às lutas sociais e às experiências de comunicação popular no bairro - ficava durante o período da manhã ou da tarde, na sede da mesma. Conversava com Nyanne Lima, secretária da entidade, com as professoras da creche Favo de Mel ou simplesmente ficava sentada no pátio de entrada.

Também fez parte do trabalho de campo a participação nas reuniões da ACEM que aconteciam, na grande maioria das vezes, às Terças-Feiras. Acompanhei-as durante o período de Agosto de 2010 a Agosto de 2011. Participei, ainda, de reuniões e plenárias realizadas em outros espaços do bairro e que eram promovidas ou tinham incidência importante da Associação.

A participação nesses espaços foi de grande importância para perceber a relação dos sujeitos pesquisados com a tecnologia digital, o nível de apropriação (ou não), os desafios, mas também as conquistas na construção da comunicação popular comunitária em Rede; isso a partir das ações, da fala informal e mesmo dos silêncios desses sujeitos. Foi importante, ainda para compreender a forma como os/as diretores/as da instituição pensam e fazem comunicação.

Para Malinowski (1984), a rotina da vida do lugar é o esqueleto, a maneira como ela se estabelece é a carne e o sangue e o espírito são as opiniões, pontos de vistas, palavra. Na pesquisa etnográfica, essas três dimensões precisam ser levadas em consideração. Dessa forma, compreender o que pensam, o que consideram importante, que opiniões têm os sujeitos pesquisados, é de grande relevância para responder a alguns dos questionamentos da pesquisa.

Juntamente com as reuniões, o acompanhamento que se convencionou chamar de “pós-reuniões”, ou seja, depois das reuniões da ACEM, as discussões continuavam, só que agora de forma bem mais descontraída e regada a cerveja para uns e cachaça para outros/as. Os lugares escolhidos eram: o bar do Odalir ou o da Vilacy. Odalir Moreira tem um dos botiquins mais antigos do Ellery, onde se bebe no

balcão e, de tão apertado, não há como não interagir com os demais freqüentadores; mesmo sem conhecê-los previamente. Vilacy Torres<sup>41</sup> é militante social e faz parte da diretoria da Associação Comunitária. Tem na própria casa, um pequeno bar freqüentado, praticamente, só pelos amigos.

Esses momentos foram de extrema importância no sentido de facilitar minha aceitação pelo grupo. As discussões a respeito da aceitação do pesquisador no campo são, de acordo com Cicourel (1980) bastante recorrentes, embora não haja regras processuais para alcançar o status de “aceito”. De acordo com o autor,

uma pessoa torna-se aceita como observador participante devido em maior proporção ao tipo de pessoa que revela ser aos olhos de seus contatos no campo, do que aquilo que a pesquisa representa para ele. Os contatos no campo querem se assegurar de que o pesquisador é um ‘bom sujeito’, de que se pode ter certeza que não fará ‘nenhuma sujeira’ com o que descobrir. Eles não estão interessados em entender a base da lógica de um estudo (CICOUREL, 1980, p. 90).

Os rituais de aceitação são singulares e, geralmente, descritos pelos antropólogos. Magnani (2003), em seu trabalho de pesquisa sobre o lazer na periferia de São Paulo, chamou de “rito de passagem” seu processo de aceitação no “pedaço”<sup>42</sup>. O autor conta que, para se inserir, tentou participar de conversas de bar e pagar rodadas de cerveja, mas precisou apresentar documentos que confirmavam seu trabalho acadêmico para que não mais fosse tido como um policial ou jornalista investigativo. Já Malinowski (1984, p. 19) conseguiu estabelecer uma “atmosfera de mútua cordialidade” distribuindo tabaco entre os nativos.

No meu caso, entendo que as pesquisas anteriores no Ellery, das quais fiz parte ou empreendi, foram facilitadoras do processo de aceitação por parte do grupo, tanto pelo fato de já conhecer algumas pessoas do movimento social do bairro, como por já conhecer alguma coisa sobre o lugar. Como coloca Junker (1971, p. 8), “quem possui alguma informação e pede mais, talvez tenha menos probabilidade de ser rejeitado do que aquele que não possui informação alguma”.

---

<sup>41</sup> O *portrait* permitirá que o leitor conheça melhor Vilacy Torres.

<sup>42</sup> “Pedaço” é uma categoria criada por Magnani (2003) para designar um espaço entre a casa e a rua, constituído não só territorialmente, mas também a partir de uma rede de relações sociais.

No entanto, pude perceber que um fato, aparentemente sem importância, deu início ao estabelecimento de laços mais próximos com alguns membros da diretoria da ACEM: meu razoável conhecimento a respeito de marcas e procedência de cachaças. Ao desenvolver conversa sobre isso em uma das “pós-reuniões” no bar do Odalir, a primeira reação dos presentes foi um misto de admiração e simpatia. A admiração deveu-se, provavelmente, ao fato deste não ser considerado um “assunto de mulher”. Senti que, naquele momento, perdia o rótulo de pesquisadora (nem que fosse momentaneamente) e passava a ser o mais próximo possível de uma colega. Uma apreciadora da bebida que também é a da preferência da maioria dos que ali estavam. Este episódio foi relatado, posteriormente, várias vezes, tanto por Odalir, quanto pelos diretores da ACEM, mantendo-se o tom de admiração.

As “pós-reuniões” foram bastante importantes para a construção de dados. Concordo com Gauthier (1999, p. 45) citado por Sandro Soares Souza (2008, p. 3), que o termo “construir” é mais apropriado que “coletar”, “uma vez que os dados não aparecem espontaneamente na realidade vivenciada, mas são produzidos pela ação dos pesquisadores e pela sua aceitação, mais ou menos ampla, pelos pesquisados”. Muitas questões que haviam sido discutidas nas reuniões voltavam à pauta ou outras, que não eram debatidas “oficialmente”, ganhavam espaço no bar.

Andar pelas ruas do bairro também foi uma estratégia utilizada na pesquisa etnográfica. Muitas vezes sentia-me como um *flâneur*, célebre figura Baudelariana que caminha pela cidade em um percurso gratuito, sem compromisso e sem destino fixo, ou como o próprio nome já diz, apenas flana, sem ir para nenhum lugar específico. Apenas observa. No Ellery, além de observar, sabia estar sendo observada. Por mais natural e inserida que procurasse ser, ainda assim, não deixava de ser estranha à paisagem. Como alerta Travancas (2006, p. 103), o observador deve estar atento ao seu papel no grupo. “Deve observar e saber que também está sendo observado e que o simples fato de estar presente pode alterar a rotina do grupo ou o desenrolar de um ritual”, afinal, “[...] a observação é um tipo particular de relação social que intervém de qualquer maneira no campo e o modifica” (MELUCCI, 2005, p. 37).

Minhas andanças não tinham exatamente um objetivo definido. Queria saber os nomes das ruas, trilhá-las, cruzar com as pessoas, sentir o lugar. Assim fiz por várias vezes e esse caminhar aparentemente inocente e sem objetivo no início,

transformou-se e se tornou essencial no processo de percepção das diferenças sociais do bairro; da divisão, não oficializada, mas presente na prática, entre “parte alta” e “parte baixa”. Passou a ser um andar que produz sentido. “Nesta perspectiva, andar, caminhar, errar pela cidade num ritmo próprio, navegá-la metaforicamente, abrindo-se para os estímulos contraditórios – este exercício de sair de si - resulta numa escrita que a torna um lugar praticado”. (LEMOS, 2001, p. 1).

Frequentar a feira de Domingo no Pólo de Lazer da Sargento Hermínio -a outra área de lazer do bairro além da praça da Igreja - também foi uma boa forma de compreender o cotidiano do lugar. Pequenas compras permitiam o início de uma conversa com os comerciantes, na grande maioria moradores/as do bairro, garantiam certa naturalidade e evitavam a desconcertante pergunta: “por que você quer saber?”

Procurei participar do maior número de eventos que aconteceram no bairro durante o período de Janeiro de 2010 a Julho de 2011; fossem esses de caráter cultural ou mobilizações voltadas para alguma luta social. Os eventos quase sempre se tornavam matéria do site. Acompanhando-os, no concreto, pude compreender elementos do processo de produção: o percurso de construção da matéria, o que ganhava maior importância e o que não merecia visibilidade. Dessa forma, o percurso de análise pode estabelecer relação entre o concreto e o virtual e, conseqüentemente, em termos metodológicos, entre a etnografia tradicional e a etnografia virtual.

Saber da realização dos eventos no bairro e das reuniões de diretoria da ACEM me parecia, no início, ser algo simples, mas estava enganada. Na realidade, foi um processo de conquista só possível após a sedimentação do uso do método etnográfico. Logo no início da pesquisa de campo, por várias vezes fui às reuniões no dia e horário marcado e quando lá chegava era informada por Flávio Mesquita ou Antônio Soares - os dois vigias da Associação que trabalham em dias alternados - de que a data da reunião havia sido mudada ou cancelada. O mesmo aconteceu com alguns eventos.

Após estabelecer contato, fruto de minha maior inserção no cotidiano do lugar, não houve mais esse problema. Ou sabia dos acontecimentos por estar presente às discussões e conversas (às vezes de bastidores) ou era avisada, por telefone, por moradores e/ou membros da diretoria da Associação.



Beaud e Weber (2007) consideram que uma das condições para a realização da pesquisa etnográfica é o interconhecimento, ou seja, a relação direta de um conjunto de pessoas, umas com as outras ou, mais exatamente, de pessoas “que dispõem umas sobre as outras de um certo número de informações nominais” (BEAUD; WEBER, 2007, p. 192). Ainda de acordo com as autoras, o interconhecimento precisa de “atualizações pontuais” que se dão através de “interações pessoais de face a face ou mediadas por um meio de comunicação (telefone, correio)”. Atenta a essa questão, ao sair do campo, procurei encontrar meios de não estancar a relação de confiança tão demoradamente tecida. Dois dos meios que utilizei foram o E-mail e o GTalk<sup>43</sup>. Ressalto que, mesmo antes de sair de campo, já utilizava esses recursos no intuito reforçar a proximidade conquistada através contato presencial.

Várias conversas, de extrema importância, se estabeleceram através do bate-papo virtual. Tanto essa ferramenta, quanto o E-mail possibilitaram, ainda, que eu pudesse perceber como os sujeitos lidavam com os recursos digitais, que dificuldades apresentavam, de que forma haviam se apropriado da Internet e, isso, sem a necessidade de perguntá-los diretamente.

A realização de entrevistas foi importante para compreender as nuances do processo de construção da comunicação popular em Rede, mas o dia-a-dia no campo me fez perceber o relevante papel das conversas informais com os sujeitos pesquisados e também com moradores/as do bairro. Guber (1991, internet) inclusive considera que “um encuentro informal para tomar mate y hablar ‘debueyes perdidos’<sup>44</sup> também pode ser considerado como entrevista. No meu caso, tomar um café, uma cachaça ou fazer uma visita amigável.

Para o registro das informações, observações e dúvidas que povoaram o percurso da pesquisa, fiz uso do diário de campo. Confesso que a disciplina que o uso deste instrumento requer, ainda precisará ser bastante trabalhada por mim. Longos e detalhados relatos é mais uma característica própria do método etnográfico que pede um processo de adaptação por parte do pesquisador/a.

Logo no início, levava o diário para todas as incursões, na ânsia de registrar através da escrita, cada detalhe que se passava, cada conversa que ouvia, naquele

---

<sup>43</sup> Aplicativo de bate-papo virtual desenvolvido pela empresa norte-americana Google.

<sup>44</sup> Tradução da autora: “um encontro informal para tomar chá e falar de coisas corriqueiras”

“mundo novo” no qual adentrava. Aos poucos percebi não ser a melhor estratégia. Algumas vezes percebia que essa ação inibia as pessoas e em outras causava curiosidade. Procurei, então, organizar o registro dos fatos no retorno do campo e anotar o que fosse de grande importância, discretamente, em um pequeno pedaço de papel. Vale salientar que por ser “diário de campo” não significa dizer que só no campo possa/deva ser utilizado.

Usei com parcimônia, também, o registro fotográfico no intuito de fugir do estereótipo do antropólogo que dispara a câmera como uma metralhadora a registrar o exótico. Queria antes perceber pelos sentidos, a olhar pelas lentes. Malinowski (1984, p. 30), chega mesmo a dizer que “[...] recomenda-se ao etnógrafo que de vez em quando deixe de lado máquina fotográfica, lápis e caderno, e participe pessoalmente do que está acontecendo”.

Apesar de compreender que os instrumentos de registro algumas vezes dificultam um maior contato, me via em alguns momentos da pesquisa de campo, utilizando-os com uma espécie de suporte, de ajuda para manter-me atenta ao “lugar de pesquisadora”; o que mais uma vez deixa claro o dilema entre proximidade e distanciamento. Essas e outras questões exigiram um constante e, muitas vezes cansativo, processo de reflexão e de reformulações do “estar em campo”.

Até aqui explicitarei as estratégias, as escolhas com relação à forma de estar no campo, elencadas e dimensionadas de acordo com os objetivos da pesquisa. O item que se segue é dedicado ao relato dos fatos etnográficos<sup>45</sup> que dão conta do olhar para o concreto da experiência de comunicação analisada, no caso, o site do bairro Ellery.

### **3.3 (Re)conhecendo o Ellery: nuances do fazer etnográfico**

Apesar do Ellery não ser para mim um espaço desconhecido, devido às pesquisas anteriores, a proposta à qual me lancei e a escolha metodológica exigia um (re)conhecimento do bairro. Então, em busca de uma convivência mais estreita,

---

<sup>45</sup>O uso do termo “fatos etnográficos” é baseado na discussão teórica de Peirano (1995). De acordo com a autora, “como o observador é parte integrante do processo de conhecimento e descoberta, pode-se dizer (...) que na antropologia não existe fato social, mas fatos etnográficos salientando que houve seleção no que foi observado e interpretação no relato” (PEIRANO, 1995, p.17).

tanto com o lugar, quanto com os sujeitos pesquisados, como explicitarei anteriormente, mudei-me para o Ellery.

Por três meses morei na *kitnet*<sup>46</sup> de número 7, localizada à Rua Dr. Atualpa, 469, bem próxima à praça Manoel Dias Macedo, a principal do bairro, e à Associação Comunitária. Ao todo eram 12 *kitnetes*, sendo 5 na parte de baixo e 7 na parte de cima. A diferença de quantidade é porque, na parte de baixo, além das *kitnetes*, tem também o mercadinho do Salésio, cuja família é proprietária dos imóveis.

As condições de estrutura não eram as melhores. “Minha” *kitnet* localizava-se no andar de cima. O acesso era feito através de uma escada estreita com degraus irregulares, que quase sempre estava bastante suja, com papéis de xilitos<sup>47</sup> espalhados e areia acumulada devido à ação do vento e o trânsito de pessoas. A estrutura interna era formada por um vão, que podia ser transformado de acordo com a colocação dos móveis, e um banheiro. As *kitnetes* da parte de baixo eram forradas, mas as de cima, não. A ausência de forro contribuía para diminuir o calor, porém obrigava-me a ter dedicação diária à limpeza. O piso era de cimento e as paredes, visivelmente desalinhadas, eram pintadas com tinta a base de cal na cor branca. Mesmo a pintura não sendo recente o cheiro era intenso devido à má qualidade da tinta.

A mudança não me deu muito trabalho, afinal, todo o mobiliário se reduzia a uma mesa tipo escrivaninha, duas cadeiras de plástico, uma rede, um ventilador, um aquecedor de água, uma xícara, uma colher, algumas caixas de chás e uma sacola com roupas. Com a ajuda de solícitos vizinhos levei tudo, de uma vez só, para minha nova morada. Alguns utensílios domésticos como, esponja, vassoura, detergente, balde e pano de limpeza resolvi comprar nos mercadinhos do bairro. Era a chance de andar, conhecer os lugares e observar a rotina de uma forma, digamos, mais natural.

Da janela da *kitnet*, conseguia observar parte da movimentação da praça e o melhor, sem ser observada. Ficava também a olhar a rotina dos vizinhos da frente,

---

<sup>46</sup> O local onde morei no bairro Ellery enquadra-se na definição de *kitnet* por se tratar de um cômodo sem divisões e com apenas um banheiro.

<sup>47</sup> Xilito é um salgadinho bastante vendido no mercado. O nome refere-se à principal marca do produto: Cheetos. Há versões populares do salgadinho que são, comumente vendidas nos mercadinhos e mercearias.

principalmente nas tardes em que o calor inclemente, como se diz no sertão, impedia que me dedicasse a qualquer atividade intelectual. Uma terrível sensação de improdutividade e perda de tempo muitas vezes me tomou. Havia saído da rotina que dominava (ou pelo menos tentava). Estava entregue a um outro tempo, cercada por outras vivências e, principalmente, ainda dava os primeiros passos no entendimento prático da pesquisa etnográfica. Pensava: que seria de mim na Melanésia, se encontro dificuldades de adaptação em um bairro quase vizinho ao meu?

Com a ínfima quantidade de móveis e pertences que tinha para ocupar a *kitnet*, não havia por que reclamar do espaço interno, no entanto admirava-me de como um casal com duas crianças e, ainda, outro adulto, que era o caso de alguns vizinhos, conseguiam se organizar. Alguns ainda criavam cachorro. Percebi, na prática, a precariedade da moradia das pessoas de baixa renda nos bairros populares. “A regra para as camadas trabalhadoras era pagar aluguel e, como a relação salário/preço do aluguel lhes era desfavorável, era também viver em pouco espaço” (CALDEIRA, 1984, p. 14).

No Ellery, o pouco espaço era inversamente proporcional ao valor do aluguel. Pagava R\$ 200,00 mensais, não inclusas as despesas de água e luz. A pouca estrutura do local tornava cara essa quantia, todavia, valia à pena devido à localização privilegiada para meu intuito de pesquisa.

Chegar ao meu novo endereço, algumas vezes não era tarefa fácil. Há apenas uma linha de ônibus, de uma única empresa, que serve ao bairro: o Santa Maria/Bezerra de Menezes. O trajeto completo é do Centro da cidade ao bairro, passando pelo North Shopping, o maior shopping da zona Oeste. O percurso não é tão longo, já que o Ellery localiza-se a aproximadamente 4 Km do Centro. O grande problema é o tempo de espera. Pelo Santa Maria, como chamam comumente os/as moradores/as, é comum que se espere em torno de 40 minutos, principalmente à noite. Quanto mais tarde, menor quantidade de ônibus circulando. Domingo é disparadamente o dia de maior espera devido ao pouco fluxo de passageiros. Para espantar a impaciência da espera, usava o tempo para iniciar conversas “despretensiosas” no intuito de conhecer o bairro, a partir do que falam os que lá vivem.

Mas a situação já foi bem pior. S. Raimundo Carneiro, que mora no bairro há mais de 30 anos, conta que chegava a esperar mais de 1 hora para conseguir pegar um ônibus e ir ao centro da cidade e “quando vinha era embutido que ninguém podia entrar”. “Hoje a assistência de ônibus tá especial mesmo”, diz ele. A opinião de seu Raimundo precisa ser ponderada por que, como aposentado, ele já não precisa do transporte público com tanta frequência e não tem mais horários rígidos a cumprir.

As descrições e percepções que apresentarei no decorrer do trabalho foram, em grande medida, construídas no período em que morei no bairro, mas também durante a continuidade do trabalho etnográfico que se deu através de constantes idas ao bairro para reuniões semanais da ACEM, eventos culturais, mobilizações políticas ou simplesmente para sedimentar a convivência.

Observando a minha própria experiência, agora com um mínimo de distanciamento, confesso que estava impregnada da romântica noção de que o pesquisador pode (ou deve) se confundir com o “nativo”. Sem dúvida a proximidade ajudou-me na pesquisa, mas lá tive uma surpresa. Ao invés de maior aceitação por parte de alguns dos sujeitos pesquisados, experimentei o estranhamento pelo fato destes não entenderem o porquê de me mudar para o bairro. “Só pra fazer um trabalho da faculdade?”, perguntavam. A eles/as parecia anti natural ou como se diz coloquialmente, “uma forçação de barra”. Diziam: “mas você mora perto, podia vir todo dia se quisesse!”

Não tive (ou não soube) como explicar as questões que envolvem o método etnográfico, que passam também pelo caráter da subjetividade; dos afetos. Falo de afeto aqui no sentido exposto por Goldman (2005) ao citar a experiência etnográfica da antropóloga Jeanne Favret-Saad, que não é o afeto da emoção que escapa à razão, mas o afeto como resultado de um processo de afetar, aquémou além da representação. Como diz Peirano (1995, p. 23), “as impressões do campo não são apenas recebidas pelo intelecto, mas tem impacto sobre a personalidade do etnógrafo”.

Após uma auto-análise, que Beaud e Weber (2007) consideram ser uma das condições para a pesquisa etnográfica, passei a temer que o estranhamento pudesse se transformar em distanciamento. Foi por isso que diminuí o tempo previsto de permanência no bairro, que anteriormente era de cinco meses, para três meses.

Quando deixei a *kitnet*, passei a contar com o suporte de D. Marilene e S. Nobre, moradores do bairro há mais de 30 anos e pais de Wescley, jovem membro da diretoria da ACEM. A residência da família localiza-se ao lado da praça principal e a menos de um quarteirão da ACEM. Por várias vezes lá almocei, lanchei, descansei nos horários de sol mais forte e, nesses momentos, aproveitei para conversar sobre a história e a rotina do bairro e de seus moradores/as.

Meu trabalho de campo não começou, todavia, no momento em que me mudei para o bairro, mas em Janeiro de 2010 com a ida às festas de pré-carnaval que aconteciam todos os Sábados e eram animadas pelo bloco Sai na Marra. O bloco surgiu no ano 2000 por iniciativa de membros da diretoria da ACEM juntamente com outras pessoas que fazem parte do Partido Comunista do Brasil (PC do B), ao qual a grande maioria dos membros da diretoria também é filiada.

Experimentava os momentos de desconforto que acompanham a entrada em campo. Ir sozinha a uma festa de pré-carnaval onde todos se conhecem - fato que fazia de mim ainda mais “estrangeira” - me parecia uma tarefa de difícil empreendimento. A solidão que a pesquisa exige já é por si só, um desafio.

Não sem relutância, fui aos quatro Sábados do pré-carnaval. No primeiro deles apressei-me em adquirir a camisa do bloco no intuito de forjar um maior entrosamento. Ficava próxima às pessoas para ouvir o que conversavam, mas a sensação de travamento e de certa ansiedade continuava a incomodar-me. Magnani (2009) conta sua experiência de pesquisa sobre jovens surdos na cidade de São Paulo e em um dos fragmentos de seus cadernos de campo, diz que algumas vezes, nas festas de surdos que passou a frequentar, precisava “tomar uma lata de cerveja para entrar no clima e poder circular à vontade” (MAGNANI, 2009, p. 145). Assim fiz algumas vezes e a atitude me encorajou a empreender conversas com participantes do bloco, a fim de saber mais sobre o lugar. Em seguida, fotos da festa de pré-carnaval do Bloco Sai na Marra no ano de 2010, início de minha pesquisa de campo.



Figura 1: Pré-carnaval 2010 no Ellery (Fotos: Zoraia Nunes)

Em 2011, após um ano de convivência, o quadro era bastante diferente. As dificuldades enfrentadas no início foram, aos poucos, sendo vencidas e fui me inserindo no “pedaço” (MAGNANI, 2003). O estranhamento tinha dado lugar à cumplicidade e à amizade. No caso do pré-carnaval, já combinava a fantasia, a carona ao final da festa e discutia o melhor ângulo para as fotos que na semana seguinte poderiam ser vistas no sitedo bairro.

Pode soar antagônico, mas percebi que a aproximação que eu tanto buscava e que aos poucos se estabeleceu, também poderia, em alguns momentos, ser um complicador para a pesquisa, principalmente para o processo de observação. Ao ir para os eventos já não conseguia mais ficar simplesmente observando; a interação se tornava obrigatória e isso, talvez pela imaturidade como pesquisadora e por certa formatação acadêmica que privilegia um tipo de pesquisa cuja metodologia prevê o distanciamento, fazia-me ter a sensação de que estava perdendo momentos importantes.

Em um dos eventos de comemoração do aniversário do bairro em Novembro de 2010 - o “Cinema na Praça” - tentei mudar esse quadro. Cheguei e não fui diretamente para onde estava o aglomerado de pessoas diante do telão. Fiquei no lado oposto da praça na intenção de passar despercebida. Mas não teve jeito. Uma moradora, com a qual já havia conversado algumas vezes nos fins de tarde que

passava na praça, aproximou-se e disse: “não tinha te visto ainda! Chegou agora?” e por ai a conversa se desenrolou. Aos poucos melhorei a forma de lidar com o dilema entre distanciamento e aproximação, desvencilhando-me de algumas interações ou direcionando-as para fins da pesquisa.

A proximidade, fruto da convivência, passou a apresentar também outro dilema: até onde participar? “A participação mais intensa tem a vantagem de expor mais o observador tanto à rotina quanto às atividades incomuns do grupo estudado” (CICOUREL, 1980, p. 93), porém, a condução de cada situação requer o exercício constante de tomar decisões que cabem tão somente ao pesquisador e não podem ser encontradas nos textos sobre metodologia. Essa realidade é ainda mais forte na pesquisa etnográfica, visto que esta é “an inherently open-ended practice. (...) That is, it relies heavily on the acuity of the researcher as instrument and is more visibly affected by researcher interests and skills than most other types of research.”<sup>48</sup> (KOZINETS, 2002, P. 3)

Cicourel (1980) coloca ainda que embora se recomende principalmente aos novatos, que não se torne “tão ativo” no grupo em estudo, na maioria das vezes, o pesquisador não tem muita escolha. Sendo assim, o melhor é tentar compreender as conseqüências do envolvimento para a pesquisa.

Uma maior aproximação traz, ainda, a cobrança de um retorno do pesquisador para o grupo. De uma participação que é benéfica para o grupo, mas que não está nos planos do pesquisador por ir de encontro aos preceitos metodológicos definidos e a elementos de cientificidade. Por diversas vezes sofri essa cobrança. O mais recorrente eram os apelos para que escrevesse matérias para o site. Apesar de desejar imensamente fazer parte dessa experiência comunicativa, chegando a algumas vezes arrepender-me por não ter optado por uma pesquisa de intervenção, explicava que não seria possível, pois isso significaria interferir diretamente no objeto por mim pesquisado; ação que não era contemplada pela metodologia escolhida.

Entretanto, entendia que, precisava contribuir de alguma forma para as ações daqueles sujeitos, que tanto estavam contribuindo para minha pesquisa, e que essa

---

<sup>48</sup> Tradução da autora: “é uma prática intrinsecamente aberta. Isto é, depende muito da acuidade do pesquisador como instrumento e é mais visivelmente afetado pelos interesses e habilidade do pesquisador que a maioria dos outros tipos de pesquisa.



contribuição fazia parte, também, da criação e sedimentação de um convívio mais próximo. Passei, então, a ajudar a organizar alguns eventos, realizar pequenas tarefas durante a realização destes, fotografá-los, contribuir na elaboração de projetos para concorrer a editais públicos, colaborar na produção de logomarcas para eventos e/ou mobilizações.

Essa participação ajudou-me na análise do processo de produção do site e a conhecer melhor os sujeitos pesquisados; questões que melhor explicitarei durante a análise do site. Descobri que o “fazer parte” possibilita um tipo de reflexão e uma construção de dados que a observação, por mais próxima que seja, não alcança. A partir das formas de participação que fui forjando, dentro das possibilidades que o lugar de pesquisadora permitia, fui também refletindo sobre as possibilidades e dificuldades de participação naquele espaço social; reflexões essas que se tornaram importantes para a construção da discussão em torno dos desafios da participação tanto no concreto como no virtual.

O contato informal com os sujeitos pesquisados e a realização de entrevistas foram de preponderante importância no processo da pesquisa. As falas e os silêncios muito me ajudaram a entender os imbricados processos de construção da comunicação popular na Rede. Sendo assim, optei por realizar, no item que se segue, a apresentação dos principais entrevistados. Construí um *portrait* destes atores sociais no intuito de deixar mais claro para o leitor quem são essas pessoas, de onde falam, por que falam, para quem falam e qual a sua relevância para o tema pesquisado.

### **3.4 Retrato Escrito**

Os principais entrevistados, dos quais apresento esse retrato escrito, são os membros da diretoria da ACEM eleitos para o mandato de 2009 a 2011, intervalo no qual foi realizada a pesquisa. Estes atores sociais estão, de alguma forma, ligados à experiência de criação e construção do site do Bairro Ellery e também a experiências anteriores de comunicação comunitária gestadas no bairro, como Jornal Popular e Rádio Comunitária.

Algumas informações são comuns aos vários entrevistados:

- À exceção de Ioneide Melo e Clarice Araújo, todos os demais são filiados ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Maria do Carmo não é filiada oficialmente, mas desde a década de 1980 milita no partido. Pode-se dizer que a história da ACEM se confunde com a história de atuação do PC do B no Ellery.
- Aguinaldo Aguiar, Antônio Soares, Beethoven Rodrigues, Francileuda Soares e Wesceley Sacramento são assessores parlamentares da vereadora Eliana Gomes, eleita pelo PC do B no pleito de 2009. Antônio é também esposo de Eliana.
- Aguinaldo Aguiar, Antônio Soares, Beethoven Rodrigues, Wesceley Sacramento, Carlos Barreto, Francileuda Soares, Fernando Barbosa e Marcos Gomes são diretores do bloco de pré-carnaval Sai na Marra, que há 12 anos anima o bairro durante o período pré-carnavalesco.
- Aguinaldo Aguiar, Antônio Soares, Fernando Barbosa, Francileuda Soares e Vilaci Torres participaram da Rádio Mandacarú FM, sendo que os três primeiros de forma mais efetiva.
- Todos os atores sociais entrevistados e aqui retratados já fizeram parte da diretoria da ACEM em diversos mandatos, alterando-se, apenas, a função, por eles, exercida em cada um destes.

Além dos dados biográficos, procurarei trazer informações sobre a vida desses atores sociais que considero relevantes para as discussões que empreendo, como por exemplo, a relação com as tecnologias digitais. Saliento que esta relação será analisada com mais acuidade no quinto capítulo. Optei por apresentar os/as entrevistados/as em ordem alfabética.

**Aguinaldo Aguiar**

**Idade:** 45 anos

**Nível de Escolarização:** Ensino Médio

**Estado Civil:** Casado

**Número de Filhos:**3

**Profissão:** Assessor Sindical



Natural do município de Paracuru, localizado a 84 Km de Fortaleza, Aguinaldo mudou-se para o Ellery no ano de 1978, no intuito de continuar os estudos. Sempre estudou em escola pública. Durante o ensino médio participou da criação de um grupo de debates políticos. Começou a trabalhar com 16 anos em uma fábrica de produtos alimentícios. Continuou a trabalhar em fábricas e participou ativamente das lutas sindicais da década de 1980. Atuou fortemente, também, nas lutas sociais do Ellery e fez parte do grupo que criou a ACEM.

Apaixonado pela comunicação popular, Aguinaldo participou da formação de comunicadores populares realizada pelo CEPOCA e se tornou uma das referências nas experiências de Radiadora e Rádio Comunitária do Ellery. Atualmente administra e é o principal produtor do site do bairro Ellery. Não mede esforços para se apropriar das tecnologias digitais e é até chamado de *Nerd*. Gosta de ler, mas considera que a produção textual é um grande desafio. Conta que “para sair um texto é uma luta”.

Aguinaldo tem computador em casa e usa a Internet constantemente, navegando por sites diversos. Como ele próprio diz, aprendeu mexendo e observando os outros. Prefere comunicar-se mais por e-mail, <http://babelnet.sbg.ac.at/carlitos/escenario5/poetas/machado/mach-caminante.htm> que por telefone; acha que é mais prático e rápido. Tem perfil no Orkut, Facebook e LinkedIn<sup>49</sup>.

---

<sup>49</sup> Rede de negócios que se assemelha às redes de relacionamentos. Usada, majoritariamente, por profissionais para fins profissionais.

**Antônio Soares**

**Idade:** 47 Anos

**Estado Civil:** Casado

**Número de Filhos:** 1

**Nível de Escolaridade:** Superior

**Profissão:** Economista



Tonhão, como a maioria dos amigos/as o conhece, participou ativamente das históricas ocupações de terras no Ellery e esteve presente na ACEM, desde a sua criação. Foi responsável pela produção do jornal popular Garra Comunitária, que circulou no bairro no final da década de 1980 e fazia parte da equipe de gestão da Rádio Mandacarú FM. Atualmente mora no bairro Monte Castelo e é diretor financeiro da Associação. Divide-se entre a militância, o escritório de contabilidade e a Secretaria Regional III (SER III), onde ocupa o cargo de Diretor de Distrito de Meio Ambiente.

Considera que escrever não é tarefa fácil. Requer prática, principalmente por que é preciso tempo para organizar as idéias, antes de colocar no papel. Acredita que a prática da escrita está diretamente ligada à da leitura. Apesar de ter computador em casa, acessa a Internet principalmente no trabalho (escritório e SER III) para ver emails e o site do PC do B. Quando realizei a entrevista, Antônio ainda não tinha Facebook, mas criou uma conta pouco tempo depois e tornou-se um adepto.

**Beethoven Rodrigues****Idade:** 46 anos**Estado Civil:** Separado**Número de Filhos:**2**Nível de Escolaridade:** Superior (incompleto)**Profissão:** Policial Civil

Beethoven conheceu a ACEM a partir do convite de um colega do PC do B para participar do Bloco Sai na Marra; um dos blocos pré-carnavalescos do bairro Ellery, criado por militantes da Associação. Sempre morou nas proximidades do bairro, à exceção de um período em que se mudou para o Centro da cidade. Após algum tempo participando voluntariamente das atividades da Associação foi convidado a fazer parte da diretoria. Tem grande interesse por música, fotografia e pela cultura popular. Já teve um estúdio fotográfico, toca saxofone e piano e é batuqueiro do Maracatu Nação Fortaleza.

Considera-se um analfabeto digital e só recentemente se rendeu ao uso da Internet. Acessa esporadicamente em casa ou na casa dos pais, para pesquisas da faculdade (Pedagogia) ou para verificar emails. Sempre diz que prefere o contato interpessoal e considera que a tecnologia digital afasta as pessoas. Tem MSN e perfil no Facebook. Do MSN, há tempos não lembra a senha. Conta que usou duas ou três vezes. Não tem afinidade com a leitura e acredita que isso tem relação direta com sua insegurança com relação à qualidade de escrita.

**Carlos José Barreto**

**Idade:** 54 anos

**Estado Civil:** Casado

**Número de Filhos:**2

**Nível de Escolaridade:** EnsinoMédio

**Profissão:** Agente de Saúde Pública



Carlos mora no Ellery desde que nasceu. Há 25 anos trabalha na Fundação Nacional de Saúde (FNS), antiga SUCAM. Conheceu a ACEM por que lá é seu Ponto de Apoio (P.A), ou seja, o lugar onde os agentes de saúde se reúnem antes de seguir para o trabalho de campo. O dia a dia na Associação o levou a conhecer Francileuda Soares, sua atual companheira. Incentivado por ela, passou a participar das reuniões e mobilizações. Já fez parte da diretoria da entidade por 3 mandatos.

Seus momentos de lazer incluem praia e cerveja com os amigos. Apesar de ter computador em casa, quase não acessa a Internet . Não tem E-mail, MSN e nem perfil nas redes sociais ou sites de relacionamento. Conta que oito horas sob o sol forte, levando o peso dos equipamentos de trabalho, sem falar na rotina de verificação das casas, o deixam sem energia para navegar no “oceano digital”.

**Clarice Araújo**

**Idade:** 27 anos

**Estado Civil:** Casada

**Número de Filhos:** 1

**Nível de Escolaridade:** Superior

**Profissão:** Economista Doméstica



Natural do município de Pacajús, região metropolitana de Fortaleza, Clarice mudou-se para Fortaleza quando passou no vestibular. Conheceu o bairro Ellery no

ano de 1985, devido a um trabalho para a faculdade. O trabalho terminou, mas não o seu envolvimento com o bairro. Passou a morar no Ellery, militar nas lutas da ACEM e a fazer parte da direção da entidade. Foi articuladora social do Centro Socorro Abreu, participou ativamente do MRPLSH e casou-se com Raul Campos, morador do bairro militante do movimento Hip Hop.

Principalmente durante os momentos mais efervescentes do MRPLSH, Clarice participou ativamente da produção do site do bairro Ellery. Considera que de informática sabe apenas o necessário para “sobreviver”. Começou a navegar no “oceano digital” devido às demandas do curso de graduação. Possui computador em casa, tem Email, MSN e perfil no Facebook.

**Eliana Moura (Carioca)**

**Idade:** 50 anos

**Estado Civil:** Separada

**Número de Filhos:** 2

**Nível de Escolaridade:** Ensino Fundamental

**Profissão:** Auxiliar de Manipulação de Alimentos



Carioca mora no Monte Castelo, bairro vizinho ao Ellery, desde o ano 2000, quando veio do Rio de Janeiro. Começou a participar das ações da Associação e foi convidada para compor a diretoria da entidade. Milita, também, na União de Mulheres Brasileiras (UBM).

Conta que foi apelidada de “barraqueira” por que “fala mesmo”, mas nunca quis saber de participar das experiências de comunicação do bairro. Há mais ou menos um ano o filho comprou um computador e insiste que ela aprenda a utiliza-lo e a acessar a Internet, mas ela diz que não gosta; que não tem mais idade pra isso. Acha que uma amiga criou um E-mail pra ela, mas nunca acessou e não tem ideia de qual seja a senha. Não tem MSN e nem perfil nas Redes Sociais ou sites de relacionamento. A Internet não está inserida em seu cotidiano de trabalho e de lazer. Gosta de ler contos românticos, mas escrever é um terror para ela, desde que estava na escola.

**Fernando Barbosa**

**Idade:** 49 Anos

**Estado Civil:** Casado

**Número de Filhos:**4

**Nível de Escolaridade:** Ensino Médio

**Profissão:** Agente Comunitário de Saúde



Fernando mudou-se para o Ellery no ano de 1992. Conheceu a ACEM quando um amigo o convidou para fazer parte de uma experiência de comunicação comunitária que estava nascendo no bairro: uma radiadora. Foi ficando e participou da diretoria da entidade em vários mandatos. Uma de suas grandes paixões é o Futebol. Na época da Radiadora, que depois se tornou a Rádio Mandacarú FM, narrava jogos que aconteciam nos campos do bairro e comandava um programa de esportes. Participou do processo de formação de comunicadores populares empreendido pelo CEPOCA.

Em termos de informática considera-se, ainda, um analfabeto. Conta que foi movido por demandas do trabalho que começou a navegar no “oceano digital”. Aos poucos tem se entusiasmado e aprendido a usar ferramentas e programas. Tem E-mail, MSN e perfil no Facebook. Gosta, entre outras coisas, de escrever poesias (mas nunca divulga), letra de marchinhas de carnaval, de ouvir repente<sup>50</sup> e de assistir filmes sobre Hitler.

---

<sup>50</sup> Mescla entre poesia e música na qual predomina o improviso. Muito comum no Nordeste, é também conhecida como Desafio.



**Francileuda Soares**

**Idade:** 46 anos

**Estado Civil:** Casada

**Número de Filhos:**2

**Nível de Escolaridade:** Superior

**Profissão:** Educadora Social



Moradora do bairro Ellery desde que nasceu, Francileuda conheceu a ACEM no final da década de 1990 ao ser convidada por uma amiga para participar de um curso de biodança promovido pela entidade. Neste mesmo período conheceu o trabalho do Centro Socorro Abreu, que à época era apenas um projeto da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBVF), funcionando na ACEM. Passava por sérios problemas pessoais e o atendimento do Socorro Abreu foi de grande importância. Como forma de retribuição, envolveu-se na luta social do bairro, participou da diretoria por 3 mandatos e começou a atuar ativamente no Socorro Abreu. A luta pelos direitos da mulher é seu grande foco. Hoje é coordenadora da União Brasileira de Mulheres (UBM).

O trabalho a obrigou a desenvolver alguma destreza no uso da Internet. Considera que utiliza “só o básico”. Fez um curso de informática na década de 1990, mas diz que aprendeu mesmo foi usando. Tem computador em casa e usa frequentemente E-mail. Tem perfil no Orkut e Facebook. Navega, principalmente, em sites que tem relação com seu trabalho.

**Ioneide Gomes de Melo****Idade:** 53 Anos**Estado Civil:** Solteira**Número de Filhos:** Não tem**Nível de Escolaridade:** Superior**Profissão:** Auxiliar Administrativa

Ioneide trabalha na Unimed de Fortaleza há 18 anos. É natural do município de Ipueiras, localizado a 298 Km da Capital e há 35 anos mora com os pais, no bairro Ellery. Tem envolvimento com os movimentos sociais desde a década de 1980. Participou ativamente da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), das CEB's e de projetos no bairro Pirambu, periferia de Fortaleza. Data também da década de 1980 sua participação na luta contra o despejo de famílias da Vila Pompeu<sup>51</sup>.

Em 2005 passou a atuar no Centro Socorro Abreu de Desenvolvimento Popular e Apoio à Mulher (CSA). Dois anos depois foi eleita presidente da ACEM. A candidatura, como ela própria diz, se deu mais por vontade do grupo de militantes que atua na Associação, do que dela mesma. Não é filiada a nenhum partido político. Sempre preferiu atuar nas ações gestadas pela Igreja Católica.

Muito tímida, não é afeita a falas em público. Tem afinidade com a leitura e já gostou muito de escrever. Era inclusive responsável pela produção de um jornal popular no Pirambu. Por exigência do mercado de trabalho, fez vários cursos de informática e por volta do ano 2000 montou, em parceria com um padre, uma escola de informática que tinha como público alvo, religiosos e pessoas diretamente ligadas à Igreja. Logo depois da criação da escola, chegou o acesso à Internet. Ioneide e seu sócio tornaram-se clientes de um dos primeiros provedores de Fortaleza: a Fortalnet. Apesar de ter computador em casa, acessa a Internet mais no trabalho. Tem E-mail, MSN e perfil no Orkut e Facebook.

---

<sup>51</sup> A Vila Pompeu é um conjunto de casas localizado na fronteira entre os bairros Ellery e Presidente Kennedy. As moradias são destinadas a funcionários/as da fábrica têxtil Tomaz Pompeu. Após a falência da empresa, há mais de 20 anos, os funcionários tem sido ameaçados de despejo. Muitos já tiveram que deixar os imóveis.

**Marcos Antônio Gomes Souza**

**Idade:** 47 Anos

**Estado Civil:** Casado

**Número de Filhos:**3

**Nível de Escolaridade:** Ensino Médio

**Profissão:** Aposentado



Há 6 anos Marcos veio de Teresina para morar no bairro Ellery. Colocou um dos 3 filhos na creche Favo de Mel, que funciona no mesmo prédio da Associação Comunitária, e assim começou a se engajar no movimento social do bairro. Tornou-se um dos diretores da ACEM no ano de 2009.

Aposentou-se após um acidente de trabalho que lhe tirou o movimento do braço direito. Devido ao maior tempo disponível, está em praticamente em todas as atividades desenvolvidas pela ACEM. Há um ano ganhou um computador da irmã, mas não tem acesso à Internet. Tem E-mail, mas acessa muito raramente; só quando vai a uma lan house. Não tem perfil em redes sociais ou sites de relacionamento. Assim, a Internet não faz parte de sua rotina de trabalho e nem de lazer. É fã de Agatha Christie e de Paulo Coelho, mas não gosta muito de escrever.

**Maria do Carmo Souza (Carminha)**

**Idade:** 57 anos

**Estado Civil:** Casada

**Número de Filhos:**3

**Nível de Escolaridade:** Ensino Fundamental

**Profissão:** Serviços Gerais



Carminha nasceu e mora no Ellery até hoje. Participou das ocupações de terra da década de 1980 e com isso conquistou a casa própria. Começou a militância social na Igreja e logo depois passou a se dedicar, também, as ações da Associação Comunitária. Não lembra direito, mas acha que participou de todos os

mandatos da entidade. Atua ativamente no Conselho de Saúde do bairro. Quando não está trabalhando, Carminha vai arrastar pé em algum forró da cidade.

Internet ela ainda não teve oportunidade de acessar. Não tem computador em casa. Por várias vezes já tentou comprar, mas ainda não foi possível. O último adiamento desse plano se deu devido à reforma do banheiro da casa onde mora. No trabalho até tem, mas lhe falta o conhecimento para navegar. Não tem e-mail e nem perfil nas redes sociais e/ou de relacionamento. A Internet não ocupa espaço em sua rotina de trabalho ou de lazer. Gosta de se informar sobre política, economia e tudo que acontece no mundo. Sua principal fonte é o Rádio, especialmente o programa “A Hora do Brasil”.

**Sílvia Rejane Costa**

**Idade:** 47 Anos

**Estado Civil:** Casada

**Número de Filhos:** 2

**Nível de Escolaridade:** Ensino Médio

**Profissão:** Auxiliar de Serviços Gerais



Rejane deixou o bairro Rodolfo Teófilo e foi morar no Ellery no ano de 1972. Desde os 17 anos participa da ACEM e há 4 mandatos faz parte da diretoria. Na década de 1980, militou no processo de ocupação de terras no bairro. Apesar de ter medo do microfone, teve participação em um programa voltado para mulheres, que era veiculado na Rádio Mandacarú.

Durante muito tempo foi feirante no Pólo de Lazer da Sargento Hermínio. Vendia comidas regionais e bebidas. Seu grande sonho é montar o próprio negócio; mais especificamente uma lanchonete. As receitas ela pretende pesquisar na Internet, que foi instalada um dia antes da entrevista (29/06/2011) e um mês depois dela ter adquirido o primeiro computador. O filho criou um E-mail para ela, mas ainda não tem perfil nas redes sociais e sites de relacionamento. Acha que vai aprender usando, por que os filhos não têm muita paciência para ensinar. “Eles dizem tudo

muito rápido”, reclama. No trabalho ela não pode acessar. Até o momento da entrevista, a Internet não fazia parte de sua rotina de vida.

**Tarcísia Nunes**

**Idade:** 51 Anos

**Estado Civil:** Casada

**Número de filhos:**2

**Nível de Escolaridade:** Ensino Fundamental

**Profissão:**Auxiliar de Manipulação de Alimentos



Nascida em Ipueiras (CE), com um mês de idade Tarcísia foi morar em Sobral (CE) e aos 22 mudou-se para Fortaleza. Há 30 anos no bairro Ellery, mais especificamente na Vila Pompeu.No ano de 2010 foi despejada e mudou-se para um conjunto habitacional no bairro Bela Vista. Foi a luta contra os despejos que fez com que ela começasse a uniras tarefas de dona de casa à participação nos movimentos sociais e na ACEM. Em 2011 iniciou o terceiro mandato como diretora da entidade.

Os bancos do grupo escolar não fizeram parte da vida dela. Aos 14 anos começou a assistir aula na casa de uma professora, o que correspondeu ao ensino fundamental. Não tem familiaridade com a informática e nunca acessou a Internet.O filho, que morava com ela, tinha um computador, mas ela nunca teve tempo de aprender; ocupada que estava com as tarefas domésticas. Não tem E-mail e nem perfil nas redes sociais e de relacionamento.

**Vilaci Torres****Idade:** 51 anos**Estado Civil:** Divorciada**Número de Filhos:** 2**Nível de Escolaridade:** Ens.Fundamental (incompleto)**Profissão:** Auxiliar de Manipulação de Alimentos

Vilaci mora no Ellery há 39 anos, isso entre algumas idas e vindas. Desde a década de 1990 participa das ações da Associação Comunitária. Durante três mandatos atuou na diretoria. Participa ativamente, também, do Conselho de Saúde do bairro. Conta que gosta de articular; ação favorecida pela popularidade que tem no Ellery e bairros vizinhos. Teve participação na Rádio Mandacarú; rádio comunitária que funcionou no Ellery entre 1998 e 2003. Seu bar, que funciona na calçada da casa onde mora, era ponto de encontro dos comunicadores/as da Rádio e continua sendo bastante freqüentado pelos militantes do bairro, que tem relação mais estreita com a ACEM.

Vilaci não tem computador em casa, assim como Carminha, há tempos deseja comprar um, mas o orçamento doméstico ainda não permitiu. Não freqüenta Lan House e no trabalho não tem condição de acessar a Internet. Conta que há tempos começou um curso de informática, mas não teve tempo de continuar. A Internet ainda não faz parte de seu cotidiano. A filha até criou um E-mail para ela, mas ela não sabe dizer o endereço. Nunca acessou. Não tem perfil nas redes sociais ou de relacionamento.

**Wescley Sacramento****Idade:** 19 anos**Estado Civil:** Solteiro**Nível de Escolaridade:** Superior Incompleto**Profissão:** Estudante

Wescley sempre morou no Ellery. A avó materna participou da ocupação de terras que aconteceu no bairro na década de 1980. A casa onde mora é fruto dessa luta. Aos 14 anos passou a fazer da diretoria da ACEM. Está em seu segundo mandato. Coordena o grupo de jovens Sagrada Família, ligado à Igreja N. S. de Lourdes e considera que faz uma ponte entre a Associação e a Igreja. A família se afastou das mobilizações sociais e vê com reticência sua atuação.

Tem computador com acesso à Internet em casa e usa principalmente para enviar/receber E-mails, acessar redes sociais e realizar pesquisas relativas ao curso de graduação em Comunicação, que iniciou no ano de 2010. Tem MSN, Twitter, perfil no Facebook e Orkut.

O capítulo que se segue é dedicado à análise do espaço social no qual o site surge e é produzido. Como disse anteriormente, me norteio pela noção de que a análise da comunicação popular pressupõe o alargamento do olhar para além do produto, da mídia criada. Busco compreender de que “chão” brota o site do bairro Ellery; em que “chão” pisam seus produtores.

## CAPÍTULO IV

### Ellery: cotidiano, histórias, memórias, lutas e comunicação

*Só conhecemos do mundo a idéia  
que dele forma a nossa consciência.*

*(Muriel Barbery)*

O percurso trilhado no decorrer do trabalho de campo permitiu que o Ellery começasse a ser apresentado. O presente capítulo, no entanto, dedica-se a uma análise mais densa das características e singularidades, da história e do cotidiano desse espaço social no qual se insere a experiência comunicativa à qual nos dedicamos.

O site, não é, contudo, a primeira incursão do bairro no cenário da comunicação popular comunitária. Conforme afirmei anteriormente, experiências gestadas tendo como suporte diferentes meios como Jornal, Sistema de Auto-Falantes e Rádio, fizeram parte da história de 54 anos do Ellery, completados no mês de Dezembro de 2010.

Tais experiências estiveram sempre fortemente relacionadas com processos de mobilização social em prol da garantia de direitos coletivos que são previstos em Lei, mas que na prática estão longe de serem experimentados plenamente. Assim, é também objetivo deste capítulo lançar um olhar sobre essas experiências, que ao longo dos anos, ajudaram a construir os contextos do bairro. Acredito que a “viagem” por essa história comunicacional, permitirá um olhar mais embasado para a atual experiência de uso da Internet.

Essa análise se ancorou, principalmente, nas discussões teóricas de Oliveira (2007); Nunes (2004; 2000) e Matos (2003). As três autoras, sob diferentes vieses, realizaram trabalhos que discutem a comunicação no bairro Ellery. As entrevistas, observações, participações, andanças, conversas, convívio, idas e vindas, também se fazem nortes importantes nesse processo investigativo.



Antes, porém, de adentrar as histórias, memórias e cotidiano do Ellery, me dedicarei à análise de alguns aspectos da formação da cidade de Fortaleza, para, a partir do macro, entender melhor o micro.

#### **4.1 Fortaleza: entre o “lixo” e o “luxo da aldeia”**

Quinta cidade mais populosa do país com 2.315.116 habitantes, de acordo com o censo de 2010 (Site do IBGE, 2011), Fortaleza é tomada por contrastes. As belezas das praias da “Terra da Luz”, as largas avenidas, espaços nobres, *shoppings centers*, grandes lojas de cadeias nacionais e internacionais—cenário sempre apresentado aos turistas - contrasta com áreas periféricas de deficitária infraestrutura e habitadas por populações que, cotidianamente, vêm aviltados seus direitos básicos.

Diante desta realidade, Elza Braga (2002, p. 259) percebe “uma cidade segregada do ponto de vista social e territorial: ‘a Fortaleza dos ricos’ e a ‘Fortaleza dos pobres’”. Para Caldeira (1984, p. 150), esse cenário de segregação é ainda mais abrangente. A autora ressalta que “olhar a sociedade significa perceber imediatamente uma desigualdade básica: aquela que opõe a nós, os pobres, a eles, os ricos”. Veremos, posteriormente, como essa divisão que ocorre na cidade, é também perceptível no bairro Ellery.

Geograficamente, Fortaleza pode ser dividida em zona Leste e zona Oeste. Na zona Leste estão os bairros com melhor infra estrutura (Papicu, Cidade dos Funcionários, Aldeota, Edson Queiroz, entre outros) e na zona Oeste, principal área de concentração industrial, agrupa-se a massa assalariada, nos que Bozarchiello Silva (1992) denomina de “bairros proletários” (Alvaro Weyne, Monte Castelo, bairro Ellery, Jacareganga, Presidente Kennedy, Barra do Ceará, entre outros).

Vale destacar que a forma usual de dividir a cidade em zona Leste e zona Oeste, caracterizando a primeira como “nobre” e a segunda como carente de recursos estruturais, não deve encobrir algumas singularidades, como o fato de existirem bairros de classe média na zona Oeste e favelas na zona Leste. “Seria ingenuidade pensar em separar a área ocupada pela pobreza como um espaço de fronteiras definidas” (JUCÁ, 2000, 42).

O quadro de segregação que apresenta, pelo menos, duas “Fortalezas” tem raízes no processo de deformação da cidade, afinal, o espaço geográfico não se produz isolado do contexto social. De acordo com Bozarchiello Silva (1992), na década de 1930, Fortaleza sofreu um grande crescimento demográfico, principalmente na região Oeste, devido ao aumento do fluxo migratório decorrente, tanto de fatores de ordem climática (secas ou enchentes), quanto sociais. Fundamentalmente a rigidez na estrutura fundiária dificulta, cada vez mais, a fixação da população no interior, praticamente impedindo o acesso dos lavradores a terra e aos meios de produção. Sendo assim, “[...] as migrações brasileiras, vistas pelo ângulo da sua causa, são verdadeiras migrações forçadas. (...) São frequentemente, também, migrações ligadas ao consumo e à inacessibilidade a bens e serviços essenciais” (SANTOS, M, 1993, p.44).

A cidade apresenta-se, então, como a grande possibilidade de solução para os problemas da população expulsa do campo. Como afirma Magnani (2003, p. 23), a cidade é vista “como o lugar de realização de um projeto de vida, basicamente por meio da possibilidade de emprego estável, da aquisição da casa própria, do acesso à escola e aos serviços de saúde”. Porém, há uma grande diferença entre o que se espera da cidade e o que ela oferece. No caso de Fortaleza, o aumento populacional e, conseqüentemente, da área urbana, não veio acompanhado, na mesma proporção, da ampliação da infra estrutura. Iniciou-se, com isso, o processo de favelização.

O homem e a mulher do campo pertencentes às classes populares, “expulsos” pelas intempéries da natureza, tantas vezes causadas pelas ações de degradação daqueles mesmos que dependem da terra para viver, e pela lógica excludente do capital, são novamente expulsos ao chegarem na cidade. Vão, agora, para as zonas periféricas formar os grandes bolsões de pobreza. “No ambiente urbano, diante das dificuldades de emprego e renda, os migrantes acabam encontrando nas favelas a única forma disponível de permanecer na cidade” (SILVA, J. B, 1992, p. 64), ficando, assim, em uma situação idêntica ou até mesmo pior do que a vivenciada no campo.

Vale salientar que o processo migratório, do campo para a cidade, não ocorre apenas com os atores sociais pertencentes às classes populares, mas também com as elites rurais. Estas têm na cidade, a possibilidade de complementar e/ou dar

continuidade à educação formal. Sem dúvida essa dimensão do processo migratório segue uma outra lógica, visto que se configura pautado em uma estrutura econômica e política bastante favorável às elites cearenses. No presente trabalho explicito apenas questões ligadas à migração das classes populares, pois a pesquisa se dedica à compreensão de aspectos da comunicação popular comunitária gestada em um bairro da periferia de Fortaleza formado, justamente, por essas populações migrantes da zona rural.

As primeiras favelas que surgem em Fortaleza são, segundo Bozarchiello Silva (1992), o Cercado do Zé Padre (1930), Mucuripe (1933), Lagamar (1933), Morro Ouro (1940), Varjota (1945), Meireles (1950), Papoquinho (1950) e a Estrada do Ferro (1954). O autor relata que para fugir dos favelados e operários, a burguesia mudou seus locais de residência e, com isso, alterou a lógica geográfica e social da cidade. Os bangalôs e casarões do bairro Jacarecanga, que ainda hoje chamam a atenção de quem passa pela Avenida Francisco Sá<sup>52</sup>, foram deixados para trás, pois a região começava a ser fortemente ocupada por trabalhadores das indústrias. Estas, concentradas, à época, na zona Oeste, devido à presença da ferrovia<sup>53</sup>.

Diante desse panorama, a “Fortaleza dos ricos” precisava se afastar da “Fortaleza dos pobres”. Outro lugar, longe do incômodo da pobreza, deveria abrigar a burguesia. Foi assim que surgiu o bairro Aldeota, considerado, ainda nos dias de hoje, um dos mais nobres da cidade. O bairro pode ser visto como uma marca da seletividade sócio-espacial que a cidade apresenta. De acordo com Jucá (2000, p. 34), “a cidade passou a ser dirigida pelo modo de vida oriundo da cultura das elites, que exerciam um controle sobre a vida urbana”. Eis a separação entre o “lixo” e o “luxo da aldeia”<sup>54</sup> que Ednardo, cantor e compositor cearense, canta.

O surgimento das favelas e zonas periféricas foi causando, também, mudanças em outras áreas da cidade. De acordo com Gonçalves (2009), a cidade deixa de ser monocêntrica, ou seja, com apenas um centro de referência, e vão

---

<sup>52</sup> Uma das principais avenidas da cidade e que corta a Região Oeste

<sup>53</sup> Atualmente, a região não tem mais a concentração de indústrias que tinha nas décadas de 1980 e 1990, visto que essas foram migrando para as áreas metropolitanas como o Distrito Industrial, localizado em Maracanaú, maior centro industrial do Estado. Porém, algumas indústrias como a Esmaltec, a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) e uma das fábricas da Iracema Indústria e Comércio de Castanha de Cajú, continuam funcionando na Avenida Francisco Sá.

<sup>54</sup> Referência ao verso da música “Terral”, na qual o cantor e compositor Ednardo diz: “Eu sou a nata do lixo, eu sou do luxo da aldeia, eu sou do Ceará”.

sendo criados subcentros ou “novas centralidades”, principalmente em bairros como Montese e Aldeota. Esses subcentros passaram a suprir as atividades que a burguesia realizava no centro da cidade. Um deles surgiu na zona Oeste, a partir da construção do North Shopping, na década de 1990. Dessa forma, as praças do centro da cidade, que segundo o autor, eram voltadas para o lazer da burguesia em suas horas de ócio, foram convertidas em terminais de transporte coletivo ou espaços para o comércio ambulante. O centro passa, então, a ser o centro da periferia. Esse cenário permanece atualmente e demonstra mais uma nuance da segregação que ocorre em Fortaleza.

Ao migrar para a cidade, o sertanejo tem que enfrentar, ainda, outro desafio. Além das péssimas condições de vida, precisa adaptar-se à “linguagem” urbana, ou seja, às regras e normas do uso do espaço e do cotidiano citadino.

A chegada à cidade, não significa (...) o domínio do urbano por parte do migrante. O urbano é o modo de vida característico da cidade, mas não é condição intrínseca para estar particularmente na cidade, para se ter e estabelecer relações típicas do mundo urbano (SILVA, J. B, 2002, p. 12).

Muitas vezes, de acordo com (COSTA, 2008, p. 5), há um choque, porque o migrante tenta manter, no urbano, o seu modo de vida rural. Continua a ter “hortas, fruteiras, cria galinhas, porcos e até vacas soltas pela cidade e arredores” e tem dificuldades para separar o espaço público do privado. O difícil processo de adaptação à lógica urbana e a permanência de alguns costumes próprios da zona rural faz com que o sertanejo seja discriminado, considerado pouco inteligente; o próprio Jeca Tatu<sup>55</sup>.

Diante do que foi discutido até aqui, se pode perceber que o processo de urbanização de Fortaleza, como a de tantas outras cidades do país, se deu de forma desordenada gerando um cenário de graves desigualdades. Na visão de Bozarchiello Silva (1992, p. 80), o que ocorre é que, “a cidade capitalista no Terceiro Mundo, na medida em que experimenta um crescimento acentuado, aos poucos expressa na sua forma e na sua estrutura, todo o conteúdo social típico das relações

---

<sup>55</sup> Personagem criado pelo escritor Monteiro Lobato na obra *Urupês*, baseado no trabalhador rural paulista retratado como pobre, ignorante, preguiçoso e avesso aos hábitos de higiene urbanos.

sociais que a produziram, relações sociais extremamente desiguais, conflituosas, antagônicas”.

Essa realidade de desrespeito aos direitos básicos de cidadania torna-se uma das molas propulsoras do surgimento de movimentos sociais especialmente nos espaços suburbanos. Esses movimentos irão apresentar, em um primeiro momento, fortes características de reivindicação para, com o passar do tempo e o acúmulo de experiências, se organizarem em forma de associações de bairros (JUCÁ, 2000). Bozarchiello Silva (1992) lembra que,

se o espaço da fábrica foi a princípio o espaço da consciência da necessidade da luta inicial, é no espaço da moradia, ou seja, no local de residência que o trabalhador vai sentir as agruras de uma vida em bairros periféricos onde as condições de existência são as piores possíveis (SILVA, J. B., p. 121).

As agruras da vida na periferia também setornaram no bairro Ellery, um dos principais motivadores das lutas sociais, como veremos no item que se segue. No entanto, é preciso não esquecer o contexto histórico vivenciado nacionalmente. Como disse no primeiro capítulo, os “anos de chumbo” da ditadura militar, fragilizaram os movimentos estudantis, partidos e sindicatos, que passaram a viver na clandestinidade. Foi o momento de “novos personagens entrarem em cena (SADER, 1988) e dos movimentos de bairros tornarem-se protagonistas de lutas e mobilizações. Membros de movimentos que sofreram forte represália do regime ditatorial encontraram nos bairros de periferia um contexto para atuar politicamente e influenciaram o surgimento de movimentos sociais urbanos.

Vamos, então, conhecer as lutas sociais do Ellery e outras questões relativas a sua história, conquistas e desafios que, logicamente, se relacionam com o contexto maior da cidade.

#### **4.2 Ellery: histórias, memórias e lutas**

O Ellery é um dos bairros da região Oeste de Fortaleza; área da cidade historicamente caracterizada por carência de infraestrutura, grande adensamento populacional e concentração de uma população de baixa renda. Limita-se ao Norte

com o bairro Álvaro Weyne; ao Sul com o São Gerardo; a Leste com os bairros Carlito Pamplona e Monte Castelo e a Oeste com o Presidente Kennedy, que fazem parte Secretaria Regional I (SER I)<sup>56</sup>.

A separação entre esses bairros é bastante tênue, e não só pela questão geográfica. Durante o trabalho de campo, percebi através da fala de lideranças e moradores, que uma coisa é o que a Prefeitura apresenta como limites e outra, é o que os/as moradores/as vivenciam cotidianamente. Assim, além das delimitações físicas representadas pelas ruas, há uma delimitação forjada no âmbito da vivência social e até mesmo emocional. Para uma melhor visualização, apresento, logo abaixo, os mapas da localização do Ellery na região Oeste e na cidade de Fortaleza.

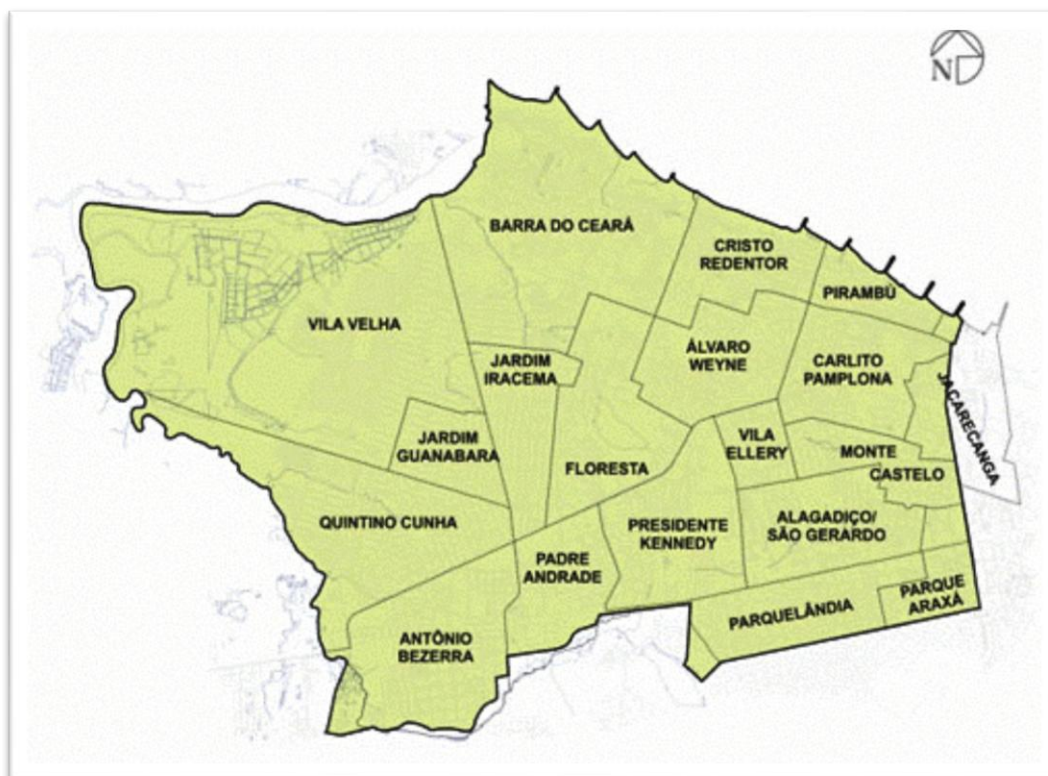


Figura 2: Mapa de localização do bairro Ellery na região Oeste de Fortaleza

---

<sup>56</sup> As Secretarias Regionais, também conhecidas como "SER's", funcionam como subprefeituras que têm como objetivo melhorar a administração da cidade de Fortaleza. Atualmente são sete as Secretarias Regionais existentes.

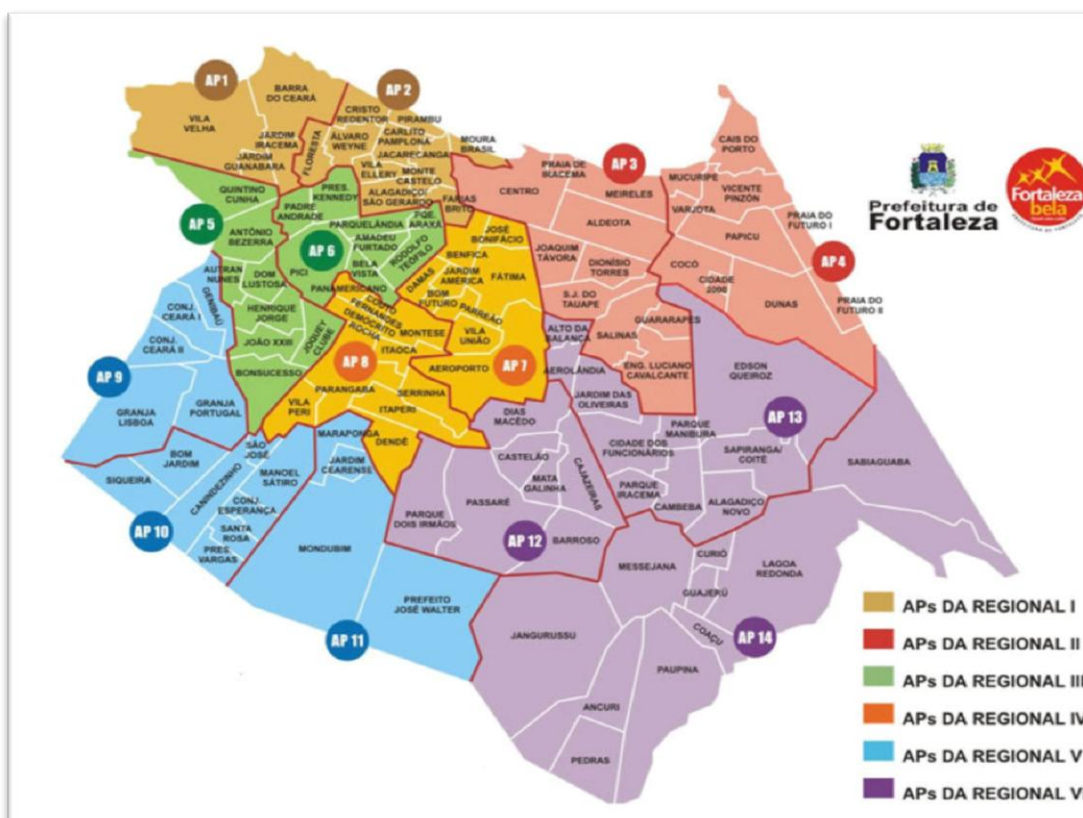


Figura 3: Mapa de localização do bairro Ellery na cidade de Fortaleza

Reconhecido oficialmente como bairro no ano de 1956, o Ellery – sobrenome da família dona da maior parte das terras àquela época - tem, no entanto, uma história mais longa, que permanece viva na memória dos moradores mais antigos. Essa história foi reconstruída através de pesquisa realizada, no ano de 2005, pelo historiador Raul Campos, morador do Ellery e militante social, juntamente com alunos de escolas públicas do bairro. A História do Ellery também é contada pelo poeta Tobias Sampaio, ex-morador do bairro e primeiro colunista do Site, na cartilha<sup>57</sup> “Aspectos do Bairro Ellery: uma cartilha de conhecimento”.

De acordo com a pesquisa, na década de 1940, havia na área, onde hoje o bairro projetou-se, um loteamento chamado Parque Themóteo. Este deu origem às

<sup>57</sup> A Cartilha escrita pelo Sr. Tobias Sampaio não foi publicada. A mesma me foi enviada por e-mail pelo autor.

duas ruas principais da então Vila Ellery<sup>58</sup>: a Gilberto Câmara e a Major Veríssimo. Além dessas ruas, o que havia à época eram veredas abertas pelos/as moradores/as em meio ao matagal.

Um grande açude, o João Lopes, ocupava quase toda a área. As mulheres lavavam roupa em cacimbas formadas pelas águas do açude e os homens pescavam. D. Maria de Jesus, aos 97 anos, é uma das moradoras mais antigas do bairro. Muito simpática, falante e lúcida, por três vezes me recebeu em sua casa, que fica bem próximo à ACEM e em frente à parada de ônibus na qual eu esperava o Santa Maria/Bezerra de Menezes. Gesticulando animadamente, conta que criou os 13 filhos lavando roupa nas cacimbas do João Lopes. Ia a pé, com pesados fardos de roupa na cabeça, entregar em bairros distantes. Como tinha baixa estatura, o peso a fazia andar como uma pata, o que lhe rendeu o apelido de D. Patinha.

D. Luzia também rememora esses tempos. Para completar a aposentadoria, ela vende bombons e cigarros na praça Manoel Dias Macedo e em uma de nossas conversas, sentadas no banco da praça, olhando para a Igreja de Nossa Senhora de Lourdes toda pintada de azul celeste, contou que antes, “tudo era açude” e que tinha até uma linha de ônibus urbano que se chamava “Açude João Lopes”. Aos Domingos, o local era um balneário para o lazer de moradores/as do Ellery e de outros bairros da cidade.

Mas o Açude também protagonizou histórias tristes. As grandes enchentes, que aconteciam com frequência na quadra invernos<sup>59</sup>, não foram esquecidas pelos/as moradores/as mais antigos do bairro. A última aconteceu em 1995 e muitos só se salvaram por que correram para uma parte geograficamente mais alta, que depois desse episódio, passou a ser conhecida por Cidade Alta. Devido a essa situação, o Ellery apresentava muitas áreas de risco.

Com o intuito de conter as cheias, a Prefeitura de Fortaleza realizou, desde a década de 1940, diversas obras de aterramento do açude. Antônio Pessoa, morador do bairro há 60 anos e um dos principais comunicadores da Rádio Mandacarú<sup>60</sup>, lembra com indignação dessa rotina. “O açude foi aterrado sabe com o

---

<sup>58</sup> No mapa de Fortaleza o nome que consta é Vila Ellery, no entanto, essa denominação não é mais utilizada pelos moradores, pela mídia do bairro e nem pela mídia comercial.

<sup>59</sup> A quadra invernos<sup>59</sup> corresponde aos meses de Fevereiro, Março, Abril e Maio.

<sup>60</sup> Rádio comunitária que funcionou no bairro Ellery de 1998 a 2003. Desta experiência comunitativa, falarei no item 3.5 deste capítulo.



que? Com lixo! Quando eu era menino não existia esse aterro sanitário que hoje existe em Fortaleza. O lixo que era coletado em Fortaleza era jogado no açude” (Antônio Pessoa, entrevista, 2011). Quando o aterramento não era feito pela Prefeitura, o era pelos donos de construtoras, ao iniciar seus loteamentos.

Hoje o João Lopes continua a ser chamado de açude por pura força do hábito, pois o que se vê é um canal poluído que contribui para um dos grandes problemas do bairro: a enorme quantidade de muriçocas, principalmente nos meses de chuva. A situação aflige a população, mas não inibe a criatividade. No ano de 2009, Fernando Barbosa compôs a música “Muriçoca do Canal”; um protesto bem humorado contra o descaso do poder público com os problemas das camadas populares. A composição é um grande sucesso no pré-carnaval do bairro e a letra esta nos anexos desse trabalho.

A população que mora no entorno do açude continua a se preocupar com alagamentos, quando há chuvas de grande intensidade. O mau cheiro, causado pela poluição do canal, toma conta da área. Não há saneamento básico e os esgotos correm a céu aberto pelas vielas. As casas têm um ínfimo espaço interno e ainda assim abrigam, muitas vezes, mais de uma família.

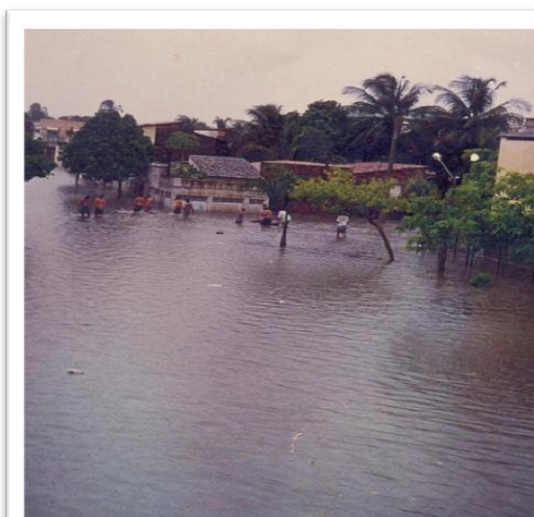


Figura 4: Cheia do açude João Lopes (Foto: arquivos ACEM)



Figura 5: Açude João Lopes atualmente (Foto: Wesley Costa)

Ainda de acordo com a pesquisa sobre a história do bairro, nas décadas seguintes, as terras no entorno do açude continuaram a ser loteadas, porém, quem possuía mais recursos financeiros comprava terrenos em áreas mais altas, temendo novas enchentes. Os mais pobres, na maioria migrantes fugindo da seca, ficavam às margens do João Lopes e, por isso, eram vítimas de preconceito, sendo apelidados de “bichos-de-pé”<sup>61</sup>.

Os moradores da parte alta não costumavam transitar na área próxima ao açude e nem permitiam que seus filhos jogassem futebol com as crianças que lá moravam. Esse estigma ainda permanece no Ellery, causando uma divisão geográfica e social no bairro e afirmando, na prática, a constatação de Milton Santos (1993, p.81) de que “cada homem vale pelo lugar onde está”.

Diante desse cenário, a luta por moradia digna para as famílias de baixa renda apresentava-se como o grande desafio. Como afirma Aguinaldo Aguiar, o Ellery

era um bairro com características pobres, sem urbanização, sem infraestrutura.[...] A luta comunitária no bairro Ellery foi muito em função da luta pelo solo, a luta pela habitação e as coisas relacionadas a isso...a infraestrutura relacionada a isso. Foi intensa na década de 80 e na década de 90. [...] O processo de ocupação ali daquelas terras se deu muito em função do que ia acontecendo com o açude João Lopes. Tinha um açude que ocupava quase toda a terra... aquelas terras lá onde hoje é o bairro Ellery. Aí com as secas eles foram loteando. [...] Quando a associação foi criada foi muito ligada a luta dos direitos básicos. (Aguinaldo Aguiar, entrevista, 2009).

Antônio Soares participou ativamente do processo de ocupação de terras citado por Aguinaldo Aguiar. O militante sempre fala com empolgação desse período. Lembra que a primeira ocupação aconteceu no ano de 1984, nas imediações do açude João Lopes e que toda a ação se deu na madrugada, para não chamar atenção. “O clima era muito tenso. Ainda era tempo de ditadura militar e a gente tinha muito medo da repressão policial”, conta ele. Quando pergunto se chegaram a sofrer algum tipo de violência física, Antônio diz: “ainda levamos umas bordoadas da polícia algumas vezes, mas a gente não saía de lá não. Revezávamos

---

<sup>61</sup> Nome popular para uma infecção cutânea, provocada por um parasita e mais comum de aparecer entre os dedos dos pés. A contaminação normalmente ocorre em áreas com pouca infra-estrutura.

a liderança para ninguém ser identificado e preso. Só algumas poucas pessoas sabiam quem era que tava liderando”.

Foi nesse período, mais especificamente em 1986, que a Associação Comunitária do bairro Ellery foi criada, com o intuito de melhor organizar as lutas sociais que surgiam. O terreno onde foi construída a sede da Associação e posteriormente, também, a creche Favo de Mel, é fruto de ocupação.

O Ellery reproduz, assim, a lógica que acontecia em outros bairros populares da cidade: o surgimento de movimentos sociais voltados fortemente para reivindicações por melhores condições de vida que, com o passar do tempo, aumentaram o nível organizacional e partiram para a criação de associações de bairro.

As lideranças e alguns moradores, como Nice Lima, lembram que as lutas por moradia se intensificaram na década de 1980, por que a Prefeita de Fortaleza era do Partido dos Trabalhadores (PT). Maria Luíza Fontenelle, que cumpriu mandato de 1986 a 1989, foi primeira prefeita eleita pelo PT no Brasil. Por ter sido militante dos movimentos sociais populares, Maria Luíza adotou uma postura diferenciada, privilegiando o diálogo ao invés da repressão policial. “Como resultado da luta organizada, o Ellery foi o bairro que mais conquistou conjuntos habitacionais no Estado, à época” (SENA, 2007, p. 34).

As construções nas áreas ocupadas eram todas realizadas em regime de mutirão. Esse sistema é ainda nos dias de hoje, considerado pelos movimentos como a melhor opção, “por ser um processo de trabalho conjunto, organizado e discutido entre os participantes, em que a solidariedade ou ajuda mútua é o que conta para se obter coletivamente o direito à moradia” (SANTOS, R. B dos, 2008, p. 133). Bozarchiello Silva (1992) considera, entretanto, que o trabalho em mutirão é, na verdade, uma forma do Estado livrar-se de seus encargos, espoliando ainda mais o trabalhador oprimido. O autor entende que sob o rótulo de “participação” ou de “trabalho comunitário” é retirado do trabalhador o seu tempo de lazer. “O poder instituído, além de manter o povo ocupado, ainda se livra de tarefas que são de sua alçada” (SILVA, J. B., 1992, p. 120).



Figura 6: Casas construídas em mutirão (Foto: acervo da ACEM)

Olhando para um contexto social mais amplo, é possível perceber que a situação do Ellery com relação à moradia, faz parte, na verdade de uma realidade da sociedade brasileira. De acordo com Regina Bega dos Santos (2008), desde a década de 1950 se discute uma solução para essa questão, que está diretamente ligado às condições estruturais da sociedade capitalista. Uma grande parcela da população não consegue participar do mercado imobiliário formal devido ao preço dos imóveis. A situação continua sendo vivenciada pelas famílias de baixa renda, pois “não se resolve a questão da habitação sem resolver a questão da renda” (SILVA, J. B., 1992, p. 64).

Com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1964, vários conjuntos habitacionais foram construídos (SILVA, J. B., 1992). No Ellery, famílias deixaram áreas de risco e conquistaram o sonho da casa própria. A questão é que a maior parte dessas famílias foi morar em bairros distantes, como é o caso do Curió, localizado a aproximadamente 50 km do centro da cidade. Aguiar

considera que esse deslocamento tornou-se um elemento fragilizador do movimento popular do bairro. Como diz Carminha, “eles foram levantar as bandeiras nos lugares pra onde foram. Organizar os movimentos por lá. Isso foi dificultando pra gente” (Maria do Carmo, entrevista 2011).

Apesar da melhoria nas condições de moradia a questão de fundo parece permanecer a mesma: a valorização da terra urbana e a consequente expulsão, dos que não têm recursos, para cada vez mais longe. A construção dos conjuntos habitacionais resolve apenas uma parte do problema, o da casa própria para pessoas de baixa renda, porém os direitos de cidadania continuam a ser aviltados. Na verdade não há uma preocupação com a qualidade de vida dessas pessoas. Há muito mais o intuito do poder público de higienizar a cidade e livrá-la do que a enfeia: os pobres.

### **4.3 O Ellery Hoje**

O bairro das áreas de risco e das ocupações de terra, paulatinamente foi mudando. A infra-estrutura melhorou. As ruas foram asfaltadas e há saneamento básico em, praticamente, todo o bairro. Como diz o poeta Tobias Sampaio: “[...] nosso bairro progride; se liberta do anonimato; e a alcunha de vila se escapa”<sup>62</sup>.

De acordo com Gomes (1989, p. 245) “a transformação do presente, no horizonte de uma sociedade nova no futuro, só adquire força e coerência à luz de um passado de luta”, e foi a luta dos moradores que garantiu a construção da Associação Comunitária, do Posto de Saúde Dr. Paulo de Melo Machado, do Centro Socorro Abreu de Desenvolvimento Popular e Apoio à Mulher (CSA) e da creche Favo de Mel, que atualmente atende a 60 crianças. Tanto o CSA, quanto a Creche funcionam na sede da ACEM. Há também três escolas públicas no bairro: a Escola Estadual Honório Bezerra e a Escola Municipal Professor Martinz de Aguiar e a Escola Estadual de Educação Profissional Creusa do Carmo Rocha.

Bozarchiello Silva (1992, p. 53) alerta para o fato de que há casos

---

<sup>62</sup> Trecho extraído da cartilha Aspectos do Bairro Ellery: uma cartilha de conhecimento

em que as melhorias implantadas em certos bairros, como asfalto, rede de esgotamento sanitário, rede de abastecimento de água e outros equipamentos ou serviços, resultam em taxas de impostos mais altas, impedindo que certos moradores permaneçam nos seus costumes locais de moradia.

Foi exatamente o que ocorreu no Ellery. Junto com as melhorias em infraestrutura, veio a especulação imobiliária. Dois fatores recentemente agravaram ainda mais essa situação: a construção do primeiro prédio com mais de 3 andares e o alargamento da Avenida Sargento Hermínio. Regina Bega dos Santos (2008, p. 122) vê esse cenário como uma das contradições de nossa sociedade, na qual “todo e qualquer investimento que se faça no espaço público ou privado, quer com a reprodução da força de trabalho, quer com a criação de infra-estrutura, no fim favorece a acumulação de capital”.

A maior valorização tem feito com que o preço dos aluguéis suba bastante; fato que pude perceber na prática quando lá fui morar. Essa realidade fez com que lideranças e militantes diretamente engajados em históricas mobilizações sociais, tivessem que se mudar para bairros vizinhos em busca de aluguéis mais baratos. Mais uma vez, a organização dos movimentos sociais populares sofreu um impacto fragilizador.

Mas o Ellery não é um só. Reproduzindo o que ocorre na cidade, onde se identifica, com certa facilidade, a “Fortaleza dos pobres” e a “Fortaleza dos ricos”, o bairro também pode ser dividido em dois: a “parte alta” e a “parte baixa”. Morando lá pude perceber com clareza essa divisão que é geográfica, mas principalmente social. Poderíamos dizer que há um “centro” e uma “periferia” dentro de um bairro que é considerado de periferia.

Mesmo que de forma breve, entendo ser importante reportar-me à discussão do termo “periferia” tomando como base teórica, principalmente, as reflexões de Caldeira (1984). De acordo com a autora, o termo tem sofrido mudanças de sentido ao longo do tempo. Ainda pode ser utilizado para falar das margens da cidade - o que já foi chamado de subúrbio - mas sua referência não se dá mais apenas com relação ao que está distante, aponta também “para aquilo que é precário, carente, desprivilegiado, em termos de serviços públicos e infra estrutura urbana” (CALDEIRA, 1984, p. 7).

Não há como negar o retrato da periferia como um lugar de ausências, mas não é só isso; há outras nuances. A partir da década de 1970, esse lugar passou a ser, também, palco de grande efervescência política. “Seus moradores, armados de faixas e cartazes e reunidos em grupos, aprenderam o caminho da prefeitura e de como exigir da administração pública aquilo a que tinham direito” (CALDEIRA, 1984, p.7). Assim, o termo “morador de periferia”, ganhou um outro sentido. Estes atores sociais tornaram-se protagonistas de um processo de luta e de transformação social.

Pelo aspecto da distância, o Ellery não poderia ser considerado um bairro de periferia, visto que está localizado a apenas 4Km do Centro de Fortaleza. Porém, está encravado em uma região que historicamente, como já mencionado, abrigou (e ainda abriga) fábricas e indústrias e conseqüentemente se torna um dos “bairros proletários” (SILVA, 1992).

Apesar das melhorias em termos de infra estrutura e serviços, ainda há no bairro, ausências que são muito características da periferia, ou melhor seria dizer, do descaso do poder público com as áreas da cidade habitadas por populações de baixa renda. Como coloca Loneide Melo, “o bairro não é assim uma periferia mesmo, porque não tem tantos problemas como outros bairros, mas ainda tem que melhorar as escolas, o posto de saúde, os espaços de lazer para os jovens, a questão da segurança...” (Loneide Melo, entrevista, 2011).

As ausências, que estabelecem largas distâncias sociais, foram a mola mestra para as diversas lutas protagonizadas pelo Ellery e permeadas por ações em torno da comunicação popular comunitária. Assim, o bairro é periferia, também, pela acepção política e transformadora que o termo expressa. Através da análise da divisão do bairro, será possível entender melhor esse contexto.

A “parte baixa”, a “periferia”, é a área que se localiza nas imediações do açude, da praça da Igreja e da Associação Comunitária. As moradias dessa área foram construídas em regime de mutirão, após a ocupação dos terrenos. Andando pelas ruas durante dias consecutivos, como o *flâneur* de Baudelaire (1995), foi possível observar que são casas apertadas com salas quase na calçada ou, melhor seria dizer, que a calçada é a extensão da sala onde a maioria se reúne nos finais de tarde e fins de semana para “jogar conversa fora”. Como diz Martín-Barbero (1989, p. 96), nos bairros populares, “a rua não é puro espaço de passagem, mas lugar de encontro, de trabalho e de jogo”.

Devido ao pouco espaço interno das casas, as roupas são estendidas do lado de fora em fios de nylon ou arames esticados da janela ou da porta até um poste ou árvore mais próxima. O alambrado da quadra da praça da Igreja, também é utilizado para estender roupas, que ficam ao sabor do vento e do sol escaldante que aquece Fortaleza na maior parte do ano. A rua parece se incorporar ao espaço privado da casa, alargando-o.

Alguns moradores criam galinhas, que livremente ciscam em busca de comida, e outros criam até cavalos. Essas cenas, tão deslocadas do cotidiano urbano, demonstram na prática a discussão de Costa (2008), apresentada no item 3.1, quando a autora fala da dificuldade de pessoas de áreas rurais em se adaptar à rotina urbana e que, devido a isso, muitas vezes continuam a repetir na cidade, ações próprias da vida rural.



Figura 7: Roupas na rua (Foto: Zoraia Nunes)



Figura 8: Cenas do rural no urbano (Foto: Wescley Sacramento)

Em muitas casas da “parte baixa” funcionam pequenos comércios informais, como deixam claro as placas de “vende-se dindin”; “vende-se panos de prato”,



“temos mousse” e “vende-se Totolec”<sup>63</sup>. Proliferam os pequenos salões de beleza que oferecem corte *unissex* com preços entre R\$ 5,00 e R\$ 7,00; lojinhas de variedades; oficinas de consertos de geladeiras e bicicletas; mercadinhos e botequins, onde cadeiras e mesas são desnecessárias, pois, segundo os clientes, o “bom é beber no balcão”.



Figura 9: Pequenos comércios “parte baixa” do bairro Ellery (Fotos: Zoraia Nunes)

Na “parte alta”, a área “nobre”<sup>64</sup> do bairro, localizada bem perto da Avenida Sargento Hermínio, é possível observar uma outra lógica. As casas são, na grande maioria, espaçosas, com jardins na entrada e paredes revestidas de cerâmica. Em muitas há carros nas garagens guardados por portões automáticos de alumínio e muros altos; algumas vezes com cercas elétricas.

Pelas ruas encontrei *buffets*, amplos salões de beleza (ou estúdios de beleza como está escrito nas placas), lojas de cosméticos, agência dos correios e de viagens, escritórios de advocacia, campo de futebol *society* e restaurantes. Sentar na calçada e conversar com os vizinhos não foi um hábito que percebi na “parte alta”.

---

<sup>63</sup> O Totolec é um concurso de prognóstico sobre o resultado de sorteios de números, promovidos em datas pré-fixadas com distribuição de prêmios mediante rateio. Tem o respaldo da Loteria Estadual do Ceará.

<sup>64</sup> Não queremos comparar essa área do bairro com a dos bairros de classe alta de Fortaleza. A “parte alta” é considerada nobre em comparação à área periférica, mas evidentemente, o bairro como um todo não pode deixar de ser visto como um bairro popular.

As ruas estavam quase sempre desertas. É provável que, como diz Aguinaldo Aguiar, a classe média tenha casas tão confortáveis, espaçosas e equipadas que nem queiram sair à rua.



Figura 10: Casa “parte alta” (Foto: Zoraia Nunes)

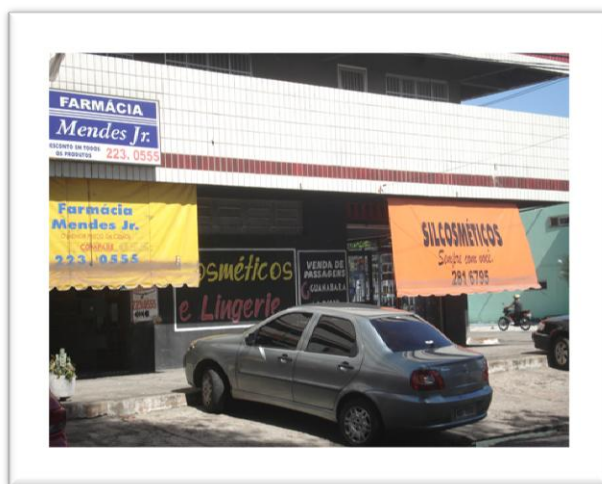


Figura 11: Comércio “parte alta” (Foto: Zoraia Nunes)

Embora haja uma clara “repartição espacial das classes sociais” (SANTOS, M, 1993, p. 84), não se pode pensar que essas características, tanto da “parte baixa”, quanto da “parte alta” são fixas. É fato que na “periferia” do bairro há casas com boa estrutura e na parte “nobre” há casas de “porta e janela”. Tais casos são, entretanto, uma minoria.

Em contato com os/as moradores/as foi possível perceber referências preconceituosas com relação à “parte baixa”, o que denota a estratificação também social. Sempre que procurava algum serviço em comércios e/ou empresas da “parte alta” do bairro (recarga de celular, aquisição de produtos de limpeza etc) tentava estabelecer diálogo com vendedores e/ou clientes a partir de assuntos inócuos, que na maior parte das vezes começava com observações (ou reclamações) a respeito das condições do tempo.

Em um desses momentos, uma senhora perguntou se eu morava no bairro. Afirmei que sim e ela se interessou em saber onde. Disse que bem próximo da praça da Igreja. Com admiração e certo desdém ela disparou: “É mesmo?!” Embora já intuísse o motivo da admiração, perguntei: “por quê? Lá não é bom?”. Ela

dissecategoricamente que não e fez um alerta: “ali só tem o que não presta. É lugar que só dá violência. Também, só tem aquelas casinhas de mutirão... sabe como é, né?”

O preconceito com relação à “parte baixa” do bairro e, principalmente, com relação à população que mora no entorno do açude João Lopes foi sendo construído, como relatei anteriormente, desde o processo de formação do bairro. As precárias condições do lugar causavam ojeriza à população de melhor poder aquisitivo. Os moradores, que eram hostilizados por causa da pobreza, com o tempo passaram, também, a ser identificados como bandidos, pelo fato de alguns jovens do local terem envolvimento com o tráfico de drogas.

Pensando especificamente a respeito da comunicação gestada no Ellery, questiono-me se o site dá conta desses “dois” bairros, ou seja, se seu conteúdo explicita essa lógica social discriminatória; o medo da violência, sempre presente nas falas dos moradores/as e as vivências díspares dos atores sociais que fazem parte de um bairro dividido em dois.

Apesar das melhorias de qualidade de vida conquistadas, através da luta popular encabeçada pela Associação Comunitária, o Ellery ainda vivencia um cenário de sérios problemas. Alguns já se entranharam no cotidiano do bairro, tornaram-se crônicos e se arrastam sem solução passando de uma administração pública para outra.

A população da “parte baixa” ainda carece de moradia digna, embora em Julho de 2011, tenha sido dado um importante passo nesse sentido. 80 famílias que ainda viviam no entorno do açude João Lopes e há mais de 20 anos esperavam pela construção de um conjunto habitacional, finalmente foram removidas.

Esse fato ocorreu durante os dias 26 e 27 de Julho. Os/as moradores/as da área pareciam não acreditar. Choravam de emoção ao ver a casa sendo demolida, logo após terem tirado seus poucos pertences. Alguns moravam no local há mais de 30 anos e as “raízes” já estavam profundas. Arrancá-las causava desconforto, mesmo que o motivo fosse nobre: ir para um apartamento novo.

Seu Natal era só alegria. Confessou que no início não acreditava na possibilidade de conquistar uma moradia digna através da luta coletiva. Quando os militantes da ACEM iam até a área do Canal para realizar mobilizações e reivindicar a construção do conjunto habitacional, ele logo dizia para a esposa Lúcia: “se vier

botar a caixa de som na minha porta, eu boto pra correr”. Hoje acredita que “lutar vale à pena” e se diz feliz, porque finalmente vai deixar de respirar o ar fétido do canal. D. Terezinha também festejava. Tinha comprado até um móvel novo para o apartamento. “Já mandei entregar lá”, fazia questão de dizer. Abaixo fotos da demolição das casas.



Figura 12: Demolição das antigas casas da área do açude João Lopes (Foto: Zoraia Nunes).

A ACEM organizou uma festa de despedida para as famílias. O maior cuidado da entidade era desconstruir a noção de que a saída das famílias da área de risco do João Lopes significava a “higienização” do bairro; discurso que comumente se ouvia de moradores/as. A festa foi, então, muito mais uma homenagem à luta das famílias e uma forma de dizer que todos/as deixam saudades.

Certamente esse episódio irá mudar vários elementos do contexto do bairro, entretanto, não me dedicarei a essa análise, visto que o fato ocorreu nos momentos finais da pesquisa de campo.

A questão da moradia ainda é central para a ACEM e hoje se apresenta de formas diversas como, por exemplo, na luta contra os despejos da Vila Pompeu.

Porém há outros problemas. Um deles é a escassez de áreas públicas de lazer. Fernando Barbosa lembra com saudades do começo da década de 1990, quando o cenário apresentava diferenças:

aqui tinha muitos campos de futebol. Tinha o campo do Vila Iracema, do Cruzeiro, do Humaitá, do JK, do Joinville...eu joguei muita bola aqui. Tinha campeonato. Tinha tudo. Vinha os times de outras localidades pra jogar com a gente. Dia de Domingo aqui era uma loucura! Você não conseguia sair do bairro por que tinha todo tipo de diversão, principalmente o futebol (Fernando Barbosa, entrevista 2011).

Hoje, os únicos espaços públicos de lazer são a praçada Igreja e o Pólo de Lazer da Sargento Hermínio. A praça, apesar de bastante deteriorada - situação que se repete em, praticamente, todas as praças da cidade, com exceção daquelas que são cuidadas por empresas privadas - ainda é utilizada pelos/as moradores/as. As crianças tentam se divertir no que restou de um parquinho ou, se os pais puderem desembolsar R\$ 1,00, também podem brincar no pula-pula. Na quadra sempre tem alguém jogando futebol, tanto durante o dia, quanto à noite. Quem quer apenas sentar para descansar ou “jogar conversa fora” é acolhido pela sombra das árvores, embora quase todos os bancos tenham tábuas quebradas. À noite há a opção de lanche em dois quiosques: o do Armando, para quem prefere pastel ou *sandwich* e o da D. Fátima, para os adeptos da batata frita e do cachorro quente.



Figura 13: Brinquedos quebrados na praça do Ellery (Foto: Zoraia Nunes)



Figura 14: Praça Manoel Dias Macedo no bairro Ellery (Foto: Zoraia Nunes)



Figura 15: Quadra da praça Manoel Dias Macedo (Foto: Zoraia Nunes)

O Pólo de Lazer da Sargento Hermínio, que apesar de não ter atenção do poder público, também continua a ser utilizado pelos moradores. Como disse anteriormente, o Pólo é uma das últimas áreas de preservação ambiental da região Oeste.

O uso desse espaço é variado. A feira, realizada aos Domingos, movimentava o bairro. Roupas, comidas regionais, eletrodomésticos usados, alimentação para animais, sapatos e acessórios, são alguns dos produtos comercializados. Até o início do ano de 2011, também eram vendidos CD's e DVD's "piratas", pássaros e bebidas alcoólicas. Porém, após uma fiscalização realizada no dia 13 de Fevereiro de 2011, por agentes da Secretaria Regional I (SER I), essas vendas foram proibidas e houve até ameaça de interdição das atividades. Aos poucos os feirantes tentam se adaptar a essa nova realidade e lutam pela regularização da feira.

Além da feira, o Domingo também é dia de esportes no Pólo. Praticantes de *skate* e *bicicross* fazem suas manobras em pistas construídas artesanalmente por eles mesmos, enquanto os amantes do futebol correm atrás da bola em um campo de areia, que mesmo sem possuir as dimensões oficiais, é palco de jogos do campeonato de times de subúrbio: o "Suburbão" e de uma escolinha organizada

voluntariamente por Ivan Bertoldo e seu irmão Ivanildo, mais conhecido como “Bodim”.

Pela manhã e nos finais de tarde, principalmente durante a semana, o espaço é utilizado pelos adeptos da caminhada. A eles/as juntei-me diversas vezes enquanto morava no bairro. Aguinaldo Aguiarsempre comenta que a caminhada é o momento em que a classe média do bairro usa o Pólo, por considerar que os outros usos são “coisa de pobre”. Há ainda quem garanta o sustento comercializando a água do chafariz, construído há mais de 20 anos no local, ou dela faça apenas uso doméstico.



Figura 16: Feira no Pólo aos Domingos (Foto: Zoraia Nunes)



Figura 17: Futebol no Pólo (Foto: Zoraia Nunes)



Figura 18: Retirada água do chafariz (Foto: Zoraia Nunes)

A escassez de transporte público, a falta de sinalização das ruas e a poluição emitida pela Metalgráfica Cearense (MECESA), que tem causado sérios problemas de saúde principalmente às crianças que moram nas proximidades da fábrica, são outros problemas vivenciados atualmente no bairro. Não se pode esquecer que, apesar do Posto de Saúde e das Escolas Públicas terem sido conquistas da luta popular, garantir a qualidade desses serviços ainda é um desafio. Como desabafa Carminha, “a gente vive assim pedindo socorro todos os dias aos nossos representantes. Cada dia é um grito de alerta” (Maria do Carmo, entrevista 2011).

A violência é, entretanto, o que mais preocupa. Sempre que perguntava o que era ruim no bairro, tanto os entrevistados, quanto as pessoas com quem tive oportunidade de conversar informalmente, enfatizavam, primeiramente, essa questão. Sílvia Rejane conta que “até uns 5 anos atrás a gente andava tranquilamente aqui, agora tá muito complicado” (Sílvia Rejane, entrevista 2011). Loneide Melo sente saudades das luaradas que aconteciam no Pólo de Lazer da Sargento Hermínio, com muita alegria e sem preocupação e Tarcísia Nunes ficou com a lembrança do tempo em que criou os filhos jogando bola na rua e brincando de bandeira<sup>65</sup>. “Eles ficavam até uma hora da manhã na calçada. Meus meninos iam

---

<sup>65</sup> Bandeira é uma brincadeira que se realiza da seguinte forma: divididas em times, as crianças têm de atravessar o território inimigo e pegar a bandeira do adversário sem deixar que a sua seja roubada. Se um jogador for “pego”, seus colegas se organizam para resgatá-lo sem deixar o objetivo principal de lado.



pra rua pra brincar, brincar mesmo, porque hoje os meninos se juntam pra usar drogas. Eu nemsei direito como isso começou a mudar. Quando a gente vê, já ta tudo diferente” (Tarcísia Nunes, entrevista 2011).

Como alerta Tarcísia, a violência no Ellery (e na maioria dos bairros populares) está diretamente ligada ao uso de drogas e à disputa de território por traficantes. Gangues do bairro estão em constante conflito com outras do bairro vizinho Monte Castelo, causando insegurança principalmente a quem mora na “parte baixa”, pois lá se concentram as “bocas de fumo”.

Não tinha a dimensão real da violência no bairro - embora a questão sempre estivesse presente nas falas dos/as moradores/as- até que, em uma de minhas incursões a campo, fui testemunha de um tiroteio entre traficantes<sup>66</sup>. Devido ao horário, por volta de 14h00min, havia poucas pessoas na praça. Quem estava nas ruas próximas correu o mais rápido que pode ou entrou em suas casas.

Depois do susto, o fato passou a ser tratado como rotina. Era mais um incidente violento no bairro. Dona Fátima, a dona do quiosque de lanche na praça principal, considera que o ideal para acabar ou pelo menos diminuir a violência no local é a presença constante de policiais. Já S. Nobre, que é militar aposentado, acredita que tudo tem piorado porque a polícia está desacreditada. “Não prende mais ninguém”, diz ele. Nas muitas conversas quetivemos, Seu Nobre sempre lembrava com saudade os tempos da ditadura militar, que afirma terem sido “tempos de ordem”.

Os últimos meses do ano de 2010 e início de 2011 foram bastante conturbados. No dia 2 de Setembro de 2009, às 13h, um garoto de 10 anos foi atingido por uma bala perdida, quando estava a caminho da escola Martins Aguiar, uma das escolas públicas do bairro. O disparo foi feito por um homem de carona em uma mobilete e tinha a intenção de acertar um jovem que estava ao lado do estudante na via. O fato foi publicado em algumas mídias locais como: Jornal O Povo, Jornal Diário do Nordeste e Site Jangadeiro On Line. Dias após o fato, os comentários sobre a insegurança eram constantes e os clamores por presença policial continuavam.

---

<sup>66</sup>Posteriormente alguns moradores deram essa informação; de que se tratava de traficantes.

No dia 6 de Janeiro de 2011, de acordo com matéria publicada no jornal Diário do Nordeste, um jovem de 19 anos foi morto, por volta de 20h30min na praça principal do bairro. A vítima estava sentada em um dos bancos da praça quando um rapaz chegou de moto e disparou nove tiros à queima roupa. Os moradores e a polícia acreditam se tratar de acerto de dívida de drogas. No dia 8 de Janeiro de 2011, em mais uma ida ao campo, fui ao quiosque de D. Fátima, como sempre fazia. Comentei o fato da praça estar quase vazia. Era por volta de 18h00min, horário em que, normalmente, há muito movimento. Entre a fritura de batatas para um cliente e a preparação de um cachorro quente para outro, ela contou sobre o crime:

Eu nunca tinha visto uma coisa dessas. Tava sentada naquele banco ali (aponta para o banco mais próximo ao quiosque) com uma amiga e quando vi foi aquele papocado. Pensei que era aqueles fogos que o povo solta e aí foi quando a minha amiga disse: 'Fátima, tão matando um homi ali'. Quando eu olhei só vi as mãos correndo no maior desespero com medo de uma bala pegar nos menino. Foi muito tiro. O cara atirou e foi embora de moto. Tava cheio de menino aqui. Agora tá desse jeito que você távendo...sem ninguém. Até o homi do pula-pula (brinquedo que era montado diariamente na praça) não quer mais botar aqui na praça. Foi um desespero maior do mundo.

Em Abril de 2011 outro fato me chamou bastante atenção. Enquanto na Igreja os fogos anunciavam a ressurreição de Jesus Cristo, em encenação produzida pelo grupo Sagrada Família, traficantes aproveitaram o momento para também soltar fogos em comemoração à morte de um rival. Quatro viaturas do Ronda do Quarteirão<sup>67</sup> e uma outra do RAIO<sup>68</sup> circulavam em alta velocidade pelas imediações da praça e do açude João Lopes. Preocupe-me em saber do que se tratava e, com tom de tranqüilidade alguns moradores apenas diziam: "Ah! Não é nada não. É lá no canal". Interessante é que estávamos há poucos metros do canal, mas ainda assim, as pessoas delimitavam apenas o canal como um espaço natural de violência.

A Associação Comunitária foi agregando, ao longo do tempo, várias dessas demandas. Ao que parece, o dia a dia foi dimensionando as lutas. Com relação ao Pólo de Lazer da Sargento Hermínio, desde o ano de 2007 a ACEM realiza

---

<sup>67</sup> Programa de segurança pública implementado no Ceará no ano de 2007. Também conhecido como polícia comunitária.

<sup>68</sup> Grupamento especial da Polícia Militar do Ceará.

mobilizações e pressiona o poder público pela revitalização do espaço<sup>69</sup>. Antiga é, também, a luta pela mudança da sede da MECESA. Mais recentemente a Associação se juntou aos feirantes nas reivindicações pela regularização da feira de Domingo no Pólo e tem organizado abaixo-assinados pedindo melhor sinalização de trânsito nas ruas do bairro.

Essas questões têm sempre espaço nas reuniões da entidade. Dessa forma, é possível perceber que o movimento social do bairro não atenta apenas para questões relacionadas com os direitos básicos - característica dos movimentos sociais clássicos - mas incorpora lutas muito próprias dos “novos movimentos sociais”, como a luta ambiental. Essa realidade é denominada por Regina Bega dos Santos (2008) de “impureza dos movimentos sociais”. De acordo com a autora,

“na América Latina os movimentos sociais não são puros ou claramente definidos, dada a complexidade das situações. Assim movimentos *velhos*, como os relacionados às condições de reprodução da força de trabalho, ou seja, de satisfação das necessidades básicas, podem trazer reivindicações *novas*, como relacionadas ao feminismo, ecologia ou etnia” (SANTOS, R. B dos, 2008, p. 147).

A violência, embora apontada como o principal problema vivenciado atualmente no bairro, não faz parte da pauta de discussões da Associação. Está presente nas conversas informais entre os diretores e, comumente, os fatos envolvendo tiroteios e mortes são comentados nas “pós-reuniões”. Todavia, “oficialmente”, o assunto não é discutido.

Para Marcos Gomes, é o medo que impede a realização do debate.

A associação não se mete nisso. Tem alguns diretores que moram no Monte Castelo. É um medo grande, por que o principal motivo da violência é a briga de gangues entre o Monte Castelo e o bairro Ellery. Nós da Associação andamos muito dentro dos dois bairros e nós temos muito medo. É uma preocupação que nós temos há algum tempo, mas nós delimitamos que não falaríamos sobre isso, por que falar sobre a questão da violência pode nos prejudicar. Uma dessas gangues pode vir a fazer mal à creche; fazer mal à Associação. Por que por mais fortes que nós sejamos, nós não vamos conseguir dar jeito (Marcos Gomes, entrevista 2011).

---

<sup>69</sup> A luta pela revitalização do Pólo de Lazer da Sargento Hermínio se deu em conjunto com a participação de estudantes universitários, ambientalistas, militantes de movimento sociais de outros bairros da cidade e intelectuais. Esses atores sociais formaram o Movimento pela Revitalização do Pólo de Lazer da Sargento Hermínio (MRPLSH), cujas estratégias de comunicação foram tema de minha monografia.

O traficante, por outro lado, não é um estranho. É o jovem que mora nas proximidades da Associação, que convive com a população do bairro, que é conhecido pelos diretores/as da entidade. Essa realidade torna ainda mais complexa a discussão e uma possível ação em torno da questão.

Veremos, no capítulo seguinte, de que forma o cotidiano, as histórias e memórias do Ellery são representados no site do bairro e a lógica de presença/ausência de determinadas discussões no concreto, ou seja, nas mobilizações de rua e nas reuniões da ACEM, se repete no espaço virtual e qual o papel do site nesse processo de reivindicações sociais.

Durante o trabalho de campo, que incluiu não só a participação nas reuniões da Associação Comunitária, mas a presença em mobilizações ocorridas tanto no Ellery como em bairros vizinhos, a vivência no bairro e a convivência com lideranças e moradores, foi possível perceber que a entidade permanece atuante e atenta aos problemas não só dos dois bairros (Ellery e Monte Castelo), mas da Região Oeste como um todo. Entretanto, ficou evidente, também, que a participação popular tem arrefecido.

Acredito ser importante lançar um olhar para essa questão, por considerar que ela não está desconectada da análise dos caminhos da comunicação popular comunitária, que tem como uma das características principais, a participação. Compreender o contexto de participação popular que se apresenta atualmente no bairro contribuirá para a análise do processo de produção da comunicação popular comunitária na Rede e mais especificamente, para o processo de produção do site do bairro Ellery.

#### **4.3.1 O desafio da Participação Popular**

De acordo com as lideranças, sensibilizar e mobilizar tem se tornado uma tarefa cada vez mais difícil. Os militantes mais antigos como Aguinaldo Aguiar, Carminha, Rejane e Antônio Soares, lembram saudosos do tempo em que a ACEM realizava assembleias com a presença de aproximadamente 400 pessoas e que havia um grande envolvimento da população nas lutas sociais. Para Carminha, “hoje

em dia, não tem mais organização como antigamente. Quando tem um interesse próprio, todos se agregam, mas se não for...” (Maria do Carmo, entrevista 2011).

É comum ouvir das lideranças que após a conquista de direitos básicos como moradia digna, por exemplo, a grande maioria da população do bairro se afastou das mobilizações e perdeu o interesse em participar da Associação. Essa realidade se coaduna com a percepção de Regina Bega dos Santos. De acordo com a autora, a luta pelo coletivo é uma posição das lideranças. Em geral, a maioria ambiciona a propriedade privada, até porque, pondera, “[...] como se pode exigir esse tipo de consciência de uma camada de trabalhadores tão espoliada?” (SANTOS, R.B. dos, 2008, p. 126). Demo (1986, p. 73-74), considera inclusive que “é muito mais realista a mobilização da comunidade em torno de sua sobrevivência material” e que mesmo em mobilizações de ordem mais política, “a envolvimento sócio-econômica acaba emergindo a cada instante, sobretudo se a comunidade for muito pobre”.

Conforme dito anteriormente, para que se efetive a participação, é necessário o desenvolvimento de uma consciência crítica e política em um sentido amplo; o que só é adquirido através de um continuado processo de formação política. Sem isso, o interesse pelas discussões mais densas e de caráter não imediatista, é quase nenhum. Participar torna-se um fardo, ainda mais quando o formato são os demorados debates. Beethoven Rodrigues diz que a própria palavra “reunião” já afasta. “Não vamos chamar para uma reunião, vamos chamar para um café da manhã”, sugere várias vezes, durante as reuniões da Associação. O lúdico, o lazer, talvez sejam caminhos estratégicos para suscitar a vontade de participar, para fomentar o convívio, para exercitar a coletividade.

Para Silva (1992, p. 122), “cada vez mais o movimento popular tem o papel de induzir o morador a buscar a solução coletiva ao contrário do individualismo caracterizado pela tentativa de utilização de relações de compadrio”. Há, na ACEM, uma preocupação com relação a isso. Ioneide Melo, Aguinaldo Aguiar, Antônio Soares, Clarice Araújo e Beethoven Rodrigues consideram a importância da Associação Comunitária se dedicar a fomentar um processo de formação política, não só para os moradores em geral, como para as próprias lideranças. Acreditam inclusive que a formação política deveria permear a metodologia de todos os projetos executados pela entidade. No entanto, esbarram em um grande desafio que

é a não disponibilidade de tempo para articular e vivenciar esse processo. Questão já discutida anteriormente.

Pelo que percebi durante o trabalho de campo, não se pode afirmar que os moradores/as do Ellery (me referindo principalmente ao que moram na “parte baixa”) não participem das lutas do bairro. Certamente a incidência é menor que nas décadas de 1980 e 1990 - afinal, como foi discutido no segundo capítulo, o contexto social era outro e favorecia as mobilizações e lutas sociais - mas, ainda assim, existe participação popular.

Talvez essa participação se enquadre no que Bordenave (1983) denominou de “microparticipação”, visto que se direciona para reivindicações específicas como a limpeza do açude João Lopes, a revitalização do Pólo de Lazer da Sargento Hermínio, a continuidade da feira do Pólo, a sinalização de trânsito nas ruas do bairro, a poluição do ar causada pela metalgráfica MECESA, os despejos na Vila Pompeu, entre outras. Apresenta, ainda, a característica de efemeridade e de ocorrer de forma pontual.

A partir de um primeiro olhar para o cotidiano do bairro e tendo como base a discussão teórica de Paulilo (1999), citada no segundo capítulo, pude perceber que a participação não é encarada como um fim, mas como um meio de se conseguir algo. No entanto, várias lutas específicas vão se juntando ao longo do tempo e vai sendo gerado um sentimento de comunidade, de pertença entre os/as moradores/as. Há uma liga que vai se fortalecendo através das microparticipações.

As lutas pontuais permeiam o discurso tanto das lideranças e diretores/as da ACEM, como dos moradores/as. Como diz Carminha “todo mundo conhece o Ellery pela luta da habitação. Pode perguntar na cidade. O Ellery é mesmo um bairro de luta” (Carminha, entrevista 2011). A habitação é uma luta por um fim específico, mas incide na auto-estima de quem dela participa. Um sentimento de que coletivamente as conquistas são possíveis passa a fazer parte do imaginário e da participação como um fim, pode-se chegar à participação como um meio.

Acredito que a lutas por causas específicas, embora efêmeras, podem levar a reflexões mais amplas a respeito de questões como a preservação ambiental e a própria lógica do capital que não garante os direitos do cidadão tendo este, a todo o momento, que lutar para tentar garanti-los. Essas reflexões, por sua vez, podem

fomentar um processo de participação macrossocial com fins de interferir, de uma forma mais ampla, na dinâmica da sociedade.

Para fomentar o tão desafiante processo participativo é, imprescindível, o emprego de metodologias operacionais que o favoreçam. De acordo com Bordenave (1983, p. 43), “toda instituição cria um ambiente externo que pode ser propício ou não para a participação”. No caso da ACEM esse ambiente praticamente não existe. Além das reuniões de diretoria, não há outros canais que permitam a participação dos/as moradores/as do bairro. Vale ressaltar ainda que as reuniões não são divulgadas para a população; apenas para os membros da diretoria. Essa realidade se coaduna com a afirmação de Demo (1986), de que os “[...] processos participativos padecem frequentemente de falta de estratégia”.

A ausência de canais de participação dificultou, inclusive, a possibilidade de eu mesma contribuir para as ações da Associação Comunitária. Colocava-me sempre a disposição por entender que o pesquisador deve se inserir no cotidiano e, de certa forma, retribuir a atenção que lhe é dispensada. Entretanto, mesmo nos eventos que se realizam há muitos anos como o pré-carnaval, o passeio ciclístico de 1º de Maio e a encenação da Paixão de Cristo, não há uma logística que permita a participação de quem está “de fora”, no sentido de não fazer parte do pequeno grupo da diretoria.

Um elemento que, provavelmente facilitaria a participação na ACEM é o fluxo de pessoas, bastante intenso, em diversos momentos. Além da creche, que atende a 80 crianças, há os projetos voltados para a juventude e para a terceira idade que atraem um razoável número de moradores/as. Há ainda as mulheres que recebem atendimento psicológico e jurídico no CSA. As lideranças entendem ser necessário aproximar essas pessoas da dinâmica da Associação, porém, quando pergunto como, recebo um “não sei” como resposta. Demo (1986, p. 113) dá uma dica quando afirma que “[...] os processos participativos precisam ser capazes de se inserirem no dia a dia das pessoas, lidando com aquilo que é mais normal, ou seja, com a mediocridade diária que marca qualquer grupo humano. É um erro basear a participação naquilo que é excepcional”

Para planejar estratégias, criar canais de participação e, principalmente, para mantê-los operacionais é necessário dedicar tempo à entidade; disponibilidade que os/as diretores/as da ACEM não possuem. Mesmo a presença nas reuniões

semanais é garantida com esforço. Mais uma vez essa questão surge como um desafio. As ações participativas, que ainda ocorrem, parecem ser fruto da história do Ellery, profundamente voltada para as mobilizações sociais, e do papel das lideranças que, desde a década de 1980, atuam no bairro, como Aguinaldo Aguiar e Antônio Soares.

Durante o período em que acompanhei as reuniões da ACEM, de Agosto de 2010 a Agosto de 2011, foi possível perceber não só o afastamento da população do bairro, mas também uma diferença no nível de participação entre os próprios membros da diretoria da Associação. Considerando que participar é não apenas o fato de estar presente, mas de incidir diretamente nas discussões e claro que, como coloca Bordenave (1983, p. 49), “dentro de todo grupo existem diferenças individuais no comportamento participativo”, mas me interessava compreender, no caso específico daquele grupo, porque algumas pessoas ficavam à margem. Perguntava-me se seria possível fazer alguma relação entre a realidade de participação no concreto e no virtual, na produção do site.

O conjunto que incluiu a presença nas reuniões, a convivência e a realização de entrevistas me permitiu perceber algumas razões. Bordenave (1983, p. 51) explica que “a desigualdade ou a percepção de desigualdade, conspira contra a participação”. Pareceu-me ser esse um dos motivos que inibe uma maior participação de Carioca, Vilaci Torres e Tarcísia Nunes. No entendimento delas, alguns membros da diretoria concentram as discussões. “A gente desanima de participar porque tem poucas pessoas que comandam. Eles já trazem tudo mastigado, a gente praticamente não tem o direito de falar” (Eliana Moura – Carioca, entrevista, 2011).

Sem dúvida há o direito de participar, mas ele não é exercido em plenitude justamente devido a um sentimento de inferioridade. Não apenas na ACEM, mas na grande maioria dos movimentos e coletivos, a fala termina sendo, de certa forma, monopolizada por aqueles que têm um discurso mais eloqüente e concatenado; resultado, muitas vezes, de um processo mais denso de formação política. Os que estão fora desse padrão de expressão, considerado aceitável, ficam intimidados e, quando se expressam, causam uma certa impaciência nos demais. “Quem participa mais, se torna o elemento focal da participação” (BORDENAVE, 1983, p. 51) e os demais são relegados a segundo plano.



Francileuda Soares levanta uma outra questão que considera ser inibidora do processo de participação: o preconceito de gênero. Em conversa informal, a militante feminista diz que, “só os homens é quem tem espaço naquela Associação”. Quando Aguinaldo Aguiar enviou mensagem aos membros da diretoria da ACEM consultando-os sobre a aceitação ou não de minha participação no grupo de discussão do Google (Associação10), Francileuda respondeu com a seguinte mensagem<sup>70</sup>:

Re: {associação} uma consulta

Francileuda Soares francileuda@gmail.com [por](#) 02/03/11  
googlegroups.com  
para associacao10, Fernando

Ótimo... Precisamos fortalecer a participação das mulheres nas entidades.

Francileuda

Carioca compartilha da mesma visão e faz um desabafo: “nada do que a gente fala é levado em consideração lá (nas reuniões da Associação), porque a gente é mulher. Eles dizem que não, mas são todos machistas” (Carioca, entrevista, 2011). Por se sentirem excluídas, Francileuda, Carioca, Vilaci, Dulce (companheira de Fernando Barbosa), juntaram-se a outras amigas e criaram o “Clube da Luluzinha”. Os encontros aconteciam no bar da Vilaci, que conta animada como eram as reuniões: “cada um trazia uma coisa pra comer, a gente bebia cerveja e conversava sobre vários assuntos...coisas aqui do bairro, sobre política, sobre a Associação” (Vilaci Torres, entrevista 2011). Ao que parece, o que mais as participantes queriam era se expressarem livremente, sem a iminente possibilidade de serem cerceadas.

Uma estratégia que, segundo Bordernave (1983, p. 78), facilita a participação é a “organização e a criação de fluxos de comunicação”. Para o autor, a informação é uma força atuante na dinâmica participativa. A ACEM dedicou atenção a essa

---

<sup>70</sup> Texto copiado diretamente da página do Google

questão e criou, no sentido de facilitar a comunicação entre os membros da diretoria, um grupo de discussão no Google: o “Associação10”.

O grupo, do qual passei a fazer parte em Março de 2011, funciona bem mais como uma lista para envio de e-mails com informes; fato comum na maior parte dos grupos, cuja discussão fica só no nome da ferramenta. Algumas vezes é usado, também para dar continuidade a discussões que começaram presencialmente. Era comum, ao final de demoradas reuniões, ouvir Aguinaldo Aguiar dizer: “a gente continua a discutir por e-mail” ou “fazemos os encaminhamentos pela Internet”.

Para alguns, entretanto, ao invés de ser um elemento agregador, o grupo de discussão aumentou o distanciamento. Marcos Gomes relata que

o que tá existindo dentro da Associação do bairro Ellery é que algumas pessoas da diretoria estão tomando conta das notícias. Estão se comunicando, se atualizando das notícias, mas não são pra todos. Boa parte está se atualizando com esse negócio de ‘eu vou mandar pro teu site’ e tudo mais, mas não são todos que têm. Eles dizem pra eu ir *na lan house*, mas às vezes eu tô sem dinheiro. Como as pessoas não têm acesso à Internet, não participam da reunião. Ficam tímidas e só balançam a cabeça. Tem pessoas que não tão sabendo o que vai acontecer e aí elas tem vergonha de dizer que não estão sabendo. A discussão já aconteceu na internet. Isso afasta as pessoas. Eu mesmo já me afastei por causa disso. (Marcos Gomes, entrevista 2011).

Quando Marcos diz “notícias”, está se referindo às informações do cotidiano do bairro e da Associação que são discutidas nas reuniões presenciais. Quando usa o termo “site”, quer dizer, na verdade, “e-mail”. Uma coisa que Marcos sente saudades é do registro das reuniões em um livro de ata, pois quando precisava faltar às reuniões podia ler depois o que havia sido discutido. Agora, segundo ele, tudo é passado pela Internet.

Na opinião de Carioca, “esse negócio de discutir na Internet é errado. Eu acho que as discussões têm que começar e terminar aqui”. Por não ter computador em casa e não saber acessar a Internet, ela também se sente “por fora” das discussões. Carminha também não acompanha as informações disponibilizadas no mundo virtual. Em uma das reuniões, quando Antônio Soares diz que vai passar algumas informações por e-mail, relacionadas à mobilização dos feirantes do Pólo de Lazer da Sargente Hermínio, ela dispara sorrindo: “eu quero é um inteiro, meu filho. Negócio de ‘i-meio’. Eu num tenho isso não...”. A fala de Carminha explicita uma

nuança da exclusão digital que, de acordo com Namburete (2003, p. 241), “é determinada pela habilidade ou não de se comunicar em inglês”, visto que o léxico próprio da Internet inclui palavras como *e-mail, site, internet, password, download, login*, entre tantas outras.

Essa realidade denota que a Internet não está acomodada ao cotidiano desses atores sociais e são eles/as que estão mais próximos do processo de construção da comunicação popular na Rede. Os desafios para a apropriação das tecnologias digitais são enormes. Dificuldades econômicas, que não permitem a aquisição de um computador, aliadas à falta de conhecimento específico para o acesso à Internet, são alguns dos entraves vivenciados. O grupo de discussão é uma importante ferramenta de comunicação, todavia, requer, primeiramente, um certo nível de apropriação do uso da Internet. Sem isso, protagoniza outra forma de exclusão dentro do grupo.

O cenário relatado tem crucial importância para o objetivo que norteia esse trabalho, que é o de compreender os caminhos da comunicação popular comunitária na Rede e a forma como vão se estabelecendo seus contornos. Afinal, como disse, são esses excluídos digitais que estão, de alguma forma, próximos do processo de produção do site do bairro Ellery; da construção do universo da comunicação popular na Rede.

Marcos Gomes, Carminha, Carioca, Tarcísia Nunes e Vilaci Torres entendem que a Associação deveria capacitá-los para o uso da Internet e das ferramentas disponibilizadas pelas tecnologias digitais, porém, a entidade também vivencia, em termos estruturais, aspectos de exclusão digital que impossibilitam essa prática. Com relação à estrutura física, a sede da ACEM melhorou de forma significativa, como é possível perceber nas fotos em anexo. Contudo, ainda há dificuldades a serem vencidas para que se garanta uma boa dinâmica interna de trabalho. Uma delas diz respeito à aquisição de equipamentos como telefone e computador. Devido à falta de recursos financeiros, a entidade não possui telefone fixo. O telefone público resolve quando alguém liga, mas quando é a secretária que precisa realizar ligações, para solucionar assuntos que dizem respeito à rotina normal de trabalho, surge o problema.

Nayanne Lima conta que algumas vezes pede para usar o telefone do Centro Socorro Abreu, outras vezes usa o próprio celular. “Quando é dia 1º do mês eu não

ligo pra ninguém, porque meus bônus não entraram. Outro dia tinha que marcar uma apresentação dos meninos do Cacimba<sup>71</sup> e não tinha como ligar”, conta ela. Usar o telefone da sua avó, cuja casa fica próxima à sede da Associação, é outra alternativa utilizada por Nyanne para fazer o trabalho diário da instituição.

O único computador em funcionamento está obsoleto. Chegou a passar 4 meses sem uso, por que não havia dinheiro para pagar os reparos. É comum faltar recursos, também, para pagar o provedor de acesso à Internet. A secretaria conta com uma impressora *deskjet*, mas por várias vezes, se encontrava com os cartuchos vazios. Em uma das reuniões de diretoria, foi feita até uma “vaquinha<sup>72</sup>” para recarregar os cartuchos, visto que havia a necessidade urgente de impressão de ofícios. Nessas situações, o escritório de contabilidade de Antônio Soares se transforma em uma extensão da ACEM e o trabalho de secretaria é feito lá.

Esse cenário denota um contexto de exclusão com o qual os movimentos sociais populares sem grande estrutura, como são os movimentos de bairros, se deparam cotidianamente. É uma realidade que não se coaduna com a alardeada máxima do “acesso de todos” às tecnologias. Não há dúvidas que, com o passar do tempo, as tecnologias têm se tornado mais acessíveis, no entanto, a brecha digital, não apenas com relação ao acesso à Internet, ainda existe e é profunda.

Os desafios não impediram que o Ellery protagonizasse diversas experiências de comunicação popular comunitária durante seus 54 anos de existência. O item seguinte dedica-se à análise dessas experiências. Essa viagem à histórica comunicacional do bairro, como dito anteriormente, ancorará a discussão voltada para a produção de comunicação na Rede realizada atualmente.

#### **4.4 Experiências de Comunicação Popular Comunitária no Ellery**

As lutas sociais no Ellery foram e ainda são profundamente permeadas por ações em torno da comunicação popular comunitária. O bairro vivenciou experiências de jornal comunitário, radiadoras, rádio comunitária e mais recentemente, um *website*, que é o objeto de estudo desta investigação

---

<sup>71</sup>O Cacimba é um dos projetos executados pela ACEM voltado para a juventude. Tem como foco a formação musical.

<sup>72</sup> Coleta de dinheiro entre pessoas amigas para a aquisição de algo que seja do interesse desse coletivo.

científica. Essas iniciativas podem ser lidas como parte da luta pela democratização da comunicação que se junta às reivindicações pela terra urbana, por moradia digna e por infraestrutura. Falar e ser ouvido, passou a fazer parte da pauta dos movimentos.

A primeira experiência comunicativa gestada no bairro, que teve início no ano de 1987, foi o jornal “Garra Comunitária”. Sobre ele não há registros ou publicações. Não foi possível encontrar também nenhum exemplar. Como explicou Aguinaldo Aguiar, “toda mudança de diretoria, a negrada que assume, joga um bocado de papel fora e, com certeza, não tem mais nenhum exemplar desse boletim. Num ficou nem na memória do povo”. Até a gráfica que imprimia o jornal, fechou.

Apenas Antônio Soares pode contar, em entrevista realizada em Julho de 2011, sobre o processo de produção e distribuição do informativo. Ele era diretor de comunicação da Associação, cargo que não mais existe. Entretanto, como tudo ficou registrado apenas na memória, muitos detalhes se foram com o tempo.

Na visão do atual tesoureiro da ACEM, o Jornal teve um papel importante, principalmente por que “às vezes a gente faz uma série de coisas que não é divulgado nos meios de grande circulação, nos meios corporativos. Então os veículos populares estão mais perto das pessoas. É muito difícil a gente entrar num veículo de massa”. Garantir voz àqueles que estão distantes dos centros de poder, continua sendo uma das principais características da comunicação comunitária. Além disso, como afirma Toro (2007, p. 18) aprender a comunicar-se é “a base da auto-afirmação pessoal ou do grupo”.

O conteúdo do “Garra Comunitária”, dividido em 4 páginas de tamanho A4, voltava-se exatamente para as questões locais e procurava dar visibilidade às ações da Associação Comunitária, que à época, dava os primeiros passos. “A gente falava das reivindicações do bairro, do trabalho da Associação como um todo e sobre política também, de uma forma mais geral. Assim...era bem informativo”, lembra Antônio.

As matérias, escritas à mão ou utilizando uma máquina de escrever Olivetti, ficaram a cargo de Antônio durante os três anos de existência do Jornal. Ainda assim, ele não se considera um comunicador. Conta que fazia esse trabalho porque era necessário. Porque havia sido escolhido para isso. “Depois que saiu o primeiro

número, eu tinha que dar sequência. Como eu era jovem, cheio de ideias e com tempo disponível, tudo transcorria bem”.

Havia a preocupação de que as matérias tivessem não só textos, mas também fotos. “Um jornal feito para as classes populares precisava ter imagens, por que as pessoas não têm o hábito de ler”, explica Antônio. A atenção ao uso de imagens faz com que a experiência do Ellery se assemelhe à do jornal Grita Povo, estudado por Gomes (1990). Como veremos, essa lógica continua a existir no processo de produção do site do bairro.

Com periodicidade bimestral, embora às vezes houvesse atraso, o Jornal era impresso em uma única cor, visando a redução dos custos. A tiragem de três mil exemplares era distribuída nos pontos de apoio - como eram chamados os estabelecimentos que veiculavam propaganda e com isso garantiam a sustentabilidade do periódico – e havia também um dia de mutirão de distribuição em conjuntos habitacionais, bares e outros pequenos comércios. Dessa atividade participavam membros da diretoria e moradores/as do bairro.

Já a participação na produção do Jornal não era tão intensa. Alguns membros da diretoria e moradores/as contribuía de forma esporádica e não sistemática informando acontecimentos do cotidiano do bairro e/ou fazendo denúncias e reclamações. Durante o tempo em que aconteceu essa experiência comunicativa, não foi possível formar uma equipe.

A produção textual é, na opinião de Antônio, um grande desafio. Para ele, escrever não é algo fácil, principalmente devido ao processo de organização das idéias. Relaciona, diretamente, o ato de escrever ao ato de ler, considerando que sem leitura não é possível uma boa escrita e que as duas ações precisam de uma prática constante. Essa dificuldade Antônio percebe, a partir dele mesmo.

Outra dificuldade era o domínio da técnica específica para uso do meio. “A gente não tinha computador naquela época, aí tudo precisava ser feito de forma artesanal; o que demandava grande esforço e tempo”. Fazendo e refazendo, errando e tentando novamente, Antônio conseguiu se apropriar do conhecimento básico que o permitia produzir o Jornal. Todavia, é possível perceber, uma vez mais, que as experiências de comunicação popular têm, na apropriação da técnica, um de seus maiores desafios. Antônio reclama que não havia computador, mas será que

após a existência deste os desafios na produção da comunicação popular comunitária são diminuídos?

Com o fim do “Garra Comunitária”, o Ellery passou a vivenciar a produção de comunicação fazendo uso da tecnologia radiofônica. Como vimos, o bairro viveu no final da década de 1980 um momento crucial no processo de ocupação de terras, como uma das estratégias de luta por moradia digna. Isso gerou um aumento das mobilizações e do número de assembléias que precisavam ser realizadas e divulgadas, com isso, “os líderes comunitários sentiram necessidade de um meio de comunicação” (OLIVEIRA, 2007, p. 115). Então, em 1991, a Associação Comunitária criou

um sistema de alto-falantes que passou a fazer parte da mobilização de suas assembléias e reivindicações na luta por melhorias no bairro. (...) aos poucos, o sistema de som passou a acompanhar as lideranças em duas manifestações, foi integrado e utilizado nos mutirões para tocar música e também em manifestações de confronto com a Prefeitura (OLIVEIRA, 2007, p. 113).

Como se pode perceber, o surgimento do sistema de alto-falantes no Ellery se deu por motivos bem parecidos com os que moveram o início da experiência do bairro Villa de El Salvador, no Peru, citado no primeiro capítulo. A necessidade de organização da comunidade, que se une na luta por direitos de cidadania, tem sido, ao longo do tempo, uma das molas propulsoras da comunicação popular comunitária, não só no Brasil, mas em toda a América Latina, cujos países enfrentam problemas sociais análogos.

Outra função do sistema de alto-falantes era o de chamar os/as moradores/as para atender ligações no telefone público instalado na sede da Associação. Fernando Barbosa se diverte quando se lembra deste tempo

Esse serviço de som servia pra chamar as pessoas pra assembléia da entidade, pras reuniões, pra movimentar o bairro. Às vezes quando falecia uma pessoa e tal, o serviço de som anunciava e quando o telefone tocava, aí o sistema de som avisava: ‘Dona Maria, telefone pra senhora aqui na Associação’ e tal. (Fernando Barbosa, entrevista 2011)

Para Carminha é como se tivesse sido ontem. “A gente vive hoje o tempo da saudade. Ah! Quando chamavam a gente na radiadora era tão bom! Diziam que a

pessoa tinha ligado e que ia ligar de novo tal hora. Aí a gente ia pra Associação e ficava lá esperando” (Carminha, entrevista 2011).

O telefone público continua lá e sendo utilizado mesmo em tempos de telefonia móvel e de maiores facilidades para aquisição de uma linha telefônica fixa. É útil também para as pessoas que querem saber informações a respeito de eventos, cursos, vagas na creche, entre outras atividades desenvolvidas na sede da entidade. Nyanne Lima, secretária da ACEM, ou Seu Cláudio, porteiro da creche, estão sempre a postos para atender.

O sistema de alto-falantes teve ainda outra função: entretenimento. Tudo começou quando Fernando Barbosa foi convidado por seu amigo Pedro Gomes, o “Pedim”, também morador do bairro, para conhecer o sistema de alto-falantes ou as “bocas” como muitos chamam. A proposta de “Pedim” era que Fernando fizesse um programa sobre futebol. Em vez de um programa, Fernando, Antônio Pessoa e Aguinaldo Aguiar tiveram a idéia de transmitir, ao vivo, os jogos de futebol dos times do bairro. Para isso, foi formada a equipe “Bola na Rede”. Fernando era o narrador oficial. Havia ainda dois repórteres de campo, um comentarista e um responsável pela técnica. Atual vice-presidente da ACEM, Fernando relembra com empolgação esse momento do qual foi um dos protagonistas:

A gente ia para os campos, levava os microfones, botava duas caixas de som, uma em cada poste, montava os andaimes que a gente conseguiu com uns amigos nossos pra fazer o palanque pra gente ficar em cima; pra fazer um tipo de estrutura pra poder ver os jogadores, por que se ficasse em baixo, não dava por que era muita gente, Era gente demais nos campos, cara, aqui! Para esse período, era uma inovação, cara! Você fazer tudo isso, cara! E os times ficavam envaidecidos de você dizer os nomes dos jogadores...aquele negócio todo... (Fernando Barbosa, entrevista 2011).

A experiência relatada por Fernando nos remete à discussão realizada no item 1.6 a respeito das experiências de construção da comunicação popular comunitária através de sistemas de alto-falantes e rádios comunitárias no Brasil e em outros países da América Latina. Uribe (1999), quando apresenta a experiência da Rádio do Povo de Vila Nossa Senhora Aparecida, ressalta que esta estabelece uma relação com dimensões da realidade na qual está inserida. É também o que vemos ocorrer no Ellery quando o sistema de alto-falantes se faz presente em mobilizações, confrontos e também no lazer, com a cobertura dos jogos de futebol.



Assim, a comunicação pode ser vista como comunitária por contribuir para o fortalecimento do sentimento de comunidade e, com isso, ela própria se fortalece. E com o site, essa relação com a realidade do lugar se estabelece? Logo abaixo, fotos da transmissão de jogos de futebol no Ellery.



Figura 19: Transmissão ao vivo de jogos de futebol (Foto: acervo da ACEM)

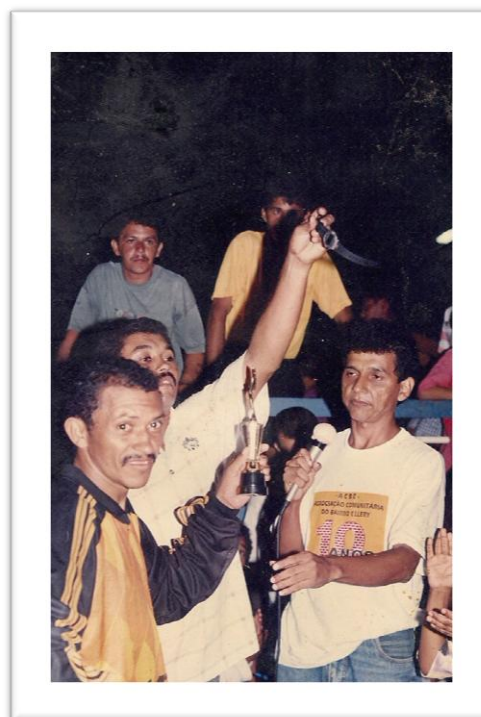


Figura 20: Premiação torneio futebol com cobertura da Rádio Mandacarú (Foto: acervo da ACEM)

Como ocorreu com outras experiências na América Latina, o sistema de alto-falantes do Ellery se transformou, em 1998, na Rádio Comunitária Mandacarú FM (OLIVEIRA, 2007). Aguinaldo Aguiar lembra que o nome da Rádio foi escolhido em uma animada reunião. “Cada um dizia um nome diferente, aí veio o Tonhão e disse: ‘RádioMandacarú’. Todo mundo aceitou na hora”.

A mudança do sistema de alto-falantes para a Rádio era, para Fernando Barbosa, uma necessidade. Segundo ele, “esse tipo de comunicação já tava ultrapassado. Era coisa de interior. A gente tinha que dar vãos mais altos. Tanta luta, tanto movimento, não cabia mais nas “bocas” da radiadora” (Fernando Barbosa, entrevista, 2011). A Associação Comunitária, que foi responsável pela estruturação

da rádio, passou a desenvolver, através da emissora, “uma aproximação mais sólida com uma proposta comunicativa que destacou um processo educativo mais amplo do que o realizado anteriormente” (OLIVEIRA, 2007, p. 161).

No início a Mandacarú funcionava apenas nos finais de semana, por não ter liminar. Esta foi conseguida no ano seguinte, 1999, e a partir daí, a Rádio passou a apresentar uma programação bastante plural. De acordo com Oliveira (2007), os programas abrangiam diversos estilos musicais como: reggae, hip-hop, jovem guarda, rock, música nordestina. Na realidade, “cada locutor geralmente apresentava um programa veiculando o ritmo que gosta de ouvir” (OLIVEIRA, 2007, p. 83). Além da programação musical, a Rádio contava também com uma programação cultural e educativa. Para Matos (2003, p. 3), a Mandacarú está “entre as rádios que mais poderiam se aproximar dos pressupostos de um ideal de comunicação comunitária”.

De acordo com o relato de Pedro Mendes, que participou da Mandacarú por 2 anos à frente dos programas “Mensagens de Sobriedade” e “Emoções com o Rei”, ter uma programação musical não era algo muito bem visto pela diretoria da Rádio.

Eles aceitavam, mas não viam com bons olhos. Eles achavam que uma rádio comunitária não era para ter esse tipo de coisa. Era mais pra ter programas, assim, temáticos. Era pra trazer a população pra dentro da rádio. Depois com a pressão do pessoal é que eles aceitaram (Pedro Mendes, entrevista, 2011).

Essa visão parece que se coaduna com a discussão realizada no primeiro capítulo, a partir de Peruzzo (1998), a respeito de uma das formas de perceber a comunicação popular comunitária que se restringe a vê-la como uma comunicação voltada para a conscientização e a emancipação popular. O entretenimento e o humor, de acordo com discussões de diversos autores (Peruzzo, 1998; Uribe, 1999; Uchôa, 1993; Gomes, 1990), citados, também no primeiro capítulo, eram conteúdos pouco presentes nas experiências de comunicação popular comunitária, quer fazendo uso do Rádio ou do Jornal. Como coloca Magnani (2003), em seu estudo sobre o lazer na periferia da cidade de São Paulo, o entretenimento e o lazer parecem não serem vistos como parte do universo de vida das classes populares ou

se o são, não são como a parte importante. E no site do bairro Ellery, o humor, o lúdico, a brincadeira, tem espaço?

Oliveira (2007) relata que a discussão de questões que eram de interesse da classe trabalhadora, tinha espaço no programa “No Batente”. Entretanto, devido à falta de tempo dos militantes, “a Mandacarú não conseguia manter a veiculação de programas mais voltados para a linha política e social que identifica o trabalho dos movimentos” (OLIVEIRA, 2007, p. 159). Fato que contrasta com a própria história de lutas sociais do bairro.

A colocação da autora nos leva a refletir que, em uma experiência de comunicação popular comunitária, os militantes precisam dar conta do fazer comunicativo em um âmbito mais direto, como a apresentação de programas, por exemplo; das questões burocráticas do veículo e ainda das demais ações e mobilizações que envolvem o dia a dia dos movimentos sociais populares. Esse é um sério entrave para a sequência das experiências de comunicação gestadas no âmbito dos movimentos. Por isso, a programação da Mandacarú, em grande parte, não era feita pelas lideranças do bairro.

Paiva (2003) é favorável que haja a participação de um profissional de comunicação no processo de produção dos veículos comunitários, o que minimizaria esse problema, entretanto, para Amaral Filho (2008, p. 80) “[...] quando as vozes dissonantes são gritadas do interior da comunidade, são mais eficazes do que os protestos feitos pelos bem intencionados “de fora”, ou mesmo por membros que, por várias razões, estão quase totalmente afastados do grupo”.

Voltamo-nos para o questionamento a respeito do papel do intelectual ou do profissional da área de comunicação no âmbito da comunicação construída pelos movimentos sociais populares. Na experiência do jornal Grita Povo, estudado por Gomes (1990), essa relação foi considerada como prejudicial aos objetivos da comunicação popular. Já em relação a movimentos como o dos Zapatistas e dos Trabalhadores Sem Terra (MST) esse apoio foi (e é) essencial. E com relação ao site do bairro Ellery? O que pensam seus produtores a respeito dessa questão?

Mas não era apenas a falta de tempo dos militantes que trazia dificuldades para o funcionamento da Mandacarú. Fernando Barbosa conta que para montar a Rádio, precisaram contar com a colaboração de muitos amigos que possuíam conhecimento técnico e cobravam valores módicos ou até nem cobravam. Um

montou o para-raio, outro montou os equipamentos e ainda houve quem construísse uma antena de transmissão artesanalmente. A mediação de profissionais que dominam as tecnologias sempre foi necessária nos processos de desenvolvimento da comunicação popular comunitária. Na foto abaixo, Pedro Gomes, o “Pedim” e Aguinaldo Aguiar, testando a qualidade do som da Rádio.



Figura 21: Aguinaldo Aguiar e Pedro Gomes testando recepção Rádio Mandacarú FM. (Foto: Acervo da ACEM)

O funcionamento técnico da rádio foi sendo aprendido no dia a dia, com muita dificuldade. Muitas vezes a Mandacarú teve que sair do ar porque o equipamento quebrava e não havia dinheiro para consertar. O custo da emissora era muito alto, girando em torno de R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00 por mês e os equipamentos ficavam obsoletos com rapidez. Com ar de decepção Fernando diz: “a gente não conseguiu nem colocar computador nela, cara!”.

Todos os participantes da Rádio com quem conversamos ressaltam o importante papel dos cursos de formação realizados pelo CEPOCA, não apenas com relação ao conhecimento técnico adquirido, mas também com relação ao entendimento das características próprias da comunicação popular comunitária e de uma leitura crítica da mídia de massa. Fica claro na fala desses atores sociais a

importância desta iniciativa ímpar de formação, no sentido mais amplo da palavra, de comunicadores populares gestada em Fortaleza.

Além dos problemas financeiros e de apropriação da tecnologia, outro elemento que trouxe dificuldades para a experiência dizia respeito às relações entre os participantes. “Onde tem muita gente, um pensa de um lado, outro pensa do outro...ai já viu” (Fernando Barbosa, entrevista 2011). Para Pedro Mendes, foram as desavenças internas desestruturaram a Rádio. “(A Rádio) era muito bom, mas você sabe, onde tem o ser humano, tem as desavenças, as picuinhas...coisa de ser humano mesmo. Tinha muito ego. Uns querendo ser melhor que os outros” (Pedro Mendes, entrevista 2011).

Em uma das “pós-reuniões” no bar do Odalir, Aguinaldo Aguiar, que participou ativamente da gestão da experiência, também relembra essa questão: “todo mundo fala da Mandacarú como uma maravilha, mas você não sabe o que era aquilo ali...todo dia tinha uma briga”. A dificuldade nas relações, comuns em qualquer construção coletiva, é constatada por Matos (2003). A autora afirma que

a existência da emissora é marcada por mudanças constantes na equipe, provocadas por diversos fatores que vão desde os desentendimentos pessoais ou políticos, ligados ao tipo de orientação a ser seguida pela emissora, até as dificuldades financeiras de seus membros e da impossibilidade de conciliar horários, entre outros aspectos (MATOS, 2003, p. 4).

Apesar disso, a Rádio sempre teve uma gestão coletiva. Havia uma executiva, um conselho de programação e comissões de programação. Reuniões eram realizadas semanalmente; o chamado “Caldeirão”. Nestas era discutida a programação e as pessoas podiam se candidatar para apresentar programas, desde que apresentassem uma espécie de projeto. (OLIVEIRA, 2007)

Através, principalmente, da pesquisa de Oliveira (2007) é possível perceber um estado de ebulição em termos de participação. A diversidade de programas da Rádio denota isso. Várias “tribos” encontravam na Mandacarú, um espaço que possibilitava a expressão, a articulação entre os seus participantes, a difusão de sua visão de mundo e até a conquista de novos membros.

Esse cenário me remete à “comunidade de interesses”, que Bauman (2003) considera ser um dos tipos de comunidade que surge na sociedade cosmopolita e que não requer uma lenta construção e nem tampouco um laborioso esforço para assegurar seu futuro. Os programas da Rádio eram o retrato de cada “tribo”. Reforçavam e propagavam, através da música principalmente, os interesses de cada uma delas. Embora formassem, na Rádio, um coletivo maior, cada grupo era movido pelos próprios interesses.

Muitos dos sujeitos pesquisados desta investigação científica participaram, de alguma forma, da experiência da Rádio Mandacarú FM. Antônio Soares participou ativamente da gestão da Rádio. Aguinaldo Aguiar, Fernando Barbosa e Francileuda Soares participaram tanto da gestão como da produção e apresentação de programas. Vilaci fez algumas participações em um programa voltado para o público feminino, mas diz não ter vencido o nervosismo de falar ao microfone. Medo do microfone foi também o que afastou Carminha, Tarcísia Nunes, Sílvia Rejane e Ioneide Melo. Preferiram ficar como assíduas ouvintes e muitas vezes iam assistir aos programas na sede da Rádio, que funcionava em uma das salas da ACEM.

Como se não bastassem as dificuldades de apropriação da técnica, financeiras e de relacionamento enfrentadas pelos produtores da Rádio, havia ainda a polêmica gerada no país à época, em torno da ilegalidade das emissoras comunitárias, pejorativamente chamadas de “rádiospirata”. A estas emissoras passou a ser imputada a responsabilidade de interferir na frequência de aviões e de inclusive poder causar a queda dos mesmos. Reclamava-se, ainda, da interferência na frequência das rádios comerciais. O grande perigosa realidade, talvez resida, no poder de construção cidadania que essas experiências comunicativas representam e que se torna ameaçador para o sistema.

Apesar de ter sido uma das mais significativas experiências de Rádio Comunitária de Fortaleza, a Mandacarú não ficou imune ao processo de perseguição que resultou em uma verdadeira caça e posterior fechamento das rádioscomunitárias em atuação. Em Fevereiro de 2003 foi fechada pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e alguns diretores da Associação Comunitária tiveram que responder a processo judicial.

Após o fechamento da Rádio, “ficou um silêncio medonho”, diz Aguinaldo Aguiar (FAROL, 2006, p. 20). O termo “medonho”, utilizado pelo comunicador

popular, pode ser lido como um grande silêncio que se abateu sobre um bairro, que já havia estabelecido fortes relações com a comunicação popular comunitária e/ou como o medo de se ver excluído da esfera midiática alternativa.

Contudo, o Ellery, que parece ter particular vocação para a prática comunicativa, não aceitou o silêncio imposto de forma arbitrária. Apesar de todas as intempéries, seguiu em busca de novas formas de expressão e de “antídotos frente ao monopólio da palavra por parte dos que usufruem, também, do poder político e econômico” (GRINBERG, 1987, p. 18). Encontrou, na Internet, a possibilidade de continuar a produzir conteúdos e suscitar discussões sobre temáticas que, na maioria das vezes, não tem espaço na mídia comercial.

Em Janeiro de 2006, o bairro Ellery começa a navegar no “oceano digital” ao criar um *website* ([www.bairroellery.com.br](http://www.bairroellery.com.br)) ou sítio, como seus produtores preferem chamar, em uma iniciativa de valorização da Língua Portuguesa. Como já vinha utilizando o termo “site”, assim darei sequência, mesmo ao me referir à mídia do Ellery. Deixo claro que o termo “sítio” aparecerá quando na fala dos/as entrevistados/as.

O ano de 2006 foi, também, o ano que marca o início de um verdadeiro *boom*, em Fortaleza, de uso da Internet pelos movimentos sociais populares, associações de bairros e grupos da sociedade civil, que não necessariamente estão ligados à luta por direitos básicos. Diversos *sites* de bairro são criados. Atualmente existem na cidade 11 sites. São eles: Conjunto Ceará, Álvaro Weyne, Vila Velha, Messejana, Monte Castelo, Genibaú, Henrique Jorge, Centro, Serviluz, Antônio Bezerra e bairro Ellery. Abaixo mapa com a localização dos sites de bairro<sup>73</sup>

---

<sup>73</sup> Dados aferidos até o mês de Junho de 2011

## Localização Sites de bairro - Fortaleza

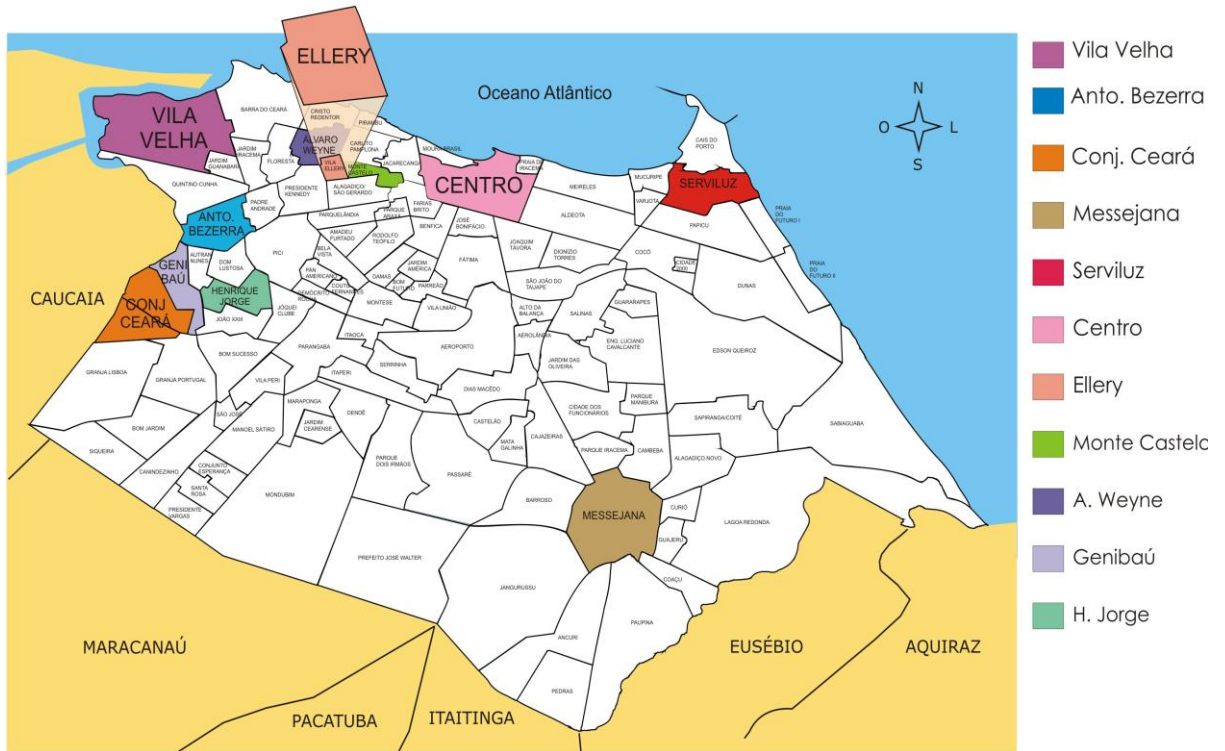


Figura 22: Mapa de localização dos sites de bairro de Fortaleza

O site colocou o bairro Ellery no mapa, no sentido de garantir visibilidade em diversos aspectos e de ser parte da luta pelo direito de ser visto e ouvido que, de acordo com Martín-Barbero (2006, p. 67), equivale ao direito de “existir/contar socialmente”, tanto no terreno individual quanto no coletivo.

Essa é uma das conquistas dessa experiência de comunicação popular comunitária que, entretanto, convive com grandes desafios. O capítulo que se segue dedica-se exatamente à análise do processo de construção dessa mídia e das características que ela foi assumindo ao longo do tempo. A partir desse recorte, é possível perceber os contornos que a comunicação popular comunitária apresenta quando usa a Internet como suporte. Procurarei manter sempre a relação entre o concreto e o virtual, pois é esse o viés que move a pesquisa e justifica a escolha por uma multimetodologia.



## **CAPÍTULO V**

### **O Ellery “Mergulha” no “Oceano Digital”**

*“Navegadores antigos tinham uma frase gloriosa:  
‘Navegar é preciso; viver não é preciso’”.*

*Fernando Pessoa*

“Mergulhar” no ciberespaço é ação que surge da vontade do bairro Ellery em persistir na labuta do fazer comunicativo popular. Vontade de dar continuidade a um longo processo, que começa com o jornal popular; passa pelo som da radiadora segue pelas ondas da Rádio Mandacarú FM e é arbitrariamente cerceado por políticas governamentais antidemocráticas que aviltam o direito humano à comunicação.

Este capítulo é dedicado ao resultado deste “mergulho” que o bairro faz no “oceano digital” com o surgimento do site do bairro Ellery. Procurarei analisar o processo de produção, os conteúdos, a relação que se estabelece com a mídia de massa e a participação (ou não) dos membros da diretoria da ACEM na construção dessa mídia. O intuito é compreender os desafios e conquistas desse processo, pois é a partir desse cenário que poderei perceber os contornos que a comunicação popular comunitária apresenta na Internet e o quão preciso (ou não) é o navegar dos movimentos sociais populares no “oceano digital”.

Assim, continuarão a permear esta análise, as discussões em torno dos conceitos de apropriação, participação, lugar e desterritorialização. As nuances da exclusão e inclusão digital, também são norteadoras desse debate. A teoria discutida nos capítulos anteriores surgirá, agora, como âncora para as reflexões que são fruto do trabalho de campo.

Farei uso da etnografia virtual como metodologia de análise. Assim como senti necessidade de olhar de perto para o lugar onde o site foi gestado, o mesmo se deu com relação à mídia em si. Meu intuito é perceber, de perto e de dentro,

também, o “campo por trás da tela”, como nomeou Kozinets (2002) o espaço de pesquisa empírica da etnografia virtual.

A primeira estratégia metodológica foi definir o site do bairro Ellery como página inicial de meu computador. Dessa forma, meu objeto de estudo parecia ganhar um grau de concretude, por estar todos os dias presente, de forma imediata, sem precisar nem do esforço de um *click*. A impressão era a de que não era preciso ir a ele (ao site), ele estava sempre lá, inserido no meu tempo.

Não digo que todos os dias me dedicasse à leitura das notícias e à navegação pelos muitos *links* que o site apresenta, mas a partir dessa estratégia podia, cotidianamente, acompanhar a página inicial e era nela que as modificações, fruto do processo de apropriação dos produtores, apareciam mais fortemente.

A percepção dessas modificações, às vezes mínimas e sutis, me levava a estabelecer conversas, virtuais ou presenciais, como os membros da diretoria da ACEM. Através disso, pude perceber detalhes relativos à dinâmica de produção, o que tinha levado à determinada modificação, detalhes que davam conta de uma participação mais efetiva, ou não, desses atores sociais na construção do site, entre outras informações. Essa prática dá a dimensão do imbricamento entre a etnografia “tradicional” e a etnografia que tem como campo o ciberespaço.

As duas etnografias se encontram, também, na análise da produção de notícias para o site. Essa produção é profundamente influenciada pelo contexto social do bairro e pelas dificuldades enfrentadas pelos atores sociais que estão mais próximos dessa experiência de comunicação popular. Sendo assim, é preciso percorrer um caminho que vai do concreto para o virtual e que volta para o concreto, pois a produção do site é influenciada e influencia o lugar.

Entendo que a etnografia virtual se adequa não só a pesquisas voltadas para a análise de interação em *chats* ou grupos de discussão virtuais, por exemplo. Em sua essência, a metodologia (quer no concreto, quer no virtual) prevê um mergulho profundo, e este pode se dar em qualquer produção que tenha as mídias digitais como suporte. Se nas ruas do Ellery cheguei a me perceber como o flâneur de Baudelaire, no mundo virtual uma figura análoga vem à tona: a do *ciber-flâneur* que, de acordo com Lemos (2001), passeia por um mar de dados. “Não mais apenas sobre espaços físicos, mas sobre as malhas virtuais do ciberespaço” (LEMOS, 2001,

p. 3). Assim, no percorrer das trilhas virtuais, um caminho de reflexões vai sendo construído.

Ir ao campo territorial, digamos assim é, em um primeiro momento, uma dolorosa saída da zona de conforto. Enfrentar rotina, cotidiano e pessoas desconhecidas e tantas vezes diferentes do que se está acostumado, não foi, como explicitiei anteriormente, tarefa fácil. No ambiente virtual, o medo é um só: que o site saia do ar e de um minuto para o outro, o trilhar do percurso tenha que ser interrompido. Por algumas vezes, durante a pesquisa, esse fato apavorante ocorreu. O motivo era a falta de pagamento do provedor ou procedimentos de manutenção. Felizmente, foram saídas temporárias.

A análise do virtual, não se dará, porém, sem idas e vindas ao concreto, pois como explicitamos anteriormente, não é possível pensar com amplitude a comunicação popular comunitária sem abraçar a imbricada relação que esta estabelece com seu lugar de surgimento e de produção.

## **5.1 As Primeiras Braçadas no “Oceano Digital”**

As facilidades trazidas pela Internet, como explicitiei no primeiro capítulo são muitas. Algumas como, barateamento dos custos, possibilidade de produção de conteúdos sem ter que passar pelos crivos editoriais da mídia comercial, alcance e rapidez na difusão da informação são, de suma importância, para a construção da comunicação popular comunitária, principalmente por movimentos sociais que possuem uma estrutura organizacional e financeira ainda frágil; como é o caso do bairro Ellery.

O Site do bairro Ellery surge aproveitando essas facilidades. Como coloca Clarice Araújo (entrevista, 2010), “é menos dispendioso, é menos oneroso e é mais rápido se comunicar pela Internet. Uma coisa que aconteceu aqui hoje, você já pode tá divulgando e se articulando com pessoas do mundo inteiro”.

De acordo com Aguinaldo Aguiar, não houve exatamente um planejamento para a criação dessa mídia. Desde que a Rádio Mandacarú fechou, havia o desejo de continuar a produzir comunicação.

Acho que era até assim uma tendência natural de partir da Rádio a gente criasse o site. Então foi uma tentativa de continuar uma experiência de comunicação popular do passado, da época das ocupações. Era mesmo pra não deixar morrer a história da comunicação alternativa vinculada às lutas aqui da região. (Aguinaldo Aguiar, entrevista 2011).

Fernando Barbosa é categórico: “nós não podíamos depois de estar em evidência e tal e tal... nós não podíamos ficar sem uma forma de comunicação. Necessitaríamos de algo pra continuar e foi onde nasceu a história do site do bairro Ellery” (Fernando Barbosa, entrevista 2011). Clarice Araújo (entrevista, 2010), entende que “existem diversos objetivos com esse site, mas eu acho que o principal é utilizar esse meio de comunicação em prol do desenvolvimento local de uma comunidade como a do bairro Ellery e para suprir uma demanda que a comunidade tinha depois que a Rádio Comunitária foi fechada”.

A exceção de Loneide Melo e Tarcísia Nunes, os demais entrevistados, dos quais apresentei um “retrato escrito” no terceiro capítulo, ou faziam parte da gestão da ACEM ou eram bastante próximos da entidade, no período de discussão e surgimento do site. Clarice Araújo, Antônio Soares, Beethoven Rodrigues e Fernando Barbosa foram os que participaram mais de perto das primeiras discussões. Clarice até lembra que o surgimento do site coincidiu com o início da sua militância no bairro e foi uma das ações às quais se dedicou com mais afinco. Comenta que, “assim como o site eu era uma pessoa iniciante nesse mundo de militância” (Clarice Araújo, entrevista 2010). Raul Campos e Tobias Sampaio, ambos moradores do bairro à época, também fizeram parte desse processo, embora não fossem membros da diretoria. Tobias até se tornou o primeiro colunista do site.

Migrar das ondas sonoras para o ambiente digital me pareceu bem mais uma necessidade, do que uma escolha dos militantes que fizeram parte da trajetória comunicacional do Ellery. Antônio Soares discorda, inclusive, que tenha havido uma transição. “Era o que tinha. Não tinha outro jeito e a gente queria dar sequência às coisas (à comunicação). Eu acho importante os avanços. Têm que aproveitar o máximo possível” (Antônio Soares, entrevista, 2011). Para Fernando Barbosa, a Internet é “uma ferramenta importante, que com o passar do tempo, se você quiser se antenar, você é obrigado a entrar nela, senão você vai ficar lá atrás. Você é obrigado a entrar nela e a gente entrou” (Fernando Barbosa, entrevista 2011). A fala

dos militantes traz a ideia de uma necessidade forçosa de uso da Internet, por não terem mais condição de continuar a atuar na Rádio Comunitária. Navegar era preciso. No entanto, parece haver, também, uma vontade de utilizar o que é considerado moderno; efeito de um certo fetiche da tecnologia.

A necessidade de aproveitar as facilidades do ciberespaço para continuar a fazer parte da esfera midiática popular esbarrava, entretanto, na falta do conhecimento imprescindível para usar os recursos próprios das tecnologias digitais. Não havia, por parte dos militantes, uma apropriação com relação à linguagem de programação ou à criação de um domínio, por exemplo; requisitos essenciais para a concepção de um *website*.

Não havia, na verdade, uma alfabetização digital. Era necessário deflagrar um processo de mediação, pois “em geral, as organizações populares não são auto-suficientes em termos de comunicação e necessitam de ajuda externa” (PERUZZO, 1998, p. 290). Essa mediação tinha sido necessária, também, nos momentos iniciais da Rádio Mandacarú, tanto com relação à parte técnica operacional, quanto com relação à elaboração de programação e conteúdos. Na Internet era ainda mais indispensável, pelo fato dessa mídia estar mais distante das classes populares do que estava o Rádio.

Orozco (2006, p. 88) define mediação como “processos estruturantes que provém de diversas fontes, incidindo nos processos de comunicação e formando as interações comunicativas dos atores sociais”. A primeira fonte de mediação que contribuiu para orientar as braçadas iniciais do bairro Ellery no oceano digital foi Daniel Almeida. O programador era morador do Ellery à época e uma amiga em comum o apresentou a Aguinaldo Aguiar. Daniel conta que se entusiasmou quando Aguinaldo compartilhou a ideia de criar um site popular. Confessa que nunca tinha pensado nessa possibilidade e considerou a atividade como pioneira. “Na época não existiam ossites de bairro. O que tinha era mais comercial. Uma versão digital daqueles jornaizinhos de bairro. O mais próximo de uma proposta mais popular era o do (bairro) Antonio Bezerra, que tava no começo, mas mesmo assim eu achava ainda muito comercial” (Daniel Almeida, entrevista, 2011).

Voluntariamente, Daniel passou a se dedicar ao desenvolvimento técnico do site, enquanto Aguinaldo Aguiar se voltou para o conteúdo. “Aguinaldo me deu um material muito extenso sobre o bairro, com histórico e fotografias. Eram muitas

informações e isso compôs a primeira versão do site; quando não havia ainda a produção de notícias” (Daniel Almeida, entrevista 2011).

Guardar e arquivar materiais e documentos referentes à história do bairro, da ACEM e das lutas sociais empreendidas na Região Oeste como um todo, é uma prática antiga de Aguinaldo Aguiar. O comunicador popular conta que não se importa de passar a madrugada inteira tentando encontrar, na Internet, fotos ou reportagens antigas do bairro. Certa feita, para compor uma apresentação em Power Point sobre o açude João Lopes, que seria apresentada na praça principal do bairro, chegou a comprar, com seus próprios recursos, fotos do arquivo do Jornal O Povo<sup>74</sup>.

As posturas políticas de Daniel Almeida e Aguinaldo Aguiar levaram à escolha do software livre como plataforma de produção do site do bairro Ellery. Saliento a questão da opção política por que a ideia do software livre nasce, exatamente, de um sentimento político contra o domínio do conhecimento e visa permitir maior liberdade e uma prática colaborativa no uso dos programas de computador disponibilizando, para isso, o código fonte do programa. A partir do compartilhamento do código fonte na Rede, programadores e voluntários, de uma forma geral, se unem para atualizá-lo, corrigi-lo e/ou melhorá-lo. Essa lógica faz Lemos (2006, p. 61) considerar o software livre é “um dos mais interessantes fenômenos da cibercultura”.

É preciso ter em mente, no entanto, que, de acordo com Amadeu (2009), o software pode condicionar formatos e tamanhos de conteúdos, definir padrões de interatividade, impedir ou facilitar a criatividade; isso em se tratando do software livre ou não. Ressalto essa questão no sentido já alertar para o fato de que muitas das impossibilidades e/ou dificuldades que o site do bairro Ellery apresenta, e que serão tratadas aqui, dizem respeito à limitações do software e não, tão somente, à atuação dos produtores. A estrutura descentralizada da Internet não deixa de apresentar delimitações e essas terminam por incidir diretamente nos contornos que a comunicação popular comunitária adquire na Rede.

Além da importância na luta pela democratização da comunicação, o uso do software livre permitiu, também, maior barateamento dos custos, até por que, não há o pagamento de *royalties*. De acordo com Daniel, um site custa, atualmente, algo em

---

<sup>74</sup> O jornal O Povo é um dos principais jornais do Estado.

torno de R\$ 300,00 por ano. Diante das dificuldades econômicas que assolam os movimentos sociais e as classes populares de uma forma geral, esse é um grande atrativo.

O programa escolhido foi o *Xoops*, bastante popular à época. A partir das orientações de Daniel, Aguinaldo iniciou o processo de apropriação desse sistema, aprendendo a postar textos e fotos, a criar senhas de acesso, entre outras coisas. Passou, também, a fazer parte de uma das comunidades virtuais que o software possui e chegou a traduzir o manual utilizando o tradutor do Google, o que pode ser considerado um enorme esforço para quem não tem vivência na área de desenvolvimento de software e de linguagem de programação.

A tradução realizada por Aguinaldo é muito mais do que a atividade de passar um texto de uma língua para outra, mas configura-se em um rico processo de apropriação que tem como base o profundo interesse pela comunicação popular, que o militante alimenta desde a década de 1980. Esse fato parece confirmar a colocação de Burke (2003) de que o conceito de apropriação dá grande ênfase ao agente humano e à sua criatividade.

A dedicação em desbravar os labirintos da tecnologia digital é um dos motivos que faz Aguinaldo ser chamado de “*nerd*” ou “cabeção” (mais pela inteligência do que pelo tamanho da cabeça) por muitos que fazem parte da Associação Comunitária e por amigos mais próximos.

Como todo início, o do site do Ellery também foi permeado por diversas dúvidas. Fernando conta que sempre explicitava o receio de que essa não fosse a melhor mídia para o bairro.

Cara, até eu teci assim uns comentários, por que eu achava que a rádio era mais acessível a todas as camadas. Uma vez num debate aqui disseram que todo menino tava nas *lan houses*, por que aqui tinha muita *lan house*, mas eu questionava assim: mas eles tão lá fazendo o que? Eu vejo muita gente na *lan house*, mas é jogando, é frescando uns com os outros, é entrando nos sites de putaria. Eu questionei isso. Num sei se eu tô certo, mas eu via isso. No rádio tinha vários gêneros. Se não gostassem do programa que eu fazia, gostava do de reagge e assim vai. Agora com o site, será que os jovens vão gostar? Vão querer ler sobre matérias assim das coisas da Associação? E ler, né? Que é um complicador... (Fernando Barbosa, entrevista, 2011).

As preocupações do antigo comunicador da Mandacarú FM me remeteo alerta feito por Thompson (1995, p. 223), de que “[...] um meio técnico não pode ser totalmente dissociado dos contextos sociais em que ele é empregado por indivíduos envolvidos na codificação e decodificação de formas simbólicas”. Além disso, a fala de Fernando já anuncia alguns desafios que o site do bairro Ellery enfrentará, como o distanciamento das classes populares da prática da leitura e a vinculação da Internet ao entretenimento, principalmente no imaginário do público mais jovem, o que pode se tornar preocupante, quando a proposta é discutir assuntos mais densos.

Daniel Almeida lembra que a inquietação com relação ao pouco conhecimento das tecnologias digitais não era apenas de Fernando. “Pela questão da exclusão digital as pessoas achavam que isso não iria dar certo” (Daniel Almeida, entrevista 2011). Mas, apesar das dúvidas que habitavam o pensamento de alguns dos membros da diretoria da ACEM, o site entrou no ar em Janeiro de 2006. O Ellery iniciava, oficialmente, o seu navegar no oceano digital. Se mais ou menos preciso, analisarei no decorrer deste capítulo.

A escolha do mês foi estratégica. Janeiro ou Fevereiro - dependendo do ano e considerando que o Carnaval é uma festa móvel - são meses de Pré-Carnaval em Fortaleza. A festa tem se tornado até mais animada do que o próprio Carnaval. Blocos criados em praticamente todos os bairros da cidade procuram trazer de volta, ao som de marchinhas, a alegria mais lúdica que tinham as festas de Momo.

Há 12 anos o “Sai na Marra” puxa centenas de pessoas pelas ruas do Ellery. O que os membros da diretoria da ACEM, juntamente com alguns diretores do bloco “Sai na Marra” pensaram foi que o site poderia ser a mídia de veiculação da cobertura fotográfica dos dias de Pré-Carnaval no bairro. Como conta Aguinaldo Aguiar (entrevista, 2010), “a gente achou que era legal nesse período porque poderia tornar o site popular. Nós botamos as fotos do bloco no site, aí popularizou muito, sabe. Foi bem interessante”.

Daniel Almeida se admira da popularidade repentina que o site conseguiu a partir dessa estratégia.



Pra mim foi até uma experiência interessante como técnico mesmo, de ver como o sítio do bairro cresceu muito rápido por conta da ajuda do carnaval. Então, assim, as pessoas que entravam para olhar as fotos do carnaval, acabavam olhando outras coisas, tipo matérias do outras coisas. Então, ele conseguiu rapidamente se firmar como uma mídia, na minha visão (Daniel Almeida, entrevista 2011).

É preciso afirmar, que o uso das fotos é uma estratégia consciente para aumentar os acessos. O intuito é que, além de ver as fotos o internauta possa, também, ler as matérias. Como explica Clarice Araújo (entrevista, 2010), “são essas coisas que a gente faz pras pessoas entrarem no site e perceberem outras coisas no site, as matérias e outras coisas da história do bairro, por exemplo”.

Os acessos foram tantos que por algumas vezes o site teve que sair do ar por imposição do provedor, que barra quando há acessos em grande proporção. Por conta da quantidade de acessos, o custo também subiu, chegando a ser de R\$ 130,00 por mês, tanto no mês da festa, quanto nos meses logo depois.

A estratégia de postar fotografias das festas de Pré-Carnaval e de outros eventos do bairro como a encenação da Paixão de Cristo e o passeio ciclístico do Dia do Trabalho, que ocorre sempre no dia 1º de Maio, continua. Há um *link* no site que, primeiramente, foi nomeado como “álbum de fotos” e posteriormente recebeu o nome de “fotos”.

Se as fotos não estão disponíveis logo após algum evento, os diretores/as da ACEM são cobrados: “cadê as fotos? Procurei e não tinha saído ainda”. Depois de visualizadas, continuam a fazer parte das conversas cotidianas por dias. Não é difícil durante encontros casuais alguém dizer: “vi tua foto no Sai na Marra” ou “ô comédia Sábado! Tu viu as fotos?”. Essa prática é incentivada pelos produtores do site que durante os eventos avisam ao microfone: “não deixe de ver a cobertura completa desse evento no site do bairro Ellery” ou “as fotos estarão disponíveis no site do bairro”, informando também o endereço para acesso.

De acordo com as estatísticas do site, ver as fotos ainda continua sendo o principal motivo dos acessos das pessoas do bairro. São pessoas “comuns” que passaram a ter a oportunidade de ver a si e às pessoas do seu círculo de relações em uma mídia, e de forma positiva. Ao contrário da mídia comercial, que apresenta os moradores de periferias e bairros populares, prioritariamente, em situações de

violência e/ou de dificuldades em viver uma vida digna, o site do bairro Ellery mostra a festa, a alegria, a comemoração.

Ferreira e Oliveira (2007) entendem que essa visibilidade positiva contribui para a construção da auto imagem tanto dos/as moradores/as individualmente como do bairro como um todo. As autoras acreditam que “a fotografia é um recurso fundamental na construção do site e na expressãodessa auto-imagem” e que “a mídia comunitária sempre exerceu esse papel impulsionador de uma imagem elevada das comunidades”. (FERREIRA; OLIVEIRA, 2007, p. 9-10).

Fator que considero importante ressaltar é que o site do Ellery não tem fins lucrativos e/ou comerciais. Não há *banners* com publicidade, nem mesmo de comércios do bairro. O site foi mantido durante dois anos com verba de projeto da Prefeitura de Fortaleza destinado ao apoio de iniciativas de comunicação popular. Após a opção de deixar de participar do projeto os custos passaram a ser cobertos por recursos advindos de outros projetos da ACEM.

Em conversa informal, Aguinaldo Aguiar colocou que “quando entra dinheiro na história é sempre complicado, principalmente em uma realidade de falta dele. Se dá pra gente fazer sem isso, vamos fazendo”. Além de não querer que o site tenha “uma cara comercial”, a preocupação de Aguinaldo é também com relação à gestão dos recursos em um contexto de muitas demandas, como é o da Associação Comunitária.

Logo abaixo, imagens do primeiro *layout* do site do Ellery, que tinha como tema os 50 anos do bairro, e o *layout* atual. Considero importante ressaltar que o Xoops já apresenta modelos de *layout*. Estes, apenas são escolhidos por quem o utiliza. Eis uma das formatações que o software impõe. Desenvolver um layout específico demandaria o trabalho de um programador e, obviamente, maior investimento.



Figura 23: primeiro layout site



Figura 24: layout atual site

O fato do site ter entrado no ar não quer dizer que os atores sociais que dele participam tenham se apropriado, suficientemente, das possibilidades de uso da Internet para produção de conteúdos. Conforme visto anteriormente, a apropriação não se dá de forma rápida. Não se anda a metro, como disse Demo (1986) em citação utilizada no segundo capítulo, mas centímetro por centímetro, principalmente quando do cenário fazem parte atores sociais com pouco contato anterior com essa tecnologia. A mediação do processo de apropriação iniciado por Daniel Almeida precisou ter continuidade.

Aguinaldo Aguiar conta que o próprio Daniel escreveu, no ano de 2007, um projeto para concorrer ao Edital das Artes da Prefeitura de Fortaleza<sup>75</sup>. O objetivo era montar uma sala de informática na Associação e realizar um curso de criação de sites, com o intuito de incentivar comunicadores populares e militantes dos bairros da cidade a também criarem sites de bairro.

Contemplado com o valor de R\$ 10.000,00, o projeto teve início em 2008. Mesmo com dificuldades de estrutura física, como o tamanho da sala para abrigar todos os computadores, o curso aconteceu. Foi dividido em duas partes: uma mais técnica, mediada por Daniel, voltada para a criação de domínio e à alimentação de sites e outra voltada para a discussão da comunicação popular. Esta foi mediada por profissionais, professores e estudantes universitários da área de comunicação.

Apesar do bom número de participantes a capacitação não chegou a ser um sucesso. Daniel explica que “as pessoas tinham um conhecimento muito básico e ficaram um pouco tristes porque não conseguiam acompanhar” (Daniel Almeida, entrevista 2011). A questão é que, como coloca Castells (2003, p. 104), “[...] usuários noviços da Internet tendem a experimentar altos níveis de frustração com um meio que não dominam realmente e que exige um esforço de sua parte para romper com seus hábitos”. Esse fato denota, também, uma realidade de exclusão ou de inclusão precária das classes populares, que leva a um estranhamento e a certa resistência no uso das TIC’s. Este é um indício de que as tecnologias digitais ainda estão pouco acomodadas ao cotidiano desse setor da população.

---

<sup>75</sup> O Edital das Artes é uma iniciativa da Prefeitura de Fortaleza no sentido de apoiar e fomentar experiências nas áreas de comunicação e artes no município, através da premiação, em dinheiro, de projetos.

Ao final da capacitação, que teve duração de dois meses, os computadores ficaram como patrimônio da Associação. A ideia era transformar o espaço em uma *lan house* popular, mas não prosperou. Com o desgaste trazido pelo tempo, pelo mau acondicionamento e pela falta de uso, os computadores passaram a apresentar problemas e viraram sucata. Parece que a falta de planejamento aliada a uma certa desorganização contribui ainda mais para a realidade de exclusão e de dificuldades de apropriação das tecnologias por parte dos movimentos sociais populares.

Em 2009, Daniel Almeida se afastou do site e passou a contribuir apenas de forma pontual. Porém, outros processos mediadores vieram a ocorrer com o objetivo de trabalhar temáticas necessárias para a produção do site. Em Novembro de 2009, estudantes de jornalismo que fazem parte do Programa de Assessoria Técnica e Sócio-cultural às Rádios Comunitárias do Ceará (PARC)<sup>76</sup> realizaram no bairro Ellery, cinco oficinas que incluíam, entre outros temas, produção de texto para Internet, noções de fotografia digital e foto reportagem. Mais recentemente, em Dezembro de 2011, alunos da disciplina de Jornalismo do Terceiro Setor, do curso de Jornalismo da UFC, realizaram oficina de produção de texto para a Internet. Todas essas iniciativas tinham o objetivo de contribuir para o processo de apropriação do conhecimento necessário para produção de conteúdos na Rede.

Ao longo da discussão será possível perceber que os desafios no processo de apropriação, que tem relação direta com uma realidade, ainda, de inclusão digital precária dos movimentos sociais populares com menor estrutura organizacional e financeira e conseqüentemente dos atores sociais que deles participam, estão sempre presentes, até porque, as tecnologias digitais apresentam extrema dinamicidade; os avanços são constantes. Sendo assim, a exclusão também é dinâmica e não tem sofrido *upgrades* na mesma velocidade que a dos softwares e hardwares.

Esse foi o começo do percurso de navegação do Ellery no Oceano Digital. Procurarei traçar uma carta náutica da continuidade desse processo. Sigo, então, como a discussão do conteúdo presente no site, assunto que já foi aventado quando

---

<sup>76</sup> O PARC é um projeto de extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC), criado no ano de 1987 e coordenado pela Profa. Dra. Márcia Vidal Nunes. Tem como objetivo desenvolver atividades de comunicação popular, comunitária e alternativa e dar suporte a grupos e movimentos sociais.

apresentei a estratégia de uso das fotos para incitar o acesso e também como elemento de valorização das pessoas do lugar.

## 5.2 Observando a *Home Page*

Um bairro com longa história na comunicação popular comunitária e que não aceitou conviver com o silêncio ou com os poucos espaços, vez em quando conseguidos na mídia comercial, é porque tem mesmo muito a dizer. Começo, então olhando para a *home page* do site, que fala muito.

O site apresenta 13 *links* em sua página inicial. Estes se subdividem, sendo que alguns dão acesso a outras páginas, permitindo, assim, que o internauta possa, através do site, navegar no ciberespaço. Essa estrutura mostra uma adequação à característica da Internet de permitir ligações múltiplas e de possibilitar o estabelecimento de uma teia de conexões a partir de alguns *clicks*.

São esses os *links* que aparecem na página inicial do site do Ellery. Apresento-os com suas ramificações:

- Início
- O Sítio
- O Bairro
  - História
    - Linha do Tempo
    - Cartilha
    - Artigos
  - Organizações
  - Escolas
  - Pesquisas
  - Localização
  - Mapas e Ruas
- Notícias
  - Bairro
  - Cidade
  - Ceará

- Brasil
- Especiais
  - Açude João Lopes
  - Pólo de Lazer
  - Parque Raquel de Queiroz
  - Festival Lauro Maia
- Colunistas
- Fotos
- Vídeos
- Downloads
- Sites de Bairros
- Sugerimos
- Deixe seu Recado
- Contato

Sigo apresentando os conteúdos de cada um desses links. Em “Início”, é apresentada a página inicial do site. Ela é composta de chamadas para 10 notícias, na grande maioria sobre o bairro; das fotos mais recentes relativas a eventos, mobilizações ou lutas sociais do bairro e da Região Oeste; dos últimos vídeos, que foram fruto de reportagens realizadas pela mídia comercial sobre algum aspecto do bairro; artigos dos colunistas do site; *banners* de campanhas sociais como a do combate à Dengue, por exemplo; logomarcas de alguns sites de bairro de Fortaleza e banner do Festival Lauro Maia<sup>77</sup>.

O *link* “Sítio” apresenta o site, seu objetivo e rápidas informações sobre o surgimento dessa mídia. O *link* “O Bairro”, apresenta várias ramificações. Em “história”, como o próprio nome já deixa antever, são apresentados, através de textos e pesquisas, vários aspectos históricos do Ellery. Esse link é subdividido em: “linha do tempo”, “cartilha” e “artigos”. Em “linha do tempo” está a pesquisa realizada por Raul Campos juntamente com alunos de escolas públicas do bairro, citada no capítulo quatro. Em “cartilha” é possível fazer *download* da cartilha escrita por

---

<sup>77</sup> O Festival Lauro Maia foi um festival de música realizado pela ACEM

Tobias Sampaio e também citada no capítulo quatro. Em “artigos” é apresentado um texto escrito por um ex- morador do bairro.

Em “organizações” estão informações sobre as diversas organizações sociais que atuam no Ellery, como o CSA, o Bloco Sai na Marra e o Conselho Local de Saúde. De algumas organizações há apenas o nome. Aguinaldo diz que ainda está pesquisando e organizando as informações que possui sobre essas instituições. “Escolas” apresenta informações sobre escolas públicas e particulares do bairro. Em “pesquisas” é possível fazer download de diversos artigos acadêmicos, teses e dissertações que tiveram o bairro Ellery como lócus de pesquisa. “Localização” e “Mapas e Ruas” traz, textualmente, informações sobre a localização do bairro em relação à cidade e a história dos nomes de suas ruas.

O *link* “notícias” apresenta, como o próprio nome já diz, notícias que dizem respeito diretamente ao cotidiano do bairro e outras mais gerais, que dão conta de aspectos da realidade municipal, estadual e nacional. Vale salientar que o foco principal dessas notícias, em qualquer dos âmbitos, são as questões sociais ou informações relativas a direitos de cidadania (incluindo o direito à comunicação) e programas de governo (municipal, estadual ou federal), como o “Bolsa Família” ou o “Minha Casa, Minha Vida”. O site segue, assim, uma característica dos veículos populares, em que, mesmo notícias de âmbito global devem ser veiculadas dentro de uma lógica de interesse da comunidade. Estabelece-se, assim, uma relação entre o local e o global.

Vale frisar que, no layout da página inicial, as notícias em destaque não aparecem em sua totalidade, mas, em média, apenas quatro linhas, o que corresponderia ao *lead*. Caso se interesse pela matéria, o internauta pode clicar na opção “leia mais”, tendo, assim, acesso ao texto completo. Essa forma de apresentação é mais um exemplo de adequação do site às características da Internet que vai, também, moldando e dando os contornos da comunicação popular comunitária na Rede.

Voltando a navegar pela página inicial, o *link* “especiais” traz notícias referentes às lutas do bairro e da Região Oeste que tomaram grande proporção e conseguiram romper as fronteiras locais passando a fomentar discussões na cidade.



A exceção é o espaço dedicado a informações sobre o Festival Lauro Maia<sup>78</sup>, embora esse possa ser considerado uma ação de luta pelo direito à cultura e ao lazer, também negado às classes populares. Nesse *link* é também possível baixar as músicas que compõem o CD do festival.

Embora haja uma área, na *home page* do site, dedicada aos colunistas, há também um *link* que direciona o internauta para os artigos escritos por estes. Para ter acesso, basta clicar na foto. Falando em foto, o link “fotos” é composto por 14 álbuns que dão conta de eventos e mobilizações sociais acontecidas no bairro. No total são 3.371 fotos. Os álbuns do Bloco Sai na Marra e do Açude João Lopes são os que tem maior número de fotografias. O primeiro conta com 1.520 fotografias e o segundo com 546. O fato se explica pelo tempo de existência do bloco – 12 anos – e pelo tempo de luta pela retirada das famílias da área de risco do açude; mais de 30 anos.

O link “vídeos” apresenta todos os vídeos que foram fruto de reportagens realizadas pela mídia comercial sobre o bairro. Devido à dificuldade de acesso a equipamentos de produção audiovisual, não há vídeos produzidos no próprio bairro. Aguinaldo conta que até grava alguns vídeos com a câmera Sony Cybershot - comprada quando o site ainda recebia fomento financeiro da Prefeitura de Fortaleza - mas que a qualidade é muito ruim para colocar no site. Pode-se perceber que a tecnologia do audiovisual continua distante dos movimentos sociais e das classes populares, devido aos custos ainda altos e ao desconhecimento de técnicas como a edição.

O link “downloads” repete o conteúdo do link “pesquisas”. Em “sites de bairros” estão os endereços para acesso dos sites de bairro existentes em Fortaleza, bastando para isso, clicar no nome do site. Vejo esta iniciativa como uma tentativa de estabelecer uma rede, pelo menos de forma virtual, entre os sites de bairro da cidade. Digo virtual por que não há uma dinâmica de comunicação, nem presencial e nem virtual, entre os produtores dessas mídias populares.

O link “sugerimos” apresenta sugestões de acesso a blogs e sites de conteúdo alternativo como as revistas Caros Amigos e Carta Capital e o jornal Brasil

---

<sup>78</sup> O Festival Lauro Maia foi um festival de marchinhas carnavalescas promovido pela ACEM no ano de 2008. O concurso era aberto para compositores do município de Fortaleza. Os militantes tentam organizar a segunda edição, mas há dificuldade com relação a recursos financeiros.

de Fato. É possível perceber uma tentativa de apresentar ao internauta mídias que fazem uma leitura da sociedade de forma diferente, principalmente, do padrão global de notícias.

“Deixe seu recado” funciona como uma espécie de livro de visitas do site, onde o internauta pode fazer comentários, elogios, reclamações, sugerir matérias, enfim, interagir com o site. O *link* “contato” apresenta o formato padrão utilizado comumente nos sites. Há um formulário onde o internauta deve preencher o nome, o e-mail, o assunto e escrever a mensagem. Funciona como mais uma forma de interação, mostrando que o site do bairro está atento a garantir os espaços de diálogo.

Uma ferramenta que auxilia e facilita bastante a navegação no site e que está presente na página inicial é a ferramenta de busca por palavra-chave. Através dela, o internauta pode ir direto ao assunto de seu interesse. Após solicitar a busca, aparecem todas as notícias que contém a palavra-chave escolhida. Mais uma adequação do site à dinâmica própria da Internet e ao uso das ferramentas de navegação.

Navegando pela *home page* é possível perceber que o hipertexto, que de acordo com Martín-Barbero e Rey (1999, p. 63) é “uma montagem de conexões em rede que, ao permitir/exigir uma multiplicidade de trajetos, transforma a leitura em escrita”, não estava presente nos primeiros anos do site. A entrada desse elemento característico do texto digital ocorreu após Aguinaldo Aguiar adquirir mais conhecimento da dinâmica do Xoops.

Outra característica do site, que aparece nos *links* da página inicial, é a atenção à sistematização das informações referentes à história do bairro. Esse fator é de grande importância, pois “a memória é condição iniludível do processo e da luta por condições livres e democráticas” (GOMES *et al*, 1989, p. 246) e “os processos de mobilização que não são registrados não podem ser divulgados, nem servir de exemplos, positivos ou negativos”. (TORO; WERNECK, 2007, p. 88).

Os movimentos sempre tiveram dificuldade em produzir memória, quer por uma prevalência da cultura oral, por falta de tempo, de percepção da importância dessa prática ou de capacidade, técnica ou cognitiva. A trajetória comunicativa, do próprio bairro, é permeada por exemplos de descaso e de falta de atenção ao ato de registrar. Não existe mais uma única edição do jornal Garra Comunitária, primeira

mídia popular do bairro. As fitas dos programas da Rádio Mandacarú foram, na grande maioria, extraviadas ou se estragaram. Mesmo as fotos antigas da Associação e do bairro, que ainda existem, estão guardadas sem o devido cuidado.

Vale lembrar que a capacidade de registro e de sistematização tem, também, relação com os suportes utilizados. De acordo com Thompson (1995, p.221), “[...] os meios técnicos podem ser vistos como diferentes tipos de mecanismos de estocagem de informação. Isto é, eles possuem capacidades diferentes para estocar a informação (...) e permitir que essa informação ou conteúdo significativo possa ser preservado para uso subsequente”. A Internet torna bem mais facilmente exequível o processo de armazenagem das informações. Assim, o site garante o registro da história e presta um serviço não só ao bairro e a seus/as moradores/as, mas à cidade como um todo, pois preserva aspectos da trajetória de luta, conquistas e desafios das classes populares.

O processo de sistematização que a NET permite é, ainda, um grande facilitador na elaboração de pesquisas científicas e/ou escolares, visto que os dados resistem mais facilmente ao tempo e podem ser acessados de forma prática e rápida e em qualquer lugar que se esteja.

Percebo que também está presente nos conteúdos dos links do site do Ellery, uma atitude voltada para a democratização da comunicação, não no que diz respeito à luta pelo marco regulatório das comunicações - assunto mais recorrente quando essa temática vem à tona – mas no sentido de abrir um leque de possibilidades para que o internauta possa ter acesso a fontes diferenciadas de informação. Só o fato de o site sugerir links de mídias consideradas alternativas já é, a meu ver, um serviço prestado à batalha pelo direito à comunicação e à expressão.

Outro fator, que entendo como um ato em prol da democratização da comunicação é a disponibilização, para *download*, de artigos e trabalhos acadêmicos que, na grande maioria das vezes, ficam trancados em bibliotecas, com acesso restrito àqueles que transitam no meio acadêmico. Dar ciência da existência desses trabalhos, já é de grande importância e demonstra, também, a relação que a comunicação popular comunitária estabelece com o saber acadêmico.

O site consegue dar espaço ao saber popular e ao saber científico, não estabelecendo, em nenhum momento, o tão comum juízo de valor que considera menor o conhecimento que não sai das escolas e universidades. Por outro lado, já

que a lógica preponderante é essa, o site passa, também, a usar isso em seu benefício, pois as pesquisas de cunho acadêmico valorizam e dão credibilidade à mídia e ao próprio bairro.

Pensando de uma forma ampla, a existência do site já é uma conquista em termos de direito à comunicação. É o fato de essa mídia popular existir que permite uma profusão de conteúdos impensáveis de fazer parte de um veículo comercial.

Através do olhar para os links é razoável afirmar que há uma intenção clara em incentivar a participação do internauta. Isso se dá não só através dos *links* “contato” ou “deixe um recado”, mas de outras estratégias como, por exemplo: a publicação de artigos de moradores contando a sua relação com o bairro e a mensagem, no link “linha do tempo”, sugerindo que as pessoas contribuam com suas experiências para que a história do Ellery seja contada. Dessa forma, o site permite uma interatividade que vai além de um simples *click* em respostas pré-escolhidas; o que é mais comum na NET.

A interatividade é, no entanto, percebida como um desafio. Aguinaldo explica que, devido à versão do software que é utilizada, não é possível inserir, por exemplo, a opção de acesso às mídias sociais (twitter e facebook) através do site.

A comunidade do Xoops tá se tornando cada vez menor, porque os programadores estão passando a usar um software mais moderno, o Joomla. Eu não sei mexer nesse negócio de programação, aí dependo dos caras e ainda tem que ter alguém para me ensinar como aplicar as modificações; os upgrades do programa (Aguinaldo Aguiar, entrevista 2011).

Eis mais uma evidência de limitações que são estabelecidas por questões inerentes à tecnologia e que se unem, como no caso do site do bairro Ellery, a fragilidades no processo de apropriação dos conhecimentos necessários para um navegar preciso no oceano digital.

Com relação ao *layout* do site, este foi mudando e se aperfeiçoando aos poucos, muito em consonância, vale ressaltar, com os ganhos no processo de apropriação de Aguinaldo Aguiar. A lógica permaneceu a mesma, mas os *links* foram sendo organizados de forma que facilitassem o acesso, as notícias agrupadas de acordo com as referências que faziam ao local ou a um contexto mais global, as fotos recentes ganharam mais visibilidade na página inicial e alguns detalhes foram

sendo incorporados, como, por exemplo, a mudança de cor da página inicial em determinados momentos. No mês de Outubro, por exemplo, estava na cor rosa, para lembrar a comemoração ao “Outubro Rosa”, o que mostra o dinamismo do site.

Sigo agora analisando o que o site diz, mas também o que não diz. Essa análise só se faz possível devido ao uso da pesquisa etnográfica “tradicional”, que aqui se imbrica com a etnografia virtual. Assim, olhando para o lugar e para o ciberespaço é que pretendo continuar a formar, através de palavras, a imagem do site do bairro Ellery.

### **5.3 O Dito, o Não Dito e Como é Dito.**

Um dos poucos sites de bairro de Fortaleza, que se dedica à produção de notícias, é o do bairro Ellery. Essa realidade me remete à discussão teórica de Peruzzo (2007), trazida no primeiro capítulo, na qual a autora fala sobre os canais de TV comunitários que eram mais provedores do que produtores, ou seja, mais reproduziam do que produziam conteúdos.

Na grande maioria das vezes, a produção de conteúdos esbarra em desafios e dificuldades que estão para além do conhecimento técnico do suporte; são decorrentes de questões estruturais. O suporte não é mais a TV. Os movimentos adentraram no ciberespaço, mas os desafios continuam. Ainda assim, o Ellery, seguindo na sua trajetória de comunicação popular, busca estratégias para continuar a produzir conteúdo e é, à análise dessa produção que me dedico nesse item.

O trabalho de produção fica a cargo de Aguinaldo Aguiar, mas isso não quer dizer que não haja a participação de outros membros da diretoria da ACEM nesse processo. Como essa dinâmica traz algumas sutilezas, que considero merecerem ser explicitadas com cuidado, voltarei a essa questão no item que aborda a participação na construção do site do Ellery.

As matérias produzidas estão agrupadas no *link* “Nosso Bairro”. Há também, nesse *link*, a reprodução de notícias que foram veiculadas nos jornais locais sobre o bairro, porém, trata-se de uma minoria. Optei por direcionar a análise exatamente para as notícias que são produzidas pelos atores sociais que protagonizam essa experiência comunicativa, por acreditar que esse recorte é o que melhor possibilita a compreensão da comunicação popular na Rede.

O foco é voltado, prioritariamente, para assuntos locais e reivindicações sociais. A histórica luta pela remoção das famílias e revitalização da área do açude João Lopes, última área de risco do bairro, ganhou inclusive um *link* próprio. O mesmo ocorreu com a reivindicação pela revitalização do Pólo de Lazer da Sargento Hermínio; que estudei em meu trabalho de monografia. Questões mais cotidianas, como o desejo dos moradores de mudar os limites do bairro; as precárias condições do final da linha do ônibus; buracos que trazem perigo para carros e pedestres e a colocação de um relógio na torre da Igreja Nossa Senhora de Lourdes, também são destaque e levam o cotidiano, digamos, mais miúdo do bairro, para o ciberespaço.

O entretenimento e as manifestações culturais também têm espaço. Exemplos disso são as matérias: “São João: arraiá do bairro Ellery conquista hexa”, que fala do primeiro lugar conquistado pela Quadrilha Infantil do Bairro Ellery no “Festival da Cumade Maria” e “Humaitá Futebol Clube: festa dos 70 anos será neste Domingo”, que convida os moradores/as do bairro a participar da comemoração de 70 anos de fundação de um dos times mais tradicionais do futebol suburbano.

O destaque não é apenas para questões ou acontecimentos coletivos, como é mais comum no âmbito dos movimentos sociais populares, mas também para ações individuais de moradores/as do bairro. Um dos exemplos é a matéria sobre o estudante Lucas Lopes, que aos 14 anos foi representar o Estado na II Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente realizada em Brasília, no ano de 2006. A preparação do atleta Lauro Gondim, de 65 anos, para participar da corrida de São Silvestre, também ganhou evidência, assim como a festa de aniversário de Dona Maria Jesus Florêncio, a Dona Patinha, que completou 96 anos em Abril de 2010. Dar destaque a conquistas individuais de moradores/as do bairro é uma forma de, também valorizar o bairro. De dizer que ali moram pessoas de valor.

O que pode parecer trivial é, na verdade, bastante importante, pois como afirma Cabral (2004), tornar notícia, pequenos feitos é dar importância a ação cotidiana dos indivíduos, ainda mais em tempos nos quais “as coisas não valem pelo que elas são. Elas só valem se forem comunicadas, divulgadas pelo sistema de comunicação, se mediadas por esse processo” (MARCONDES FILHO, 1994, p. 64). O site cumpre, assim, a função de mostrar e valorizar o bairro em sua simplicidade cotidiana e de, a cada matéria, ir construindo a história recente desse espaço social.

A fala dos/as moradores/as é sempre contemplada nas matérias, afinal, são eles/as os protagonistas. Aguinaldo Aguiar diz que tem sempre essa atenção, mas considera que sua prática é diferente da dos jornalistas.

O jornalista quando vai perguntar alguma coisa pra alguém, ele na verdade não quer saber o que a pessoa pensa por que ele já tem a resposta pronta. A pessoa só pode dizer sim ou não ou então repetir o que ele perguntou. Eles já estão com a matéria pronta, aí vão atrás das pessoas só pra dizer que ouviram o povo, pra dar credibilidade à matéria... só pra colocar as aspas (Aguinaldo Aguiar, entrevista 2011).

A diferença explicitada por Aguinaldo é, exatamente, uma das diferenças que existe entre o comunicador popular e o profissional da mídia de massa. Conforme discutido no primeiro capítulo, o comunicador popular está enraizado, no sentido de fazer parte do contexto no qual a notícia está sendo produzida; não é um estranho. Como afirma Clarice Araújo (entrevista, 2010) “o site abraça lutas, abraça bandeiras. Quando aparece no site não é só uma matéria, é fruto de uma luta para o desenvolvimento local que a gente abraça e que demandou muita dedicação muito trabalho”.

O/a morador/a entrevistado/a por Aguinaldo, na grande maioria das vezes, é seu velho conhecido. Acompanhei algumas vezes esses momentos e pude perceber que a conversa flui sem maiores interrupções e passa por questões que não são o foco da matéria, mas que fazem parte da vida daquela pessoa ou da relação que ela tem com o bairro. Mesmo quando se trata de alguém não conhecido, a postura do comunicador é a mesma. A importância dada aos sujeitos começa no processo de produção da matéria.

Para produzir comunicação dessa forma é preciso tempo. Entro, então, em uma outra discussão: a diferença entre o tempo midiático e o tempo próprio da comunicação popular comunitária. O tempo da comunicação produzida no âmbito dos movimentos sociais populares é o “tempo político” (RAMONET, 1999). Lento, porque é preciso tempo para a reflexão, contextualização, discussão. Ao contrário, a imediatez é o que move a mídia de massa. Uma instantaneidade que “transforma a informação em novidade, a esvazia de historicidade” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 94).

Na Internet, a corrida contra o tempo se exacerba. Os textos das páginas eletrônicas precisam ser trocados apressadamente, afinal a notícia no mundo virtual é em tempo real. Apesar de estar em um suporte digital, o site do bairro Ellery não segue essa lógica. Há uma preocupação com a atualização da página, mas não uma corrida desenfreada pela novidade, o que se coaduna com a afirmação de Peruzzo (2004) de que a periodicidade é importante para manter a atenção do público, mas a questão é não partir desse compromisso. “Se a periodicidade e outros elementos mercadológicos se destacam (...) então, não estamos promovendo a comunicação comunitária, mas copiando o fazer comunicação massiva num espaço comunitário” (PERUZZO, 2004, p. 254).

É fato que “a velocidade da circulação da informação condiciona os processos de produção” (VIZER, p. 40), mas diante dessa análise, considero ser possível afirmar que, mesmo em um suporte que tem como característica a instantaneidade da informação, o site do bairro Ellery consegue manter o tempo próprio da contextualização, da reflexão e da valorização do indivíduo, que é característica da comunicação popular comunitária.

Não se pode desconsiderar, é claro, que a falta de tempo dos militantes/comunicadores populares - problema crônico para a comunicação - contribui para uma produção mais lenta de matérias. Por várias vezes tive oportunidade de acompanhar o trabalho de Aguinaldo em eventos no Ellery e/ou em bairros vizinhos. Depois do evento, ficava olhando diariamente o site para ler a matéria. Quando demorava mais de dois dias, ligava ou perguntava por email para o militante se ele por acaso já tinha publicado. Costumeiramente recebia como resposta que não, devido à falta de tempo.

Acredito, porém, que esse não é o principal motivo que leva o site a não entrar na roda viva da exigência da notícia a todo minuto. Percebo que essa realidade é, muito mais, consequência da longa experiência que o bairro tem, em termos de comunicação popular e das diversas formações e capacitações das quais os militantes tiveram a oportunidade de participar.

Usar a Internet como suporte de produção de comunicação e, ainda assim, não entrar na lógica da imediatez, pode ser considerado um aspecto de resistência e até mesmo de subversão. Há uma apropriação das tecnologias digitais sem,



contudo, deixar de lado o que é próprio da comunicação popular comunitária, ou seja, a comunicação popular pode mostrar sua “cara” no ciberespaço.

Conforme visto no primeiro capítulo, outra prática, que de acordo com Gomes (1990) e Paiva (2003), dá visibilidade e oportunidade de fala aos atores sociais considerados “comuns” é a realização de entrevistas. No site do Ellery essa estratégia praticamente não é utilizada. Durante o tempo que está no ar, foi realizada apenas uma entrevista. Esta aconteceu em 2011 e a entrevistada foi loneide Melo, diretora da ACEM à época.

A entrevista de loneide é apresentada como a primeira de uma série que terá como foco pessoas que tem atuação na Região, todavia, não houve sequência. O motivo, de acordo com Aguinaldo, é a ausência de uma estrutura mínima para fazer esse trabalho, como um gravador, por exemplo. No caso de loneide, a entrevista foi feita por e-mail.

Ao que parece, o tempo passa, mas algumas dificuldades permanecem no caminho da comunicação popular comunitária, seja no Rádio, no Jornal, na TV ou na Internet. Questões estruturais, que não são resolvidas com a mudança de suporte permanecem desafiadoras e provam que a alardeada “revolução tecnológica” incide em apenas alguns contextos, mas não altera o sistema; chega, algumas vezes, até mesmo a reforçá-lo.

As notícias produzidas procuram apresentar sempre um aspecto positivo do bairro e de seus moradores. O motivo é se contrapor à produção da mídia comercial que, preferencialmente, se volta para a violência ou para as dificuldades da vida nas periferias e bairros populares; atitude que ajuda a reforçar o estereótipo da periferia como o espaço de barbárie ou de impossibilidades. Suzina (2004, p. 240) entende que mostrar os aspectos positivos “não consiste em alienação diante dos problemas sociais que são evidentes. Mas, em uma proposta de que apresentar alternativas tende a ser mais construtivo do que arrolar as atrocidades sociais”.

O site do Ellery se dedica às denúncias, mas também aos anúncios. Estes se fazem importantes, pois como afirma Bordenave (1983, p. 88-89)

[...] quando uma comunidade tem problemas crônicos, tende a pensar que são parte inexorável da própria vida. Porém, se os problemas são apresentados através de um meio de comunicação – fotografias,

dramatização de teatro popular, séries de slides, filmes, gravação em fita etc – à comunidade reunida para sua discussão, os meios agem como se fossem um espelho onde a comunidade se enxerga sob uma nova luz.

É preciso ficar atento, entretanto, para que a publicização de aspectos positivos não se torne um elemento cerceador da criticidade. Para discutir melhor essa questão, apresento duas matérias publicadas no *link* “Nosso Bairro”.

No dia 10 de Abril de 2010 o *site* publicou uma matéria sobre o aniversário de 96 anos de D. Patinha. A vida dura desta senhora é o principal destaque do texto. D. Patinha teve 13 filhos e os manteve lavando roupa nas cacimbas do açude João Lopes. “A lavadeira saía com enormes ‘trouças’ nas costas pra deixar em bairros distantes como Centro e Aldeota e, como não tinha ônibus nessa época, ia a pé e muito baixinha, parecia uma pata”, diz a matéria.

Dona Benedita Maria da Conceição, de 104 anos, mãe de 24 filhos protagoniza a outra matéria. Esta foi veiculada no dia 10 de Março de 2010. O texto ressalta que a moradora sobreviveu a cinco secas. Em um dos trechos ela diz: “lembro que durante muitos dias a gente se alimentava apenas de água quente, uma vez por dia, e depois minha mãe mandava fechar as janelas para os urubus não picarem a gente e todos tinham que deitar pra poupar as forças e como um milagre de Deus a gente acordava com mais força ainda”. Em outro trecho, referindo-se à enchente que enfrentou no bairro Ellery, ela recorda o passado difícil: “lembro que perdi tudo, fiquei com a água quase até o pescoço e não podia sair porque era cobra e lixo por tudo que é lado. Me tiraram de lá e me deram essa casinha, graças a Deus”, falou bem humorada e rindo da própria desgraça como é característica do povo pobre, mas forte, do Ceará”.

As matérias procuram sempre mostrar as lições de vida dadas por moradores/as de vida sofrida. Considero importante o cuidado em dar voz a esses atores sociais, entretanto, entendo que o viés crítico é negligenciado e sem isso, a abordagem da mídia comunitária passa a se assemelhar com produções dos meios de comunicação de massa como, por exemplo, o programa da Rede Globo de Televisão, “Brasileiros”. A referida produção tem como objetivo mostrar casos de cidadãos comuns que, por meio de suas atitudes, mudaram o dia a dia de um determinado grupo de pessoas. São sempre pessoas de grande força, que

conseguiram, contra tudo e contra todos, sobreviver às intempéries da vida e vencer. A lógica assemelha-se a campanha do Governo Federal para elevar a moral e a auto-estima do povo brasileiro: “Sou Brasileiro, Não Desisto Nunca”.

Santos (2008, p. 35) analisa esse tipo de programa e considera haver “um crescente tipo de figuração dos pobres na mídia – o pobre vencedor que supera as condições de miséria nas suas origens. O pobre vitorioso mesmo em meio às negatividades do mundo”. O autor lembra ainda que “as narrativas que contam as histórias de pessoas que conseguiram superar a miséria se pautam num foco discursivo sobre o esforço pessoal do indivíduo em melhorar de vida”.

Tanto no caso de D. Patinha, como no de D. Benedita, é a força individual que é ressaltada. D. Benedita, em um dos trechos citados, até “ri da própria desgraça” e isso é colocado como característica positiva do povo cearense. Em nenhum momento é problematizado, por exemplo, os porquês das constantes secas no Ceará, a miséria como moeda de troca em tempos de eleição, o descaso dos gestores públicos em relação às populações rurais, as desigualdades sociais que se exacerbam no espaço urbano e o trabalho doméstico praticamente escravo, inclusive no bairro Ellery e do qual D. Patinha foi vítima.

A partir de Martín-Barbero (2004), entendemos a comunicação como um instrumento na luta por reconhecimento. Foi visto que esse papel não é cumprido pela mídia massiva e sim pela comunicação comunitária. Contudo, se essa comunicação negligencia a criticidade, a contextualização, a proposta de debate de idéias, alinhando-se, dessa forma, com a lógica da grande mídia, certamente se fragiliza e termina por não contribuir, como poderia, na luta pelo reconhecimento igualitário ou o mais próximo dele.

Se o foco são as lutas sociais e os aspectos positivos do bairro, a tendência é que algumas questões fiquem de fora. Uma delas é a violência, que se apresenta como um dos “não ditos” do site. Não são produzidas matérias sobre esse assunto, apenas são reproduzidas notícias veiculadas na mídia local, sem nenhum tipo de comentário, análise crítica ou contextualização. Quando pergunto a Aguinaldo, em conversa informal, se esta é uma opção, o comunicador popular afirma que sim, pois “já tem muito sangue escorrendo nos jornais e na TV. Tudo virou um grande noticiário policial”.

Ao se eximir de abordar a questão da violência, o *site* priva o internauta, quer seja morador do bairro ou não, de ter contato com uma abordagem diferente da que é realizada pela mídia massiva. Uma abordagem que pudesse trazer uma ampla contextualização e discutisse, por exemplo, a quem interessa as desigualdades sociais, quem ganha com a violência, se a solução é mesmo a repressão policial (ou apenas isso), a descriminalização do usuário de drogas e/ou as dimensões de violência que o próprio nome da cidade pode sugerir: desde o Forte Nossa Senhora da Assunção, até a Fortaleza das cercas elétricas, dos muros altos e dos condomínios fechados.

Ao cercear a possibilidade de discussão e problematização de um tema tão presente na sociedade contemporânea como a violência urbana, a mídia popular do Ellery termina por contribuir para a continuidade do reconhecimento incorreto e para uma possível proposição de naturalização das desigualdades pela falta de discussão a respeito dessas. Sendo assim, a violência que é considerada, pelos moradores, como um dos principais problemas do bairro, não é discutido nem no concreto, ou seja, nas reuniões da Associação Comunitária e nem no virtual.

Outro “não dito” do site é com relação à “parte alta” do bairro, que como foi explicitado no quarto capítulo, é a área com melhor infra estrutura urbana e cujos moradores/as, levando-se em conta, principalmente, a condição das casas, parecem ter um poder aquisitivo mais elevado. A divisão territorial e social existente no bairro é constatada pelas lideranças, mas não é mencionada e nem problematizada de forma direta através do site. Entendo, entretanto, que indiretamente isso é feito, no momento em que é dada visibilidade a situações, contextos e atores sociais que são vítimas de discriminação por morarem na “periferia” do bairro.

Assim, se a etnografia “tradicional” me permitiu perceber os dois bairros em um, ou seja, a existência de um “centro” e uma “periferia” dentro da periferia, o mesmo não foi possível através da etnografia virtual. Nem todos os caminhos do concreto estão representados no virtual. O Ellery que está no ciberespaço é o da “parte baixa”.

Muito do cotidiano do bairro, como os históricos botequins, a feira do Pólo que nos Domingos parece integrar a “parte alta” e a “parte baixa”, os jogos de futebol no campo do Pólo, a vida na Cidade Alta, - que mais se assemelha a uma comunidade dentro da comunidade - também não se tornam pauta para o site. Todavia, é preciso

refletir que não é possível dar conta de todas as nuances do cotidiano do bairro sem haver uma equipe mínima que atue de forma perene na produção de notícias.

Como foi possível perceber, a valorização do lugar, forte característica que sempre permeou as experiências de comunicação comunitária, é pauta constante no site do bairro Ellery. Mas como fica a relação com o lugar quando a comunicação é construída em um espaço desterritorializado, como é o caso do ciberespaço? Essa questão será discutida no item que se segue.

#### 5.4 Têm Lugar no Ciberespaço (?)

Não são apenas as notícias publicadas que dão conta da relação do site do bairro Ellery com o lugar no qual êle nasce. Essa relação, na verdade, se inicia com o nome da mídia e tem continuidade com a logomarca, que apresenta a figura de um chafariz, um dos símbolos do bairro. Em tempos de falta de água, ainda comum em vários bairros populares de Fortaleza, era o chafariz que possibilitava os afazeres da vida cotidiana. No Ellery há três chafarizes ainda largamente utilizados. O que é representado na logo do site está localizado na “praça do chafariz”, ao lado do Colégio Honório Bezerra e a alguns quarteirões da Associação Comunitária. Logo abaixo, a logo do site.



Figura 25: logomarca do site

Há uma espécie de territorialização no site que se coaduna com a visão de Mata (1981). A autora entende que “[...] as operações de linguagem da comunicação popular têm que ser de contextualização, reunificação, de temporalização, que localize as pessoas no espaço e no tempo, e nas relações com a circunstância que as rodeia” (MATA, 1981, p. 45). No caso do site isso ocorre fazendo o uso tanto da linguagem textual, quando da linguagem visual.

A lógica de pertencimento a um lugar, que permeia a construção do site surge já em seu objetivo, que é o de ser “mais um instrumento de cidadania da comunidade, sendo de grande importância para a difusão da cultura do bairro, bem como veículo de informação e de denúncia para as necessidades do bairro e da comunidade no entorno” ([www.bairroellery.com.br](http://www.bairroellery.com.br)). O lugar e as pessoas que dele fazem parte são o centro de atenção e para ele convergem as ações.

A vivência integrada, dos atores sociais, com o bairro, os quais, de diferentes formas, participam da produção do site pode ser pensada, também, como uma forma de territorialização. No caso de Aguinaldo Aguiar e Antônio Soares, a ligação com o bairro resistiu, inclusive, à mudança do local de moradia. Aguinaldo mudou-se para o bairro Presidente Kennedy há 7 anos e Antônio, há 17 anos passou a morar em um conjunto habitacional, fruto de ocupação de terra, localizado no bairro Monte Castelo. Os dois bairros são vizinhos ao Ellery. Os militantes continuam, todavia, a vivenciar o cotidiano do bairro.

Mas o lugar, que Augé (2006, p. 108) definiu como sendo “um universo de reconhecimento, onde cada um conhece seu lugar e o dos outros, um conjunto de pontos de referências espaciais, sociais e históricos: todos os que se reconhecem neles tem algo em comum, compartilham algo, independentemente da desigualdade de suas respectivas situações” parece ter perdido o sentido no mundo da globalização movido pela tecnologia. O ciberespaço surge como um espaço desterritorializado devido a sua ubiqüidade espacial. “Com a Internet, se tem a impressão de sair das instituições e das suas limitações. Tudo parece possível. Abre-se uma nova fronteira” (WOLTON, 2010, p. 36) e são removidas as barreiras da Geografia (NEGROPONTE, 1995).

A relação com o lugar, com o território, continua sendo cara à comunicação popular que agora usa a Internet - mídia desterritorializada - como suporte para sua efetivação. À primeira vista este parece ser um grande antagonismo, mas será que

há alguma possibilidade de diálogo entre essas duas realidades? Haesbaert (2007) entende que sim e defende a idéia de que a desterritorialização é um mito, se pensada de forma dicotômica em relação à territorialidade. Mito também para o autor é a idéia de ubiqüidade, visto que “os verdadeiros sujeitos do processo não são ubíquos e desencarnados (...), o que ubíquo e desencarnado é a imagem, não nós mesmos” (HAESBAERT, 2007, p. 276).

Ainda de acordo com Haesbaert (2007), quando se fala em territorialidade se estabelece logo uma relação com a noção de controle, de fronteiras, enquanto desterritorialização está sempre associada a Rede, à fluidez, à mobilidade, quer seja de pessoas ou de informações. Essa dicotomia, entretanto, não tem razão de ser devido ao fato de que “território hoje, mais do que nunca, é também movimento, ritmo, fluxo, rede” (HAESBAERT, 2007, p. 281).

É possível pensar, a partir dessas reflexões, que o site do bairro Ellery permite que o lugar, o bairro, transforme-se nesse território fluido, no momento em que passa a ser representado no ciberespaço. O que era físico se converte em dados e o concreto passa a ser, também, um “território informacional”, que para Lemos (2007) é um tipo de território que surge justamente das relações que se estabelecem entre o concreto e o virtual. Também é plausível pensar a partir da definição de Haesbaert (2007) de “territórios rede”, que seria uma territorialização em movimento.

Concordo com a afirmação de Martín-Barbero (2009, p. 59), de que

não é possível habitar no mundo sem algum tipo de *ancoragem* territorial, de inserção no local, já que é no lugar, no território, que se desenrola a corporeidade da vida cotidiana e a temporalidade – a história – da ação coletiva, base da heterogeneidade humana e da reciprocidade, características fundadoras da comunicação humana.

No entanto, o que a Internet apresenta é a proposta de um “território recombinante” (LEMOS, 2007, p.5) no qual, “os meus sites, blogs, podcasts, minha comunidade, minha rede de relacionamento, são formas de territorialização no ciberespaço global. Crio minhas zonas de controle informacional em meio ao fluxo planetário de possibilidades desterritorializantes”.

Ao ganhar mobilidade através do site, o bairro Ellery torna-se ubíquo no sentido de estar disponível ao acesso, ao contato, ao toque do sentimento de quem está territorialmente distante. Esse é o caso de moradores do Ellery que se mudaram para outros Estados ou países e reencontraram o bairro através do site. Podem, agora, (re)construir uma antiga relação mandando recados e/ou comentários, contado como era a vida no bairro, adquirindo informações sobre o paradeiro de algum parente e compartilhando saudades de tempos que ficaram na memória. Fato que já ocorreu algumas vezes.

Como afirmou Haesbaert (2007), ubíquos não são os sujeitos. Aguinaldo Aguiar, por exemplo, que é o principal produtor do site, está perfeitamente encarnado no cotidiano do bairro e é isso que permite que o “território informacional” seja construído para ser conhecido e/ou reconhecido pelo internauta. O mundo cibernético permite como explica Augé (1984, p. 5), que o sujeito esteja “simultaneamente enraizado num lugar físico (a partir do qual produz e partilha informação e relações) e suspenso na pluralidade de lugares que a *navegação na rede* lhe permite.

A mídia site, por sua vez, ao contrário do jornal popular, da radiadora e da rádio comunitária, é desterritorializada. Isso parece óbvio visto que o lugar de um site é o ciberespaço, mas há outra questão que a realidade do bairro Ellery apresenta. Não há um lugar de produção do site. Não há, por exemplo, uma sala com computadores onde uma equipe pudesse se dedicar (estabelecendo algum tipo de rotina) à elaboração das notícias, ao tratamento das fotos, à moderação dos comentários dos internautas, às respostas aos contatos, enfim, ao processo que envolve a produção de uma mídia digital.

Essa rotina é, em grande parte, cumprida em uma *lan house* ou na casa de Aguinaldo Aguiar. Os colunistas ou quem quer que queira contribuir para o site, faz isso de onde contar com um computador com conexão. Essa realidade é extremamente comum em *blogs* e/ou sites, quer sejam alternativos ou comerciais e é vista como um facilitador, no sentido de ganhar tempo e diminuir custos. Não há como discordar dessas facilidades, mas quando se trata de uma mídia popular, é preciso levar em consideração algumas questões.

O lugar é bastante importante para a comunicação popular e não só pelo fato dos conteúdos serem, prioritariamente, voltados para ele. Como discutido no



primeiro capítulo, a localização física dos veículos populares se insere na rotina da comunidade. Comumente estão próximos do local de moradia e, assim, é possível, por exemplo, dar uma passadinha no estúdio da rádio comunitária, enquanto o feijão está no fogo. Visto dessa forma, não é apenas um lugar de emissão de conteúdos, mas de vivência e convivência da comunidade.

Essa convivência foi efervescente durante o tempo em que Rádio Mandacarú esteve no ar. A emissora que funcionava em uma das salas da ACEM tornou-se, também, um ponto de encontro para as pessoas do bairro. Sílvia Rejane conta que “sempre ia lá pro pátio da Associação pra ficar ouvindo os programas. Era muito bom menina, naquele tempo. A gente se divertia demais mesmo” (Sílvia Rejane, entrevista 2011). Fernando Barbosa também lembra saudoso da “muvuca que ficava. Era muita gente. Tu tinha de ver como era isso aqui. Era muita gente mesmo, num tô brincando não. Às vezes dava até briga das galeras, mas era só às vezes” (Fernando Barbosa, entrevista 2011).

O fato da Mandacarú ter um espaço físico de atuação, facilitava, também, a diversificação das formas de participação das pessoas do bairro. Quem não apresentava programas podia participar ajudando na recepção ou nos cuidados com o ambiente. A própria Sílvia Rejane é um exemplo disso. Conta que apesar da insistência dos amigos, nunca quis fazer nenhum programa na Rádio porque tem medo de microfone, mas sempre ia lá pra varrer a área da entrada, onde as pessoas se concentravam para ouvir os programas.

Com o site, essas questões sutis, mas de grande importância porque contribuem com a agregação da comunidade, não podem mais ser vivenciadas. Um aspecto da relação de pertença à comunidade é alterado, o que fragiliza o processo de construção coletiva. Colaborar de forma mais direta com o site, devido a esse aspecto de desterritorialização, fica restrito, basicamente, àqueles que têm habilidades na produção textual e/ou fotográfica e adquiriram um bom nível de inclusão digital. É claro que, como discutirei no item 5.6 há uma multiplicidade de formas de participação, mas me refiro aqui a uma participação que remeta mais fortemente a uma experiência no âmbito do sensível.

Sem um lugar físico para o veículo popular, muda também a relação e a rotina dos próprios diretores/as da Associação Comunitária, considerando que a maioria acompanhou a trajetória comunicacional do bairro. A fala de Fernando Barbosa, por

exemplo, é permeada de frases como: “todo dia eu vinha pra Rádio”, “quando eu vinha pra Rádio...” ou ainda “eu passava o dia todo aqui na Mandacará”. O site está em todo lugar e em lugar nenhum em termos de referência mais concreta. Parece-me que isso faz diferença quando o contexto é composto por atores sociais pouco iniciados nos meandros do oceano digital.

A desterritorialização, característica marcante das mídias digitais, traz diferenças também para o âmbito da pesquisa. Como acompanhar a produção do site se não há um lugar físico onde esse processo se desenvolve? Precisei criar algumas estratégias para isso. Uma delas foi a observação da lista de discussão no Google (Associação<sup>10</sup>). A partir da lista, foi possível perceber, por exemplo, alguns aspectos da produção das notícias e da participação (ou não) dos membros da diretoria da Associação e, ainda, aspectos relativos ao nível de apropriação e ao domínio (ou não) da escrita.

Outra estratégia foi estabelecer contato através do Gtalk. Sempre procurava conversar com os/as militantes quando e eles/as estavam *on line*. As conversas ajudavam na percepção sobre a rotina de produção do site. Procurava fazer perguntas, aparentemente despretensiosas, para entender a relação daquele ator social com o processo como, por exemplo, se ele tinha lido a notícia, o que tinha achado, se sabia como tinha sido realizada, entre outras.

As muitas conversas telefônicas com Aguinaldo Aguiar, sempre em tom informal e não de entrevista, eram bastante ricas, pois, comumente, rendiam longas discussões sobre a comunicação popular, sobre os desafios que a mídia digital apresenta aos movimentos, sobre as dificuldades que ele próprio enfrenta nessa caminhada e, também, sobre a atuação dos demais membros da ACEM.

Por algumas vezes pedi para Aguinaldo me avisar quando fosse fazer uma matéria. Apesar de o comunicador popular ter sido assertivo quanto ao pedido, essa estratégia nunca se concretizou, pois nunca fui informada. A frustração do primeiro momento deu lugar a reflexões sobre mais um aspecto da lógica de produção; assunto que tratarei posteriormente.

Essas estratégias se uniram ao trabalho etnográfico que, por sua vez, foi essencial para perceber como se dá a construção da mídia popular do Ellery. Apesar do site não ter um lugar de produção, essa produção partia de atores sociais que tinham intensa relação com esse lugar, então, participar desse cotidiano era como

assistir de perto e de dentro, apropriando-me da expressão de Magnani (2003), o desenrolar desse processo. Sem o uso de uma multimetodologia, definitivamente, não seria possível compreender as nuances e características da comunicação popular comunitária na Rede. As estratégias metodológicas trouxeram reflexões e inquietações que foram sendo alinhavadas e tecidas, o que me permitiu chegar às discussões que ora apresento.

Seguindo as reflexões a respeito do conteúdo do site do bairro Ellery, dedico o item que se segue ao diálogo que o site estabelece com a mídia de massa, fato que explicita as tênues fronteiras atualmente existentes entre esses dois vieses da comunicação.

### **5.5 Comunicação Popular Comunitária e Mídia de Massa: tênues fronteiras**

Os limites outrora bem demarcados entre mídia de massa e mídia comunitária principalmente durante o contexto de luta contra o silêncio imposto pelos anos de chumbo da ditadura militar, de emergência dos movimentos sociais populares e de posterior luta pela redemocratização parecem ter se afrouxado, pois as fronteiras tornaram-se tênues.

Em busca de visibilidade para suas lutas e reivindicações, os movimentos passaram a forjar um diálogo com a mídia comercial. Essa busca por visibilidade não é novidade. “A característica comum de buscar a publicidade de suas criações, sempre esteve no seio das organizações desses grupos que desejavam ser vistos e apreciados ou reconhecidos” (OLIVEIRA, 2007, p. 39). Porém, na “sociedade do espetáculo” (DEBORD, 1987), garantir visibilidade passou a ser condição de existência também para os movimentos sociais. Para Bourdieu (1997, p. 30),

os que acreditam que basta se manifestar sem se ocupar da televisão correm o risco de errar o tiro: é preciso cada vez mais produzir manifestações para a televisão, isto é, manifestações que sejam de natureza a interessar às pessoas de televisão, dadas as suas categorias de percepção, e que, retomadas, amplificadas por elas, obterão sua plena eficácia.

Na visão de Moraes e Rezende (2008, p. 267), os movimentos sociais populares precisaram se adaptar às condições de comunicação com a grande mídia, ou seja, a “inserção dos movimentos sociais na mídia passou a exigir uma rearticulação entre a cultura da mídia e a militância típica dos movimentos sociais que sempre defenderam, expressamente, mensagens contra a lógica capitalista de dominação por meio de métodos revolucionários”. As mudanças no contexto histórico levaram os movimentos a se tornarem “políglotas”, ou seja, a assimilar a linguagem da mídia e, também, a linguagem do poder público, necessária para as negociações, sem deixar, entretanto, de falar a linguagem da comunidade (FERREIRA, 2009). Essa espécie de adequação se insere nas novas formas de protesto dos movimentos sociais.

Essa via, no entanto, é de mão dupla. Uma das evidências do popular no massivo são os programas populares que proliferam e a cada dia ganham mais e mais espaço. Tais programas trazem assuntos que antes eram restritos às mídias comunitárias como, por exemplo, as demandas de infraestrutura, lazer e cultura nas periferias e bairros populares e a possibilidade de visibilidade para pessoas “comuns”, consideradas fora dos padrões da mídia.

O quadro que se apresenta leva Santiago (2008, p. 107) a afirmar que “a grande mídia tem uma proposta muito parecida com a da mídia comunitária, que é otimizar uma pauta de serviços e abrir canal com o poder público, assim como uma agenda de serviços culturais e valorização dos membros da comunidade”. Um exemplo disso, em Fortaleza, é o programa “Jangadeiro Comunidade”, projeto realizado pelo Sistema Jangadeiro de Comunicação, afiliado do SBT no Ceará, em parceria com as associações comunitárias. O slogan do projeto é: “onde a população tem voz e vez”. A proposta é visitar os bairros populares da cidade, cada um durante 15 dias, e “ouvir as reclamações, os problemas da comunidade e o clamor do povo”. O que o Sistema Jangadeiro se propõe a fazer é “estar ao lado do povo para lutar por uma sociedade melhor e mais digna”. (Folder de divulgação do Projeto Jangadeiro Comunidade – em anexo).

Vale salientar que, ao cobrir temas alternativos, a grande mídia não visa mudanças no *status quo*. A intenção não é a transformação social e a contextualização passa ao largo. A forma como os meios de massa se referem aos atores sociais pertencentes às camadas mais pobres da população e aos lugares

onde vivem, também são passíveis de discussão. Se não é a violência, são as dificuldades e impossibilidades da vida cotidiana que ganham foco. Entre os enfoques mais positivos do popular no massivo estão a cobertura deste como exótica, espetacular ou heróica (FRANÇA, 2006).

Porém, o certo é que já vai longe a dicotomia que colocava em pólos totalmente opostos, os meios de massa, como “rocha intocável de dominação” (SUZINA, 2004, p. 234) e os veículos comunitários como “canais de contestação do sistema” (SUZINA, 2004, p. 240). No site do bairro Ellery e na atuação dos produtores dessa mídia, é possível perceber diferentes formas de diálogo entre a comunicação popular e os meios comerciais, o que afasta uma visão essencializadora e deixa claro o processo de apropriação que os movimentos fizeram da linguagem midiática convencional.

Antes de seguir com a análise gostaria de ressaltar que uma estratégia metodológica que me permitiu uma melhor percepção da relação entre o site e a mídia de massa foi o uso da ferramenta “Alertas do Google”. Esse “alertas” são atualizações, enviadas por e-mail, dos mais recentes resultados relevantes da NET com base em consultas definidas pelo usuário. Configurei duas chaves de consulta: “bairro ellery” e “associação bairro ellery”. Tudo que era veiculado e que se referia a essas duas chaves era enviado automaticamente para o meu e-mail.

Um dos indicadores desse diálogo entre mídia de massa e mídia comunitária é o fato do site publicar vídeos e notícias produzidos por veículos comerciais locais, como a TV Verdes Mares, TV Jangadeiro, Jornal Diário do Nordeste e Jornal O Povo. Essas notícias estão agrupadas no link “Deu na Mídia”<sup>79</sup>. O material reproduzido é fruto de reportagens sobre o bairro, como indica esse texto que abre o *link*: “Matérias publicadas na mídia, que tenham relação com o bairro Ellery”. É possível perceber que apesar de prezar pela produção de notícias, o site não desconsidera a produção da mídia comercial e entende a cobertura dos meios de massa como importante elemento para garantir visibilidade.

Essa visão está sempre presente na fala dos militantes. Após a veiculação do programa “Jangadeiro Comunidade” sobre o bairro Ellery, Antônio Soares concluiu,

---

<sup>79</sup> Durante os primeiros anos do site esse *link* ficou visível na página inicial. Após algumas mudanças de *layout*, para melhor organização visual do site, esse *link* foi movido e seu acesso se dá agora através de um *box*, que fica visível após o internauta acessar o link “Notícias” na página inicial.

em reunião da ACEM, que “foi muito bom porque deu visibilidade ao bairro. Foram 15 dias falando do bairro Ellery”. A participação do bairro no “Meu Bairro na TV” - programa da TV Verdes Mares com formato parecido com o “Jangadeiro Comunidade” - é avaliado por Wesley Costa também sob esse viés. O estudante diz que esse tipo de programa ajuda a divulgar os projetos da Associação e as conquistas que a luta popular tem conseguido garantir.

Conforme discutido no primeiro capítulo, a lógica de produção de notícias seguida pela mídia comunitária é bastante diferente da produção dos meios de massa, no entanto, ao se tornarem “políglotas”, os movimentos têm aprendido a não assumir com uma visão dicotômica que demoniza os meios, afinal

[...] pretender padronizar as ações da mídia (e principalmente da televisiva), colocando-a exclusivamente como manipuladora do debate social, significa desconsiderar as relações de força com os demais campos sociais e enraizar toda a movimentação social existente na atualidade aos ditames do campo midiático, isolados dos processos de múltiplas correlações que configuram o social. (CORONEL, 2007, p. 173).

Pelo fato dos militantes e lideranças do Ellery estarem inseridos nesse contexto de construção da comunicação popular e em contato com discussões políticas, não quer dizer que estejam imunes ao fetiche da sociedade do espetáculo (DEBORD, 1987) ou do “hiperespetáculo” (SILVA, 2007). A visibilidade é vista como uma possibilidade de pressionar o poder público e de sensibilizar a sociedade com relação às causas populares, mas também como um caminho que pode levar aos “15 minutos de fama”, aos quais se referiu Andy Warhol. É possível perceber esse viés observando a empolgação de alguns após uma entrevista ou do pedido de autógrafo aos apresentadores de programas populares que vão ao Ellery.

Não é de se admirar que o antagonismo faça parte de algumas atitudes desses atores sociais, permeados que são por uma “matriz-cultural midiática” (MAZZARINO, 2008), conforme discutido no primeiro capítulo. A grande questão talvez seja a linha tênue entre fazer uso da mídia e ser usado por ela. Há de se ter atenção para não perder a capacidade crítica com relação aos conteúdos produzidos pelos veículos de massa e passar a considerar que tudo vale a pena, desde que se consiga espaço.

Considero interessante ressaltar que muitas dessas reportagens surgem do contato de Aguinaldo Aguiar com a imprensa. O comunicador popular tem um *mailing* de jornalistas de diversas editorias e corriqueiramente envia sugestões de pauta por *email* ou fax. Posteriormente, entra em contato por telefone com o profissional da mídia (nome técnico), fazendo, assim, todo o trabalho de assessoria de imprensa. Várias foram as vezes em que o site pautou a mídia comercial, como mostram as seguintes matérias:

- “Denúncia: reformas no Pólo de Lazer estão abandonadas” (TV Cidade, 28/03/2012)
- “Estudantes ajudam a catalogar árvores” (Jornal O Povo, 29/08/ 2008)
- “A Participação Popular e o Pólo da Sargento Hermínio” (Jornal O Povo, 25/08/2007)
- Polêmica envolve projeto na Sargento Hermínio (Jornal O Povo, 04/08/2007).
- “Encenação de crianças comove a população” (Jornal Diário do Nordeste, 07/04/2012)
- “Moradores do bairro Ellery protestam contra obra em área verde” (TV Jangadeiro, 09/09/2011)
- “Moradores cobram limpeza do açude João Lopes” (Jornal O Povo, 26/08/2010)
- “Paredões atrapalham festejo” (Jornal Diário do Nordeste, 2/07/2011).

Entretanto, Aguinaldo enfatiza que antes de mandar a sugestão de pauta para o/a jornalista, publica primeiro a matéria no site do bairro Ellery. Em conversa por telefone diz: “a gente precisa da mídia comercial, mas a gente tem que primeiro valorizar a nossa mídia popular”. Observando o processo de construção do site do Ellery, é possível perceber, na prática o que afirma Assis (2004). De acordo com o autor,

não apenas os movimentos assumem um comportamento receptivo (e chamativo) perante a mídia estabelecida, mas também dispõe-se a produzir o material necessário para potencializar a divulgação de suas idéias –

desde estabelecer fóruns com relatos sobre manifestações (que muitas vezes contrariam o noticiado pela mídia estabelecida) até produzir seus próprios *websites*, jornais e revistas. (ASSIS, 2004, p. 9-10)

A via de mão dupla também ocorre no que diz respeito à relação entre militante/liderança popular e jornalista. Se para garantir visibilidade, através da grande mídia, o militante faz o papel de assessor de imprensa, este também passou a ser fonte para muitos jornalistas. Esse fato ocorre, por exemplo, com Francisco Pires, mais conhecido como Kiko, membro de uma Associação do bairro Monte Castelo. Orgulhoso, conta que sempre que algum jornalista da TV Jangadeiro vai fazer uma reportagem no bairro Monte Castelo, liga um dia antes para ele, solicita informações, pede que ele defina o melhor local para a realização da reportagem e mobilize pessoas que possam dar bons depoimentos. “Quando eles chegam lá já tá tudo pronto. Eles sempre me agradecem muito”, diz o militante. A mídia tem, assim, seu processo de produção equacionado em troca de uma pseudo valorização dos atores sociais moradores das periferias, o que, na realidade, me parece mais uma exploração dos movimentos sociais e de seus militantes.

O encantamento com a mídia, que já há algum tempo encontrou nos programas populares uma excelente estratégia para conquistar a audiência do público das classes C, D e E, parece não permitir que alguns militantes assumam uma postura mais crítica. Mas, enquanto Kiko experimenta como reconhecimento os pedidos feitos por jornalistas com relação ao processo de produção da notícia, Aguinaldo Aguiar diz que “não cai nessa”. Em uma das longas conversas que tivemos por telefone, ele diz: “saio espalhando email com sugestão de pauta pros contatos que eu tenho. Aí tem jornalista que liga e quer que a gente faça a produção por eles. Eles não querem mais ter trabalho. Ora, vá lá, converse com as pessoas, veja o que tá acontecendo, faça a matéria completa”.

Após análise de vieses relativos ao conteúdo e estrutura do site, parto agora para um olhar mais apurado relativo à participação, no processo de construção dessa mídia. Assim como se dá na teoria, na prática a discussão sobre participação também se imbrica com a discussão de apropriação e exclusão digital. Algumas questões já foram evidenciadas, porém, no item que se segue, procurarei dar ênfase às singularidades que demonstram a não homogeneidade do “estar na Rede”, por



parte dos movimentos sociais populares. Os movimentos são heterogêneos e assim também são os atores sociais que deles fazem parte.

## **5.6 Participações, Apropriações e Exclusões: o cenário da construção do site do bairro Ellery**

Conforme relatei anteriormente, um dos pontos que me levou à problematização da temática que ora desenvolvo neste trabalho foi a observação dos fluxos e refluxos, em termos de participação, vivenciados pelo site do bairro Ellery; situação que está longe de se restringir, unicamente, à experiência desse veículo. Para a comunicação popular comunitária, de uma forma geral, a participação sempre se apresentou como um desafio, independentemente do suporte. Na Internet, alguns novos desafios surgem e se juntam a outros já antigos, mas, concomitantemente, existe, também, a construção de um processo de apropriação, apesar das exclusões, que leva a conquistas. Dessa forma, um rico mosaico vai se formando.

Começo falando dos fluxos. Um dos momentos de maior efervescência, em termos de participação, vivenciado pelo site, se deu durante os anos de 2007 e 2008 e teve relação direta com o surgimento e articulação do Movimento pela Revitalização do Pólo de Lazer da Sargento Hermínio (MRPLSH). O Movimento, que foi tema de meu trabalho de monografia, tinha como objetivo a luta pela revitalização do Pólo - espaço sobre o qual falei no quarto capítulo - e impedir projeto da Prefeitura de Fortaleza que visava construir um ginásio esportivo na área, o que seria um crime ambiental.

Como é característica do movimento ambiental, a luta em prol da preservação e revitalização de uma das últimas áreas verdes da Região Oeste e um dos únicos espaços de lazer público do Ellery agregou os mais diferentes atores sociais. Estudantes universitários, ambientalistas, professores, políticos, lideranças de diversos bairros da Região Oeste, esportistas, militantes sociais e moradores/as do bairro uniram forças e usaram suas especialidades e habilidades, em prol da mesma causa.

O site era uma vitrine para onde convergiam os esforços, que tinham como objetivo, dar visibilidade ao movimento, sensibilizar os moradores do bairro e da cidade de uma forma geral e pressionar o poder público (FERREIRA, 2009). Um número significativo das pessoas que fomentavam ações no concreto, também escrevia para o site. Eram produzidas notícias sobre o cotidiano das reivindicações, mas, também, matérias e artigos voltados para uma discussão mais ampla da questão ambiental.

Clarice Araújo, que participou ativamente desse momento, conta que “o site tinha surgido há pouco tempo e juntou com o Movimento...era todo mundo empolgado. Eu escrevia mas assim um caráter de notícia” (Clarice Araújo, entrevista 2010). Raul Campos, morador do bairro e membro do Movimento Hip Hop, além de notícias, escrevia artigos voltados para uma discussão política mais ampla, que envolvia a luta de classes e direitos de cidadania. Liliana Uchôa, Temístocles Anastácio, Ana Valéria Sena e Tiago Farias, todos estudantes universitários e ambientalistas, escreviam artigos e matérias voltados para a questão ambiental. Eis algumas das matérias e artigos produzidos:

- Skatistas e Bikers Insistem por Evento no Pólo de Lazer (Raul Campos – 27/08/2006)
- Esportes Radicais no Pólo: bikers voam sobre a areia (Raul Campos – 13/08/2006)
- Movimento elabora dossiê e denuncia agressão a última área verde da região oeste de Fortaleza (Temístocles Anastácio e Liliana Uchôa – 01/12/2007)
- Natureza e comunidade resistem no bosque do Pólo de Lazer da av. Sargento Hermínio (Tiago Farias - 17/08/2007)
- ARTIGO - Pólo de Lazer e comunidade (Tiago Farias - 6/9/2007)

Nesse período, o site contou também com a coluna de David Chapéu, morador do bairro que escrevia poesias em forma de cordel. As poesias de David falavam do movimento ambiental, do cotidiano do bairro, mas também sobre questões mais gerais, como os males do cigarro para a saúde.

A luta ambiental do Ellery pautou intensamente a mídia. Essa temática é de fácil aceitação por parte dos veículos por ter um aspecto positivo e por dar a oportunidade da mídia de massa se mostrar comprometida com a sociedade. Eis alguns exemplos de matérias publicadas nos veículos locais:

- OPÇÕES DE LAZER - Parques atraem fortalezenses (Diário do Nordeste, 10/06/2007)
- Revitalização do Pólo de Lazer da Sargento Hermínio (Jornal o Estado, 28/05/2007)
- Em defesa do bem comum (Diário do Nordeste, 25/05/2007)
- Quadra: polêmica envolve projeto na Sargento Hermínio (Jornal O Povo, 5/08/2007)
- MEIO AMBIENTE - Professor da UFC propõe ampliação do bosque (Jornal O Povo, 5/08/2007)
- Protesto será avaliado pela Seman (Jornal O Povo, 4/7/2007).

Os anos que se seguiram ao período de maior efervescência do MRPLSH, foram de refluxo em termos de participação popular no site. Alguns colaboradores se afastaram por motivos pessoais, como mudanças na rotina de trabalho, mas, no geral, o que houve foi um arrefecimento das ações do Movimento, após vitórias no empate com a Prefeitura. Os militantes se afastaram do Movimento e, conseqüentemente, da produção da comunicação. A realidade do Ellery apresenta assim, de forma prática, a discussão realizada no segundo capítulo a respeito da característica de efemeridade da participação e do fato desta se estabelecer em torno de demandas pontuais, o que Bordenave (1983), chamou de “microparticipação”.

A rotina de produção de notícias ficou, então, a cargo de Aguinaldo Aguiar. O profundo interesse e envolvimento do militante com a comunicação popular levou-o a ter um papel central no processo inicial de discussão do site e posteriormente, também, na articulação e produção deste. Esse papel é reconhecido pelos demais membros da Associação Comunitária, prova disso é que durante as entrevistas que realizei bastava fazer alguma pergunta relativa ao site que todos (sem exceção)

respondiam com outra pergunta: “você já falou com Aguinaldo? É ele que está por dentro disso”. Só com certa dificuldade é que conseguia que esses atores sociais fizessem alguma colocação ou elaborassem opiniões sobre a atual mídia popular do Ellery.

É possível considerar tal fato como um indício de certa fragilidade nos processos de apropriação das tecnologias digitais e de participação na construção do site, mesmo por parte daqueles que estão mais próximos, o que não quer dizer, no entanto, que não sejam forjadas estratégias de participação e formas de apropriação.

A meta de Aguinaldo é que haja a publicação de, pelos menos, uma matéria por semana. Algumas vezes isso não é possível, ou por falta de tempo ou devido a alguma mudança na rotina do comunicador popular. Durante o período de trabalho de campo, por algumas vezes, Aguinaldo ficou sem acesso a Internet ou teve problemas no *hardware* de seu computador. Devido à falta de dinheiro, nem sempre o problema podia ser resolvido rapidamente e, assim, o site perdia em dinamicidade. Quando algum desses fatos ocorria, era preciso recorrer a uma *lan house* para que o site não ficasse sem alimentação. A questão econômica, como é possível observar, não se mostra um entrave para a comunicação comunitária na Rede apenas no que diz respeito à compra dos equipamentos, mas, também, com relação à manutenção e atualização destes.

Aguinaldo usa o computador de sua casa para fazer esse trabalho. Como disse, não há, na Associação Comunitária, um espaço com estrutura que possibilite a realização da produção dessa mídia. Não foram poucas as vezes em que liguei para Aguinaldo e ele estava entre o cuidado com os filhos, os afazeres domésticos e a escritura de matérias

Interessante é perceber que Aguinaldo não assina as matérias. Usa sempre “a redação”. O militante explica que passou a fazer isso porque em muitas matérias ele também era a fonte. “Ficava estranho eu citar a mim mesmo, ai passei a fazer assim. Crio um distanciamento da matéria” (Aguinaldo Aguiar, entrevista 2010). Essa tática pode ser vista como um diálogo que se estabelece com a mídia de massa, a partir da apropriação de uma terminologia própria dos veículos jornalísticos e como uma tentativa de apresentar o site como uma produção coletiva.

A maioria das fotos também é feita por Aguinaldo que, como nas matérias, não revela a autoria. Esconde-se sob o pseudônimo “J. Aguiar”. Aguiar é seu sobrenome e “J” a inicial de seu primeiro nome; José. Essa é mais uma tentativa de não personificar o site, já que não há uma equipe de produção. A partir da observação apenas do virtual não seria possível entender essas estratégias. Sem o trabalho etnográfico “tradicional”, seria difícil afirmar quem está “por trás” dos textos e fotografias.

Um primeiro olhar pode levar à conclusão de que o site é produzido apenas por Aguinaldo. Porém, foi preciso duvidar das primeiras impressões para descobrir as sutilezas e singularidades do processo participativo. As observações de campo e a convivência no bairro me permitiram perceber que, na verdade, Aguinaldo age como uma espécie de sujeito coletivo que vai sendo alimentado pelo cotidiano do lugar, pelos moradores/as e pelos membros da diretoria da ACEM. O coletivo não se estabelece em termos de participação efetiva e continuada dos membros da Associação, como discutirei mais adiante, mas é essa a lógica que permeia o site

As informações que compõem o conteúdo do site vão sendo adquiridas de diferentes formas. Uma delas é o contato orgânico de Aguinaldo Aguiar com o bairro. Por várias vezes acompanhei as andanças, a pé, do comunicador pelas ruas do Ellery. Os caminhos ficam longos porque há uma parada em cada esquina (e não é força de expressão) para cumprimentar alguém, ouvir as pessoas sobre alguma demanda do bairro, dar informações sobre o andamento de alguma reivindicação ou simplesmente para “jogar conversa fora”. Tudo isso vai fomentando uma forma de escrever, a partir de dentro; um texto enraizado que mais do que informações, traz sentimento. Com olhos e ouvidos bem atentos, Aguinaldo funciona como uma grande sistematizador que vai disseminando e colhendo informações.

Dessa forma vai sendo tecida uma teia de relações entre o concreto e o virtual. A comunicação popular é toda essa riqueza e não apenas o que pode ser visto através do site. Como afirma Oliveira (1994, p. 15), “a comunicação não se esgota ou não se realiza somente através dos meios”.

Além desse contato orgânico com o lugar, percebi outras estratégias para a construção da comunicação de forma coletiva. Fato interessante ocorreu em Junho de 2011. Participava, juntamente com Aguinaldo e Antônio Soares, de uma das “pós-reuniões” da ACEM. Entre uma cerveja e outra, Antônio, que é diretor do

Distrito de Meio Ambiente da Secretaria Regional III, contava animado sobre as ações que seriam realizadas em comemoração ao Dia do Meio Ambiente. A conversa seguia pela noite e Aguinaldo perguntava a opinião do colega sobre a questão ambiental e sobre a criação de ecopontos<sup>80</sup> na cidade. Pediu inclusive que Antônio enviasse, por e-mail, a programação com ações e datas para ele se inteirar melhor.

Dois dias depois dessa conversa, encontro no site do bairro Ellery a seguinte matéria: “Ações de educação ambiental e prestação de serviços são levados aos bairros da Regional III”. O conteúdo era, exatamente, o teor da conversa que tinha ocorrido no “Bar do Rogério”. Abaixo o trecho em que o diretor da SER II emite opinião sobre os ecopontos

O dirigente da Prefeitura também anunciou a criação de dois ecopontos na área da SER 3. Para ele, "os equipamentos vão contribuir para resolver o destino dos resíduos sólidos perigosos como pilhas e baterias e ainda receber os entulhos de pequenas construções, que se transformaram num dos maiores problemas ambientais da cidade e outros materiais como poda de árvores, objetos volumosos como sofá, geladeira velha que hoje são jogados na rua e em locais impróprios." Sobre a localização dos ecopontos, Soares diz que o primeiro será no bairro da Bela Vista e o segundo entre o Pici e o bairro do Joquei Club, provavelmente até o final de junho. Atualmente existe somente um ecoponto em funcionamento na cidade, no bairro da Varjota ([www.bairroellery.com.br](http://www.bairroellery.com.br)).

Aguinaldo tinha transformado uma conversa de bar em matéria e a multimetodologia escolhida para a pesquisa permitiu que eu pudesse trilhar todo o percurso da matéria. As explicações que Antônio tinha dado estavam entre aspas, como se uma entrevista formal houvesse sido feita. Antônio participou da produção de notícias do site, mesmo que de forma não consciente, a partir do “faro” que Aguinaldo tem para a comunicação. Ele parece ser comunicador popular em tempo integral. Vai se apropriando e transformando informação em comunicação de uma forma que privilegie o coletivo.

Outro momento de “pós-reunião” aconteceu no bar da Vilaci. A conversa, mais uma vez, girava em torno da importância de um ecoponto na Região Oeste.

---

<sup>80</sup>O ecoponto é um espaço para receber entulho gerado por carroceiros e pela população, evitando que o lixo de reformas, pequenas construções e poda seja depositado de maneira ilegal em avenidas, ruas e canais. As lideranças do Ellery lutam por um ecoponto na Região Oeste.

Beethoven Rodrigues fazia colocações sobre o assunto e Aguinaldo logo disse: “escreve sobre isso pro site, cara”. Diante da relutância do colega, Aguinaldo pegou um pedaço de papel do bolso, já escrito em um dos lados, e insistiu: “vai, escreve aí o que tu tá dizendo”. Dias depois o site veiculou a seguinte matéria: “Lixo – Moradores querem implantação de Eco ponto” e lá estava, compondo a matéria, o que Beethoven tinha escrito no pedaço de papel. Abaixo foto desse momento.



Figura 26: Beethoven Rodrigues escrevendo matéria para o site do bairro Ellery (Foto: Zoraia Nunes)

Esses dois momentos me ajudaram a perceber que Aguinaldo não tem um planejamento com relação à produção das matérias ou à cobertura de temáticas e alguns eventos e/ou mobilizações cobertos pelo comunicador popular nunca chegaram a ser escritos. O percurso de construção da matéria não chegou ao virtual. A partir disso, entendi também a dificuldade que havia no pedido que fiz para acompanhá-lo ao campo.

A coletividade no processo de construção do site passa também por estratégias de apropriação. Certa vez enviei, para o grupo de discussão da Associação no Google, reportagem que falava da decisão de Chico César, cantor e

Secretário de Cultura da Paraíba, de não apoiar municípios que contratassem bandas de forró eletrônico para festejos juninos. No dia seguinte estava no site a matéria: “Cultura: Estado vai apoiar festejos juninos, mas não pagará sertanejos, nem 'forró de plástico””. Aguinaldo não havia simplesmente transposto a matéria para o site. Sem deixar de citar a fonte, o militante se apropriou da matéria fazendo algumas inserções no texto e ainda adicionou uma enquete. Esse fato me remete à discussão de Burke (2003) apresentada no segundo capítulo, sobre “imitação criativa”. A matéria pode ser vista em anexo.

Muitas matérias são construídas a partir de informações dadas por diretores/as da ACEM. Normalmente são de Loneide Melo as informações sobre projetos realizados em parceria com outras instituições, como o SESC. Se o assunto é direito da mulher, uma das fontes é Francileuda Soares. A feminista conta que “Aguinaldo sempre tá perturbando por alguma coisa. Eu mando as informações dos eventos pra ele. Mando a programação, o objetivo e aí ele ajeita e bota no site” (Francileuda Soares, entrevista 2011). Já assuntos que tem relação com eventos católicos são informados por Wescley Sacramento.

Observando as matérias veiculadas no site desde o seu surgimento é possível perceber mudanças no que diz respeito ao tamanho e à qualidade textual. Durante os primeiros anos as matérias eram, na grande maioria, compostas por dois ou três parágrafos curtos e o texto, algumas vezes, era truncado. Com o passar do tempo, as matérias ganharam em densidade discursiva e em qualidade textual. Em anexo, exemplos de matérias antigas e recentes veiculadas no site. Optei por colocar apenas os textos, sem as fotos.

Aguinaldo sempre relata a dificuldade que tem com a escrita. “Você não tem noção o que é pra mim escrever uma matéria. É um esforço grande. O que alguém escreve em meia hora eu levo um dia pra escrever. Demoro muito mesmo” (Aguinaldo Aguiar, entrevista 2010). A dificuldade parece está sendo vencida aos poucos, através do interesse e da insistência. A prática constante foi garantindo ao militante maior apropriação da técnica de escrever, embora não se possa dizer que o desafio da produção textual, uma das evidências do “mal-estar cultural” (MARTÍN-BARBERO; REY, 1999) na América Latina, tenha sido superado. Dessa forma, o site vai mudando, ganhando mais qualidade. Esses são indícios de que os contornos da comunicação popular comunitária na Rede não são fixos e nem pré-definidos. Ao



contrário, vão sendo moldados por processos pessoais e/ou coletivos de apropriação dos atores sociais que estão no contexto da experiência.

Remetendo-me a discussão realizada no primeiro capítulo, vale salientar que textos longos vão de encontro a uma característica da Internet, que é a presença de textos mais concisos, simples e diretos. Principalmente em se tratando de um site popular, é preciso estar atento para o fato de que “[...] o esforço de ler é considerável, exigindo concentração durante um longo período de tempo; e um texto difícil pode ser particularmente exigente a indivíduos que não adquiriram o capital cultural tipicamente empregado na apreciação de obras literárias” (THOMPSON, 1995, p. 223). Por outro lado, a contextualização e a historicização são características fundamentais da comunicação popular comunitária e dois de seus diferenciais com relação à produção da mídia de massa.

Entendo que a opção por construir matérias que tragam o contexto da situação abordada, mesmo que isso signifique textos maiores, é mais uma forma de apropriação e mesmo de subversão e resistência às imposições do suporte e da lógica da “velocidade da informação que acaba, muitas vezes, por impedir o aprofundamento e o conhecimento” (WOLTON, 2010, p. 51). É também dar às classes populares a oportunidade de um conhecimento mais amplo sobre a realidade local que, na maioria dos casos, se imbrica com questões globais.

Relatei anteriormente que a produção da atual mídia popular do Ellery tem um teor coletivo, mas não se pode dizer que haja uma efetiva participação dos atores sociais que estão mais próximos dessa experiência. Peruzzo (1998, p. 141) considera que é muito comum os “meios populares serem produzidos por uns poucos e estes fazerem suas próprias interpretações das necessidades de informações e de outras mensagens dos receptores”. Todavia, meu interesse se volta para a tentativa de compreender os por quês dessa realidade, no que diz respeito ao site do bairro Ellery. O que impede ou afasta os/as diretores/as da ACEM de participar de forma mais direta?

Um dos grandes desafios é o da produção textual, levando-se em conta que o texto é a base do site. O que se apresentava como problema para os jornais populares, continua no ciberespaço. A leitura e a escrita não estão no cotidiano das classes populares. Muito mais acomodada a esse contexto, está a oralidade. Durante a pesquisa de campo foi possível perceber o “mal-estar cultural” e os

destempos da modernidade dos quais falam Martín-Barbero e Rey (1999). A realidade de exclusão dos bairros populares e periferias apresenta um descompasso em relação ao mundo de benesses que a lógica do capital propaga como homogêneo.

Uma das formas de perceber a pouca habilidade com a escrita foi através do acompanhamento da lista de discussão no Google. As mensagens apresentavam problemas de construção, gramática e organização das idéias. Mesmo em se tratando de uma escrita mais coloquial, visto que se tratava de um grupo do qual apenas os membros da diretoria faziam parte, a falta de apropriação da escrita era evidente.

Antônio Soares fala da dificuldade que é organizar as idéias para escrever. O militante já colocava essa questão quando se referia à produção do jornal “Garra Comunitária”, primeira experiência comunicativa do Ellery. Beethoven compartilha da mesma visão e acrescenta outro fator: o medo de expor o que escreveu. “Na faculdade os professores sempre dizem pra gente escrever artigo pra publicar. Eu já até escrevi uns, mas não publiquei não. Só fiz guardar. É difícil essa coisa de você publicar um texto seu e aí vai ser avaliado e tudo mais” (Beethoven Rodrigues, entrevista 2011).

Esse temor é explicado por Ong (1998). De acordo com o autor, ocorre que “a situação das palavras em um texto é muito diferente da sua situação na linguagem falada”. Na forma oral as palavras estão em seu habitat natural, “são parte de um presente real, existencial”. Já no texto “as palavras estão sozinhas e quem a produz também. O autor não sabe o que o espera quando o texto for lido por alguém, algum dia e em algum lugar”. A falta de um contexto verificável é o que torna a escrita normalmente “uma atividade tão mais angustiante do que uma apresentação oral para um público real” (ONG, 1998, p. 44-45).

Escrever é ainda mais complicado para quem teve pouco acesso à educação formal; realidade da maioria dos membros da diretoria da ACEM, como é possível perceber através do “retrato escrito”. A capacidade cognitiva e discursiva é, em grande parte, adquirida nas salas de aula, embora a qualidade da educação no Brasil seja bastante questionável. Como afirma Maia (2008, p. 338), “ganhar voz na Internet não depende necessariamente de privilégios financeiros, raciais ou geográficos, mas se relaciona com a aquisição de capacidade discursiva”.

As dificuldades no processo de produção textual não é uma realidade vivenciada apenas no Ellery, mas pelos movimentos sociais populares de uma forma geral. Esse é um dos motivos que faz com que movimentos e organizações precisem contar com assessoria de profissionais da área de comunicação e/ou intelectuais em suas experiências comunicativas. Exemplo disso é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O MST conta, entre outros profissionais, com três assessores de comunicação nacionais locados nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, há também assessorias de comunicação nos Estados. O site do Movimento ([www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)), por exemplo, recebe contribuições dessas assessorias e duas jornalistas se dedicam à edição e a postagem<sup>81</sup>. Militantes também participam dos setores de comunicação do MST e a qualificação destes é uma preocupação constante. Uma das iniciativas mais recentes é o curso Jornalismo da Terra<sup>82</sup>.

Optar pela participação de jornalistas e outros profissionais de comunicação no processo de construção das mídias populares pode garantir dinamismo à produção, mas há também o risco de tornar o veículo desconectado de seu contexto, como ocorreu com o Jornal Grita Povo, citado no primeiro capítulo. Não são poucos os jornalistas militantes que dão grande contribuição às experiências de comunicação popular comunitária, porém é preciso estar atento para que o veículo não perca sua inserção no lugar.

De acordo com Aguinaldo Aguiar, a decisão da ACEM é de que não haja a participação de jornalistas na produção da comunicação do Ellery, a não ser em dinâmicas de capacitação e/ou através de contribuições pontuais. Há de se ter em mente também, que movimentos de bairro, sem grande estrutura organizacional como é o caso da Associação Comunitária do Ellery, não tem tanto poder de articular e agregar profissionais de comunicação como o MST, o Greenpeace e a Pastoral da Criança, por exemplo.

Entendo que a própria estrutura do site pode inibir a participação. Não há espaço para a ludicidade e para o entretenimento. A produção textual é sempre

---

<sup>81</sup> Informações adquiridas em conversa com Mayrá Lima, assessora nacional de comunicação do MST, em Agosto de 2010.

<sup>82</sup> O curso de Jornalismo da Terra é um curso de graduação para sessenta militantes dos movimentos de luta pela terra (MST, CPT e MAB) de todo Brasil. Iniciou-se no ano de 2010. É realizado em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC) com recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

voltada para a escritura de matérias e a linguagem adotada é a jornalística. Para Daniel Almeida isso intimida um pouco as pessoas.

Ele (o site) não ficou como um local que as pessoas pudessem ter uma participação mais efetiva. Como um local que as pessoas tivessem uma completa participação; isso é verdade. A radio comunitária era mais direta, digamos assim, mais popular entre os adultos e ou pessoas da terceira idade. Para o Fernando(Barbosa), por exemplo, era muito estranho” (Daniel Almeida, entrevista 2011).

Aguinaldo Aguiar concorda. Em conversa informal ele disse que “o site alcançou um nível de qualidade que as pessoas ficam meio com medo. Com medo de não alcançar esse nível, de escrever besteira”. Loneide Melo é um exemplo. Quando participava do movimento social no bairro Pirambu, era ela quem produzia e escrevia as matérias do jornal popular. A atual diretora da ACEM também tem, já há algum tempo, apropriação da linguagem tecnológica, como é possível perceber pelas informações do “retrato escrito”. Tem possibilidade de acesso tanto em casa quanto no trabalho, mas ainda assim, não escreve para o site. Ela explica que “escrever o jornalzinho era diferente...era mais simples. Se pelo menos tivesse assim uma parte de piadas no site, aí pode ser que eu escrevesse” (Loneide Melo, entrevista 2011).

Embora haja um esforço para que o site tenha um caráter coletivo, o fato é que a produção dessa mídia é muito norteadas pelas visões de mundo de seu principal produtor e articulador. Aguinaldo Aguiar diz que “o site é assim pesado como eu. É a minha cara”. O peso a que o comunicador popular se refere é o da discussão política, que em tempos de arrefecimento das lutas e mobilizações populares, parece algo nada prazeroso.

Se, por um lado, a experiência política e comunicativa que Aguinaldo adquiriu ao longo de quase 30 anos de militância dá ao site uma qualidade discursiva, por outro afasta aqueles que se voltam mais para o entretenimento. O site apresenta notícias sobre cultura, lazer e entretenimento, porém, em sua estrutura, não há nenhuma ferramenta voltada para isso e nem espaços que permitam uma participação, digamos, mais lúdica.

Se para Loneide Melo, o navegar na Internet já se incorporou ao cotidiano, o mesmo não ocorre com Vilaci Torres, Carioca, Sílvia Rejane, Tarcísia Nunes,

Carminha e Marcos Gomes. Apenas Rejane tem acesso a Internet em casa. Há menos de um ano ela adquiriu o primeiro computador. Quando a entrevistei ela dava os primeiros passos no mundo cibernético. Tudo era ainda muito novo. Nem o email, criado pelo filho, ela lembrava corretamente. “Acho que é [rejane@.com](mailto:rejane@.com) ou é [hotmail@.com...uma](mailto:hotmail@.com...uma) coisa assim” (Sílvia Rejane, entrevista 2011). A falta de apropriação do léxico próprio das mídias digitais é um dos elementos que aponta para o fato de que a Internet ainda está distante do contexto desses atores sociais. Ainda não se incorporou ao cotidiano

Vilaci, Carioca, Tarcísia e Carminha só acessam a Internet através dos filhos/as. “Eu mesmo nunca acessei não, mas meu filho já entrou pra mim”. Essa é uma frase comum de ouvir das militantes. Nenhuma das quatro tem computador em casa. Até desejam comprar, mas sempre tem um banheiro da casa para ajeitar ou a cozinha que precisa de uma reforma. Assim, o sonho do computador vai ficando mais e mais distante. No ambiente de trabalho também não é possível o acesso. Carminha trabalha como auxiliar de serviços gerais e Vilaci, Carioca e Tarcísia exercem a função de manipuladora de alimentos (merendeira). Como discutido no segundo capítulo, o trabalho, no caso das mulheres, não é um elemento que possibilite o processo de apropriação das tecnologias digitais, ao contrário das funções exercidas pelos homens.

Marcos, que é aposentado, conta que, só de vez em quando, vai à uma *lan house*. “Às vezes a gente também não tem dinheiro pra isso, né”, explica o militante. Como afirma Orozco (2006), um motivo que atrasa as mudanças em termos de tecnologia é que os recursos são limitados. “Simplesmente não há poder aquisitivo para acompanhar o desenvolvimento tecnológico que é oferecido no mercado” (OROZCO, 2006, p. 85).

A impossibilidade de acesso em casa e no trabalho torna ainda mais séria a situação de analfabetismo digital, que se junta às dificuldades econômicas e ao pouco acesso à educação formal, formando um cenário de profunda exclusão digital. O fato é que “os meios técnicos de transmissão não determinam os modos típicos de apropriação, pois esses modos dependem também das condições, convenções e competências que caracterizam os contextos de recepção e os receptores” (THOMPSON, 1995, p. 405).

Como se não bastassem esses fatores, há ainda a questão da idade; importante nuance em termos de exclusão. Quando pergunto a Tarcísia se ela tem vontade de navegar na NET ela diz “vontade eu tenho, mas não tenho mais idade pra isso, não. Tô velha pra aprender”. Carioca expressa essa mesma ideia. “Eu até queria aprender, fazer um curso, mas meu filho diz que isso é coisa pra jovem. Eu já tô velha”. Vilaci ressalta, ainda, outra dificuldade: a questão do tempo.

Mesmo com um computador em casa, como é que vou aprender a mexer nessas coisas de Internet se eu passo o dia trabalhando e quando chego tenho que dá conta das coisas da casa... vender minhas cervejas...Pra aprender a mexer tem que ter tempo. Meu neto já mexe em tudo, em celular, em tudo. O menino faz e desfaz. É por que é novoné, mas eu... (Vilaci Torres, entrevista, 2011).

Falta de tempo é também o que afasta Fernando Barbosa da produção do site. O militante explica que na época da Rádio Mandacaru, o cenário era diferente.

Antes eu tirava o meu sustento de tudo isso aqui. Então, cara, eu tinha mais tempo para a Associação, eu tinha mais tempo pra Rádio, eu tinha mais tempo pro futebol, por que eu estava aqui e tirava meu sustento do projeto que era da entidade. Não só eu, como outros. Agora tudo é diferente. Pra eu participar do site, primeiro que é uma responsabilidade, se eu me comprometer eu tenho que mandar. E às vezes eu não to com tempo ou não to com saco. (Fernando Barbosa, entrevista 2011).

Vale ressaltar que essa dificuldade não exclui o desafio da produção textual, vivenciado de uma forma geral pelos atores sociais que estão mais próximos do site e também de apropriação das tecnologias digitais. As dificuldades vão se imbricando e se somando para formar um cenário de desafios para uma participação mais efetiva e continuada. Parece longe para a comunicação popular na Rede o nível de participação que Bordenave (1983) denomina por “ter parte”, ou seja, assumir um compromisso, considerar a participação como um direito conquistado.

Maia (2008, p. 332) entende que “mesmo quando o acesso à Internet é possível, muitas pessoas não tem tempo, capacidades técnicas ou motivação para fazer uso dos recursos oferecidos pela WEB”. É exatamente a falta de motivação, unida a uma espécie de tecnofobia, que afasta Beethoven de uma participação mais

efetiva na produção do site. O militante, que algumas vezes contribui como fotógrafo é enfático, quando aborda essa questão: “não gosto desse ambiente da Internet. Dessa coisa da tecnologia. Isso não faz parte da minha vida e por isso eu não me aproximo do site. Por que falta assim eu participar desse ambiente. Eu não me sinto parte do site” (Beethoven Rodrigues, entrevista 2011). Quando insisto em perguntar o que mais faltaria para que ele participasse do site, a resposta surge de forma rápida e simples: “vontade”.

A falta de vontade de participar vem também do pouco interesse pela comunicação. Seria ingênuo pensar que, pelo fato do bairro Ellery ter uma longa trajetória em termos de comunicação popular comunitária e das experiências comunicacionais estarem profundamente ligadas às lutas sociais, todas as lideranças e militantes tenham, necessariamente, interesse pela prática comunicativa. Essa questão se agrava quando a comunicação popular é construída usando um suporte que ainda causa estranheza e, em muitos aspectos, ainda é desconhecido.

Vale ressaltar que quando coloco o não interesse pela comunicação estou me referindo ao seu caráter normativo e não ao caráter funcional. Retomando a discussão teórica de Wolton (2006) à qual fiz referência no primeiro capítulo, o aspecto normativo da comunicação tem relação com a ideia de compartilhar, dialogar, de ser instrumento para estabelecer relações. Seria muito mais um processo cotidiano de construção, o que difere do caráter funcional, que é voltado para as informações práticas e necessárias para o dia a dia, como o dia da vacinação pública ou os cursos oferecidos pela Associação Comunitária.

Um exemplo dessa realidade é Antônio Soares. Relembrando citação utilizada no quarto capítulo, Antônio diz que mesmo quando era responsável pela produção do jornal Garra Comunitária, não se sentia um comunicador. Que fazia esse papel porque não tinha quem fizesse. Na Rádio Mandacarú, a participação do militante era em termos de gestão e não relacionada à programação. No site também é assim. Antônio fica responsável pelo pagamento do provedor e outras questões burocráticas.

Além do fato de não gostar de tecnologia, Beethoven Rodrigues afirma que a comunicação é, para ele, algo separado do contexto que vivencia no bairro e na

Associação. Assim também é para Francileuda Soares, cuja participação se dá, apenas, quando Aguinaldo solicita informações sobre eventos da UBM ou do CSA.

A falta de interesse pela comunicação popular em seu aspecto normativo, também é perceptível em Wescley Sacramento. Aqui se estabelece um interessante antagonismo, já que o jovem militante está, desde o ano de 2010, cursando Jornalismo. Acompanhei as dúvidas de Wescley com relação à escolha do curso de graduação. Havia grande incentivo de Aguinaldo Aguiar e Antônio Soares para que a escolha fosse pelo curso de Comunicação Social. A expectativa era de que Wescley passasse a se comprometer com a produção do site. O jovem militante expressava, no entanto, o desejo de trabalhar em algum veículo da mídia de massa. Em conversas informais, contava de sua admiração pelos apresentadores de programas populares e constantemente perguntava se esses jornalistas eram bem remunerados.

O curso de graduação não fez com que Wescley se aproximasse da produção do site. A apropriação que tem da Internet, facilitada pelo fato de ser jovem, também não é fator que o leve a essa ação. Seu uso da Internet direciona-se mais para os contatos virtuais através das redes sociais (facebook e twitter), MSN, e-mail e pesquisas relacionadas à faculdade. Pelo que foi possível observar, o interesse de Wescley, em termos de militância, se volta muito mais para as articulações no concreto. Ele inclusive acalenta o desejo de ser vereador de Fortaleza.

É possível perceber através do olhar para a relação que os atores sociais do Ellery estabelecem com a tecnologia digital que o fato de ter computador com acesso, algumas vezes pode não significar muito para a construção da comunicação popular. Remetendo-me à discussão de Wilhem (2000) citado no segundo capítulo, chego à idéia que os/as diretores/as da ACEM que tem acesso à NET podem ser considerados como “usuários periféricos”, ou seja, embora tenham acesso às tecnologias, utilizam-nas de maneira episódica, sobretudo para propósitos comerciais e de entretenimento.

Voltando mais especificamente para a questão da participação, os/as moradores/as do bairro também não participam diretamente do processo de produção. A participação se dá quando “alimentam” Aguinaldo com informações ou quando concedem entrevistas para alguma matéria. Alguns fazem, ainda, uso das ferramentas de interatividade, que é uma forma de participação.



Como discutido no segundo capítulo, os processos participativos, de uma forma geral, experimentam um momento de refluxo. Entendo que essa realidade é agravada pelo fato da Associação Comunitária não criar canais de participação. Essa realidade se dá tanto para a participação no cotidiano da ACEM quanto com relação ao site. Vale ressaltar ainda que, durante o período da pesquisa de campo, a comunicação não foi pauta de discussão nas reuniões da Associação nem uma única vez.

A partir do segundo semestre de 2011 o site passou a exibir um *banner* convidando os internautas a se tornarem repórteres populares. A estratégia limitou-se ao mundo virtual. No concreto esse convite não foi disseminado e nem melhor explicado o seu significado. Aguinaldo afirma que ainda não houve interessados. Abaixo *banner* veiculado pelo site.



Figura 27: banner repórter popular

Criar canais de participação significa, também, pensar em uma estrutura de apoio às pessoas que se mostrem interessadas. Demanda acompanhamento, principalmente nos primeiros momentos e um planejamento de ações. Tudo isso, obviamente, requer tempo, dedicação e discussão. Wesley Sacramento considera que já teria sido possível montar uma equipe para a produção do site a partir dos

cursos e capacitações que foram realizados no bairro, no entanto, “o curso acaba, o pessoal se dispersa e a gente não tem tempo de acompanhar por que tem coisa demais pra fazer e não prioriza isso” (Wescley Sacramento, entrevista 2011).

Se junta a esse contexto uma característica da Internet que, acredito, contribua para o não interesse pela participação: o fato de uma mídia digital, site ou blog, poder ser construído por uma única pessoa. Nas experiências de construção da comunicação popular em outros suportes, isso não era possível. Era necessário um coletivo para colocar no ar uma rádio comunitária, por exemplo. No caso da Mandacarú, uma variedade de grupos (*reagge*, capoeira, *funk*, hip hop, jovem guarda, entre outros) fazia a programação. Era a unidade dessa diversidade que fazia a Rádio. Com as TICs, cada um desses grupos pode ter seu próprio site. Sendo assim, para que se dedicar a uma construção coletiva de um site de bairro.

Essa lógica da produção individual é fomentada nas escolas. Em uma das minhas idas ao Colégio Honório Bezerra, acompanhei uma aula de laboratório na qual o professor Eduardo Girão ensinava aos alunos do nono ano, como criar um blog. Cada aluno criava o seu blog e lá colocava as informações que considerava serem importantes ou que faziam parte da sua vida. Em nenhum momento cogitou-se a possibilidade de criação de um blog coletivo; nem que fosse um coletivo de dois. Em nenhum momento houve uma discussão coletiva relativa à escolha dos conteúdos.

Com todas essas barreiras que a Internet e o contexto de vida desses atores sociais apresenta, se torna difícil participarem da construção de um site. Isso parece algo inalcançável para diretores/as da ACEM que, sequer, tem possibilidade de acessar, de forma direta, a mídia popular do bairro.

O questionamento sobre se essa é realmente a melhor mídia para o bairro surge quase que imediatamente diante do contexto apresentado. Entendo que a Internet trouxe ganhos para a comunicação popular do Ellery devido ao alcance da informação, ao barateamento dos custos e principalmente pela possibilidade do bairro continuar a produzir comunicação. O fato de o site existir, mesmo com todas as dificuldades, já é de suma importância. É prova de resistência da comunicação popular comunitária. Evidentemente os processos de exclusão precisam ser observados e debatidos. É necessário comprometimento político com relação a programas de inclusão digital mais abrangentes e, também, com relação à resolução

de problemas estruturais históricos das classes populares. O comprometimento para diminuir a “brecha digital”, acredito, deva ser também das universidades. Os militantes dos movimentos sociais populares precisam de formação continuada para que consigam se apropriar do conhecimento necessário para navegar com precisão no oceano digital.

Com todas essas intempéries parece lógico que a participação na construção da comunicação popular comunitária na Rede se encontre fragilizada, contudo “é no dia-a-dia de uma realidade de carência de consciência política e de recursos financeiros e técnicos, que se exercita a comunicação popular participativa, na medida do possível” (PERUZZO, 1998, p. 301). Entendo que a questão não é perguntar se essa ou aquela é a melhor mídia para determinado lugar, afinal, “cada tecnologia atende melhor à satisfação de uma ou mais necessidades anteriores, mas não de todas. Assim as velhas tecnologias sempre conservam um grau de distinção insubstituível” (OROZCO, 2006, p. 85). A grande questão talvez seja identificar a heterogeneidade dos processos e buscar soluções para os desafios que se apresentam.

Mas ainda há elementos a serem analisados no site do Ellery. O período de refluxo no que diz respeito à participação de atores sociais ligados ao lugar, coincidiu com o fluxo de participação de pessoas de fora do bairro ou que com ele estabelecem apenas uma tênue relação. Esses/as são os colunistas do site que apresento no item que se segue.

### **5.6.1 Os Colunistas**

Os colunistas podem ser categorizados como os atores sociais externos ao bairro que contribuem para a produção do site. Quando digo externos, não estou me referindo apenas à questão geográfica, mas ao fato de que alguns, mesmo morando no bairro, não estabelecem relações de proximidade com o lugar; não vivenciam o cotidiano. Perceber essa desconexão dos que estão perto, mas ao mesmo tempo muito distantes, só foi possível através da convivência, das conversas informais e do dia a dia no bairro.

Ao todo são 6 colunistas que contribuem de forma voluntária. Moram no bairro Luiz Henrique Abraão, estudante de Ciências Sociais da Universidade Estadual do

Ceará (UECE) e Eduardo Girão, jornalista e professor da área de tecnologia digital da Escola Municipal Honório Bezerra, uma das escolas públicas do Ellery. O poeta Tobias Sampaio, primeiro colunista do site, morou no bairro por mais de 30 anos e estabeleceu fortes ligações com o lugar. Em 2010 mudou-se para o Rio de Janeiro devido a questões familiares. Rafael Santos, mestre em Administração pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), embora não more mais no bairro, tem raízes lá. Estudou na Escola Municipal Martinz Aguiar e continua a freqüentar o bairro, pois seus pais ainda residem lá. A militância feminista foi o que levou Rossana Brasil ao Ellery. A advogada e psicóloga participou de projetos do CSA e de eventos promovidos pela ACEM. Alexandre Aragão é comerciante e mestre em políticas públicas. Conheceu o site e o bairro ao participar de um evento na Cidade Alta. Logo foi convidado a fazer parte da mídia.

Diversos foram os caminhos (alguns se imbricaram) que levaram esses atores sociais a fazer parte do quadro de colaboradores do site do bairro Ellery e diferentes são as relações que se estabeleceram ao longo do tempo. As entrevistas com esses sujeitos nos ajudaram a desvendá-los.

Algumas questões são comuns a todos os colunistas, como o fato de terem sido convidados a participar por Aguinaldo Aguiar e de nenhum publicar diretamente. Todos enviam os textos para o comunicador popular. A participação dos colunistas é mais um indício de que há sempre a tentativa de coletivizar a produção, quer seja com pessoas do próprio bairro e que fazem parte da dinâmica cotidiana da organização, quer seja com pessoas externas ao bairro ou que não tem tanta relação com o lugar.

Outra questão geral é que nunca houve reuniões com os colunistas ou entre estes. Na realidade, com exceção de Rafael Santos e Alexandre Aragão, os demais não se conhecem. Também não são dadas maiores explicações sobre a linha de atuação do site, seus objetivos, enfim, sobre o processo de construção. Apenas é feito o convite para participar escrevendo textos.

A temática abordada pelos colunistas também é totalmente livre. Não há nenhuma indicação ou referência a algum assunto que porventura pudesse ser melhor apreciado ou necessitasse ser discutido na comunidade. Há, inclusive, uma mensagem no topo da área da *Home Page* destinada aos artigos que diz: “opiniões aqui não refletem necessariamente as opiniões do site”.

Entendo que essa questão é fruto da já relatada fragilidade em termos de articulação e planejamento para a participação no Ellery. Se, por um lado, essa postura reflete uma abertura do site para permitir maior diversidade de opiniões e pensamentos, por outro, penso que é perdida a oportunidade de trabalhar um comprometimento com a comunicação popular comunitária, afinal, se trata de um site popular. Sigo apresentando os colunistas e alguns vieses da participação de cada um.

Tobias Sampaio participa da Associação Comunitária desde a década de 1990, embora nunca tenha feito parte da diretoria da instituição. Quando a Rádio Mandacarú ainda estava no ar, conta que comandou um programa que ia ao ar aos Sábados. Participou, também, das primeiras discussões que deram surgimento ao site e tornou-se o primeiro colunista.

O ferroviário aposentado, natural do município de Guaraciaba do Norte, localizada a 299 Km de Fortaleza, tem como *hobby* a poesia e a crônica. É membro da Academia Ipuense<sup>83</sup> de Letras e já escreveu mais de 10 livros. As crônicas de Tobias dão conta, principalmente, do cotidiano do bairro. Fala do sobe e desce do vendedor de pão pelas ruas do Ellery, dos “papudim”<sup>84</sup> que se reúnem nas praças, da situação do açude João Lopes, da história do bairro, entre outros temas. Para Tobias, o melhor do Ellery “é a gente se sentir numa cidade do interior e o pior são as promessas de cuidados com o bairro que nunca acontecem de verdade. A revitalização do açude João Lopes, por exemplo” (Tobias Sampaio, entrevista 2010).

Ioneide Melo e Fernando Barbosa são leitores da coluna de Tobias. Consideram que entre os colunistas, o poeta é quem tem uma linguagem mais acessível. “Os outros são assim muito técnicos. Eu gosto quando fala das coisas daqui. Gosto do jeitão do Tobias escrever” (Fernando Barbosa, entrevista 2011). A identificação e vivência do escritor com o bairro faz com que a aceitação de seus textos seja mais fácil; que não haja estranhamento.

Com relação às tecnologias digitais, Tobias considera que sabe muito pouco. “Somente sei manusear o mouse e acessar o Word para escrever o que me vem à cabeça” (Tobias Sampaio, entrevista 2010). Ainda assim, acha que não dá pra viver

---

<sup>83</sup> O município de Ipu localiza-se a 257Km de Fortaleza e é famoso pela bica onde Iracema, protagonista do romance de José de Alencar, se banhava.

<sup>84</sup> Gíria cearense usada para se referir às pessoas que ficam nas ruas ou praças bebendo cachaça.

sem Internet e nem o bairro viver sem o site. “um bairro como o nosso se acostumou com o sítio e será um desastre acabar com ele. Informa, orienta, integra” (Tobias Sampaio, entrevista 2010). A participação nas discussões para criação do site e na oficina ministrada por Daniel Almeida contribuíram, de forma decisiva, para que o escritor se apropriasse da Internet.

Após a mudança para o Rio de Janeiro, o colunista passou a escrever sobre assuntos mais gerais, mas não deixou de colaborar, de forma assídua, com o site; o que só é possível devido à ubiqüidade das TICs.

Luiz Henrique mora no Ellery desde que nasceu, há 22 anos, mas não conhecia a Associação Comunitária e nem a história de lutas sociais do Ellery. Mora na “parte alta”, bem próximo ao Pólo de Lazer da Sargento Hermínio e pouco interage com o cotidiano do bairro. Um trabalho da faculdade, que exigia a escritura de um artigo sobre algum movimento social, de preferência que atuasse no bairro onde o aluno morava, o levou até a Associação Comunitária. “Antes da cadeira, eu não sabia o que eram movimentos sociais. Entrei em crise por que lia toda aquela teoria dos anos 80 e não encontrava aquilo na prática. Só depois é que fui entendendo as mudanças” (Luiz Henrique, entrevista 2011).

Foi do contato com a ACEM e com os diretores que surgiu, em Janeiro de 2011, o convite para escrever no site. Henrique escreve sobre política e logo no primeiro artigo testou a informação que recebeu de que poderia escrever sobre qualquer coisa. “Fiquei pensando: será que qualquer coisa é qualquer coisa mesmo. Aí escrevi um artigo criticando a prefeita e saiu. Aí eu acreditei”. O temor de ser censurado se dava porque os militantes da ACEM são do PCdoB; partido da base aliada da prefeita de Fortaleza.

Henrique se angustia por achar que as pessoas do bairro não se interessam pelos artigos que escreve. Segundo ele, vivemos em um mundo pragmático no qual as pessoas não se interessam por questões que não sejam práticas. “Quem é que vai entrar numa lan house e perder tempo pra acessar o site do bairro Ellery e ler uma coluna sobre política escrita por uma pessoa que eles nem conhecem?”, pergunta em tom de crítica a si mesmo.

A fala de Henrique é emblemática no sentido de referenciar a importância do papel do comunicador popular. Daquele que mais do que produzir comunicação, está enraizado no bairro, vive o cotidiano, conhece as pessoas. Só essa relação é

que pode permitir que a comunidade se veja em sua mídia. Quando Fernando e Loneide dizem que lêem apenas a coluna de Tobias, uma das justificativas é que não conhecem os outros colunistas.

Minha colocação, entretanto, não segue um viés essencializador no sentido de que só pode participar do site quem tiver relação de vivência e convivência como bairro. Apenas explicito a importância desse elemento para a comunicação popular. Todavia, acredito que o papel dos colunistas é importante, pelo fato de povoar o site com assuntos diversos e por dar pinceladas de global no local.

Continuando a olhar para a participação de Luiz Henrique, mesmo entendendo que os problemas de exclusão digital prejudicam o site, o estudante acredita que a existência dessa mídia é importante por que “tudo parte de uma necessidade. A comunicação alternativa parte de uma necessidade: de ter voz e vez” (Luiz Henrique, entrevista 2010).

Além de Tobias, Henrique é o único colunista que produz unicamente para o site, os demais escrevem para outras mídias, como explicitarei na sequência, e, depois, publicam também no site. Essa lógica difere da utilizada por Aguinaldo Aguiar com relação à produção de notícias, pois conforme relatei anteriormente, o militante envia sugestões de pauta à mídia de massa, mas só depois de ter publicado no site.

Desenvolvimento social e gestão são as temáticas preferidas por Rafael Santos. O convite para ser colunista do site surgiu após um email que enviou a Aguinaldo Aguiar parabenizando pela produção da mídia. “Ele me respondeu perguntando se eu não queria participar escrevendo uma coluna”, conta. A participação do militante do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) causou certa polêmica na Associação Comunitária, pelo fato do pai de Rafael ser de uma corrente política oposta a dos diretores/as da instituição. Como disse anteriormente, à exceção de Loneide Melo, todos os demais são membros do PCdoB. Aguinaldo sempre rebate as críticas incitando a participação dos colegas. “Ele pode sair, mas aí você escreve no lugar dele”, provoca o militante.

O temor de Henrique de não ver um texto com maior nível de criticidade publicado, era o mesmo de Rafael. “Fiz um texto criticando os políticos do bairro e achei que ele (Aguinaldo) ia travar, mas foi publicado. Vi que o site tem transparência” (Rafael Santos, entrevista 2010). A ausência de censura é fruto da

visão política de Aguinaldo Aguiar que por várias vezes, durante as reuniões da Associação comunitária, em eventos do bairro, conversas informais ou entrevistas, reafirmou a ideia de que é preciso fazer política de uma forma mais ampla; para além das questões partidárias. Referindo-se ao processo de monitoramento das obras de revitalização do açude João Lopes, disse na lista de discussão do Google que,

após estas quase três décadas de militância popular na região, estou convencido que, nós e o Povo, em todos os aspectos, ganhamos mais quando há uma maior unidade, inclusive com forças e grupos que pensam diferente da gente. Também sei que esse caminho é mais difícil e complexo e exige muito mais de todos nós...(Aguinaldo Aguiar, Associação10).

Segundo Rafael, seus textos são voltados para o público acadêmico. “Não sei fazer essa tradução para um texto mais popular”, admite (Rafael Santos, entrevista 2010). Ressente-se do bairro vivenciar um cenário de exclusão digital que dificulta a disseminação da informação. Ainda assim, acredita na importância do espaço para os colunistas, pois explicita a ideia de que o site “não está pronto, está sempre sendo construído” (Rafael Santos, entrevista 2011).

Participação popular e coletividade são temáticas caras a Alexandre Aragão e sempre presentes em seus textos para o site. O convite surgiu após ter participado, juntamente com Rafael, de um evento na Cidade Alta<sup>85</sup>. Conta que ficou feliz por ser uma oportunidade de colocar em comum o conhecimento que tem sobre algumas questões.

A relação do colunista com os movimentos sociais surgiu ainda na infância, muito norteadada pela avó, amiga de D. Helder Câmara. Militou no movimento estudantil nos tempos da ditadura militar e continua a participar dos movimentos sociais facilitando oficinas e capacitações.

O que mais chamou a atenção de Alexandre, com relação ao site, foi

a abertura que o site tem. Em vez de ser uma comunidade entre os iguais, aquele site permite a participação do outro, do diferente, do diverso. Isso é uma coisa importante que a comunicação digital tá trazendo. Você começa

---

<sup>85</sup> Como relatei anteriormente, a Cidade Alta é uma área do Ellery onde foi realizada uma das primeiras ocupações de terra e construído um dos primeiros conjuntos habitacionais. Pode ser considerada uma comunidade dentro do bairro.



a ter relacionamentos internodais em Rede e isso permite que nós participemos sem um nível de cobrança muito elevado (Alexandre Aragão, entrevista 2011).

Na fala do colunista é possível perceber a valorização de uma das características dos meios digitais, que é a possibilidade de contatos mais fluidos devido a uma estrutura baseada em “espaço de fluxos” e não em “espaço de lugares” (CASTELLS, 1999). Esse cenário, que surge com a Internet, influencia, também, as formas de participação. Além de não mais se ancorarem em relações de co-presença, parecem ganhar, pelo menos com relação ao site do bairro Ellery, mais horizontalidade.

Acredito, entretanto, que para a construção da comunicação popular comunitária é necessário mesclar ubiquidade e territorialidade. O “espaço de fluxos” do virtual, precisa se encontrar como o “espaço de lugares” do concreto. Sem a mínima relação de co-presença, cujo objetivo seria forjar uma relação mais próxima com o lugar, essa parte da produção do site não dialoga com a comunidade. Estabelece-se uma divisão entre o que é para dentro, para o bairro, e o que é para fora. Ou, quem sabe, seja possível pensar em termos da existência de uma “parte alta” e uma “parte baixa”, também no site, refletindo a territorialidade do Ellery.

Interessante é perceber que a mesma ubiquidade que permite a Tobias Sampaio continuar próximo e em contato com o bairro torna desnecessário, a Alexandre Aragão que esse contato se estabeleça, afinal, ele pode permanecer conhecendo o bairro apenas via site. Mais uma vez reitero a ideia da importância, mesmo com as facilidades das mídias digitais, do contato com o lugar e seu contexto. Considero não ser esse um pensamento retrógrado, mas cuidadoso com relação características históricas que fazem a comunicação popular comunitária ser uma “outra comunicação”.

Alexandre Aragão não escreve textos especificamente para o site. Os textos enviados já foram anteriormente publicados no blog do colunista ou em outra mídia. “Se eu tivesse convivência com o site e com o bairro ou se o site pedisse, eu até poderia escrever... isso até poderia acontecer. A gente poderia avaliar”, explica o colunista (Alexandre Aragão, entrevista 2011). Esse é outro fator que ressalta o fato de algumas colunas terem pouca ou nenhuma conexão com o lugar e nem parece

haver uma postura da Associação Comunitária ou da produção do site com relação a isso.

Eduardo Girão despertou o interesse em participar do site, como colunista, a partir das conversas que tivemos durante trabalho de campo. O jornalista mora no bairro desde que nasceu, há 36 anos, mas não tem nenhuma relação com as lutas sociais, com a comunicação popular e nem com a Associação Comunitária. Conta que passou a conhecer melhor o bairro depois que conheceu o site. A “descoberta” o levou a propor aos alunos do Colégio Honório Bezerra, a criação de um blog sobre o bairro.

As temáticas abordadas por Eduardo são variadas. Vão desde a espetacularização da vida privada até os riscos à vida trazidos pelas motocicletas, passando pelos projetos que realiza no Colégio onde trabalha. Os textos do jornalista também não são produzidos para o site, mas para blogs dos quais participa. O site do Ellery é mais uma mídia onde divulga o que escreve.

Eduardo é um entusiasta das tecnologias digitais e das possibilidades de uso na educação. Ele considera que “o laboratório (de informática) não é pro aluno aprender a mexer no teclado, no Windows, no Word... O laboratório é mais uma ferramenta para o aprendizado. Pode ser um ótimo veículo para a educação” (Eduardo Girão, entrevista 2011).

Depois que passou a ser colunista, Eduardo tornou-se um entusiasta também do site do bairro Ellery. Está sempre apresentando a mídia aos alunos e realizando discussões a partir das matérias divulgadas. O trabalho parece estar dando resultados. Dos 5 alunos que responderam ao questionário, 4 conhecem e acessam o site.

A participação no site aproximou o jornalista de algumas ações da ACEM e, com isso, do próprio bairro. Também aqui é possível perceber os *links* que se estabelecem entre o concreto e o virtual e que vão sendo tecidos a partir da construção da comunicação popular comunitária. Esse processo é complexo e vai muito além da escritura de textos.

Rossana Brasil é psicanalista e advogada vice-presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB Ceará. Conheceu o Ellery e o site através da participação em um evento do Centro Socorro Abreu. Comumente escreve sobre autoestima,

drogas e violência contra a mulher. Os textos de Rossana também não são produzidos especificamente para o site.

As informações que tenho a respeito da participação da advogada foram adquiridas através do site ou de conversas com alguns diretores da Associação. Por várias vezes tentamos contato com Rossana para entrevista, mas sem sucesso

Chega-se à ideia de que, com relação ao conteúdo desenvolvido, os colunistas, à exceção de Tobias Sampaio, apesar de fazerem parte do site, não estão integrados à construção da comunicação popular em Rede. Na realidade, não estão integrados ao site. Entendo que esse cenário é, também, fruto de uma falta de articulação no concreto por parte da ACEM. Uma das questões que dificulta essa articulação é o fato da administração do site ficar a cargo de uma única pessoa.

Ainda assim, o site contribui para que atores sociais como Luiz Henrique, Alexandre Aragão e Eduardo Girão passem a conhecer aspectos do Ellery e mesmo da comunicação popular. Como coloca Alexandre Aragão, o site é um veículo que contribui para as relações e “para as pequenas construções da vida” (Alexandre Aragão, entrevista 2011).

Outra contribuição dos colunistas diz respeito a incitar o acesso ao site de pessoas que estão fora do bairro. Por um lado, não é o ideal o fato dos moradores do Ellery terem, na mídia do bairro, publicações que não estabelecem, praticamente, nenhuma relação com o seu cotidiano, mas por outro lado, essas publicações atraem o público acadêmico, por exemplo, que passa a ter a oportunidade de conhecer o bairro através do “território informacional” (LEMOS, 2007).

Parece-me claro, também, que as mídias populares continuam a ter grande dificuldade em se manter apenas com a participação popular, principalmente em um cenário de exclusão digital e social. Remeto-me, então, à discussão de Gomes (1990), apresentada no primeiro capítulo. De acordo com o autor, há três tipos de emissores no movimento popular: o primeiro é autenticamente popular e representado por pessoas surgidas do próprio povo. O segundo é aquele constituído por pessoas que, na sua maioria, não pertencem propriamente ao povo, mas encontram-se profundamente identificados com os interesses e aspirações populares e convivem, muitas vezes, com o povo e o terceiro é aquele integrado por pessoas que não pertencem ao povo e nem por sua extração de classe nem por

sua convivência cotidiana com este. Entre os colunistas do site do Ellery é possível encontrar exemplos do segundo e do terceiro tipo de emissores.

A pluralidade dos colunistas denota uma abertura do site no sentido de agregar pessoas que, não necessariamente tenham relações com o bairro e também de ter presente, em uma mídia popular comunitária, temáticas relacionadas a questões sociais mais amplas. Entretanto, pode também ser fruto de uma tentativa de garantir a produção de conteúdos diante de um quadro de pouca participação dos que estão mais próximos da experiência.

### **5.7 O Ellery conhece a sua mídia?**

A pesquisa que ora apresento não se volta para uma análise de recepção, no entanto, por se tratar de uma discussão em torno da comunicação popular comunitária, entendo ser importante lançar um olhar, mesmo que de forma não aprofundada, para esse aspecto. Antes, porém, me dedico à análise das formas de divulgação do site do bairro Ellery, por entender que a publicização tem relação direta com o conhecimento ou não dessa mídia, por parte dos moradores/as e, conseqüentemente, com o acesso.

Embora a visibilidade seja uma das características mais alardeadas da Internet, é fato que não basta estar na Rede para ser visto. Conforme discutido no primeiro capítulo, um número mínimo de portais concentra esmagadora quantidade dos acessos. Sendo assim, o site do bairro Ellery, como tantos outros, pode jamais ser acessado e se perder no oceano de informações que é o ciberespaço. Dessa forma, é preciso criar estratégias de divulgação. O site é uma mídia que precisa da ajuda de outras mídias para ser visto.

A primeira estratégia de divulgação já nasceu com o próprio site: a veiculação das fotos do pré-carnaval do bairro. Os moradores/as, retratados/as em momentos de alegria e diversão, passaram a ter um grande incentivo para acessar o site. Queriam se ver e ver os amigos/as. Logo depois, os militantes resolveram “se aproveitar” do grande *boom* das *lan houses*. Daniel Almeida conta que, após o sucesso conseguido com a divulgação das fotos do pré-carnaval, alguns donos de

*lan houses* procuraram Aguinaldo Aguiar para fazer uma parceria. O endereço eletrônico do site foi colocado como página inicial de várias *lan houses* do bairro.

Outra estratégia foi a promoção “Minha Rua é mais Brasil”. Lançada em 2006 e movida pela realização da Copa do Mundo, a promoção tinha como objetivo premiar a rua mais animada e mais enfeitada do bairro. Clarice Araújo participou ativamente dessa atividade e lembra que o intuito maior não era a competição em si, mas propiciar um momento de agregação de vizinhos e amigos, de trabalho coletivo. “Era uma disputa, mas era em prol de uma coisa legal que era a rua se organizar e coletivamente fazer uma coisa interessante” (Clarice Araújo, entrevista 2010).

A votação da rua mais bonita era feita através do site. Assim, além de votar, criava-se a possibilidade do internauta explorar o site e quem sabe, passar a acessá-lo com alguma frequência. Nos dias de jogos do Brasil, a equipe do site saía às ruas fotografando e conversando com as pessoas. Tive a oportunidade de acompanhar um desses dias, pois à época, participava de pesquisa coordenada pela Profa. Dra. Catarina Farias. A euforia era total. Os moradores/as posavam para fotos e logo queriam saber quando iam ser veiculadas no site.

Os eventos que ocorrem no bairro são, comumente, utilizados como mídia de divulgação do site. Há sempre alguém avisando que as fotos e/ou matérias referentes àquele momento poderão ser vistas. Por várias vezes o endereço eletrônico é informado. Dessa forma, mesmo quem não tem condições de acessar, fica sabendo da existência do site e de detalhes sobre o conteúdo.

Outra mídia é o bloco Sai na Marra, que, de certa forma, consegue unir a “parte alta” e a “parte baixa” do bairro, no mês de pré-carnaval. O endereço do site está estampado nas camisetas oficiais e durante os desfiles os foliões são constantemente lembrados de acessar o site para ver as fotos.

O grupo de discussão do Google também funciona como espaço de divulgação das matérias do site. Estas são enviadas por Aguinaldo Aguiar, que é o mediador do grupo. Os emails têm sempre o título: “sugestão de leitura”. Essa estratégia é interessante por que alguns dos diretores/as da Associação, mesmo tendo acesso à Internet, não tem o hábito de acessar o site; ou acessam de forma bastante esporádica. Percebi esse fato durante as entrevistas. Quando perguntava se o/a diretor/a acessava o site, a resposta era sempre positiva. A pergunta seguinte era sobre qual tinha sido a última matéria lida. Algumas vezes a matéria citada havia

sido veiculada há meses. Outras vezes a resposta era um longo silêncio seguido da justificativa de que, na correria do dia a dia, nem sempre era possível acessar. Uma exceção a esse quadro é Loneide Melo, que acessa o site diariamente. Ela conta que gosta de ler os textos sobre a história do bairro e as notícias atuais.

Se a Associação Comunitária realiza algum curso ou capacitação, as inscrições são feitas através do site. Nos cartazes de divulgação, comumente colocados em mercadinhos e outros comércios do bairro, há sempre o endereço do site. Matérias e fotos dos cursos também são veiculadas e os participantes avisados para acessar.

Talvez a estratégia mais inusitada de divulgação do site, que percebi durante o trabalho de campo, tenha acontecido durante as reuniões da ACEM. Na grande maioria das vezes, Aguinaldo mediava a reunião e fazia questão de usar projetor e computador. De acordo com o comunicador popular, o uso dos equipamentos ajuda as pessoas a ficarem mais atentas. Comumente, nesses momentos, o site era apresentado. A imagem era projetada na parede da sala e Aguinaldo fazia a leitura das matérias mais recentes ou mesmo de matérias antigas que tivessem relação com a pauta da reunião.

Embora nas reuniões estivessem, na grande maioria das vezes, apenas os membros da diretoria, ainda assim essa ação tinha um significado importante. Para Carminha, Tarcísia, Marcos, Carioca e Vilacy, por exemplo, aquela era uma das poucas oportunidades de ver o site, de acessar indiretamente, de saber do conteúdo daquela mídia. Era um momento de apropriação, de estar um pouco mais próximo do mundo digital, mesmo que através do comando de outra pessoa.

Essa cena me remetia sempre à análise que Davis (2001) faz do surgimento da palavra impressa. Essa, de acordo com a autora, surgia em um período em que os alfabetizados eram poucos. Fazendo uma analogia, nas classes populares, os analfabetos digitais ainda são muitos, mesmo em tempos de avanços das Tecnologias da Informação e da Comunicação. A apresentação e a leitura em voz alta de notícias do site podia, guardadas as devidas proporções, ser ambientada no século XVI. Lá, durante o *Veillé* – reunião da comunidade da aldeia ao cair da tarde – ouvia-se, à luz de velas, alguém alfabetizado e que tivesse livros, ler em voz alta (DAVIS, 2001).

Thompson (1995) discute que, embora a prática da leitura silenciosa seja “um modo típico de apropriação de materiais escritos”, essa prática coexistiu, no início da época moderna, com outras práticas de leitura como aquela feita em voz alta “para um grupo de pessoas que se reunia para ouvir a leitura, e que podiam assim apropriar-se das mensagens escritas sem ter a capacidade de ler” (THOMPSON, 1995, p. 404). Para Chartier (1994) a grande função da leitura em voz alta é comunicar o texto aos que não o sabem decifrar. Nas reuniões do Ellery, quando o site era apresentado, havia o decifrar não do texto, mas daquele suporte que tornava, para muitos, o texto distante como era distante nos primeiros momentos do surgimento do livro. Muitos podem ter adquirido o acesso à leitura e com mais ou menos destreza, decifram o texto, mas a modernidade trouxe o analfabetismo digital.

Sigo agora para um breve olhar sobre a recepção do site. A pesquisa etnográfica me possibilitou perceber a importância que tem essa mídia para os moradores. Esse sentimento vem do fato do bairro estar na Internet, mesmo que o/a morador/a nunca tenha tido oportunidade de acessar ou acesse de forma bastante esporádica. O site funciona como um elemento que dá *status* ao bairro. Os moradores/as se sentem valorizados, incluídos nos processos da modernidade, mesmo que olhando mais de perto, a situação não seja exatamente essa. Em uma realidade social de muitas precariedades e exclusões, o site é uma conquista.

Durante as interações informais com moradores/as do bairro ficava atenta às referências que surgiam de forma natural ao site; natural no sentido de não haver provocação de minha parte. Quem se referia à mídia, sempre o fazia com orgulho. Um desses episódios aconteceu no “Bar do Devan”, um dos muitos do bairro Ellery. Vilacy Torres sugeria a realização de uma festa na Associação Comunitária. Várias ideias referentes à temática, data e local surgiram. Quando o assunto passou a ser a divulgação, Jackson, vizinho de Vilacy, disse rapidamente: “Ah! Isso eu boto rapidinho no sitio do bairro”. Admirei-me da menção e principalmente do fato do morador utilizar o termo “sitio” e não “site”. Perguntei se ele acessava o site e a resposta veio com certo tom de impaciência, como que achando a pergunta óbvia: “Ôxe! Claro que acesso. Acesso é todo dia. É bom demais o site...nosso, aqui do bairro.”

Por vezes, quando fazia o registro fotográfico dos eventos, alguns/as moradores/as, já conhecidos ou não, se aproximavam e perguntavam, “vai colocar

no site, é?”. Um dos momentos em que esse fato ocorreu foi na chegada do passeio ciclístico realizado em comemoração ao Dia do Trabalho. No encerramento do evento há sempre o sorteio de uma bicicleta e o ganhador fez questão de tirar várias fotos, inclusive orientando o melhor ângulo. Esse é um indício de que os moradores sabem da existência do site e, de alguma forma, conhecem sobre a mídia.

Para Aguinaldo Aguiar, apenas o fato do site existir, ou seja, do bairro ter uma mídia, já faz grande diferença para os/as moradores/as.

Ele (o site) mexe com a alta estima à medida que as pessoas...como a Rádio (Mandacarú) mexia muito. A Rádio mostrou o bairro...que o bairro não tem só violência...não tem só marginal...o bairro tem uma Rádio! Então, isso mexe com a auto estima. Agora o bairro tem um site. Ele pode não botar porra nenhuma ali no site, mas ele pode dizer pras pessoas, ele pode ver ali. Como o Bloco...esses são referenciais. As pessoas podem dizer: 'eu sou lá do bairro do Sai na Marra' ou então, 'meu bairro tem um site'. (Aguinaldo Aguiar, entrevista 2010).

Há, ainda, formas indiretas de acesso ao site. Como disse, é prática comum de Aguinaldo andar pelas ruas do bairro conversando com moradores/as. Algumas vezes, essas conversas se transformam em possibilidade de “acesso” para aqueles/as que não têm computador ou não tem o conhecimento necessário para acessar a Internet. Em uma das idas a campo, quando já não morava mais no Ellery, fui à casa de Dona Marilene. Ela logo chamou para sentar e começou a conversar. “Aguinaldo passou por aqui de manhã e disse que o conjunto habitacional tá já pra sair. Tá bem pertim. Ele tinha vindo de lá naquela hora. Diz que tá muito bonito. Ele tirou fotos e disse que vai botar no site”.

Dona Marilene se referia ao conjunto habitacional para onde foram removidas as famílias que moravam na área de risco do açude João Lopes. Apesar de ter computador em casa, a dona de casa nunca acessou diretamente a Internet, mas já pode contar para as amigas qual será a próxima notícia do site.

Além das observações de campo, optei pela aplicação de um questionário, de 15 perguntas objetivas e subjetivas, incluindo dados demográficos, em locais representativos do bairro. Realizei uma espécie de mapeamento do Ellery e escolhi locais que pudessem dar conta da diversidade desse espaço social. A pesquisa etnográfica foi essencial para nortear essas escolhas. No caso do Pólo de Lazer da



Sargento Hermínio, devido à variedade de usos do espaço, optei por fazer uma divisão a partir dos grupos frequentadores.

Vale salientar, ainda, que o questionário foi aplicado apenas a moradores/as do bairro, pois embora esteja no ambiente desterritorializado do ciberespaço, o site tem relação direta com o bairro, volta a maior parte do seu conteúdo para o local e faz parte das lutas sociais do Ellery.

Eis os locais/grupos elencados:

- Os bares mais conhecidos do bairro – “Bar do Devan”; “Bar do Zezinho”; “Bar do Júnior”; “Bar do Wagner” e “Bar do Odalir”
- Igreja Católica – Grupo de Jovens e Grupo de adultos
- Sede dos Alcoólicos Anônimos (AA)
- Cidade Alta
- “Parte Baixa” do bairro
- “Parte Alta” do bairro
- Moradores da área do açude João Lopes
- Colégio Martinz Aguiar
- Colégio Honório Bezerra
- Pais e Mães da Creche Favo de Mel
- Grupo da Terceira Idade
- Centro Espírita
- Igreja Evangélica
- Pessoas nas ruas
- Pólo de Lazer da Sargento Hermínio
  - Praticantes de caminhada
  - Feirantes
  - Praticantes de Esportes Radicais

O questionário foi aplicado a 85 pessoas no total, contando que foram elencados 17 grupos e que a amostra de cada grupo foi de 5 pessoas. Dessas, 48,2%, ou seja, 41 pessoas conhecem o site, enquanto 44 pessoas ou 51,8% nunca

ouviram fala na mídia. 48,8% conheceram o site através de indicação de amigos e familiares e 31,7% a partir de eventos do bairro. Apenas uma pessoa relatou que conheceu o site navegando na Internet.

Fica claro a importância e a necessidade da divulgação do site e, principalmente, o fato dessa divulgação estabelecer uma relação entre o concreto e o virtual. Como os acontecimentos e eventos do cotidiano do bairro são usados como mídia, mostrou-se comum o fato das pessoas conhecerem o site do bairro, ou seja, saber de sua existência, mesmo sem nunca ter acessado. 25,9% dos pesquisados apesar de conhecer, nunca acessou.

Do total de pesquisados, 21,1% já acessaram o site pelo menos uma vez, enquanto 78,9% nunca acessaram. O que mais incita o acesso é a divulgação de fotos, principalmente as do “Sai na Marra”. Um exemplo é Lucilene Silva, uma das moradoras escolhidas aleatoriamente nas ruas do bairro. Segundo ela, “disseram lá no bloco que ia ter a fotos, ai eu acessei”. As notícias do bairro também são motivo de acesso. Bruno Ramos, do grupo de jovens da Igreja Católica, diz que acessa por que “o site é a cara do bairro”.

O fato do site falar sobre o bairro e apresentar a história do lugar é considerado, pela maioria dos pesquisados, como “o melhor do site”. Porém, principalmente os jovens, reivindicam que a mídia traga mais matérias sobre os grupos aos quais pertencem. Assim pensam os praticantes de esportes radicais no Pólo e os membros do grupo de jovens da Igreja Católica. Dar visibilidade às ações desses e de outros grupos do bairro, talvez seja um caminho para fomentar a participação na produção do site.

A aplicação do questionário deu indícios de que a Internet ainda não está inserida no cotidiano das pessoas do bairro. Fato interessante ocorre com relação aos donos de bares. Todos eles patrocinam o bloco “Sai na Marra”. O site é amplamente divulgado durante a festa de pré-carnaval e, também, através de cartazes e da camisa oficial. Entretanto, com exceção de Antônio Júnior, os demais demoraram a dizer que conheciam o site. Só após alguns minutos de silêncio é que diziam: “ah! Eu sei, eles falam no bloco”.

Grande parte das mulheres adultas coloca como motivo para não acessar, embora tenha computador em casa, a rotina doméstica que não deixa tempo para a apropriação e o uso das tecnologias digitais. Essa é uma realidade das classes

populares que apresenta alguns grupos ainda mais excluídos dentro de um contexto de exclusão.

No entanto, mesmo diante de tantas dificuldades, a importância do site para o bairro fica evidente no orgulho que os moradores/as têm pelo simples fato da mídia existir. O site é um elemento que contribui para o processo de inserção das tecnologias digitais no bairro. Permite que a Internet fique mais próxima, mais acessível, no sentido de permear o imaginário e as conversas de moradores/as.

Essa percepção não se trata, entretanto, de um olhar romântico que naturaliza as exclusões. Assim como para Castells (2000, p. 1),

Mi esperanza es que el desarrollo de las redes se fortalezca hasta englobar incluso a aquellos que quieren combatir sus efectos inaceptables. Que junto a las redes del dinero, de la tecnología, de la información, se constituyan redes igualmente poderosas, y por ende igualmente eficaces, pero alternativas, que transmitan valores diferentes y que terminen por general nuevas estrategias políticas globales<sup>86</sup>.

Enquanto isso não ocorre, os movimentos sociais populares seguem encontrando brechas e nadando contra a maré de desafios que inibem e, algumas vezes, até impedem que se estabeleça um processo participativo mais qualificado e perene, tanto com relação à produção do site, quanto ao seu acesso.

---

<sup>86</sup> Tradução da autora: “Minha esperança é que o desenvolvimento das redes se fortaleça até o ponto de englobar inclusive aqueles que querem combater seus efeitos inaceitáveis. Que junto com as redes do dinheiro, da tecnologia, da informação, se constituam redes igualmente poderosas e igualmente eficazes, porém alternativas, que transmitam valores diferentes e que terminem por gerar novas estratégias de políticas globais”.

## CONCLUSÃO

O empreendimento de uma pesquisa científica é um processo de muitas descobertas e aprendizados que surgem e são fomentados pelo empírico e pelo teórico. Os caminhos não são lineares. Na realidade, nem existe exatamente um caminho. Esse vai sendo construído e reconstruído com a ajuda dos autores com os quais dialogamos, com as tantas idas e vindas ao campo, com o reforço da experiência e do conhecimento do/a orientador/a, com as escolhas metodológicas, com a imensa contribuição dos sujeitos pesquisados e com a percepção das possibilidades e impossibilidades que a realidade – muito mais complexa do que qualquer análise que dela seja realizada – nos traz. Com a pesquisa que aqui apresentei não foi diferente e assim, pude experimentar a riqueza presente na construção de conhecimento.

Uma premissa norteou esse trabalho: o cuidado em não usar os óculos da essencialização que leva à prisão das dicotomias. Procurei realizar uma análise da comunicação popular comunitária na Rede a partir de sua complexidade e não de um “dever ser” que mutila as singularidades de cada experiência. Atenção foi dispensada para não dar lugar nem ao romantismo que desconsidera os desafios e antagonismos e nem ao criticismo que impede a percepção de conquistas aparentemente pequenas, mas de grande significado.

Obviamente críticas foram feitas, mas tiveram como objetivo principal contribuir para a construção da experiência estudada. Considero importante salientar, ainda, que a teoria visitada se tornou âncora para reflexões e discussões, mas jamais representou uma caixa na qual o objeto de estudo devesse ser encerrado.

Não creio que possa trazer conclusões a respeito das características que a comunicação popular comunitária apresenta quando construída tendo a Internet como suporte por se tratar de um processo dinâmico, cujo desenvolvimento dá, apenas, os primeiros passos. Remeto-me a Christa Berger que em sua tese de doutorado, datada do ano de 1996, afirmou que quando estranhemos as dificuldades em compreender o popular na contemporaneidade, é bom lembrar que a Cultura

Popular na Idade Média e na Idade Moderna foi estudada e compreendida, de fato, há bem pouco tempo.

Outra questão que me deixa reticente com relação ao uso do termo conclusão é o fato de ter realizado um estudo de caso, ou seja, me baseio em um recorte da realidade dos movimentos sociais populares no ciberespaço, que é o site do bairro Ellery. Meu olhar se voltou para o micro, para as singularidades de uma experiência comunicacional. Assim, muito mais do que concluir, gostaria de contribuir para que outras pesquisas também pudessem escavar os detalhes, o contexto, o cotidiano, o que tem pouca visibilidade, mas que nem por isso é menos importante; seja na área de comunicação ou em outras áreas do conhecimento. Dessa forma, considero que apresento aqui, muito mais, algumas considerações, que tem como intuito principal colaborar para a discussão dessa temática que me é tão cara.

O convívio cotidiano com o lócus de pesquisa e com os atores sociais que estão mais próximos da construção do site do bairro Ellery me permitiu perceber que o estar na Rede dos movimentos sociais populares com pouca estrutura organizacional e financeira é permeado por desafios que surgem tanto de questões intrínsecas ao suporte como de questões estruturais ligadas ao contexto social. Os desafios da comunicação são retratados desafios enfrentados pelos atores sociais que a ela se dedicam. Exatamente por isso a importância de olhar para além da mídia; do produto.

A apropriação das TICs é uma das grandes barreiras para um navegar preciso nas ondas do “oceano digital”. Na realidade, o conhecimento e o desenvolvimento de habilidades para o uso da técnica necessária para operacionalização do meio ou suporte sempre foi um desafio para a comunicação popular comunitária. Assim foi com o Rádio, o Jornal, o Vídeo e a TV. Entendo que na Internet esse cenário se agrava devido ao fato desta tecnologia ainda estar pouco acomodada ao cotidiano das classes populares; menos ainda, provavelmente, que o audiovisual. Ao contrário do Rádio, as tecnologias digitais ainda causam certa estranheza, que advém do desconhecimento; da falta de contato.

Vários são os motivos que dificultam a acomodação e a apropriação da tecnologia digital no âmbito das classes populares. Um deles é a questão econômica. Historicamente espoliado e renegado à situação de marginalidade, esse setor da população dificilmente consegue adquirir um computador. Apesar do

barateamento dos preços e das facilidades de financiamento precisam elencar como prioridade questões básicas de sobrevivência como moradia, educação e saúde. A compra do computador povoa os sonhos, mas a realidade mostra que o salário só vai dar pra reformar um cômodo da casa, muitas vezes para abrigar um filho/a que casou ou pra garantir a alimentação até o fim do mês. Além disso, para fazer parte do mundo digital, não basta adquirir o equipamento, é preciso estar conectado, o que significa dispendir mais recursos para o pagamento de um provedor de acesso.

Esse é o contexto vivenciado por alguns dos diretores/as da ACEM. Sem computador em casa e sem condições de acesso no local de trabalho, esses atores sociais nunca navegaram diretamente na Internet e, por mais antagônico que pareça, também nunca acessaram o site do bairro. Acessam indiretamente através de amigos e/ou familiares que compartilham informações ou, ainda, através das reuniões da Associação e/ou eventos do bairro nos quais o site é apresentado.

Apropriar-se da Internet, estar incluído digitalmente é condição que envolve bem mais do que a aquisição de um computador; requer uma segunda alfabetização: a alfabetização digital. É necessário o desenvolvimento de uma capacidade educativa, discursiva e cognitiva para adentrar nos labirintos do mundo cibernético. Vale lembrar que aqui não se trata apenas de navegar pelo mar de conteúdos disponível no ciberespaço através de alguns *clicks* ou de fazer parte de redes sociais, mas de produzir conteúdos; de construir um processo comunicacional.

Essa capacidade discursiva, que contribui para que os movimentos ganhem voz na Internet é adquirida, na grande maioria das vezes, na escola. A questão é que as classes populares, comumente, só têm acesso às escolas públicas - cuja qualidade de ensino é profundamente discutível - e por pouco tempo. Grande parte encerra os estudos ao término do ensino fundamental ou, no máximo, do ensino médio.

Há ainda outro aspecto a ser considerado. Os militantes que hoje estão envolvidos na construção da comunicação popular na Rede são adultos, com média de idade entre 35 e 50 anos, que não tiveram, durante o tempo em que freqüentaram a escola, acesso a computadores. O acesso tardio dificulta o processo de apropriação. A idade, muitas vezes, vai inibindo as tentativas de aprendizado. De fato, as novidades tecnológicas são, comumente, vivenciadas com mais facilidade pelos mais jovens. No âmbito dos movimentos sociais populares, principalmente os

que têm como pauta de luta os direitos básicos, a participação de jovens é mínima. As lideranças pouco se renovam. No Ellery, por exemplo, estão à frente das reivindicações e mobilizações os mesmos atores sociais que articulavam as ocupações de terras na década de 1980.

Não bastasse a fragilidade da educação formal, os movimentos sociais populares não contam, também, uma preparação inicial para o uso das TICs. Os aprendizados vão se dando na *práxis*, no cotidiano do uso, o que pouco possibilita uma condição de reflexão mais profunda, em termos políticos, sobre as características do suporte e da própria comunicação popular; questões que poderiam embasar e qualificar a produção de conteúdos.

Não há uma sistemática de apoio mais perene às experiências de comunicação popular comunitária na Rede por parte do poder público e nem das universidades. Entendo que é imperativo um movimento conjunto de setores da sociedade no sentido de contribuir para a formação de comunicadores populares e da atuação destes no mundo digital. Assim como foram desenvolvidas uma série de ações exitosas voltadas para o uso do Rádio, não só no Brasil como na América Latina, penso que é hora de estruturar um projeto abrangente voltado para a comunicação popular comunitária na Rede.

Os movimentos continuam dependendo de processos mediadores para que possam produzir comunicação, o que dificulta o protagonismo. A universidade participa, de forma esporádica, através de capacitações e oficinas, todavia, considero que, em relação ao uso das mídias digitais, as ações basilares que contribuem para a apropriação surgem, principalmente, de iniciativas dos próprios atores sociais envolvidos nas experiências. Quase sempre é um amigo ou o amigo de um amigo que se torna o principal mediador e que dá apoio aos primeiros passos no ciberespaço.

Essas questões demonstram que o que se convencionou chamar de “brecha digital” é, na verdade, um cenário complexo. Parece claro que a exclusão digital tem raízes em questões estruturais da sociedade brasileira que, apesar de alguns avanços em termos de democratização e garantia de direitos, ainda se encontra dividida entre os muitos explorados que gaarentem, através de sua força de trabalho, a riqueza dos poucos que ocupam o topo da pirâmide social.

Desconectar exclusão digital de exclusão social é adotar uma visão tecnicista que entende inclusão apenas como posse de um computador com acesso. Tal visão parece bastante cômoda para o sistema hegemônico do capital que pode continuar a não incidir sobre as históricas desigualdades vivenciadas pelas classes populares.

Obviamente a aquisição de equipamentos e a condição de acesso a Internet são premissas básicas para o processo de apropriação, no entanto, se as políticas de inclusão param por aí, dão conta apenas a uma inclusão superficial. Não passam de políticas integradoras em busca de índices que ajudem a construir um retrato de desenvolvimento ou, melhor seria dizer, um retrato desenvolvimentista. Essas políticas estão muito mais voltadas para o mercado de trabalho, que a cada dia exige mais mão de obra com conhecimento do mundo digital, do que para a possibilidade de fomentar um processo de transformação e (re)construção social, através das facilidades trazidas pelo universo digital.

Outra grande dificuldade na construção da comunicação popular na Rede é a produção textual; atividade que está distante da realidade dos movimentos sociais populares e dos povos da América Latina de uma forma geral. Essa realidade fragiliza o fazer comunicativo, visto que a mídia site é fortemente baseada na produção de textos. Ao contrário da oralidade, presença historicamente bastante forte no âmbito dos movimentos e das classes populares, a leitura e a escrita são atividades vistas com certo distanciamento e até temor. A insipiente educação formal contribui para esse quadro. O que era (e continua sendo) um desafio para os jornais populares, permanece na Internet.

Diante dessa realidade de múltipla exclusão que coloca, como excluídos, os militantes dos movimentos sociais populares na periferia, também do mundo digital, a comunicação popular na Rede continua, como em outros suportes, necessitando da contribuição de atores externos ao lugar onde a mídia é gestada. Na Rede essa participação apresenta novos contornos. Devido à característica de desterritorialização do ciberespaço, para participar sequer é preciso estabelecer uma relação de co-presença com o lugar onde a mídia popular é gestada e/ou com os atores sociais que dela são mais próximos.

Chego à ideia de que, embora essa fluidez permita a participação de uma diversidade de atores sociais garantindo, assim, vozes e opiniões também diversas, é imperativo que não se perca completamente a relação com o lugar. Entendo que



os movimentos sociais populares não podem e nem devem deixar de dialogar com contribuições de intelectuais, por exemplo, mas por outro lado devem criar estratégias de aproximação desses atores sociais com os comunicadores populares e com o bairro. Não há como negar a facilidade de comunicação trazida pela Internet, mas acredito que não é interessante abrir mão, quando se trata de comunicação popular, de uma participação mais compromissada com a realidade local.

Outro elemento desafiador para a construção da comunicação comunitária na Rede é o escasso tempo dos militantes. Estes precisam se dividir entre as questões familiares, o trabalho, muitas vezes em mais de um local, e o envolvimento nas lutas sociais. A disponibilidade de tempo tem se tornado, com o passar dos anos, cada vez mais ínfima. Os jovens das décadas de 1980 e 1990 hoje são pais e mães de família que dependem, muitas vezes, de subempregos que demandam muitas horas de serviço e oferecem baixos salários. Esse fato também faz parte da lógica de exclusão vivenciada pelos atores sociais que se dedicam à construção da comunicação popular na Rede.

O tempo que os militantes não têm seria o tempo necessário para o processo de apropriação, de aprendizado, de descobertas, de reflexão. O tempo político de construção não só da comunicação, mas de um projeto político alternativo, afinal, a comunicação não pode ser pensada de forma apartada de um contexto de luta social transformadora.

Todos esses reveses incidem diretamente na qualidade do processo de participação. Esse sempre foi um desafio para a comunicação popular comunitária e continua presente na Rede. Ao que parece, mudam os suportes, mas algumas dificuldades históricas continuam as mesmas, até por que, conforme disse anteriormente, muitas delas são fruto de questões estruturais. A aldeia está longe de ser global. Vive-se, muito mais, a experiência de uma torre de babel, que apresenta grande heterogeneidade em termos de níveis de inclusão e de apropriação das TIC's. Olhando para a realidade das periferias, o acesso para todos parece fazer parte, ainda, apenas de um otimismo teórico.

Remetendo-me novamente à discussão sobre participação, foi possível perceber através da pesquisa de campo que a Internet traz um aspecto singular que muda os contornos da comunicação comunitária. Diferentemente do que acontecia

nas experiências de rádios comunitárias e jornais populares, por exemplo, um site pode ser produzido por uma única pessoa, devido às facilidades próprias da arquitetura desse suporte. A possibilidade de individualização da produção dificulta o processo de construção coletiva. Por que contribuir para o site do bairro Ellery, por exemplo, se posso ter meu próprio site ou blog?

No Ellery a realidade é de concentração da maior parte do processo de produção de notícias em uma única pessoa, no entanto isso não significa que não haja coletividade. A postura política de Aguinaldo Aguiar, adquirida através de quase 30 anos de vivência em lutas sociais e na própria comunicação popular faz com que ele não estabeleça uma centralidade em si mesmo, mas que se coloque como um grande sistematizador que cria estratégias para permitir, apesar das dificuldades, a participação, tanto dos/as diretores/as da ACEM como dos/as moradores/as do bairro Ellery no site. Considero ser essa uma rica singularidade do meu objeto de estudo, que apresenta outros significados para a participação e mesmo para a coletivização das ações em termos de comunicação.

Apesar das intempéries, os movimentos estão, sim, navegando no “oceano digital”, pois no meio das pedras havia um caminho. Isso, por si só, já pode ser visto como uma atitude de resistência e de subversão a um sistema que, praticamente, apresenta apenas barreiras a quem habita a sua periferia. Estar na Rede é uma conquista e contribui para elevar a auto estima da população do lugar onde o site popular é gestado, afinal, a tecnologia digital é tida como símbolo de modernidade. Ter um site, para um bairro popular, é uma forma de inclusão e de reconhecimento. Uma forma de ser visto para além do estigma da violência e/ou das impossibilidades de vida digna.

Ocupar o ciberespçao é também uma ação que pode ser considerada como parte da luta pelo direito à comunicação. A cada matéria produzida, os movimentos abrem uma brecha no ferrenho monopólio das telecomunicações e permitem que a história seja contada a partir de outros ângulos, de outras vozes que, na grande maioria das vezes, pouco interessam aos grandes conglomerados de comunicação.

Com a Internet os movimentos conseguem visibilidade – atualmente sinônimo de existência – e um alcance de difusão de conteúdos impossível de se viabilizar em outros suportes. Com isso, exercem pressão sobre o poder público e, muitas vezes, conquistam o apoio de setores da sociedade para as reivindicações a que se

dedicam. O diálogo deixa de ser “de nós para nós mesmos” e ganha maior abrangência.

Evidentemente não se pode negar o contexto de monopólio presente também nas mídias digitais e protagonizado por alguns poucos sites de conteúdos, o que faz com que existam, sim, fronteiras no ciberespaço. Um site popular pode jamais ser acessado e ficar à deriva no mar de informações da Internet. Sendo assim, estabelecer uma relação entre o concreto e o virtual no sentido de divulgar o site popular é condição *sine qua non* para que a comunicação produzida no âmbito dos movimentos sociais populares tenha visibilidade. Chego à ideia de que comunicação popular na Rede não sobrevive sem a comunicação de co-presença que inclui o uso de mobilizações e eventos locais como mídia de divulgação. Assim, o concreto e o virtual são, de fato, duas instâncias do real.

Mesmo com as dificuldades de apropriação e contando muito com o esforço individual de alguns atores sociais que abraçam a hercúlea tarefa de lutar pelo direito à fala, a comunicação popular na Rede consegue fazer uso das ferramentas que caracterizam as mídias digitais como a interatividade, o hipertexto e os recursos multimídia. Tal fato demonstra certa precisão no navegar.

Algumas vezes, entretanto, o uso dessas ferramentas não ocorre ou se dá em pequena extensão. O motivo sempre é o desconhecimento desses recursos por parte comunicadores populares, mas limites do software utilizado. Para garantir o barateamento dos custos e, algumas vezes, por opção política e ideológica, os sites populares são construídos fazendo uso de software livre. Essas plataformas estão em construção e, algumas vezes, não disponibilizam recursos próprios da Web 2.0, por exemplo. Assim, o programa de computador utilizado também insere nos contornos que a comunicação popular comunitária assume na Rede.

Com relação ao conteúdo, a comunicação popular comunitária na Rede mantém uma característica histórica da comunicação popular que é dar voz a atores sociais invisibilizados e espaço para o cotidiano do lugar onde surge. As singularidades da periferia e dos bairros populares, que não tem espaço na mídia de massa, também são mostradas. O olhar dos produtores se volta, ainda, para a valorização da cultura local e para feitos individuais que contribuem para a valorização coletiva. O foco no local não indica, entretanto, localismo ou ausência de diálogo com o global.

O olhar para o que há de positivo, para o que deu certo e também para as lutas sociais continua a permear o fazer comunicativo na Rede. Trabalhar a partir dessa visão é se contrapor ao estereótipo da periferia fomentado pela mídia comercial. Todavia, há de se ter atenção para não perder o criticismo, pois sem isso, a meu ver, a comunicação popular se fragiliza.

Tão importante quanto o conteúdo é a forma como este é construído. A figura do comunicador popular continua a ter extrema importância na construção da comunicação popular comunitária na Rede. As matérias produzidas são fruto da vivência, da convivência diária, da inserção no lugar. São construídas a partir de um olhar de dentro. Há uma valorização dos/as moradores/as não só pelo fato destes/as serem protagonistas das notícias, mas pela forma com que são tratados durante o processo de produção. Assim, o site do bairro Ellery não é apenas uma experiência de uso da tecnologia digital para produção de comunicação, mas sim, uma demonstração de que a comunicação popular comunitária pode contribuir para fortalecer o sentido de comunidade; as relações entre os/as moradores/as e desses/as com o lugar.

Essa lógica demanda um maior tempo de produção e essa é outra subversão que a comunicação popular cria na Rede. Contrariando a corrida pela notícia em tempo real, própria das TIC's, a comunicação popular continua a optar pelo tempo político da comunicação, que privilegia a reflexão, a contextualização e a historicização. Mantém-se uma importante característica da comunicação popular mesmo diante da pressão pela imediatez da informação.

Outra importante característica da comunicação popular na Rede é a continuidade da territorialização em um ambiente desterritorializado; o ciberespaço. A grande diferença é que os territórios agora são fluídos e vão sendo construídos através das relações entre o concreto e o virtual. O site do bairro Ellery se torna ubíquo e acessível em qualquer lugar, mas não deixa de remeter a um espaço social concreto e histórico. Assim, entendo que não se estabelece um antagonismo entre o lugar, tão caro à comunicação popular e a desterritorialização, característica fundamental do ciberespaço.

Entretanto, a não necessidade de um lugar físico para o funcionamento do veículo popular inside, de forma sutil, no processo de participação de atores sociais pertencentes às classes populares. O lugar do veículo é lugar de convivência, de

troca de experiências, de diversão, de encontros. Esse processo apresenta possibilidades de participação que não estão ligadas, diretamente, à produção da comunicação. No caso da Rádio Mandacarú, por exemplo, os membros da ACEM podiam contribuir dedicando-se a limpeza do lugar, à recepção das pessoas ou simplesmente estando presentes. Com o site isso não se faz possível. Se por um lado há ganhos com territórios que se formam a partir de dados, por outro há perdas com a não necessidade de um espaço físico para esse processo.

A Internet traz outra novidade para a comunicação popular comunitária e para os próprios movimentos sociais populares que é a possibilidade de sistematização e de registro da história, antiga e recente, tanto do lugar, como suas lutas sociais. A característica de facilidade de armazenamento inerente ao suporte digital contribui para que as classes populares possam ter o registro de sua memória, antes acessível apenas através das lembranças dos mais antigos.

Mas a produção da comunicação popular comunitária na Rede não se dá sem diálogo com a mídia de massa. Já vai longe o tempo em que essas duas formas de fazer comunicação se encontravam em pólos opostos. As fronteiras estão cada vez mais tênues e há um franco processo de apropriação de mão dupla. Produções e reproduções fazem parte do cenário.

Chego à ideia de que o navegar dos movimentos sociais populares na Internet nem sempre é preciso, mas é necessário. Os movimentos precisam estar na Rede. As TIC's apresentam importantes possibilidades para os que nadam contra a maré e insistem em produzir uma comunicação que se pauta no ser. Adentrar no mundo digital é uma conquista, mas olhar só para esse fato é colocar para baixo do tapete uma série de desafios que só podem começar a ser superados com política abrangentes de inclusão social e digital. Não adianta difundir a Internet sem alterar o contexto de sua apropriação e é imperativo que a exclusão digital não seja naturalizada como parece ter sido, por alguns setores da sociedade, a exclusão social.

Com criatividade, lutas, idas e vindas, o Ellery continua seu caminho de experiências comunicacionais e de reivindicações sociais. Instiga reflexões, discussões e pesquisas. Expõem fragilidades da comunicação popular comunitária, mas, ao mesmo tempo continua a dizer que é possível fazer diferente; é possível fazer uma "outra comunicação". Se esta não é precisa, certamente é necessária.

## Referências Bibliográficas

AMADEU, Sérgio. **Tecnologias da Colaboração: o software livre na América Latina**. In: FRAGOSO, Suely; MALDONATO, Alberto Efendy. **A Internet na América Latina**. São Leopoldo: Ed. Unisinos; Porto Alegre: Sulina, 2009.

AMARAL, Adriana *et al.* **Netnografia como aporte Metodológico da Pesquisa em Comunicação Digital**. 2008. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/viewFile/4829/3687> Acesso em 12/05/2011.

AMARAL FILHO, Nemézio C. **As Perigosas Fronteiras da 'Comunidade': um desafio à comunicação comunitária**. In: PAIVA, Raquel; SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro dos.(orgs).**Comunidade e Contra-Hegemonia: rotas de comunicação alternativa**.Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ

ARBEX JÚNIOR, José. **Uma Outra Comunicação é Possível (e necessária)**. In: MORAES, Denis. **Por uma Outra Comunicação:mídia, mundialização cultura e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

\_\_\_\_\_. **Showrnalismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

ASSIS, Érico Gonçalves de. **O Novo Protesto – Táticas de ManifestaçãoMidiatizadas em Movimentos Sociais**. 2004. Disponível em:<http://pontomidia.com.br/erico/rodape/ericoassis%20%20taticas%20de%20manifestacao%0midiatizadas.pdf> Acesso em: 12/07/2008

AUGÉ, Marc. **Sobremodernidade: do mundo tecnológico de hoje ao desafio essencial do amanhã**. In: MORAES, Dênis de (org.). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

BARBERY, Muriel. **A Elegância do Ouriço**.São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAITELLO JÚNIOR, Norval. **As Irmãs Gêmeas: Comunicação e Incomunicação**. In BAITELLO JÚNIOR, Norval; CONTRERA, Malena Segura; MENEZES, José Eugênio de O. (orgs). **Os Meios da Incomunicação**. São Paulo: Annablume; CISC, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Mídia antes da Máquina**. 1999. Disponível em: <http://www.cisc.org.br/portal/biblioteca/maquina.pdf> Acesso em: 10/04/2010.

BAUDELAIRE, Charles. **O Spleen de Paris. Pequenos Poemas em Prosa**. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BAYMA, Israel Fernando de Carvalho. **A Concentração da Propriedade de Meios de Comunicação e o Coronelismo Eletrônico no Brasil**. 2002. Disponível em: <http://www.artv.art.br/informateca/escritos/estudos/concentra1.htm> Acesso em 20/02/2011

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. **Comunicação Popular e Igreja**. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (orgs). **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**.São Paulo: Paulinas, 1986.

BEUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a Pesquisa de Campo: Produzir e Analisar dados Etnográficos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O Que é Participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. **Além dos Meios e Mensagens: introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRAGA, Elza. **Vivências, lutas e memórias: histórias de vida de lideranças comunitárias em Fortaleza**. Ceará Periferia (org.). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

BRAGA, Robson da Silva. **Identificações e Recepção: O Olhar dos Moradores do Bairro Pantanal ou Planalto Ayrton Senna sobre o Vídeo Popular da TV Janela**. Universidade Federal do Ceará. 2010. Dissertação. Mimeo.

\_\_\_\_\_. **De Pântano a Planalto: A (re) Elaboração da Imagem do Bairro Pantanal ou Planalto Ayrton Senna pela Perspectiva dos Moradores e do Vídeo Popular da TV Janela**. 2007. Universidade Federal do Ceará (UFC). Monografia. Mimeo.

BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

BUZATTO, Marcelo El Khouri. **O Letramento Eletrônico e o Uso do Computador no Ensino de Língua Estrangeira: Contribuições para a Formação de Professores**. 2001. Disponível em: <http://ead1.unicamp.br/e-lang/publicacoes/down/00/00.pdf>. Acesso em 10/11/2010.

CABRAL, Adilson. **Contrapontos e Perspectivas de uma Internet para Todos**. In: PERUZZO, Cícilia Maria Krohling (Org.). **Vozes Cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina**. São Paulo: Agellara Editora, 2004.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A política dos outros. O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CASTELLS, Manoel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.

\_\_\_\_\_. **El Nuevo Papel Del Ciudadano ante la Revolución de Internet**. Revista Ciberlegenda. Número 3. 2000. Disponível em: <http://www.uff.br/mestcii/castells.htm> Acesso em: 22/03/2010.

\_\_\_\_\_. **A Galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

\_\_\_\_\_. **A Era da Intercomunicação**. 2006. Disponível em: <http://diplomatie.uol.com.br/acervo.php?id=1915&tipo=acervo&PHPSESSID=7344ed5e82e51d5534f731688bd39468> Acesso em 10/09/2010.

\_\_\_\_\_. **Internet e Sociedade em Rede**. In: MORAES, Denis (org.). **Por Uma Outra Comunicação: Mídia, Mundialização, Cultural e Poder**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

\_\_\_\_\_. **Comunicacion y Poder**. Madri: Alianza Editorial, 2009a.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. **História Educacional de Portugal: discurso, cronologia e comparação**. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

CHARTIER, Roger. **A Ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

\_\_\_\_\_. **Os Desafios da Escrita**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resitência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CICOUREL, Aaron. **Teoria e Método em Pesquisa de Campo**. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (org.). **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1980.

COGO, Denise. **No ar... Uma Rádio Comunitária**. São Paulo: Paulinas, 1998.

CORONEL, Angélica. **Disposições Técnico-Discursivas e Cidadania emTelejornais**. In FERREIRA, Jairo; VIZER, Eduardo A. (orgs.). **Mídia e Movimentos Sociais: Linguagens e Coletivos em Ação**. São Paulo: Paulus, 2007.

CORREIA, João Carlos. **Novos Movimentos Sociais e Transformações no Modelo de Análise das Mídias**. In: FERREIRA, Jairo; VIZER, Eduardo (orgs.). **Mídia e Movimentos Sociais: linguagem e coletivos em ação**. São Paulo: Paulus, 2007.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Urbanização da Sociedade Fortalezense**. 2008. Disponível em: [http://www.ceara.pro.br/Instituto-site/Rev-apresentacao/RevPorAno/2008/08-Art\\_Urbanizacaodasociedade.pdf](http://www.ceara.pro.br/Instituto-site/Rev-apresentacao/RevPorAno/2008/08-Art_Urbanizacaodasociedade.pdf) Acesso em 10/03/2011.

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França moderna**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEMO, Pedro. **Participação é Conquista: noções de política social participativa**. Fortaleza: Edições UFC, 1986.

DESLANDES, Suely Ferreira. **O Projeto de Pesquisa como Exercício Científico e Artesanato Intelectual**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2007.

DOWNING, John D. H. **Mídia Radical: Rebeldia nas Comunicações e Movimentos Sociais**. São Paulo: editora SENAC São Paulo, 2002.

DRUETTA, Delia Covi. **Internet: a aposta na diversidade**. In: FRAGOSO, Suely; MALDONATO, Alberto Efendy. **A Internet na América Latina**. São Leopoldo: Ed. Unisinos; Porto Alegre: Sulina, 2009.



DUARTE, Pedro Russi. **Los Zapatistas em um México de Guerras Diferentes: Reflexiones sobre las Estratégias Alternativas y Oficiales en el Marco de las Nuevas Tecnologías.** In: PERUZZO, Cíclia M.K.; COGO, Denise; KÁPLUN, Gabriel (orgs.). **Comunicação e Movimentos Populares: Quais Redes?** São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2002.

DUARTE, Márcia Yukiko Matsuuchi. **Estudo de Caso.**In: In: BARROS, A.; DUARTE, J. (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2006.

FAUSTO NETO, Antônio. **Incomunicação Rural: Dependência e Fatalismo.** In MELO, José Marques de. (org.). **Comunicação/Incomunicação no Brasil.** São Paulo: Edições Loyola, 1976.

FERREIRA, Zoraia Nunes Dutra. **Do Espetáculo à Mídia Radical: análise das ações comunicativas do Movimento pela Revitalização do Pólo de Lazer da Sargento Hermínio.** Monografia, 2009. Faculdade Evolutivo.

FERREIRA, Zoraia Nunes Dutra; OLIVEIRA, Catarina Tereza Farias de. **Os Movimentos Sociais na Rede: produção de notícias e valorização de sujeitos.** Disponível em: [http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos9\\_b.htm](http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos9_b.htm) Acesso em: 02/08/2010.

FESTA, Regina. **Movimentos Sociais, Comunicação Popular e Alternativa.** In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (orgs). **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil.**São Paulo: Paulinas, 1986.

FINLAY, Marike. **Poder e Controle nos Discursos sobre as Novas Tecnologias de Comunicação.** In: FADUL, Anamaria (org.). **Novas Tecnologias de comunicação: Impactos Políticos, Culturais e Sócio-econômicos.** São Paulo: Summus: Intercom, 1986.

FRAGOSO, Suely; MALDONATO, Alberto Efendy (orgs.). **Alnternet na América Latina.** São Leopoldo: Ed. Unisinos; Porto Alegre: Sulina, 2009.

FRANÇA, Vera Veiga. **O Objeto da Comunicação/ A Comunicação como Objeto.** In: FRANÇA, Vera Veiga; HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C. **Teorias da Comunicação: Conceitos, Escolas e Tendências.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Narrativas Televisivas: Programas Populares de TV.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

GALEANO, Eduardo. **A Caminho de uma Sociedade da Incomunicação?** In: MORAES, Dênis de (org.). **Sociedade Mediatizada.** Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas.** 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

GERALDES, Elen. **A Palavra Negada: A Incomunicação no Site do Programa Fome Zero.** 2006. Disponível em:<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1307-1.pdf> Acesso em: 10/04/2010.

GOLDMAN, Márcio. **Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia**. Disponível em: [http://svr-web.flch.usp.br/da/arquivos/publicacoes/cadernos\\_de\\_campo/vol13\\_n13\\_2005/cadernos\\_d\\_e\\_campo\\_n13\\_149-153\\_2005.pdf](http://svr-web.flch.usp.br/da/arquivos/publicacoes/cadernos_de_campo/vol13_n13_2005/cadernos_d_e_campo_n13_149-153_2005.pdf) Acesso em: 10/03/2010.

GÓMEZ, Guillermo Orozco. **Comunicação Social e Mudança Tecnológica: Um Cenário de Múltiplos Desorientamentos**In: MORAES, Dênis de (org.). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

GOMES, Pedro Gilberto. **Jornalismo: Memória no Movimento Popular**. In: BULIK, Linda; GOMES, Pedro Gilberto; PIVA, Márcia Cruz. **Comunicação: Memória e Resistência**. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

\_\_\_\_\_. **O Jornalismo Alternativo no Projeto Popular**. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.

GOMES, Wilson. **Internet e Participação Política**. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousely C.M. **Comunicação e Democracia: problemas & perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.

GONÇALVES, Tiago Estevam. **Labirintos da Modernidade Urbana: North Shopping na produção de uma nova centralidade em Fortaleza-CE**. 2009. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/321/240> Acesso em: 12/03/2011

GORCZEWSKI, Deisimer. **Micropolíticas da Juventude e Visibilidades Transversais: in(ter)venções audiovisuais na Restinga, em Porto Alegre**. 2007. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Tese.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia Crítica: alternativa de mudança**. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1986.

GUBER, Rosana. **El Savaje Metropolitano**. 1991. Disponível em: <http://deliranteserial.blogspot.com/2008/07/el-savaje-metropolitano-rosana-guber.html> Acesso em: 20/05/2011.

GUEDES, Luís Eduardo; SORJ, Bernardo. **Exclusão Digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas**. 2005. Disponível em: [http://www.bernardosorj.com.br/pdf/exclusaodigital\\_problemasconceituais.PDF](http://www.bernardosorj.com.br/pdf/exclusaodigital_problemasconceituais.PDF) Acesso em 5/12/2010.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HINE, Christine. **Etnografia Virtual**. Barcelona:Editorial UOC, 2000.

KAPLÚN, Mário. **El Comunicador Popular**. Quito: CIESPAL, 1985.

KOZINETS, Robert V. **The Field Behind the Screen: using netnography for marketing research in online communities**.2002. Disponível em <http://www.marketingpower.com/content18255.php> Acesso em 10/06/2011.

KUSCHICK, Christa Liselote Berger. **Campos em Confronto: jornalismo e movimentos sociais. As Relações entre o Movimento Sem Terra e a Zero Hora.** Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/berger-christa-campos-0.html> Acesso em 19/11/2010.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza (1945-1960).** São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

LACERDA, Juciano de Sousa. **A Internet na Gestão dos Movimentos Sociais: Estudo de Caso das Estratégias Discursivas da Rede Brasileira de Comunicadores Solidários à Criança.** In: PERUZZO, Cícilia M.K.; COGO, Denise; KÁPLUN, Gabriel (orgs.). **Comunicação e Movimentos Populares: Quais Redes?** São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2002.

LE MOS, André. **Cibercultura como Território Recombinante.** 2007. Disponível em: <http://abciber.org/publicacoes/livro1/textos/cibercultura-como-territorio-recombinante1/> Acesso em: 11/02/2011.

\_\_\_\_\_. **Ciber-rebeldes.** *Jornal A Tarde*, 08 mai. 1996. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/rebelde.html>. Acesso em: 20/04/2011.

\_\_\_\_\_. **Ciber-Socialidade. Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea.** 1999. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/pesq/cyber/lemos/cibersoc.html> Acesso em: 20/04/2011.

\_\_\_\_\_. **Ciber-Flânerie.** 2001. Disponível em: <http://www.andrelemos.info/artigos/ciberflanerie.pdf> Acesso em 20/05/2011. Acesso em: 20/04/2011.

\_\_\_\_\_. **Ciberativismo.** 2003. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/ciberativismo.pdf> Acesso em: 20/11/2010.

\_\_\_\_\_. **Ciber-Cultura-Remix.** In: ARAÚJO, Denize Correa (org.). **Imagem (ir)Realidade: comunicação e cibernímia.** Porto Alegre: sulina, 2006

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Ed. 34, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Que é o Virtual?** São Paulo: Editora 34, 1999a.

\_\_\_\_\_. **Revista Continente.** Ano XI. Jan/2011. Número 121.

LIMA, Sandra Amêndola Barbosa. **Participação Social no Cotidiano.** São Paulo: Cortez Editora, 1980.

LUYTEN, Joseph M. **Sistemas de Comunicação Popular.** São Paulo: Ática, 1988.

MACHADO, Antonio. **Caminante.** Disponível em: <http://babelnet.sbg.ac.at/carlitos/escenario5/poetas/machado/mach-caminante.htm> Acesso em: 23/02/2011.

MAFRA, Renan. **Entre o Espetáculo, a Festa e a Argumentação: mídia, comunicação estratégica e mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **A Festa no Pedaco**. São Paulo: Hucitec/UNESP, 2003.

\_\_\_\_\_. **Etnografia como Prática e Experiência**. Revista Horizontes Antropológicos. Porto Alegre. Ano 15. Nº 32. Jul/Dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32a06.pdf> Acesso em: 10/04/2010.

MAIA, Rousely C. M. **Democracia e a Internet como Esfera Pública Virtual: aproximação às condições da deliberação**. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousely C.M. **Comunicação e Democracia: problemas & perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Sociedade Tecnológica**. São Paulo: Editora Scipione, 1994.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1997.

\_\_\_\_\_. **Ofício de Cartógrafo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **Identidade Tecnológica e Alteridade Cultural**. In: FADUL, Anamaria (org.) **Novas Tecnologias de comunicação: Impactos Políticos, Culturais e Sócio-econômicos**. São Paulo: Summus: Intercom, 1986.

\_\_\_\_\_. **Globalização Comunicacional e Transformação Cultural**. In: MORAES, Dênis de (org.). **Por uma Outra Comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

MARTÍN-BARBERO, Jesús; REY, Germán. **Exercícios do Ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva**. Editora SENAC. São Paulo, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MATA, María Cristina. **Comunicación Popular: de la exclusión a la presencia**. Córdoba, Argentina. 1988. Mimeo.

\_\_\_\_\_. **Et al. Políticas sobre TIC's e Configuração da Cidadania: análise do caso argentino no período de 2003 – 2006**. In: FRAGOSO, Suely; MALDONATO, Alberto Efendy. **A Internet na América Latina**. São Leopoldo: Ed. Unisinos; Porto Alegre: Sulina, 2009.

\_\_\_\_\_. **Comunicación Popular y Comunidad**. Buenos Aires: WACC, 1981 (Mimeo)

MATOS, Teresa Cristina Furtado. **Rádios Comunitárias: Sintonias Dissonantes e Autoimagem**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará (UFC), 2006. Tese.

\_\_\_\_\_. **Rádios Comunitárias: Memória e Dádiva**. Universidade Federal da Paraíba (UFPB). 2000. Dissertação.

MAZZARINO, Jane. **Matrizes que se cruzam: interações entre movimento socioambiental e campo jornalístico.** 2008. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/asoc/v11n1/04.pdf](http://www.scielo.br/pdf/asoc/v11n1/04.pdf) Acesso em: 22/10/2010.

MELO, José Marques de. **Comunicação Comunitária. A imprensa comunitária no Brasil.** In: **Comunicação e Libertação.** Rio de Janeiro, Vozes, 1981.

MELUCCI, Alberto. **Por uma Sociologia Reflexiva.** Petrópolis: Vozes, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MONTARDO, Sandra Portela; ROCHA, Paula Jung. **Netnografia: incursões metodológicas na cibercultura.** 2005. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/55/55> Acesso em 10/06/2011

MORAES, Denis de. **Ciberespaço e Mutações Comunicacionais.** 2002. Disponível em: <http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/artigos/1596.html> Acesso em: 28/05/2010.

\_\_\_\_\_. **Comunicação Alternativa, Redes Virtuais e Ativismo: Avanços e Dilemas.** 2007. Disponível em: [http://www.eptic.com.br/arquivos/Revistas/v.%20IX,n.%202,2007/\(AD\\_352nisdeMoraes\).pdf](http://www.eptic.com.br/arquivos/Revistas/v.%20IX,n.%202,2007/(AD_352nisdeMoraes).pdf) Acesso em: 29/05/2010.

\_\_\_\_\_. **Comunicação Alternativa e Redes Virtuais: Os Movimentos Sociais na Internet.** 2001. Disponível em: <http://www.pulsar.org.br/portals/0/documentos/comunicacao.doc> Acesso em: 29/05/2010.

\_\_\_\_\_. **O Capital da Mídia na Lógica da Globalização.** In: MORAES, Denis de. (org.). **Por Uma Outra Comunicação: Mídia, Mundialização Cultural e Poder.** Rio de Janeiro: Record, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Ativismo Digital.** 2001. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.html> Acesso em: 11/10/2010.

\_\_\_\_\_. **O Concreto e o Virtual: Mídia, Cultura e Tecnologia.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MORAIS, Anielle Aparecida Fernandes de; REZENDE, Guilherme Jorge de. **OGreenpeace (en) Cena: Espetáculos em Busca de Visibilidade Midiática.** In: MELO, José Marques de (org.). **Mídia, Ecologia e Sociedade.** São Paulo: INTERCOM, 2008.

MUSSO, Pierre. **Ciberespaço, Figura Reticular da Utopia Tecnológica.** In: MORAES, Denis (org.). **Sociedade Mídiaizada.** Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

NAMBURETE, Eduardo. **Internet: a nova segregação digital.** In: ALMEIDA, Fernando Ferreira de.; PERUZZO, Cícilia Maria Krohling. **Comunicação para Cidadania.** São Paulo: Intercom; Salvador: UNEB, 2003.

NEGROPONTE, Nicolas. **A Vida Digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NÓRA, Gabriela; PAIVA, Raquel. **Comunidade e Humanismo Prático: a representação da periferia no Rio de Janeiro**. In: PAIVA, Raquel; SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro. **Comunidade e Contra-Hegemonia: rotas da comunicação alternativa**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

NUNES, Márcia Vidal. **As Rádios Comunitárias nas Campanhas Eleitorais: Exercício da Cidadania ou Instrumentalização (1998-2000)**. 2004. Disponível em: <http://vsites.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Marcia.pdf> Acesso em: 10/02/2011.

\_\_\_\_\_. **Rádio e Política: do microfone ao palanque: os radialistas políticos em Fortaleza (1982-1996)**. São Paulo: Annablume, 2000.

OLIVEIRA, Catarina Tereza Farias de. **Buraco do Céu: A Caminho da Comunicação Comunitária**. Universidade Federal do Ceará, 1990. Monografia. Mimeo.

\_\_\_\_\_. **O Direito à Palavra: Comunicação, Cultura e Mediações Políticas. A Experiência das Rádios Comunitárias**. Universidade Federal do Ceará, 1994. Dissertação. Mimeo.

\_\_\_\_\_. **Escuta Sonora: Recepção e Cultura Popular nas Ondas das Rádios Comunitárias**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

\_\_\_\_\_. **Exclusão e Inclusão Digital: Os Movimentos Sociais Populares na Internet 2008** Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0478-2.pdf> Acesso em: 02/02/2011.

ONG, Walter J. **Oralidade e Cultura Escrita: a tecnologização da palavra**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

ORTIZ, Renato. **Revista Continente**. Ano XI. Jan/2011. Número: 121.

PAGOTTO, Claudete. **Movimentos e Práticas Sociais no Jogo das Transformações Político-Econômicas**. Revista Espaço Acadêmico, Maringá / PR, v.1, p.1-3, 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/if/marx/documentos/22/Movimentos%20e%20pr%20eticas%20sociais.pdf> Acesso em: 11/05/2008

PAIVA, Raquel. **Estratégias da Comunicação e Comunidade Gerativa**. In: PERUZZO, Cícilia Maria Krohling (org.). **Vozes Cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina**. São Paulo: Agellara Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

\_\_\_\_\_. **Comunicação nos Movimentos Populares: a Participação na Construção da Cidadania**. Petrópolis, RJ: vozes, 1998.

PAULILO, Maria Ângela Silveira. **Participação Comunitária**. 1999. Disponível em: [http://www.ssrevista.uel.br/c\\_v1n2\\_participacao.htm](http://www.ssrevista.uel.br/c_v1n2_participacao.htm) Acesso em: 12/02/2011.

PEIRANO, Mariza Gomes e Souza. **A Favor da Etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PERUZZO, Cicília M.K. (org.) **Vozes Cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina**. São Paulo; Angellara. Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. **Relações Públicas no Modo de Produção Capitalista**. 4 ed. São Paulo: Summus Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_. **Televisão Comunitária: Dimensão Pública e Participação Cidadã na Mídia Local**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

\_\_\_\_\_. **Comunidades em Tempo de Redes**. In: COGO, Denise; KAPLÚN, Gabriel; PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Comunicação e Movimentos Populares: quais redes?** São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2002.

PESSOA, Fernando. **Poesias**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2006.

RAIMON.Yo **Vengo de un Silencio**. Disponível em: <http://www.cancioneros.com/nc/2594/2/yo-vengo-de-un-silencio-raimon> Acesso em: 10/10/2010

RAMONET, Ignácio. **A Tirania da Comunicação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **A Contemporaneidade como Idade Mídia**. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v4n7/03.pdf> Acesso em: 10/01/2011.

SANTIAGO, Jairo da Costa. **Comércio de Drogas e Mercado: os limites do comunitário**. In: PAIVA, Raquel; SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro dos.(orgs). **Comunidade e Contra-Hegemonia: rotas de comunicação alternativa**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro dos. **Representações Sociais de Pobres e comunidades da cidade do Rio de Janeiro na TV: reflexões metodológicas**. In: PAIVA, Raquel; SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro dos.(orgs). **Comunidade e Contra-Hegemonia: rotas de comunicação alternativa**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

SANTOS, Maria Salett Tauk. **Inclusão Digital, Inclusão Social? Usos das Tecnologias da Informação e Comunicação nas Culturas Populares**. Recife: Ed. Do autor, 2009.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1993.

\_\_\_\_\_. **O Retorno do Território**. 2005.OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005- ). Buenos Aires: CLACSO, 2005Disponível em:<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf> Acesso em 02/03/2011.

SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos Sociais Urbanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SANTORO, Luiz Fernando. **O Vídeo nos Movimentos Populares**. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. (orgs). Comunicação Popular e Alternativa no Brasil. São Paulo: Paulinas, 1986.

SENA, Ana Valéria Lima de. **Centro de Inclusão Digital Casa Brasil**. Trabalho Final de Graduação. UFC. 2007. Mimeo.

SFEZ, Lucien. **Crítica da Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

SILVA, Juremir Machado da. **Depois do Espetáculo (Reflexões sobre a Tese 4 de Guy Debord)**. In GUTFREIND, Cristiane Freitas; SILVA, Juremir Machado da.(orgs.). **Guy Debord: Antes e Depois do Espetáculo**. Porto Alegre: EDIPUCRS,2007.

SILVA, José Bozarchiello da. **Quando os Incomodados não se Retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza**. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

\_\_\_\_\_. **Vivências, Lutas e Memórias: histórias de vida de lideranças comunitárias em Fortaleza**. Cearah Periferia (org.) Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

SODRÉ, Muniz. **Etnicidade, Campo Comunicacional e Mídiação**. In: MORAES, Dênis de (Org). **Sociedade Mídiação**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006

SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.com: a Luta Contra a Desigualdade na Sociedade da Informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: Unesco, 2003.

SOUZA, Sandro Soares de. **Memória, Cotidianidade e Implicações: construindo o diário de intinerância na pesquisa**. 2008. Disponível em: <http://www.entrelugares.ufc.br/numero1/artigospdf/sandro.pdf> Acesso em: 10/04/2011.

SOUZA, Karine Pinheiro de. **Políticas de Inclusão Digital e suas Repercussões no Estado do Ceará**. Universidade Estadual do Ceará. Dissertação. 2008

SPENILLO, Giuseppa. **Comunicação Comunitária e Novas Tecnologias: por uma formação profissional em busca da cidadania**. In: PERUZZO, Maria Cícilia Krohling (org). **Vozes Cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina**. São Paulo: Agellara Editora, 2004.

SUZINA, Ana Cristina. **Cidadania Alternativa na Comunicação: Rede Brasileira de Comunicadores Solidários à Criança**. In: PERUZZO, Cícilia Maria Krohling (org.) **Vozes Cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina**. São Paulo: Agellara Editora, 2004.

TAGLE, Sérgio. **Palabras de um Poder Emergente: comunicación, movimientos populares y construcción política alternativa**. In: COGO, Denise; KAPLÚN, Gabriel; PERUZZO, Cícilia Maria Krohling. **Comunicação e Movimentos Populares: quais redes?** São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2002.

\_\_\_\_\_. **Direitos à Comunicação e Relações Comunicacionais nas Sociedades da Informação**. Disponível em: <http://www.rp-bahia.com.br/biblioteca/pdf/GiuseppaSpennillo.pdf> Acesso em: 10/04/2010.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna: Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.



\_\_\_\_\_. **AMídia e a Modernidade: Uma Teoria Social da Mídia.** Petrópolis, Tiode Janeiro: Vozes, 1998.

TÖNNIES, Ferdinand. **Community & Society.** Estados Unidos da América: Michigan State University Press, 1957.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização Social: um modelo de construir a democracia e a participação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TRAVANCAS, Isabel. Fazendo Etnografia no mundo da comunicação In: BARROS, A. e DUARTE, J. (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo:Atlas, 2006.

TRIVEÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UCHOA, Luciene Silva. **Rádio Comunitária Dom Oscar Romero: Igreja e Comunicação Popular.** Universidade Federal do Ceará, 1993. Monografia. Mimeo.

URANGA, Washington. **Utopia e Realidade na Comunicação Popular.** In: MARQUES DE MELO, José (org.). **Comunicação na América Latina; desenvolvimento e crise.** Campinas, SP: Papirus, 1989.

VALLA, Victor Vincent. **Sobre a Participação Popular: uma questão de perspectiva.** 1998. Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/bvsasv/fulltext/valla.pdf> Acesso em: 23/05/2010.

VIZER, Eduardo A. **Movimentos Sociais: Novas Tecnologias para Novas Militâncias.** In: FERREIRA, Jairo; VIZER, Eduardo A. (orgs.). **Mídia e Movimentos Sociais: Linguagens e Coletivos em Ação.** São Paulo: Paulus, 2007.

WOLTON, Dominique. **É Preciso Salvar a Comunicação.** São Paulo: Paulus, 2006.

\_\_\_\_\_. **Internet, e Depois? Uma Teoria Crítica das Novas Mídias.** Porto Alegre: Sulina, 2007.

\_\_\_\_\_. **Informar não é Comunicar.** Porto Alegre: Sulina, 2010.

#### **Sites Visitados:**

ADITAL. **Ceará investe na capacitação profissional de jovens para a área de TI.** Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&langref=PT&cod=44595> Acesso em:15/03/2011.

AVAAZ. [www.avaaz.org](http://www.avaaz.org)

CGI. [www.cgi.br](http://www.cgi.br)

CMS. <http://pt.kioskea.net/contents/www/cms.php3> Acesso em 13/05/2011.

IBGE. [http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados\\_divulgados/index.php?uf=23](http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=23) Acesso em 20/07/2011.

Jangadeiro On Line. **Criança de 10 anos Atingida por Bala Perdida no Bairro Ellery.** Disponível em: <http://jangadeiroonline.com.br/policia/crianca-de-10-anos-e-atingida-por-bala-perdida-no-bairro-ellery-91438/> Acesso em: 10/10/2010.

Jornal Diário do Nordeste. **Mais de 1 Milhão de Cearenses são Analfabetos.** Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1004780> Acesso em: 3/07/2011.

\_\_\_\_\_. **Bala Perdida: estudante é atingido com tiro na boca.** Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=844651> Acesso em 10/10/2010.

Jornal O Povo. **Garoto de 10 anos é Atingido por Bala Perdida.** Disponível em: [http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2010/09/03/interna\\_fortaleza,2038135/garoto-de-10-anos-e-atingido-por-bala-perdida.shtml](http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2010/09/03/interna_fortaleza,2038135/garoto-de-10-anos-e-atingido-por-bala-perdida.shtml) Acesso em: 10/10/2010.

PIRAMBU DIGITAL. [www.pirambudigital.com](http://www.pirambudigital.com)

Prefeitura de Fortaleza. **Programa de Inclusão Digital abre Inscrições para Jovens e Adultos.** Disponível em: [http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=15481&Itemid=78](http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=15481&Itemid=78) Acesso em: 15/03/2011.

TV Janela. [www.tvjanela.org.br/tvjanela](http://www.tvjanela.org.br/tvjanela). Acesso em: 26/06/2011.

## **ANEXOS**

## Questionário aplicado no Ellery para nortear olhar para recepção

### Questionário Bairro Ellery

1. Nome \_\_\_\_\_
2. Sexo a. ( ) M b. ( ) F
3. Idade \_\_\_\_\_
4. Escolaridade \_\_\_\_\_
5. Profissão \_\_\_\_\_
6. Conhece o Site do Bairro Ellery?  
a ( ) sim b ( ) não
7. Como conheceu?  
a. ( ) navegando na net b. ( ) indicação de amigos c. ( ) em eventos do bairro ( ) outra forma \_\_\_\_\_
8. Acessa o site?  
a.( ) sim b.( ) não
9. Com qual regularidade?  
a.( ) sim b. ( ) Não
10. Já participou do site?
11. ( ) sim b. ( ) não
12. O que mais gosta no site? \_\_\_\_\_
13. O que gostaria que tivesse no site? \_\_\_\_\_
14. Tem computador?  
a. ( ) sim b. ( ) Não
15. Tem acesso a internet?  
a. ( ) sim b. ( ) Não.
15. Onde costuma acessar?  
a. ( ) em casa b. ( ) Na escola c. ( ) No Trabalho d. ( ) Em Lan house e. ( ) não acesso f. ( ) outros \_\_\_\_\_

## **Muriçoca do Canal**

**Fernando Babosa**

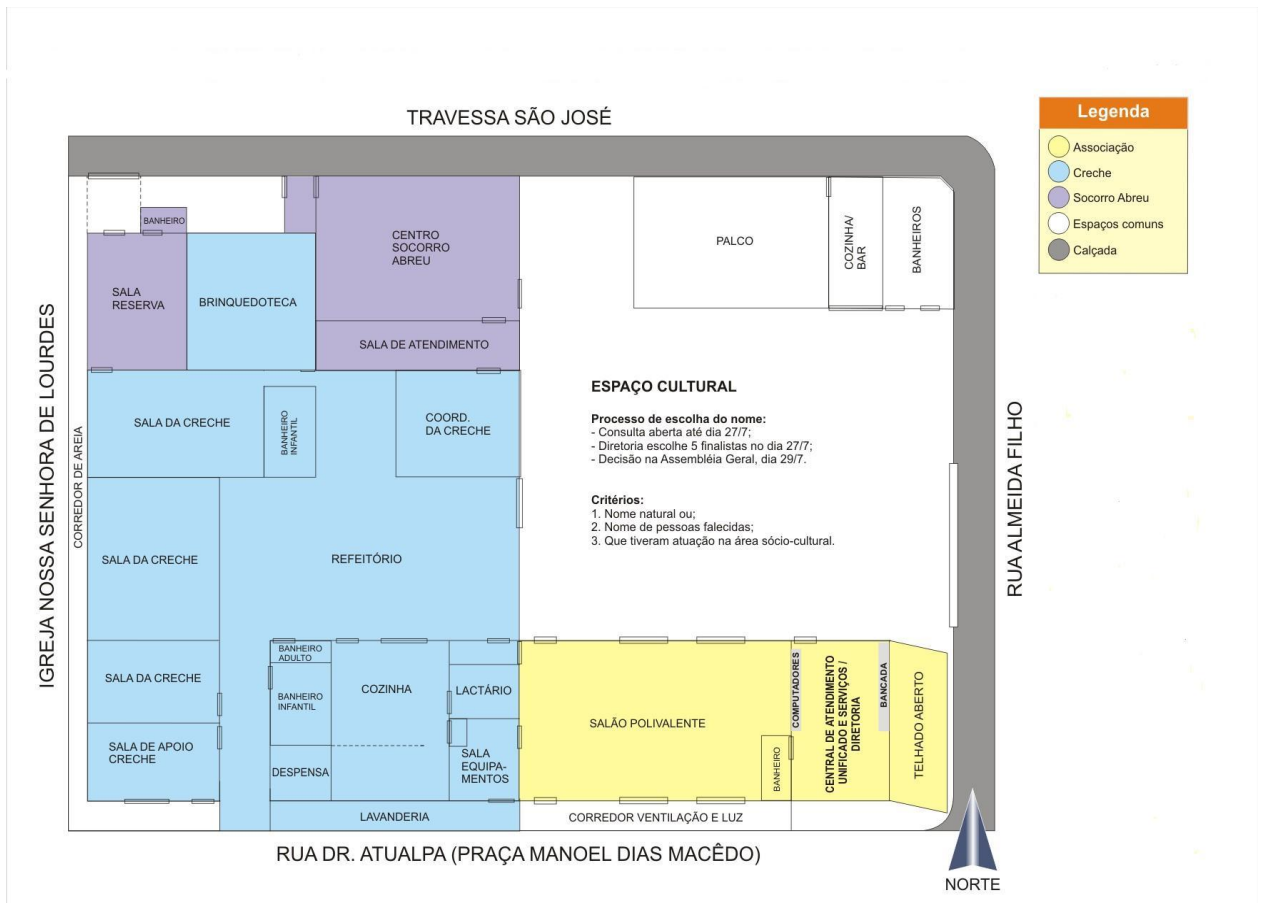
muri muri muri muriçoca  
aonde é que você se sóca ? (bis )  
é na esquina...  
no matagal...  
ô nas gavetas da regional....

muri muri muri muriçoca  
pula meu povo no bloco  
ninguém se importa ...

e pique aqui  
e pique aí  
e desse jeito não consigo mais dormir  
e tanta muriçoca no canal !!!  
esse lamento vai bombar no carnaval...

( bis )

## Croqui da Associação comunitária dos Bairros Ellery e Monte Castelo





Sede da ACEM na década de 1980 (Foto: Acervo da ACEM)



Sede ACEM na década de 1990 (Foto: acervo da ACEM)



Sede ACEM no ano de 2011 (Foto: Zoraia Nunes)



## **Matéria veiculada em 26/01/2006**

### **Buraco na Rua Major Veríssimo**

Moradores da rua Major Veríssimo reclamam conserto de buraco existente há mais de quatro meses. Os(as) moradores(as) da rua Major Veríssimo, no Bairro Ellery, reclamam o conserto de um buraco existente desde setembro de 2005, que se formou após o roubo dos trilhos de sustentação do mesmo. Segundo a moradora Maria das Dôres da Silva, que reside próximo ao buraco, além dos problemas causados aos veículos que transitam por aquela importante rua do Bairro, os pedestres também sofrem com o problema, tendo uma antiga moradora, de nome Albertina Freire, conhecida como Dona Beta, sofrido uma queda em consequência do buraco, o que lhe trouxe graves consequências para sua saúde. O presidente da Associação Cristã do Bairro Ellery, Expedito Costa, informou a nossa redação que no último dia 17 de janeiro foi encaminhado ofício à Prefeitura de Fortaleza, Regional I, assinado por todas as Associações da área, reivindicando melhorias para o Bairro Ellery, inclusive o conserto deste buraco.

Reclamações na Regional I: fone 3433 6800 - setor de Serviços Urbanos.

---

**Matéria Veiculada em 23/02/2006**

## **HORA CERTA – IGREJA NOSSA SENHORA DE LOURDES INSTALA RELÓGIO**

A partir desta quinta-feira(23), o Bairro Ellery terá um novo ícone, pois a Igreja Católica Nossa Senhora de Lourdes passa a contar com grande relógio instalado em sua torre.

O equipamento, além de embelezar o templo, servirá para orientar a comunidade, especialmente os freqüentadores da Praça principal do bairro, onde se localiza a igreja. Segundo Antônio Nogueira, membro do Conselho da Capela, o próximo passo será dado com a colocação do serviço de som que, a cada hora, emitirá um sinal sonoro. Ele informa que a comunidade católica foi consultada sobre o assunto e a compra do relógio somente foi possível devido a participação de todos, que contribuíram com os recursos financeiros necessários ([www.bairroellery.com.br](http://www.bairroellery.com.br)).

**Matéria veiculada em 07/04/2011**

### **Ciclistas enfrentam dificuldades na Bezerra de Menezes**

Já faz mais de um ano que a ciclovia da avenida Bezerra de Menezes foi construída mas ainda hoje os ciclistas enfrentam dificuldades para transitar pelo local. Entulhos e restos de materiais de construção, lixo, poda de árvores, varais com bandeiras, ambulantes, água e lama empossada se espalham na via que deveria ser exclusiva para bicicletas. Talvez essa seja a principal razão que faz com que os ciclistas ainda prefiram correr risco entre os carros, motos e ônibus que trafegam pela “Bezerra”.

A ciclovia das avenidas Bezerra de Menezes e Mister Hull foi construída pelo Programa de Transporte Urbano de Fortaleza (Transfor), da Prefeitura Municipal e faz parte do projeto de construção do corredor ligando o terminal de ônibus do Antônio Bezerra ao terminal do Papicu. No trecho entre o terminal do Antonio Bezerra e a Rua Justiniano de Serpa, no bairro Otávio Bonfim, são 4.750 metros. O trecho da ciclovia localizada na Avenida Mister Hull, que vai do terminal ao túnel da Av. Humberto Monte, não tem grandes problemas a não ser pequenos alagamentos que permanecem após as chuvas.

Os maiores problemas encontram-se nos 3 km da Bezerra de Menezes, iniciando no túnel da Av. Humberto Monte. São cerca de 20 pontos críticos. No trecho entre o túnel e Avenida Olavo Bilac, tem entulhos, restos de materiais, obra parada e bancas de ambulantes em frente a um shopping. No trajeto entre a Olavo Bilac até a Avenida Padre Anchieta, o lixo é o maior problema. Quando o ciclista chega próximo a Avenida Padre Anchieta, se depara com obra parada, materiais que impedem a passagem e os varais, estendidos com bandeiras e outras confecções, de um lado ao outro da ciclovia. É preciso se baixar para não enganchar no tecido e cair. Nem o amor pelo time do coração impede que o ciclista fique revoltado nesta hora. Se conseguir continuar, quando chegar próximo a Praça do Otávio Bonfim, ao lado da sede da Secretaria Regional 1, o problema é a água

acumulada. Basta uma chuvinha fraca para que o liquido fique lá até aparecer o sol pra evaporar naturalmente pois não há como escoar. Daí pra frente os problemas são outros e o(a) teimoso(a) ciclista vai pensar que, apesar de tudo, ele estava no paraíso pois a ciclovia acaba ali.

O vendedor ambulante Pedro Goes, morador do Bairro Presidente Kennedy, usa a ciclovia toda manhã para se dirigir ao Mercado São Sebastião com sua bicicleta cargueira, onde compra frutas, verduras e carnes. Antes, ele circulava pela rua Gustavo Sampaio, paralela a “Bezerra”. Pedro comemorou a construção da ciclovia mas, um ano após a construção, está decepcionado com a dificuldades que se depara todos os dias para fazer o trajeto. Pra ele, o lixo colocado pelos comerciantes e lojistas da própria avenida é o maior problema. No entanto, o trabalhador espera melhorias pois não pretende voltar pra antiga rua já que o trânsito lá também é perigoso e ainda há as ameaças de assalto. O responsável pela fiscalização da Regional 1, Kennedy Almeida, disse que o órgão tem dificuldade para fazer a identificação de quem coloca lixo na ciclovia mas prometeu que iria intensificar a presença de fiscais na área da SER I, localizada entre a avenida Olavo Bilac até a rua Justiniano de Serpa. A partir dali a área pertence a Regional 3. Quanto aos entulhos e restos de materiais deixados pela construtora, o encarregado disse informou que iria enviar um ofício para a equipe do Transfor, solicitando que o problema fosse resolvido.

Aonde reclamar:

- Setor de Fiscalização da Regional 1: (85) 3433-6858
- Ouvidoria da Regional 1: (85) 3433.6875
- Regional 3: (85) 3433.2501
- Transfor: (85) 3105.1079
- Fala Fortaleza: 0800 285 0880

Fotos: J. Aguiar

Da redação

## Matéria sobre Chico César

### **CULTURA: Estado vai apoiar festejos juninos, mas não pagará sertanejos, nem 'farró de plástico'**

*em 15/04/2011*

Chico Cesar afirmou que o Governo do Estado vai fazer parcerias com os municípios, caso seja solicitado.

O secretário estadual da Cultura, Chico Cesar, declarou nesta terça-feira (12), que o Governo do Estado irá apoiar os festejos juninos nos municípios, mas não irá pagar duplas sertanejas e 'farró de plástico' para se apresentarem.

“O Governo do Estado vai investir conceitualmente nos festejos juninos. Saímos da prefeitura com um conceito em torno da vida cultural, da herança cultural que é necessária de se fazer presente nos festejos juninos, mas de cara digo que o Governo do Estado não pretende pagar dupla sertaneja e farró de plástico”, declarou.

Chico Cesar afirmou que o Governo do Estado vai fazer parcerias com os municípios, caso seja solicitado.

O secretário disse também que nada será feito de forma paternalista, “os municípios terão que dar uma contrapartida, melhorando os seus índices de desenvolvimento humano e criar seus sistemas de cultura”.

Fonte: WSCOM

Agora responda: De qual estado o cantor e compositor Chico César é secretário de cultura?

- São Paulo
- Maranhão
- Paraíba
- Ceará